

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS APLICADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE ARENAS MORA

O CAMINHO DA SUBSUNÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA
CUT ÀS DIRETRIZES DE SOCIABILIDADE NEOLIBERAIS

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELIANE ARENAS MORA

O CAMINHO DA SUBSUNÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA
CUT ÀS DIRETRIZES DE SOCIABILIDADE NEOLIBERAIS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor. Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Doutor GAUDÊNCIO FRIGOTTO
Co-orientadora: Prof^a Doutora EUNICE TREIN

Niterói

2007
ELIANE ARENAS MORA

O CAMINHO DA SUBSUNÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA
CUT ÀS DIRETRIZES DE SOCIABILIDADE NEOLIBERAIS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor.
Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

Aprovação em abril de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. GAUDÊNCIO FRIGOTTO
UFF

Prof^a. Dr^a. EUNICE TREIN
UFF

Prof^a. Dr^a. LÚCIA MARIA WANDERLEY NEVES
FIOCRUZ

Prof^a. Dr^a. MARISE RAMOS
FIOCRUZ

Prof. Dr. ARMANDO BOITO JR
UNICAMP

Niterói

2007

À pequena Nina.

“A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda a violência e possam gozá-la plenamente”

Leon Trotsky

AGRADECIMENTOS

“Mesmo quando efetuo um trabalho científico, uma atividade que raramente posso conduzir em associação com outros homens, o que realizo é um ato social, por que atuo como ser humano”.

Marx e Engels

À todos os companheiros e amigos com os quais compartilho, das mais variadas formas, o sonho e a luta pela construção de uma sociedade onde a aventura humana tenha pleno sentido: Enio, Deise, Romildo, Fagundes, Zezé, Jorge, Edvaneide, Cardoso, Lena, Tonhão, Boni, Aldino, Valquiria, Raimundão, Jânio, Neri, Zequinha, Tereza, Glória, Ana Cristina, Marina, Sonia, Juarez, Waldir, André, Renato, Ricardo, Renata, meu querido Zézinho.....

À minha querida filha, Tatiana, que nos momentos mais difíceis esteve, incondicionalmente, ao meu lado.

Às minhas irmãs, Kathy e Eliete, e à minha mãe, Francisca, pelo apoio afetivo e material irrestrito.

Esta tese é uma produção coletiva e só pode ser realizada porque no caminho acadêmico encontrei companheiros que muitas vezes acreditaram em mim mais do que eu mesma:

Gaudêncio, Eunice, Lúcia, Anita, Lobo, Claudia e Ricardo meu muitíssimo obrigado!

Aos Professores Armando Boito Jr, Marise Ramos e Justino por participarem da banca.

A todos professores do Programa e colegas de turma.

A MAIS BELA
DE TODAS AS CERTEZAS
É QUANDO OS FRACOS
E DESENCORAJADOS
LEVANTAM SUAS CABEÇAS
E DEIXAM DE CRER
NA FORÇA DE SEUS OPRESSORES

BRECHT

LISTAS DE SIGLAS

AFL	American Federation of Labor
CEDI	Centro de Estudos de Direito Internacional
CEPS	Curso de Concepção Estrutura e Prática Sindical
CFDT	Confederação Francesa Democrática do Trabalho
CIOSL	Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
ORIT	Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores
CISL	Conferazione Italiana dei Sindacati di Lavorati
CNM	Confederação Nacional Metalúrgica
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo dos Trabalhadores
Conafor	Coletivo Nacional de Formação
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores em Agricultura
DGB	Confederação Alemã de Sindicatos
Enafor	Encontro Nacional de Formação
FAT	Fundo de Amparo aos Trabalhadores
FD	Formação de e das Direções
FNV	Federatie Nederlnadse Vakbeweging
FSM	Federação Sindical Mundial
Iadesil	Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
ICT	Instituto Cultural do Trabalhador
Ildes	Instituto Latinoamericanos para el Desarrollo
INCA	Instituto Cajamar

NT	Núcleos Temáticos
OLT	Organização no Local de Trabalho
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNF	Política Nacional de Formação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT-OLT	Processo de Trabalho - Organização no Local de Trabalho
SEF	Secretarias Estaduais de Formação
SNF	Secretaria Nacional de Formação

RESUMO

IDENTIFICAÇÃO

MORA, Eliane Arenas: O Caminho da Subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às Estratégias de Sociabilidade Neoliberais. Orientador: Gaudêncio Frigotto. Niterói – RJ/UFF, 13/04/2007. Tese (Doutorado em Educação), 294 páginas. Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

DESCRIÇÕES

Tese de Doutorado. Composta de Introdução, Capítulo I – Impasses e Conflitos na Apropriação do Método, Capítulo - II A Cut e o Sindicalismo Corporativismo nos Anos de Desenvolvimentismo, Capítulo III – A Cut e o Neocorporativismo nos anos do Neoliberalismo e Considerações Finais. Tem como referência de abordagem teórica o materialismo histórico, a partir dos autores clássicos deste campo, principalmente Marx, Engels, Lênin e Gramsci, faz-se a análise das Resoluções dos Congressos da Central Única dos Trabalhadores e dos Documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Formação da CUT: Planos Nacionais de Formação, Diretrizes das Políticas Nacionais de Formação, Resoluções dos Encontros e Coletivos Nacionais de Formação, Publicações da Revista Forma e Conteúdo.

CONTEÚDO

Nesta Tese procuramos refletir sobre os limites e possibilidades do movimento sindical contribuir com as transformações estruturais da sociedade na perspectiva socialista. A base empírica para esta reflexão foi a Central Única dos Trabalhadores, posto que entre todas organizações que centralizam ou centralizaram sindicatos em nosso país esta instituição foi a que concentrou as maiores possibilidades, potencialidades e experiências. A questão que nos colocamos foi: como a formação dos dirigentes cutistas se articulou com as estratégias de reforma ou revolução estrutural da sociedade. Em busca de resposta para esta questão analisamos dois períodos distintos desta entidade. A primeira fase vai desde a sua fundação em 1983 até os primeiros anos da década de 1990, quando efetivamente o neoliberalismo foi implantado organicamente em nosso país. O segundo período de análise vai dos primeiros anos da década de 1990 até 2006. Nestes dois períodos partimos da compreensão do bloco histórico (estrutura e superestrutura) para analisarmos as Resoluções de cada Congresso Nacional desta entidade e, também, as principais intervenções na vida política e sindical de nosso país, para então apreendermos as relações destas com as Políticas de Formação dos dirigentes sindicais da Central Única dos Trabalhadores. Nossas conclusões indicam para um processo de adaptação da CUT à hegemonia neoliberal, principalmente pela incorporação de objetivos e método de participação política demandados pela vertente neoliberal da Terceira Via. Esta adaptação é resultante de uma concepção de disputa de hegemonia afirmativa/propositiva que privilegia os espaços da aparelhagem estatal em detrimento da mobilização dos trabalhadores. No campo das políticas de formação esta adaptação ocorreu principalmente pela busca de financiamento das atividades de formação, inicialmente através da cooperação internacional de sindicatos, organizações não governamentais e governos social-democrata, e posteriormente através da utilização de recursos públicos.

Palavras – chaves: CUT – Central Única dos Trabalhadores, Formação Sindical, Formação de Dirigentes, Intelectual Orgânico

ABSTRACT

In this work we tried to contemplate about the limits and possibilities of the syndical movement to contribute with the structural transformations of the society in the socialist perspective. The empiric base for this reflection was the Central Única dos Trabalhadores, once enters all organizations that centralize or centralized trade unions in our country this institution was the one that it gathered the largest possibilities, potentialities and experiences. The question that we placed was: how the leaders of CUT formation pronounced with the reform strategies or structural revolution of the society. To answer this question we analyzed two periods different of this entity. The first phase is going from your foundation in 1983 to the first years of the decade of 1990, when the neoliberalism was implanted in our country. The second period analyzed is going from the first years of the decade of 1990 to 2006. In these two periods we left of the understanding of the historical block (structures and superstructures) to apprehend the main interventions of this Central in the political and syndical life of our country, for then we apprehend the relationships of these with the Formation Politics of the syndical leaders of the Central Única dos Trabalhadores. Our conclusions indicate for an adaptation process of CUT to the neoliberal hegemony, mainly for the incorporation of objectives and method of political participation disputed by the neoliberal conception of the "Third Way". This adaptation is resulting of a conception of dispute of affirmative/propositive hegemony that privileges the spaces of the state implement in detriment of the workers mobilization. In the field of the formation politics this adaptation happened mainly for the search of financing of the formation activities, initially through the international cooperation of trade unions, non government organizations and governments social-democrat, and later through the use of public resources.

The work has as reference of theoretical approach the historical materialism, starting from the classic authors of this field, mainly Marx, Engels, Lênin and Gramsci. They were analysed the Resolutions of the Central Única dos Trabalhadores Congress and the Documents produced by the CUT National Department of Formation: National Plans of Formation, Guidelines of the National Politics of Formation, Resolutions of the Encounters and National Collectives of Formation, Publications of the Magazine Form and Content.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou refletir sobre os limites e as possibilidades do movimento sindical contribuir com a transformação social. Aqui a transformação social deverá ser entendida em seu sentido radical, descartando o conteúdo eclético, supérfluo e genérico de pequenas mudanças pontuais e atomizadas que a esta expressão tem sido atribuído nos últimos anos. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista toda práxis que vise a *transformação social* deve estar voltada para a superação da atual forma de organização da sociedade. Não devendo, pois, ficar restrita ao âmbito das reformas de iniciativa da classe dominante, cujo objetivo é acomodar os seus interesses nos antagonismos que emergem da sociedade. Portanto, pensar a transformação social implica, necessariamente, refletir sobre os caminhos para a superação da estrutura de organização social baseada na divisão de classes e não na mera atenuação ou escamoteação dos seus antagonismos. Em outras palavras, aqui a *transformação social* é sinônimo de *socialismo*. Desde o início queremos ressaltar que nossa perspectiva reconhece a importância da luta sindical para a transformação social, mas também reconhece que este tipo de organização e enfrentamento não é suficiente para a superação da organização social capitalista. Por isto nos referimos sempre e apenas à possibilidade de contribuição desta como a construção do socialismo.

A base empírica para esta reflexão foi a Central Única dos Trabalhadores - CUT, posto que entre todas organizações que centralizam ou centralizaram sindicatos em nosso país foi esta instituição que concentrou as maiores possibilidades, potencialidades e melhores experiências nesse sentido. A questão que nos colocamos foi: como a formação dos dirigentes cutistas se articulou com as estratégias de reforma ou revolução estrutural da sociedade¹?

Este trabalho deve ser encarado como um esforço para apreender e compreender a realidade brasileira, especialmente as três últimas décadas, pois, com a emergência de uma nova fase da acumulação capitalista a Central Única dos Trabalhadores alterou qualitativamente sua estratégia e as táticas de atuação, abandonando definitivamente, segundo nosso ponto de vista, a luta pela transformação social, apresentada em seu projeto inicial. O recorte temporal privilegiado foi os anos a partir dos quais o neoliberalismo passou a ser organicamente implantado pela burguesia brasileira e seus aliados em nosso país, ou seja, a partir dos anos 90, com a eleição de Collor de Melo. Nossa proposta foi investigar como a inflexão que a CUT sofreu frente a este projeto civilizatório se traduziu na formação de seus dirigentes e, assim, dialeticamente reforçou o que chamamos de acomodação ao capitalismo.

Nesta investigação procuramos entender o tensionamento que a luta de classes imprime no Estado Ampliado, mais especificamente na relação entre o Estado(estrito-senso) e o movimento sindical, e assim, verificar as sínteses produzidas por esta tensão nas

¹ Esta discussão foi iniciada na dissertação de mestrado intitulada **Disputa de Projetos e as Políticas para Formação de Dirigentes da CUT – Desde a fundação ao IV Concut.**

diferentes fases e conjunturas do processo de acumulação capitalista em nosso país. Este estudo perseguiu do ponto de vista da estrutura as alterações provocadas na economia pela passagem do modelo de substituição de importações para a inserção na globalização econômica, o deslocamento do “setor dinâmico” da economia da indústria para o financeiro e a reestruturação produtiva. Na superestrutura buscamos identificar as mudanças nas relações entre sociedade civil e sociedade política – Estado Ampliado, na ideologia, na política. Esta análise procurou zelar pela tentativa de encontrar os nexos e as contradições que atuam entre estrutura e superestrutura.

Para Gramsci, o caráter dialético e orgânico do vínculo entre a estrutura e a superestrutura se expressa concretamente nos grupos encarregados de realizar essa ligação: o intelectual orgânico, ou, dirigente. Por esta razão focalizamos a formação e o papel desempenhado pelos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores na fase neoliberal da acumulação capitalista. O dirigente aqui é compreendido no sentido gramsciano: especialista + político. Este tipo de intelectual *deve ter uma inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece especialista e não se torna dirigente* (Gramsci 2002 a, 53). Pretendemos analisar criticamente a trajetória desenvolvida pela Secretaria Nacional de Formação - SNF da CUT buscando apreender os pressupostos que fundamentaram as várias “reformas” no projeto de formação de seus dirigentes.

O primeiro capítulo – IMPASSES E CONFLITOS NA APROPRIAÇÃO DO MÉTODO – destina-se, como o próprio título sugere, a registrar a trajetória das reflexões sobre a escolha dos procedimentos metodológicos para realizar esta pesquisa, bem como apresentar a categoria central deste trabalho - dirigente ou intelectual orgânico – em sua relação com a transformação social e com o movimento sindical.

No segundo capítulo – A CUT E O CORPORATIVISMO NOS ANOS DE DESENVOLVIMENTISMO - retomamos sucinta e rapidamente a trajetória da fundação da CUT e as principais características que esse movimento assumiu durante os anos 80 em oposição do sindicalismo corporativista. Buscamos, sinteticamente, a partir da localização do Brasil na divisão internacional do trabalho frente ao padrão de produção taylorista/fordista, compreender a função do Estado na conformação desta fase da acumulação capitalista brasileira e, especialmente, apreender as estratégias utilizadas pela classe dominante para combater a organização sindical autônoma dos trabalhadores brasileiros, através dos diferentes blocos no poder, ou seja, como se desenvolveu, ao longo dos anos, o sindicalismo corporativista.

Esta primeira aproximação tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, as principais características da ação e da estrutura sindical oficial conformada a partir da revolução de 30 e que vigorou, com poucas modificações, até os últimos anos da ditadura militar, posto que foi o questionamento e o enfrentamento com este tipo de sindicalismo que deu origem ao novo sindicalismo, base inicial de organização da Central Única dos Trabalhadores.

Do ponto de vista da defesa dos interesses da classe trabalhadora, sem dúvida, até a década de 1980, esta foi a principal e mais bem sucedida experiência de centralização do movimento sindical no Brasil. Esta tentativa de construção de um novo patamar na organização sindical em nosso país inicia sua organização e ação nos estertores do modelo de acumulação capitalista que, pressionado pelos movimentos sociais, assimilou algumas demandas econômicas e políticas da classe trabalhadora, conformando o Estado de Bem Estar Social nos países centrais e seus arremedos nos países periféricos, como estratégia

para dirimir os antagonismos de classes, o que acabou por exercer algum grau de regulação na reprodução do capital.

A luta travada entre as classes, durante o desenvolvimento dessa fase de acumulação capitalista, implicou numa forma específica de organização da classe trabalhadora que promoveu sua auto-afirmação enquanto classe, impondo ao capital o reconhecimento dessas organizações classistas e de relações de negociação entre classes, ainda que isto levasse a classe dominante a utilizar estratégias de cooptação de grupos e/ou indivíduos ou a repressão aberta como forma de combater o enfretamento e a oposição da classe trabalhadora frente a exploração e a dominação burguesa.

O importante aqui é afirmar que esta forma específica de organização da sociedade, naquela fase do desenvolvimento do capital, pressupõe e reconhece a organização classista em seus distintos aparelhos privados de hegemonia e sujeitos coletivos.

Simultaneamente à crise deste modelo de acumulação, no Brasil, enfrentávamos, também, uma crise no regime da ditadura militar, resolvida pela instauração de um regime democrático conservador da estrutura capitalista, período este que ficou conhecido na historiografia como transição democrática. A utilização privilegiada de mecanismos de coerção provenientes de ação da sociedade política, portanto mecanismos de dominação, foram progressivamente sendo substituídos por mecanismos persuasivos inerentes à sociedade civil, portanto mecanismos que buscaram exercer a hegemonia da classe dominante sobre as subalternas. Entretanto, nem mesmo os mecanismos mais extremos de coerção nunca foram abandonados completamente como provaram os episódios das greves dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN em 1988 e a dos petroleiros em 1995, respectivamente nos governos de Sarney e Fernando Henrique Cardoso, quando o exército foi chamado para reprimir os grevistas, tendo no primeiro episódio um saldo de três trabalhadores assassinados pelo exército.

Foi através dos organismos da sociedade civil e de seus mecanismos persuasivos que a classe dominante conseguiu obter da classe trabalhadora, depois de muita disputa, um consentimento duradouro advindo do consenso “*espontâneo*” e da direção “*intelectual e moral*”², para a implantação de seu atual projeto de sociabilidade.

O sindicalismo cutista que se originou e se organizou enfrentando, em grande medida, os mecanismos coercitivos da sociedade política, teve que adaptar, rapidamente, sua atuação para enfrentar os mecanismos persuasivos característicos da hegemonia próprios da sociedade civil - arena privilegiada, embora não exclusiva, da luta de classes a partir do processo de democratização do nosso país.

Estes fatos – fim do padrão de acumulação e do regime de ditadura - colocaram a CUT diante de gigantescas contradições. Durante a década de 80, o movimento sindical cutista afirmava uma perspectiva independência de classista no enfrentamento com o capital, contribuindo para aumentar a crise deste modelo de acumulação e do regime de ditadura militar responsável pela sua sobrevida. A direção que a CUT procurou imprimir para o movimento sindical foi muito importante para que os sucessivos planos de estabilização econômica, através do aumento da exploração da classe trabalhadora, fracassassem e, também, para o avanço do processo de redemocratização. Constituiu-se, por estas razões, num dos mais reconhecidos sujeitos políticos coletivos daquela década e também num dos principais alvos de ataque do novo projeto societário – o neoliberalismo.

Ao identificar como um elemento da crise do capital, em meados da década de 1970, a pressão reivindicativa exercida pelos movimentos sociais e especialmente dos

² Gramsci 2002,93

movimentos sindicais, este novo padrão de acumulação, buscou desenvolver estratégias para assimilar, desqualificar ou eliminar os sujeitos coletivos com proposições anticapitalistas, difundindo uma visão de mundo (ideologia) que busca a diluição da auto-identificação dos trabalhadores enquanto classe. Como a Central Única dos Trabalhadores se relacionou com esta ofensiva?

A disputa de projeto societário e perspectiva de ação sindical, que estava colocada no interior da CUT desde sua fundação, ganhou vulto no final daquela década pressionando a definição por acomodar-se à institucionalidade democrática, moldada pela classe dominante, funcional para uma nova fase do capitalismo ou avançar na elaboração de táticas e estratégias que pudessem contribuir para a construção de um projeto societário “*sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social*” definido em seus princípios de fundação³.

Neste segundo capítulo procuramos recuperar, sinteticamente, essa trajetória, identificando o perfil, as principais proposições e disputas internas da Central Única dos Trabalhadores frente a crise do modelo de acumulação e do regime da ditadura durante a década de 80. Assim como, analisamos as políticas da Secretaria Nacional de Formação – SNF/CUT para formação de seus dirigentes, buscando encontrar o nexos desta formação com os objetivos táticos e estratégicos da Central.

O terceiro capítulo – A CUT E O NEOCORPORATIVISMO NOS ANOS DE NEOLIBERALISMO - apresenta as principais modificações na estrutura econômica do nosso país para sua adaptação à nova divisão internacional do trabalho face ao novo padrão de acumulação, focalizando tanto o processo que permitiu a financeirização da economia, quanto o impacto da reestruturação do setor produtivo frente a terceira revolução tecnológica.

Defendemos que da mesma forma que na revolução de 30 coube ao Estado um papel determinante na organização do projeto de desenvolvimento social brasileiro estruturado a partir da transição de uma economia agrária/exportadora para uma economia urbana/industrial de substituição de importações, a transição deste modelo para o atual também foi fortemente dirigida pelo Estado, porém, no que tange as demandas da classe trabalhadora teve sentido inverso daquela. No primeiro caso, o Estado, assimilou de forma subordinada algumas reivindicações originadas nas mobilizações da classe trabalhadora como parte do projeto societário dirigido pelo capitalismo industrial. No segundo, o Estado tem tratado de expurgar para o mercado a grande maioria dessas conquistas restringindo ao mínimo os direitos dos trabalhadores, eliminando todo tipo de regulação imposto ao capital, ao mesmo tempo em que passou a ser administrado “como se fosse um negócio” específico da fração burguesa ligada ao capital financeiro, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação (Paulani, 2006:79). Nesta reestruturação o Estado deixa de ser o provedor direto de direitos, e, passa ser o coordenador das iniciativas privadas do fornecimento de bens e serviços, desenvolvidas no âmbito da sociedade civil, tanto na área econômica quanto na área social, interferindo, decisivamente, na conformação de um determinado perfil para a sociedade civil.

Nesta parte do trabalho abordamos as estratégias do capital para combater os movimentos sociais e a auto-identificação dos trabalhadores enquanto classe e analisamos como a Central Única dos Trabalhadores respondeu a esse processo. Nosso objetivo foi

³ Artigo 2 do Estatuto da CUT: A CUT é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores; tem como perspectiva uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia políticas, social e econômica.

identificar os determinantes, internos e externos, que levaram ao salto qualitativo na adaptação do sindicalismo cutista ao capital e os desdobramentos deste na formação de seus dirigentes. Este salto foi marcado pela aprovação de novas estratégias políticas a partir do IV CONCUR em 1992. Apenas para exemplificar podemos citar questão da cidadania que até o III Congresso Nacional não havia aparecido uma única vez e deste momento em diante, progressivamente, passa dar a tônica das Resoluções dos Congressos Nacionais. Também, é a partir deste momento que o conceito de sociedade civil passa a figurar em suas análises, bem como a questão da hegemonia. Entretanto é curioso notar que o conceito de contra-hegemonia não aparece uma única vez nas Resoluções dos Congressos e Plenárias Nacionais. Qual é a acepção de cidadania, sociedade civil e hegemonia utilizada pela CUT? Estas questões merecem um estudo crítico, posto que a versão de neoliberalismo da Terceira Via⁴, adotada a partir do governo FHC, usou e abusou desses conceitos, a ponto de transformá-los em senso comum, definindo a partir deles novas estratégias de sociabilidade que se basearam no desmantelamento dos sujeitos coletivos que se pautaram historicamente pelo combate a exploração e dominação burguesas e no estímulo à construção de aparelhos privados de hegemonia e sujeitos coletivos inofensivos para o capital, especialmente as ONGS, diluidores da autoconsciência dos trabalhadores enquanto classe. Teria a CUT assimilado acriticamente esta perspectiva de sociabilidade, limitando-se a uma oposição por dentro desta ordem? A hipótese a ser explorada é que a partir de então uma nova concepção de sociabilidade passa ser defendida e implantada pela Central Única dos Trabalhadores para o Brasil. Se isto é assim a SNF passa a ter a responsabilidade de formar um tipo específico de dirigente para atuar divulgando esta visão de mundo e organizando a classe trabalhadora para esta perspectiva.

⁴Também denominada [...] centro radical, centro-esquerda, nova esquerda, nova social-democracia, social-democracia modernizadora ou governança progressista, esse projeto – direcionado, principalmente, às forças sociais de centro-esquerda que chegaram ao poder nos últimos anos do século XX ou que lutam intensamente para isso – parte das questões centrais do neoliberalismo para refiná-lo e torná-lo mais compatível com sua própria base e princípios constitutivos, valendo-se de algumas experiências concretas desenvolvidas por governos de países europeus. Sistematizada por Anthony Giddens – sociólogo britânico, reitor da London School of Economics (maior centro formulador do pensamento liberal europeu), assessor direto de Tony Blair, um dos mais importantes articuladores políticos do novo trabalhismo inglês e da Cúpula da Governança Progressista”. (LIMA E MARTINS, 2005, 44)

1. IMPASSES E CONFLITOS NA APROPRIAÇÃO DO MÉTODO

As afirmações de que o movimento sindical pode contribuir para a construção do socialismo e que havia uma vinculação do projeto inicial da CUT à luta pela transformação social exigiram aprofundamento político-teórico do tema. Afirmar que a luta sindical pode contribuir com a construção do socialismo, é também afirmar que esta contribuição tem limites, que estes organismos e sua luta específica não substituem o partido político e suas tarefas. Qual seria, então, a contribuição que o sindicalismo poderia dar para a superação da organização social a partir da divisão de classes. Como identificar esta vinculação na práxis política dos primeiros anos da Central Única dos Trabalhadores? A resposta a esta questão nos remeteu à discussão teórico-metodológica do que é o socialismo, como é o processo da formação de seus dirigentes e da contribuição do movimento sindical para estes.

Embora a questão da abordagem teórico-metodológica merecesse uma profunda reflexão, a partir do cotejamento das diversas posições sobre o tema, aqui nos limitaremos a registrar, brevemente, as contradições e a trajetória desenvolvida para “ajustar” a perspectiva teórico-metodológica adotada para a realização deste trabalho.

Tendo assumido, inicial e formalmente, a perspectiva do materialismo histórico-dialético como o referencial teórico, a etapa posterior que nos colocamos foi a escolha dos procedimentos metodológicos que melhor pudessem conduzir esta pesquisa. Num primeiro momento, pensamos selecionar um conjunto de categorias e conceitos que caracterizassem o marxismo e usá-los como indicadores. A presença ou ausência destes, então, poderiam indicar a “natureza” socialista ou não socialista do projeto político da CUT e da formação de seus dirigentes. Pensávamos, assim, criar um modelo analítico relativamente simples de operar e que, tivessem sido “bem escolhidas” as categorias e os conceitos e confrontados devidamente com o material empírico, trariam resultados significativos. Nessa perspectiva o marxismo seria uma matriz que se reproduziria nos projetos políticos. Mais tarde, concluímos que estávamos à procura de um carimbo que desse o certificado de “socialista” e/ou “não socialista” ao projeto político da CUT e da formação de seus dirigentes, afastando-me da perspectiva que, formalmente, anunciava ter assumido: o materialismo histórico-dialético.

O estudo da tese de Coelho, *Uma Esquerda para o Capital* (2005), foi fundamental para me colocar em crise completa diante desta opção, pois *conceber o marxismo como um padrão que se repete poderia ter satisfeito a observação empírica, mas teria deixado de lado o fundamental*: porque os conteúdos marxistas foram adotados e/ou abandonados, e, isto só poderia ser captado através do acompanhamento do movimento histórico de construção deste sujeito coletivo na totalidade das relações sociais a partir da luta de classes.

O abandono da referência socialista pela CUT, segundo nosso ponto de vista, era o pressuposto sobre o qual se apoiava nossa pesquisa. Uma abordagem metodológica que tivesse por função apenas corroborar a premissa inicial, não faria sentido se quiséssemos compreender os nexos que se engendraram neste processo.

Além disto, esta forma de abordar o problema de pesquisa contém um significativo elemento de arbitrariedade, posto que delega ao pesquisador a definição do que é o socialismo para o marxismo, através da seleção ou rejeição dos conceitos e categorias que o comporiam. Tarefa que, convenhamos, não seria nada fácil nesse universo teórico-metodológico. Como já anunciamos anteriormente isto simplifica e ao mesmo tempo se

contrapõe à perspectiva do materialismo-histórico, pois não permite captar o movimento dentro das relações sociais de produção que faz surgir tais conceitos, categorias, sua adoção ou recusa, etc. A crítica ao caráter arbitrário deste tipo de pesquisa não se identifica com a crítica ao positivismo na busca pela objetividade do pesquisador, posto que não existe pesquisa e observação neutra, ou seja, imune à subjetividade do pesquisador. O problema é que esta forma de abordar a questão tende a limitar a discussão ao confronto no campo estritamente teórico, concedendo a este embate uma autonomia que ele não tem. A elaboração e disputa de teoria/conceitos/categorias é produto de conflitos sociais mais amplos, nos quais os sujeitos que protagonizam estas disputas estão inseridos e tomam partido a partir das relações sociais. Dessa forma, a questão da arbitrariedade sai *do plano estreito dos valores subjetivos ou da conveniência teórica para o plano da práxis, para a trama das relações sociais na qual alguém emerge como pesquisador e faz suas escolhas, inclusive teóricas.* (COELHO, 2005: 156).

Criticada e abandonada essa possibilidade, nos concentramos no conceito de luta de classes – constituída e constitutiva do próprio marxismo - para tentar captar a construção desse sujeito coletivo, ou seja, compreender como a CUT se construiu no emaranhado da totalidade das relações sociais e na disputa, ou acomodação, de visões de mundo com outras classes.

Assim, apresentaremos, sinteticamente, a partir deste conceito nossa concepção do que é o socialismo e a contribuição que o movimento sindical pode dar para sua construção. Nossa intenção, neste momento, não é apresentar um profundo debate com a confrontação das diferentes perspectivas e tentativas de construção do socialismo nos séculos passados. Limitamos nossa reflexão a alguns clássicos marxistas para apreender o movimento de construção do socialismo, a relação do movimento sindical com este e a formação de seus dirigentes.

1.1 Para Compreender e Transformar a Realidade: Luta de Classes

A luta de classes é o enfrentamento permanente, às vezes aberto outras vezes velado, entre as classes fundamentais de um modo de produção numa determinada formação social. Surge a partir das contradições que os modos de produção, baseados na exploração de um grupo ou grupos sobre outros, engendram. Esta disputa é travada entre os grupos sociais que podem, pela posição que ocupam na produção, dirigir a sociedade como um todo. Segundo Marx e Engels, essa luta é o motor da história social: *a História de toda a sociedade que existiu até agora é a história da luta de classes* (Marx e Engels, 1996:8). A revolução da sociedade é fruto da vitória da classe explorada e oprimida, já a conservação de uma determinada estrutura social indica que, pelo menos temporariamente, a classe dominante está sendo vitoriosa nessa luta. Essa luta *todas às vezes terminou ou em uma reconstituição revolucionária da sociedade em geral, ou na ruína comum das classes rivais* (idem). A atualização desta discussão, sob o capitalismo, é resumida na disjuntiva: socialismo ou barbárie. Isto implica que o socialismo é uma necessidade, mas não uma inevitabilidade, não virá, sim ou sim, em decorrência do apodrecimento do modo de produção capitalista, ou de reformas produzidas, conduzidas ou assimiladas pela classe dominante. Este é apenas uma possibilidade histórica, que, no entanto, depende da vitória da classe explorada e oprimida no desfecho dessa luta, caso contrário a sociedade caminhará para a barbárie e com isto à ruína das classes rivais.

No capitalismo o determinante dessa luta se dá entre suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Isto não significa dizer que essas classes sejam as únicas e homogêneas. No interior de cada uma existem as frações de classe com interesses específicos frente aos interesses gerais comuns a toda classe. Estas frações disputam, também, entre si a direção de toda sociedade, assim parte da luta de classes é a luta intraclasse. Além disso, sob o capitalismo existe entre estas a classe média ou pequena burguesia, que embora não seja uma classe fundamental do ponto de vista da estrutura, é importante aliada política na disputa de todo e qualquer projeto societário. Esses elementos tornam a luta de classes uma batalha profundamente complexa.

As classes sociais do modo de produção capitalista, como em todos os outros modo de produção, passaram por vários estágios de desenvolvimento. Inicialmente a burguesia teve, do ponto de vista histórico, um papel revolucionário ao por fim em todas as *relações feudais, patriarcais e idílicas* (Marx e Engels, 1996,20). Impulsionado pela burguesia o sistema feudal de indústria, monopolizado por corporações fechadas, foi, progressivamente, substituído pela manufatura e esta pela indústria moderna. *Conforme a indústria, o comércio, a navegação, as estradas de ferro expandiram-se, também a burguesia se desenvolveu, aumentou seu capital e empurrou para trás todas as classes advindas da Idade Média(idem,21)*. A burguesia moderna é resultado de um longo processo histórico de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e troca, que, concomitantemente, foi acompanhado pelo seu avanço político enquanto classe na direção de toda a sociedade. A burguesia criou um mundo a sua imagem e semelhança: deu caráter cosmopolita a produção e ao consumo em todos os países, ao explorar o mercado mundial desenvolveu uma interdependência universal entre as nações, subjugou o país às leis das cidades, tornou os países periféricos dependentes das economias centrais. Como consequência da centralização dos meios de produção, da concentração da propriedade em poucas mãos e da aglomeração da população em torno das indústrias veio a centralização política de províncias, governos, sistema de impostos em um bloco (MARX e ENGELS, 1996).

A própria composição da classe burguesa se alterou radicalmente no decorrer do desenvolvimento capitalista, a burguesia composta inicialmente por indivíduos ou famílias, que dirigiam diretamente os seus negócios, foi se aglutinando em grupos maiores que formaram as sociedades limitadas ou as sociedades anônimas, impossibilitando a manutenção da forma de direção dos negócios exercida até então, precipitando a formação de grupos gerentes ou gestores especializados na condução dos negócios da classe burguesa. Marx e Engels (1996) viam nisto um indicativo de quanto esta classe havia tornado-se supérflua do ponto de vista da sua função na produção, evidenciando seu caráter cada vez mais parasitário e explorador. A própria disputa de mercado entre os capitalistas foi alvo de profundas alterações, a livre concorrência, os monopólios, os grandes trustes e oligopólios, as multinacionais e mais recentemente as transnacionais foram formas que esta disputa assumiu.

Uma das grandes façanhas da burguesia foi a transformação da produção individual em produção social. Isto é parte do conteúdo revolucionário desta classe na luta contra o feudalismo. Entretanto, ao apropriar-se privadamente dos meios de produção, dos produtos, da circulação e da troca mantém o essencial de todas as sociedades divididas em classe: a exploração de um grupo sobre a imensa maioria da humanidade, que no caso específico deste modo de produção se materializa na extração de mais valia através do trabalho assalariado realizado pelo proletariado, o que confere a esta classe um caráter reacionário neste modo de produção e frente à história da humanidade.

O proletariado também passou por vários estágios de desenvolvimento. No seu nascimento lutou ao lado da burguesia. A princípio o indivíduo trabalhador, expropriado dos meios de produção e dos produtos, depois os operários de uma fábrica, depois os artífices de uma classe profissional dirigiram sua revolta contra o indivíduo burguês que os explorava diretamente, destruindo tanto os instrumentos de produção como os produtos. Nessa fase ainda era uma *massa incoerente, espalhada pelo país todo e fracionada pela competição mutua*(idem, 25). Sua união, eventual, ainda não era consequência de uma união ativa do proletariado, *mas da união da burguesia, cuja classe, para alcançar seus fins políticos, é compelida a movimentar todo o proletariado e é, ainda, por certo tempo capaz de tal.[...] Toda vitória assim obtida é uma vitória da burguesia (ibidem)*. Nessa conjuntura histórica a burguesia foi a protagonista de uma luta que se travava contra as classes fundamentais do modo de produção anterior (feudalismo) e o proletariado era apenas coadjuvante.

Na medida em que o capital se desenvolveu, também, o proletariado se desenvolveu. A classe trabalhadora moderna precisa vender sua força de trabalho, como outra mercadoria qualquer, e precisamente por isso está sujeita a todas variações do mercado e da competição. O salário recebido ao fim de sua jornada de exploração coloca a classe trabalhadora a serviço de outras porções da burguesia: o comerciante, o banqueiro, etc.

Com o advento da grande indústria, o modo de produção capitalista retirou do campo e concentrou nas cidades uma multidão, alterando radicalmente o modo vida, a cultura, o trabalho... Inicialmente essa grande massa de pessoas não se conhecia e concorria entre si, entretanto.

a defesa do salário, esse interesse comum a todas elas perante seu patrão, as une em uma idéia comum de resistência: a coalizão. Portanto a coalizão persegue, sempre, uma dupla finalidade: acabar com a concorrência entre os operários para poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. Se o primeiro fim da resistência se reduzia a defesa do salário, depois, à medida que por sua vez os capitalistas se associam movidos pela idéia da repressão, as coalizões inicialmente isoladas formam grupos, e a defesa pelos operários de suas associações [sindicatos], diante do capital sempre unido, acaba sendo para eles mais necessária que a defesa do salário...Nessa luta – verdadeira guerra civil – vão se unindo e desenvolvendo todos os elementos para batalha futura (MARX, 1965:163).

A luta do proletariado pela defesa do salário e do emprego, ou luta sindical, segundo Marx, embora seja apenas o estágio inicial da batalha futura contra o sistema capitalista, *é não apenas legítima, é necessária. Não pode ser dispensada enquanto perdurar o atual sistema de produção, e mais, os sindicatos devem generalizar sua ação, unindo-se em todos os países* (Marx, 1974:91). Entretanto, já em 1866, em mensagem enviada ao 1º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Genebra, Marx critica o fato dos sindicatos terem ocupado-se exclusivamente com as lutas locais e imediatas contra o capital mantendo-se afastados dos movimentos mais gerais e políticos. *Não estando suficientemente conscientes do que podem fazer contra o próprio sistema de escravidão*

assalariada. Ao mesmo tempo, aponta, que é necessário que os sindicatos ampliem sua área de atuação devendo *agir como focos de organização operária para o grande fim de sua emancipação radical. Devem ajudar qualquer movimento social e político nesse sentido (idem, 92, grifo nosso)*.

Como assinalamos anteriormente, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia, também o proletariado sofreu mudanças na sua composição, no tipo de contratação de sua força de trabalho, no seu modo de viver e compreender o mundo e a vida, criou formas de organização sindical e política, porém o essencial do que o caracteriza como classe foi conservado: estar privado dos meios de produção e dos produtos por ele criados e, com isto, depender da venda de sua força de trabalho, nas mais variadas formas, para sobrevivência da prole.

A discussão apresentada até aqui sobre a luta de classes e alguns marcos gerais de constituição das classes fundamentais do capitalismo, não teve a pretensão, em nenhum momento, de ser um estudo histórico acerca das classes sociais e da luta travada entre estas sob o capitalismo. Nem tão pouco aprofundar o estudo das mudanças mais recentes na conformação dessas classes, mudanças estas que induziram formulações que questionam a organização social a partir da divisão de classes e da luta de classes etc, tarefa teórica fundamental, que tem animado o debate em diferentes campos da sociologia, da economia, da educação etc nas últimas décadas, mas que extrapola o nosso intento nesse momento. Nosso objetivo foi, apenas e tão somente, reafirmar a centralidade da luta de classes como o motor da história social e a sua importância na própria conformação das classes, que dialeticamente interagem realimentando a luta de classe e, assim, fazem a história.

A luta pelo socialismo, batalha futura a que se refere Marx, constitui-se na possibilidade histórica de resolver, através e somente pela luta de classes, a contradição estrutural do capitalismo entre a produção social e a apropriação individual derivada da propriedade privada dos meios de produção. Contradição esta que se manifesta também como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. Este modo de produção se constrói a partir destas duas contradições inerentes a ele desde a sua origem, engendrando crises cíclicas de superprodução.

Para Marx e Engels

É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a imensa maioria dos homens, cada vez mais marcadamente, em proletários, e essas massas proletárias serão por sua vez, as que, afinal, porão fim a anarquia da produção. É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas num preceito imperativo que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinaria, sob pena de perecer. Mas melhorar a maquinaria equivale a tornar supérflua uma massa de trabalho humano. (Marx e Engels, 1975: 50).

A capacidade e necessidade - incessante e infinita - que a burguesia possui de revolucionar os instrumentos de produção determina a eliminação de um número cada vez maior de operários, criando o que, à sua época, Engels chamou de exército industrial de

reserva, disponível para as épocas em que a indústria funciona a pleno vapor e que nas crises que sucedem necessariamente esses períodos é novamente dispensado, constituindo-se num poderoso regulador dos salários frente às necessidades do capitalista. Mais recentemente, em função do imenso salto tecnológico, este fenômeno também deu um salto qualitativo transformando grande parte deste exército de reserva em uma massa supérflua, oriundos do que o campo crítico ao capital tem chamado de desemprego estrutural, pessoas, principalmente jovens e velhos, que terão apenas “oportunidades” episódicas de serem exploradas, ou que, em situações mais críticas, jamais terão o “direito” de vender sua força de trabalho para o capital, fator este que condiciona uma forma extremamente limitada de inclusão desse setor no mercado consumidor, especialmente através de políticas sociais como é o exemplo da bolsa família no nosso país. Este fenômeno alimenta a descompasso entre o ritmo da produção e do consumo sob o capitalismo, aumentando o fosso entre mercado consumidor potencial e mercado consumidor real.

A permanente revolução tecnológica que poderia ser utilizada para a redução da jornada de trabalho liberando o homem para a fruição do reino da liberdade, sob o capitalismo, convertida em meio para a valorização do capital, transforma-se em instrumento para aumentar a extração de mais valia, ou seja, a aumentar a exploração da força de trabalho, aprisionando a vida do proletariado cada vez mais ao reino da necessidade.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentaram Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num do pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de tormento de trabalho, de escravidão, de ignorância, de embrutecimento e de degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital. (Marx, 1980:749).

Da mesma forma que a anarquia da produção na sociedade empurra o capitalista à inovação tecnológica tornando mais poderosa sua força de produção, obriga-o também a expansão da sua força de produção. Entretanto, a expansão do mercado, que os produtos da grande indústria necessitam, se desenvolve num ritmo mais lento do que a expansão da produção, o choque entre expansão da produção e do mercado consumidor torna-se inevitável, *e como é impossível qualquer solução senão fazendo saltar o próprio modo capitalista de produção, a colisão torna-se cíclica* (Marx e Engels, 1975, 42). Nessas crises a contradição entre produção social e apropriação individual atinge o clímax. Embora a indústria produza em excesso, essas mercadorias ficam, temporariamente, paralisadas. O dinheiro, meio de circulação, transforma-se num obstáculo para a própria circulação da mercadoria. A contradição atinge seu ponto mais alto, o modo de produção se rebela contra o modo de distribuição (Marx e Engels, 1975).

Todo o mecanismo do modo de produção falha, esgotado pelas forças produtivas que ele mesmo engendrou. Já não consegue transformar em capital essa massa de meios de produção, que

permanecem inativos, e por isso precisamente deve permanecer também inativo o exército industrial de reserva. Meios de produção, meios de vida, operários em disponibilidade: todos os elementos da produção e da riqueza existem em excesso. Mas a “superabundância converte-se em fonte de miséria e penúria” (Fourier), já que é ela, exatamente, quem impede a transformação dos meios de produção e de vida em capital, pois na sociedade capitalista os meios de produção não podem pôr-se em movimento senão transformando-se previamente em capital, em meio de exploração da forma humana de trabalho (MARX E ENGELS, 1975:52)

Embora, ao longo dos anos tenham sido desenvolvidas estratégias que buscam a minimização das contradições inerentes ao capitalismo, através, por exemplo, da formação das sociedades anônimas, das fusões de empresas, dos grandes trustes, das empresas multinacionais e transnacionais, dos monopólios, do oligopólio, dos blocos econômicos, da regulação do capital nos Estado de Bem Estar Social, da obsolescência planejada como de modo a ativar produção e consumo, da maximização do planejamento dentro das unidades produtivas com objetivo de minimizar a anarquia social da produção etc, isto tudo tem sido operado ao custo da violenta degradação do meio ambiente, da concentração e centralização de capitais e do aumento brutal da miséria da classe trabalhadora em todo o mundo, sem contudo resolver definitiva e radicalmente a contradição fundamental do capitalismo. O modo de produção capitalista revela, assim, seu limite para o pleno desenvolvimento da forças produtivas, que, reclama a solução da contradição entre produção social e apropriação privada e do antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade, ou seja, *que seja efetivamente reconhecido o seu caráter de forças produtivas sociais*, harmonizando modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção (MARX E ENGELS, 1975:54).

A harmonização do caráter social da produção com a forma de apropriação e circulação deste modo de produção é tarefa do proletariado, a classe diretamente interessada no fim da exploração e da miséria humana intrínsecos às relações sociais deste modo de produção, utilizando, para isto, a ação política através do partido revolucionário como arma para a transformação social, isto é, para a mudança global da sociedade ou, em outras palavras, para revolução proletária.

Segundo Marx e Engels, o socialismo científico – expressão teórica do movimento proletário – destina-se precisamente a *pesquisar as condições históricas e, com isto, a natureza mesma desse ato, infundindo assim a classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza de sua própria ação.* (Marx e Engels, 1975:60) Ora, se a sociedade capitalista contém em si mesma as forças necessárias a sua transformação, a tarefa do movimento socialista marxista passa a ser de compreender estas forças, as contradições do capitalismo e as possibilidades de transformação, existentes na própria realidade social, torná-las conscientes para a classe potencialmente revolucionária, de modo que esta possa orientar sua ação política para os fins desejados.

As forças ativas da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos e contamos com elas, exatamente como as forças da

natureza: de modo cego violento e destruidor. Mas, uma vez conhecidas, logo que se saiba compreender sua ação, suas tendências e seus efeitos, está em nossas mãos o sujeitá-las cada vez mais à nossa vontade, e por meio delas, alcançar os fins propostos.[...] Enquanto resistirmos obstinadamente a compreender sua natureza e seu caráter – e a essa compreensão se opõem o modo capitalista de produção e seus defensores – essas forças atuarão apesar de nós, e nos dominarão (idem, 56).

A forma apresentada por Marx e Engels para que o proletariado alcance a consciência da sua própria ação, poderia induzir a interpretação de que esta consciência viria de fora da classe, devendo, por isso ser infundida à classe. Seguindo este argumento, poderíamos conceder, por exemplo, aos intelectuais em geral e à educação em sentido estrito um papel autônomo nas relações sociais de produção, que eles não têm, em outras palavras, poderíamos depreender que a atividade teórica dos intelectuais e a educação pudessem ser plasmadas acima e apesar dos interesses e da luta de classes, ou substituir a ação da classe trabalhadora. Entretanto, esta forma específica de interpretação da questão se coloca em total contradição com a reivindicação do socialismo científico enquanto expressão teórica do movimento proletário, ou seja, o socialismo científico como práxis revolucionária do proletariado, uma vez que é a sua própria ação que é preciso tornar consciente para a classe trabalhadora.

A identificação, a compreensão e o direcionamento das forças ativas da sociedade em favor da classe explorada e oprimida não brotarão espontaneamente. Estas serão fruto do esforço coletivo dessa mesma classe no movimento que realiza em busca de soluções para seus problemas e nesse processo histórico indivíduos isoladamente ou grupos desempenham, a partir das questões colocadas pela própria realidade, a função de elaborar, divulgar e organizar a classe em um novo projeto societário, em outras palavras cumprirão o papel de dirigentes desta classe. Este projeto nasce das necessidades objetivas e das condições subjetivas da classe, se plasma por meio dos intelectuais e, dialeticamente, retorna para a classe alimentando a luta de classes.

Antonio Gramsci, um dos marxistas que se dedicou à reflexão desta questão, elaborou de forma original a “tomada de consciência” a partir da filosofia da práxis⁵ (2001, 93-114). Parte da premissa que todos os homens são filósofos, *ainda que a seu modo, inconscientemente*, pois todo mundo é portador de uma *filosofia espontânea*. Filosofia esta que está contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, *na religião popular e no sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir*. Gramsci reivindica que todos os homens são portadores de uma determinada concepção de mundo, ou seja, que possui uma linha de conduta moral consciente e, assim, contribui para transformar ou conservar essa visão de mundo e a realidade social.

Ao mesmo tempo que, também, *somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos* (idem), pertencemos sempre a determinados grupos com os quais compartilhamos um mesmo modo de pensar e agir, com os quais compartilhamos a visão de mundo. Não existe uma única concepção de mundo, *não existe uma filosofia em geral*, coexistem diferentes visões de mundo e os homens fazem “escolhas” entre estas.

⁵ Sinônimo de materialismo histórico para Gramsci.

Podemos compartilhar de uma visão de mundo sem, contudo, ter consciência crítica disto, quer dizer de forma *desagregada e ocasional*. Isto decorre de uma participação assimilada mecanicamente do ambiente exterior, de um ou mais grupos sociais a que estamos envolvidos desde o nascimento, sem que estas tenham sido objeto de crítica. E, é isto precisamente que ocorre com a imensa maioria dos homens. Esse tipo histórico de *homem-massa* pertence simultaneamente a uma multiplicidade de conformismos, pois possuem fragmentos de modos de pensar e agir tanto dos mais antigos antepassados quanto intuições de uma *futura filosofia que será própria dos seres humanos mais evoluídos*. Em alguns aspectos expressam a mais desenvolvida modernidade, em outros se manifestam atrasados em relação a sua posição social, *sendo, portanto, incapazes de completa autonomia histórica*. São, pois, definidos por Gramsci como bizarramente “compósitos”.

Geralmente, ocorre, também, que a forma de agir desses homens esteja em contradição com a forma de pensar e falar. É possível afirmar que o homem ativo de massa possui uma consciência contraditória, ou seja, que sua consciência teórica esteja em contradição com a ação que desenvolve para a transformação prática da realidade. No cotidiano, o homem-massa pensa de uma determinada forma a respeito de um fato, nem sempre verbaliza esta concepção de maneira coerente com o seu modo pensar e muitas vezes age em contradição com o pensado e verbalizado, as vezes, inclusive, contra os próprios interesses da sua classe. Quando isto ocorre como uma manifestação das grandes massas indica contradições mais profundas de ordem histórico-social, significa que

um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionariamente, que se manifesta na ação e, portanto de modo descontínuo e ocasional- isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico -, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais” ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos. (GRAMSCI, 2001:97).

Esta contradição, entre o pensar e agir do homem de massas, tem conseqüências na sua conduta moral, pode chegar a um tal ponto que *não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política* (idem, 103).

A questão que se coloca, então, é como desenvolver, tornar unitária, coerente e consciente uma visão de mundo, que já existe, ainda que de forma embrionária manifestada na ação em “épocas anormais” pelo grupo social a que pertence a maioria dos homens - o proletariado, ou seja, como construir, difundir a filosofia da práxis e organizar o proletariado a partir desta? Como vimos até agora, para Gramsci assim como para Marx e Engels, não se trata de introduzir um *ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente* (idem, 101).

Pelo referencial gramsciano, o começo é a crítica da *filosofia espontânea* existente, ou seja, a crítica da concepção de mundo fragmentada e incoerente que este grupo tem, por

tomar emprestada a visão de mundo dos grupos sociais a que está subordinado. Esta crítica é ao mesmo tempo a crítica *de toda filosofia existente até hoje*, já que esta deixou *estratificações consolidadas na filosofia* do homem comum (Gramsci, 2001 a:94). O início dessa crítica é um *“conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica* (idem). Esta compreensão crítica de si mesmo é elaborada através do confronto, da disputa com outras visões de mundo existentes, ou seja, na distinção e separação de posições contrastantes pela direção da sociedade, em outras palavras da luta de hegemonias.

Por isto, é importantíssimo que uma nova concepção – contra hegemônica - seja coerentemente elaborada como crítica às ideologias hegemônicas, que, seja difundida paciente e insistentemente, ao mesmo tempo em que se trabalhe

de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente das massas e que permaneçam em contato com elas para se tornarem seu “espartilhos”.(GRAMSCI, 2001:110).

Estas são condições para a possibilidade de uma concepção de mundo contra-hegemônica tornar-se a referência para a ação das massas quando estas se movimentam como um conjunto orgânico e coerente, pois somente através deste confronto, simultaneamente prático e teórico, se pode superar a concepção de mundo espontânea e ingênua das massas.

Cabe, pois, à filosofia da práxis fazer a crítica do mundo cultural existente, isto é fazer a crítica da concepção de mundo que orienta não apenas o discurso mas, também, a atividade prática da maioria dos homens em “épocas normais”. Isto implica criticar o senso comum, expressão fragmentada e desagregada da filosofia (concepção de mundo) da classe dominante tomada por “empréstimo” pelas classes dominadas. Mas, significa, também e principalmente, superar a fragmentação e descontinuidade presente na ação da classe subalterna quando esta se movimenta ocasionalmente como um conjunto orgânico. Isto compreende a elaboração, difusão e organização de uma nova concepção de mundo a partir dos elementos embrionários desta ideologia encontrados na ação dos homens de massas em “épocas anormais” e, assim, começar a desenvolver o processo que cria uma nova cultura, processo este que só se completará sob uma nova estrutura social.

Este processo não se limita a fazer

individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que

permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci:2001,95-96)

A superação da filosofia ingênua e espontânea e o desenvolvimento da filosofia da práxis estão, para Gramsci, diretamente relacionadas à capacidade dos grupos subalternos conformarem uma camada de intelectuais: *uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é sem organizadores e dirigentes* (idem, 2001:104), sem que se plasme teoria e prática num estrato de pessoas especializadas da nova filosofia, que, dialeticamente, retorne para orientar a ação das massas na luta de classes.

A importância conferida a função dos intelectuais e dirigentes tanto no processo de “tomada de consciência” através do desenvolvimento da filosofia da práxis quanto na conservação da visão de mundo hegemônica, portanto, conservação da ideologia da classe dominante, levou Gramsci a diversas reflexões acerca da questão dos dirigentes. Problematisa, explora e critica diferentes aspectos relacionados a este grupo: relação atividade prática e atividade intelectual, critério usual para a definição de intelectual, formação histórica desses grupos, função dos dirigentes, categorias e tipos de intelectuais: tradicionais, orgânicos, rurais e urbanos, relação entre “os simples” e os intelectuais, intelectuais e o mundo da produção, intelectuais e o partido, etc.

Dentre estas questões iniciamos destacando o esforço deste intelectual/militante em recuperar a relação entre atividade física e atividade intelectual, o faz de modo análogo à questão dos filósofos: todos os homens são intelectuais, pois *em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual* (2001a :18). Com isto critica a concepção de operário e de proletariado enquanto aqueles que realizam o trabalho manual ou instrumental, e, também, a concepção caricata de trabalhador não pensante contida na expressão “*gorila amestrado*” de Taylor. Para ele, o que define o proletariado é realizar este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais. Ademais, todo homem, além das atividades ligadas à sua profissão tem uma série de atividades intelectuais, *é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é suscitar novas maneiras de pensar* (Gramsci 2001 a, 53). Não obstante reconhecer serem todos os homens intelectuais identifica que nem todos exercem *na sociedade a função de intelectuais* (idem). Ao mesmo tempo e de forma similar ao que faz com a definição de proletariado, assinala o equívoco metodológico de caracterizar e diferenciar este grupo através do que é intrínseco ao tipo de atividade que desempenha e não em função da relação desta atividade com o conjunto geral das relações sociais.

Desta forma de abordagem decorre a compreensão gramsciana de que cada grupo social tem suas próprias categorias e camadas de intelectuais, denominados intelectuais orgânicos, ou seja, uma compreensão da formação histórico-social do intelectual. Cada grupo social, que se constitui a partir de uma *função essencial no mundo da produção econômica*, ou seja, cada classe social, que se constitui e se desenvolve a partir da posição que ocupa na estrutura do modo de produção a que está inserido, *cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político*(Gramsci 2001a,15).

As camadas de intelectuais preexistentes a um determinado modo de produção, os chamados intelectuais tradicionais, aparecem no modo de produção subsequente como representantes de uma *continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas*(idem, 16,17). Esta sensação de continuidade histórica que os intelectuais tradicionais possuem de si mesmos faz com que estes acreditem possuir independência e autonomia com relação à classe dominante. Contraditoriamente, por estas razões, tornam-se alvos de disputa, e, portanto, passíveis de assimilação e conquista ideológica pelas classes que lutam para ser dominante, em busca de aliados para exercer o domínio e a hegemonia. (ibdem).

De acordo com Gramsci (2001a:10-52) o caráter dialético e orgânico do vínculo existente entre estrutura e superestrutura⁶ se expressa concretamente nos indivíduos ou grupos encarregados de realizar essa ligação: os intelectuais orgânicos, posto que estes desempenham no contexto das relações sociais a função de elaborar, difundir e organizar uma visão de mundo (ideologia) consoante com os interesses econômicos da classe ou grupo social que é representante, dessa forma, desempenham funções organizativas e conectivas entre estrutura e superestrutura.

A atividade dos intelectuais orgânicos é constituída pela combinação das qualidades de elaboração, difusão e organização de uma visão de mundo no tecido social, esta combinação tem, evidentemente, graus de variação. Em decorrência deste grau de variação é possível identificar uma hierarquia entre esses intelectuais, *no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada.* (Gramsci, 2001a:21). O papel criador do intelectual, enquanto elaborador de uma nova concepção de mundo, é de importância decisiva para a classe que aspira a direção geral da sociedade. Entretanto não se deve minimizar a importância da ação do divulgador e do organizador, já que eles são os responsáveis por tarefas tão imprescindíveis quanto a disseminação da ideologia de uma classe e a organização dessa classe visando a hegemonia da sociedade.

O fato desses grupos ou indivíduos desempenharem a função organizadora retira-lhes a possibilidade de autonomia completa frente às relações de poder. Embora, o fato de nem sempre pertencerem ao grupo social ao qual representam garanta-lhes uma certa autonomia relativa, necessária, principalmente, para que estes possam desempenhar com mais eficiência a função de promover através da crítica a autoconsciência da classe que representam.

No capitalismo, o vínculo orgânico deste tipo de intelectual com a estrutura se evidencia por sua ligação com a burguesia ou com os trabalhadores, que são as duas classes fundamentais deste sistema. Este vínculo deve ser examinado pelo caráter orgânico da função que desempenha em suas atividades específicas enquanto *funcionário da superestrutura*, tanto no âmbito da sociedade civil como no da sociedade política, ou seja, o vínculo orgânico é dado na medida que suas atividades intelectuais são identificadas e voltadas para a defesa dos interesses imediatos e históricos de uma dessas classes fundamentais, portanto suas atividades são necessariamente dirigidas ou para a conservação da estrutura (interesse da burguesia) ou para a transformação dessa estrutura (interesse da classe trabalhadora). Como já dissemos anteriormente, tais atividades visam construir a homogeneidade do grupo social que representam, dando a seus membros a consciência da

⁶ Instância na qual os homens tomam consciência dos antagonismos das relações de produção e os levam às suas últimas conseqüências (Marx, 1975)

função que têm no campo econômico, político e social, e assim levar tal grupo a tornar-se hegemônico na sociedade, proporcionando-lhe a direção do bloco histórico⁷.

Nos planos superestruturais da sociedade civil e da sociedade política ou Estado, as quais correspondem, respectivamente, às funções de hegemonia – *que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade* - e de domínio direto – *que se expressa no Estado e no governo “jurídico”*, os intelectuais orgânicos da classe dominante exercem as

funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é, 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e da sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais o consenso desaparece (2001 a, 21).

Os intelectuais orgânicos vinculados à burguesia, como já dissemos, exercem funções subalternas da hegemonia e do governo político, respectivamente nos campos superestruturais da sociedade civil e da sociedade política. Enquanto que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora - responsáveis pela construção da contra hegemonia – terão sua atuação concentrada no campo superestrutural da sociedade civil enquanto esta classe for subalterna e/ou dominada, provocando o dissenso no consenso construído, ativa ou passivamente, pela classe dominante e disputando, assim, a direção moral e intelectual do conjunto da sociedade.

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado [...]. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e a sociedade civil. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto está entrelaçada à sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estado. (Gramsci, 2002, 139-140).

⁷ A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. (Gramsci, 2001:250). A articulação entre a estrutura e as superestruturas (política, jurídica e ideológica) não é mecânica, nem imediata, mas repleta de complexidades e contradições, posto que há uma independência relativa entre ambas e a esta articulação também subjaz o antagonismo entre as classes fundamentais do capitalismo.

Para o proletariado, especialmente no campo do materialismo histórico, o processo de formação de seus dirigentes é longo, contraditório, complexo, com avanços e recuos, reorganizações, debandadas, transformismos etc que tem influência marcante da e na luta de classes. Este processo é expressão da própria história das classes subalternas, que em seu movimento histórico esforça-se para a unificar os grupos subordinados e/ou dominados, e enfrentar seus antagonistas. Entretanto, esta tendência à unificação é constantemente interrompida pela iniciativa da classe ou grupos dominantes, que só podem manter o domínio e/ou hegemonia com a manutenção da fragmentação dos dominados e subalternos, obtida através do convencimento e/ou da força.

A história da formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora se identifica ao movimento histórico de unificação e fragmentação das classes subalternas no capitalismo. Em grande parte estes dirigentes se formam e são testados pela direção política, moral e intelectual que procuram imprimir às lutas parciais (expressão da fragmentação) de sua classe na luta de classes. E, enquanto os grupos subalternados e/ou dominados não conseguem a vitória permanente⁸, que encerraria seu ciclo de dominação e subalternidade, vão acumulando vitórias e derrotas parciais. O resultado desses embates tem influência direta no processo de formação e consolidação dos seus dirigentes. Nestes as propostas, programas, ideologias e formas de organização são testados, aceitos, recusados ou aperfeiçoados e, o vínculo entre dirigentes e dirigidos reforçado, afrouxado ou rompido. O prestígio e confiança que os dirigentes obtêm de sua classe estão direta, mas não exclusivamente, ligados às vitórias obtidas. O confronto destes com as idéias e ideais dos intelectuais da burguesia pode resultar tanto no fortalecimento das convicções e do compromisso deste dirigente com sua classe, quanto na capitulação diante dos seus adversários. Além disto, parte da iniciativa da classe dirigente é cooptar os dirigentes que lhes fazem oposição e com isto desmoralizar, desmobilizar e desarticular a tendência a unificação dos grupos subalternos/dominados, postergando ou evitando, assim, a “luta final”.

Todos os organismos que elaboram, difundem e organizam uma determinada concepção de mundo são considerados partidos ideológicos, segundo Gramsci, pois funcionam como “*experimentadores*” históricos dessas ideologias, uma vez que elaboram precisamente a ética e a política adequadas à sua visão de mundo (2001, 105). De acordo com esta concepção um jornal, um círculo cultural, uma associação de classe etc pode

⁸ A vitória permanente das classes subalternas está relacionada ao fato de se tornarem “Estado”. Segundo nosso ponto de vista, significa transitoriamente se tornarem dominante, exercendo o domínio sobre a burguesia através da ditadura do proletariado. A subordinação do proletariado *não se rompe imediatamente* (Gramsci:2002,135), por que o domínio e a hegemonia da burguesia tão pouco cedem imediatamente. A superação da sociedade classista não se dá por decreto ou simplesmente pela “tomada” da sociedade política pela classe trabalhadora, embora esta seja uma ação importante. No processo de transição para uma sociedade socialista o sentido da dominação deve ser invertido, a maioria (proletariado) deve controlar a ação a minoria (burguesia) até que uma nova relação social de produção e sua respectiva superestrutura possam ser consolidadas. Esta sem dúvida é uma afirmação que nos dias de hoje provoca polêmica e arrepios, especialmente porque tanto as experiências socialistas quanto o próprio capitalismo usam e abusam da força advinda da aparelhagem estatal para manter seu domínio. A idéia forte contida na expressão ditadura do proletariado não reside na forma ditadura, mas, sim no conteúdo proletariado. Está é uma polêmica que não queremos nos furtar embora neste trabalho não possa ser desenvolvida em todo seu potencial.

assumir a função de partido ideológico. Vejamos, pois, esta definição de partido ideológico extrapola as instituições que estamos habituados a designar como partido político, ou seja, o partido político parlamentar institucional próprio da democracia burguesa.

A seleção dos indivíduos pelo partido e a adesão destes ao seu programa e a sua forma organizativa se faz a partir da *massa atuante*, superando, tanto na forma quanto no conteúdo, o tipo de associação que se dá a partir das categorias profissionais nos sindicatos, pois diferentemente destes que organizam parcelas da população a partir de necessidades e interesses corporativos específicos, a tarefa do partido político *é dirigir organicamente “toda a massa economicamente ativa”*. Os partidos políticos são os verdadeiros elaboradores *das novas intelectualidades integrais e totalitárias*⁹(*idem*). Assim, na sociedade moderna os partidos políticos (na acepção gramsciana) são os principais formadores dos intelectuais orgânicos. Ao agrupar um conjunto de dirigentes com a função de elaborar, difundir e organizar uma única visão de mundo, obtém uma resultante superior às elaborações individuais. Estes organismos são verdadeiros dirigentes coletivos tanto da hegemonia como da contra-hegemonia.

A sociabilidade de um modo de produção reflete as principais características estruturais do sistema produção. Assim, o desenvolvimento urbano-industrial no início do século XX levou Gramsci a identificar nessa conformação duas outras categorias distintas de intelectuais: rural e urbano, assim como diferenciou as funções de ambas. O primeiro tinha como função intermediar, por força de sua profissão, as relações entre as massas camponesas e a administração do aparato estatal. O outro, embora, desempenhasse importante função na produção não teria influência na organização social mais ampla. Segundo ele

[...] os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresariado, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito. [e] os intelectuais de tipo rural são, em grande parte, “tradicionais”, isto é, ligados à massa social do campo e à pequena-burguesia, de cidades (notadamente dos centro menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política (GRAMSCI, 2001a, 22-23).

⁹ “Como em outras passagens dos Cadernos, Gramsci usa aqui positivamente o termo “totalitário”. Dado o sentido negativo que essa expressão assumiu posteriormente, é importante ressaltar que, para ele, “totalitário” significa algo unitário e que tem dimensão universal.” (Gramsci, 2001, 459 – nota do editor)

Ora, se para Gramsci a mediação política dos intelectuais rurais estava ligada à mediação profissional (advogado, tabelião, etc.), nas regiões em que o sistema capitalista ainda não havia penetrado intensamente, podemos deduzir que os intelectuais rurais (em grande parte intelectuais tradicionais) fossem expressão dos resquícios das relações sociais do modo de produção anterior (feudalismo), e, na medida que o sistema capitalista foi penetrando todos os poros da organização social os intelectuais rurais foram perdendo prestígio e função política, mesmo porque, inclusive, suas profissões foram sendo historicamente ressignificadas dentro do atual sistema de produção, seguindo, em muitas delas, a tendência à proletarização apontada por Marx e Engels. Ele considerava que a função política dos intelectuais rurais – conectiva entre a massa camponesa e a administração estatal – era uma fase já superada nas regiões urbano-industriais, e de fato historicamente este tipo de intelectual foi perdendo influência política não só nas cidades, senão no próprio campo. Progressivamente, parte da função de contato com a administração estatal que os intelectuais rurais exerciam está sendo transferida para os próprios trabalhadores, estes recorrem diretamente às agências estatais para requerer direitos como, por exemplo, a previdência social ou cumprir deveres como a declaração do imposto de renda etc

Por outro lado, segundo Gramsci, os intelectuais urbanos (técnicos das fábricas) *não exerce[re]m nenhuma função política sobre as massas instrumentais*, ocorrendo, as vezes, exatamente o oposto – *as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos* (Gramsci 2001 a 23, grifo nosso).

Isto não significa, obviamente, que a influência política dos *estado maior da indústria* sobre os trabalhadores tenha deixado de ser necessária ou de existir, ela apenas se deslocou para outros espaços. Na civilização moderna a incorporação das ciências no desenvolvimento da base industrial tornou as atividades práticas da produção tão diversificadas e complexas e *as ciências se mesclaram a tal modo com a vida* (*idem*, 32) que gerou a necessidade da formação de um novo tipo de intelectual urbano. O processo de diversificação e especialização das atividades ligadas à produção e influência política do estado maior da indústria pode ser acompanhado através das grandes linhas de mudanças ocorridas nas instituições responsáveis pela educação em sentido estrito e sentido amplo, tanto dos intelectuais urbanos quanto das massas trabalhadoras: as escolas.

A quantidade e tipos de escolas foram se ampliando enormemente com o objetivo de formar, em diferentes níveis técnicos, amplas parcelas da classe trabalhadora para as necessidades da produção e para a sociabilidade advinda deste modo de produção. Dessa forma, paralelamente ao tipo tradicional mais antigo de escola - a escola humanista – *encarregada de desenvolver em cada indivíduo o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida*, foi se desenvolvendo, em vários níveis e em quantidade muito superior, escolas encarregadas da preparação de grandes parcelas do proletariado para o trabalho e para a sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo, foram criadas escolas profissionalizantes especializadas para a formação de técnicos de nível mais elevado para cada ramo da produção (Gramsci: 2001 a,32-33).

Em cada diferente fase do sistema capitalista esta instituição se adapta às especificidades relativas a cada fase ganhando novas atribuições de modo a auxiliar mais eficientemente a conformação da hegemonia burguesa. No período taylorista/fordista, caracterizado pela hegemonia da fração burguesa ligada à indústria, pela constituição dos Estados de Bem Estar Social nos países centrais e seus arremedos nos países

periféricos, pela polarização – econômica, política e ideológica - entre os países socialistas e capitalistas, a escola dos países capitalistas

formou, do ponto de vista técnico, as novas gerações de trabalhadores para exercerem as tarefas simples e complexas da produção mais racionalizada de existência, em decorrência do uso mais diretamente produtivo da ciência nas relações de trabalho e vida. Do ponto de vista ético-político, difundiu, em boa parte, as premissas burguesas de sociabilidade que tinham no americanismo seu fundamento. No sentido estrito, preparou parcelas de homens contemporâneos para o exercício das funções políticas e ideológicas [...] capazes de enfrentar a disputa planetária de hegemonia entre dois grandes projetos de sociedade – o capitalista e o socialista [...]. (Neves, 2006)

A partir de meados da década de 70, em resposta a mais uma crise orgânica do sistema capitalista, o padrão de acumulação flexível substitui a configuração anterior do capital. O salto tecnológico qualitativo, que acarretou profundas mudanças nos processos de trabalho, o deslocamento a hegemonia da fração burguesa industrial para o capital financeiro, o fim da polarização socialismo/capitalismo em função da derrocada das economias do socialismo real, as reformas políticas neoliberais que buscam reduzir os direitos sociais dos trabalhadores ao limite mínimo, a nova divisão internacional do trabalho etc engendram uma nova fase da sociabilidade capitalista que exige a reestruturação das funções econômicas e ético-políticas entre Estado e sociedade, e, com isto novas demandas da *massa instrumental* e novas funções diretivas e organizativas dos intelectuais urbanos. Estas novas demandas foram, e estão sendo, materializadas, no mundo inteiro, por meio de um conjunto de reformas neoliberais das políticas educacionais. Da formação dos intelectuais urbanos

são requeridos pela burguesia mundial dois ingredientes indispensáveis: o incremento da sua capacitação técnicas, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade do capitalismo em crise, e uma nova capacitação dirigente, objetivando a instauração de uma nova cultura cívica baseada na conciliação de classes, visando “humanizar” as relações de exploração e de dominação burguesas, aprofundadas pela precarização das relações de trabalho e pelo fortalecimento e consolidação do receituário e das práticas neoliberais em nível mundial (Neves, 2006)

No mundo moderno a categoria dos intelectuais se ampliou enormemente. Em parte esta ampliação esteve diretamente ligada às necessidades sociais da produção, por outro lado, expressaram as necessidades políticas da classe dominante e das classes dominadas e/ou subalternas. Assim, da mesma forma que ocorreu um grande crescimento de intelectuais urbanos especialistas em determinados ramos da produção, também as funções provenientes das necessidades políticas foram ampliadas e diversificadas e com estas a

quantidade e diversidade de intelectuais especializados nestas, com destaque especial aos intelectuais envolvidos com as questões da cultura.

A discussão apresentada até agora poderia ser desdobrada em uma série de outras perguntas: O que faz as massas seguirem ou não uma determinada concepção de mundo, ou seja, como uma determinada visão de mundo torna-se hegemônica? Como se desenvolve o vínculo orgânico entre o projeto societário elaborado e difundido pelos dirigentes e as massas? Como é, para as massas, o processo de transição de uma concepção de mundo para outra? Qual é a relação de uma nova visão de mundo com o momento revolucionário propriamente dito? Também poderíamos, a partir de Gramsci, sugerir repostas sobre diferentes elementos que interferem na difusão e popularização de uma nova concepção de mundo, como por exemplo as razões políticas e sociais, a forma de exposição e apresentação, a autoridade do expositor, dos pensadores e cientista em que se apóiam a nova concepção de mundo, a dificuldade das massas de mudarem *de concepção e que [...], jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, [...]*mas, como uma combinação mais ou menos heteroclita e bizarra (2001 a,108). Poderíamos, ainda, explorar a afirmação de que o elemento determinante dá adesão das massas à uma nova filosofia é, como afirma Gramsci, o elemento não racional da fé, pois para ele nas massas *a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. Fé, sobretudo, no grupo social ao qual pertence(idem)*. Certamente, é urgente, para o materialismo histórico ocupar-se dessas respostas. No entanto, a apresentação dessas questões e especulações tem o intuito exclusivo de sugerir que nosso problema de pesquisa tem desdobramentos do ponto de vista teórico, político e ético que, entretanto, não vamos abordar neste trabalho.

As discussões apresentadas até agora nem de longe tiveram a pretensão de esgotar a problemática da relação entre a formação dos dirigentes e as estratégias de reforma ou revolução estrutural da sociedade, estas tiveram o objetivo de focalizar o papel determinante da luta de classes para a superação do modo de produção capitalista, nesta perspectiva buscamos a articulação entre o socialismo científico – expressão teórica do movimento proletário, a “tomada de consciência” por meio da filosofia da práxis e a formação, função e relevância dos intelectuais orgânicos na disputa da direção do bloco histórico. Com relação a formação dos intelectuais orgânicos nos concentramos na formação das camadas de dirigentes e suas funções enquanto produção histórico-social dos grupos sociais, ou seja, nos ocupamos da explicitação da vinculação de indivíduos ou grupos de intelectuais com as classes fundamentais de um dado modo de produção e de suas relações sociais. Abordamos, também, os diferentes níveis das atividades dos intelectuais nas funções de hegemonia e de contra-hegemonia, bem como a importância dos partidos políticos como dirigentes coletivos. Assinalamos as variações históricas das funções e das categorias de intelectuais e, por fim, o papel das instituições escolares na educação destes.

Embora, como dissemos a pouco, a discussão apresentada até agora não esgote a problemática já permite extrair algumas conclusões necessárias para avançar a pesquisa que nos propusemos. Sinteticamente podemos dizer que a transformação social será fruto da vitória da ação do conjunto da classe trabalhadora na luta das classes, na disputa pela direção do conjunto da sociedade. Para travar esta luta, às vezes aberta, outras vezes silenciosa, é necessário que as diferentes frações das classes subalternas e/ou dominadas superem sua fragmentação ideológica, política e organizativa, ou seja, que se unifiquem em torno de um novo projeto societário. A ação das classes subalternas tende a realizar unificações momentâneas, mas como estas têm uma concepção de mundo ingênua, fragmentada, tomada de empréstimos dos grupos e classes dominantes a consciência de sua

própria ação é sempre limitada, ou seja, sua consciência também é fragmentada. Esta consciência fragmentada, dialeticamente, retorna e reforça ações de natureza limitada e fragmentada na luta de classe. A manutenção deste estado de fragmentação da organização, da ação e da consciência das classes subalternas tem a interferência direta, decisiva e consciente da unificação da classe dominante e/ou hegemônica. A superação da consciência ingênua e fragmentada das classes subalternas é o objeto teórico e prático da filosofia da práxis, ou seja, a filosofia da práxis ocupa-se da interpretação da cultura hegemônica e do desenvolvimento de uma nova cultura – contra hegemônica. A formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora tem importância determinante para a superação do estágio da *classe em si* e a sua transformação em *classe para si*, pois uma classe não *se torna independente para si* sem se organizar, e não se organiza sem que um grupo exerça as atividades de elaborar, difundir e organizar uma concepção de mundo consoante aos interesses econômicos dessa classe, ou seja, sem que este grupo desempenhe funções conectivas entre estrutura e superestrutura. Esta nova concepção de mundo não é uma criação idealista arbitrária, descolada da realidade, de um grupo de intelectuais geniais, é antes de tudo o desenvolvimento orgânico de uma concepção de mundo que já existe de forma embrionária e fragmentada nas atividades que a própria classe realiza quando se movimenta como um conjunto orgânico, e que se materializa no mais importante intelectual coletivo do mundo moderno – o partido político que se propõe a dirigir o processo de transformação social, ou seja, o partido revolucionário. Em poucas palavras, o papel do materialismo histórico é, através da mediação dos dirigentes e do partido político, dotar a classe trabalhadora dos meios para a compreensão crítica das determinações históricas que a constituem como classe, e, com isto permitir-lhe o direcionamento consciente das lutas que trava.

Se a discussão apresentada até aqui nos leva a concluir que o papel determinante da direção do processo da revolução proletária é, sem nenhuma dúvida, do partido político revolucionário e seus dirigentes, qual seria, então a possibilidade e simultaneamente o limite do movimento sindical e de seus dirigentes contribuírem para este processo, e por fim qual é o tipo de formação de dirigentes que este favorece por um lado, e, por outro, necessita.

Iniciamos reafirmando, com Marx, que, embora as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na organização dos processos de produção, nas relações trabalhistas, nas políticas sociais constituam uma materialidade adversa que não apenas questiona a efetividade dos movimentos sindicais, mas, sobretudo atua intencionalmente para desmobilizar a luta sindical em todo o mundo, esta *não é apenas legítima, é necessária. Não pode ser dispensada enquanto perdurar o atual sistema de produção, e mais, os sindicatos devem generalizar sua ação, unindo-se em todos os países.* Ainda que esta afirmação tenha se dado numa conjuntura muito diferente da atual, por ocasião do 1º Congresso da Internacional Comunista, em 1866, onde a formação dos partidos políticos e o próprio desenvolvimento da sociedade civil (na acepção gramsciana) fossem muito embrionários, e por isto os sindicatos tivessem uma importância muito superior na luta de classes do que no momento atual, defendemos aqui a manutenção de sua validade posto que

- na indústria, no comércio, nos bancos, na agricultura etc a extração de mais valia absoluta e relativa, forma específica que a exploração adquire no capitalismo, não apenas se mantém, mas se

intensifica, e a luta sindical é uma das formas que pode tomar a resistência à extração de mais valia,

- a concorrência entre os trabalhadores se acirra por conta do desemprego estrutural favorecendo a tendência permanente da burguesia diminuir os salários, por isto é necessário vencer a concorrência entre os trabalhadores para fazer frente aos patrões, e esta é outra das funções da luta sindical.

Nas últimas décadas, ao lado da tradicional forma de organização dos processos de produção e contrato de trabalho que concentram num só local centenas de trabalhadores, surgiram novos modos de organização do trabalho, novos tipos de trabalho e de contrato trabalhista que dispersam os trabalhadores e, principalmente, dissimulam a relação de exploração. A constante ameaça de desemprego e a queda dos salários, subprodutos do desemprego estrutural, ao mesmo tempo, que evidenciam a necessidade de unificação dos trabalhadores para fazer frente ao aumento da exploração capitalista pressionam, também, no sentido contrário, ou seja, no sentido da sua desunião e desmobilização. Essa materialidade não pode ser ignorada ou subestimada se quisermos compreender tanto os limites quanto a potencialidade do movimento sindical no mundo contemporâneo.

Ao tomarmos como referência um dos pressupostos ideológicos tanto do liberalismo clássico como da atual configuração do capital (neoliberalismo) que difundem e estimulam a solução individual dos problemas, ou seja, que pressionam à fragmentação da classe, a tal ponto, que conduzem a resistência à exploração ao estrito plano individual, talvez possamos identificar positividade no movimento sindical para a transformação social. Até mesmo o limite restrito de unificação que o movimento sindical pode proporcionar à classe trabalhadora - pelo fato de reunir apenas frações da classe a partir do critério limitado da profissão, ou do ramo da produção, ou de uma categoria profissional, ou de uma empresa - pode ser considerado um primeiro grande movimento de unificação, pois desloca a resistência do plano individual para o plano coletivo, mesmo com os limites já apontados.

Mas, este primeiro importante movimento de unificação, de ação coletiva, tem também o limite do tipo de reivindicação que faz, pois geralmente fica restrito ao âmbito das demandas da corporação profissional, ou seja, essas reivindicações não atingem o conjunto da classe, embora, a depender da correlação de forças na sociedade, uma vitória pontual de uma categoria profissional possa ser estendida para o conjunto da classe.

Os momentos mais acirrados de disputa econômico-corporativa com os patrões podem favorecer o surgimento de ações e formas de organização (assembléias, greves, ocupações, manifestações de rua, etc) que empurram esse grupo a se movimentar como um subconjunto relativamente autônomo e orgânico, onde as condições para a explicitação do antagonismo entre as classes estão mais favorecidas, o que pode ajudar no desenvolvimento ainda muito primitivo de uma consciência de pertencimento a um grupo social “diferente” de seus patrões. Entretanto, quando este movimento coletivo relativamente autônomo e

orgânico cessa, a normalidade do cotidiano tende a ser retomada, podendo retroceder até mesmo ao primitivo nível de organização e consciência de classe que estas lutas ensejam.

A luta sindical e suas formas de organização e ação surgiram como resposta da classe trabalhadora para resistir e se contrapor à exploração capitalista, entretanto, isto não significa que a luta sindical dos trabalhadores irá até as últimas conseqüências para a superação do sistema capitalista, seja pelos limites apontados anteriormente e/ou porque, como em qualquer outro campo da luta de classes, a classe dominante atua permanentemente para desagregar, também, este tipo primário de união de segmentos da classe. Primeiro por que a necessidade de defesa do lucro implica necessariamente no desenvolvimento de métodos que aprofundam a extração de mais valia (absoluta e relativa) cujos principais subprodutos são a limitação do ganho salarial e o desemprego contra os quais o movimento sindical, a princípio, deve se opor. Segundo por que este tipo de luta pode ganhar uma dimensão que extrapola uma categoria, ou seja, pode generalizar-se para outros segmentos profissionais avançando na explicitação do antagonismo de interesses entre as classes fundamentais, embora, com o limite de ainda ser uma luta meramente econômica.

Ao longo da história tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia foram desenvolvendo diferentes táticas e estratégias de combate para a luta sindical. A burguesia enfrentou este tipo de organização dos trabalhadores com a proibição de sua existência legal, com a repressão violenta das greves, com o seu reconhecimento e regulação legal, por meio da cooptação dos dirigentes dos trabalhadores, com a desqualificação ou aniquilação de sindicatos, com a incorporação dos sindicatos à aparelhagem estatal etc, ao mesmo tempo em que, também, organizou-se em sindicatos, federações e confederações.

Os trabalhadores, por sua vez, expressando sua tendência à unificação, se associaram para ajuda mútua e solidariedade, para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, fizeram greves isoladas, greves por categorias, greves gerais, piquetes, ocupações, grandes manifestações, reuniram sindicatos isolados em sindicatos por ramo de produção, unificaram sindicatos nacionalmente, construíram centrais sindicais nacionais e internacionais etc.

Como já afirmamos anteriormente, desta vez com Gramsci, uma classe não se torna independente para si sem dirigentes, desta afirmação derivamos que até mesmo as pequenas e limitadas ações sindicais dos grupos ligados às funções da produção dependem de algum grau de organização, e, esta organização está diretamente ligada à capacidade das frações da classe forjarem dirigentes que desempenhem a função específica de organização sindical.

A direção política dos sindicatos, federações e confederações patronais é exercida diretamente pelos empresários, enquanto que as funções subalternas de difusão e organização dos seus interesses são delegadas aos intelectuais orgânicos de nível inferior. Eles possuem uma clara consciência dos seus interesses específicos e, também, dos interesses estratégicos de sua classe, ou seja, quando os empresários se aglutinam em torno dos sindicatos, federações ou confederações têm consciência de que estão reunidos para aglutinar forças e, assim, disputar contra outras frações de sua classe melhores condições de desenvolvimento para o seu ramo de produção, por isto pressionam o Estado e os governos a direcionar os investimentos de infraestrutura, a formação e qualificação específica da força de trabalho, as políticas econômicas etc de modo a privilegiar seu setor. Mas não se limitam a isto. A organização sindical dos patrões ocorre, também, para combater toda e qualquer forma de organização dos trabalhadores que tenha por objetivo diminuir seu lucro, isto implica combater a organização sindical dos trabalhadores que estejam alinhadas à

perspectiva de superação da organização social capitalista. Neste aspecto as diferentes frações burguesas estão sempre unificadas e solidárias umas com as outras contra a classe trabalhadora. Este combate tem assumido, ao longo dos anos, diferentes formas, entre estas: a desqualificação desses organismos, o não reconhecimento de sua representatividade, repressão direta, a cooptação de seus dirigentes, a proibição velada ou explícita da sindicalização dos trabalhadores, a constituição de organismos que competem com os sindicatos, formação dos sindicatos por empresas, a nomeação de interventores para dirigir os sindicatos dos trabalhadores etc. Além disto quando se trata de defender os interesses estratégicos de sua classe, ou seja, a sobrevivência do modo de produção capitalista, a burguesia sempre esta unida para combater os trabalhadores.

A direção dos sindicatos dos trabalhadores deve ser exercida pelos próprios trabalhadores da categoria profissional que representa. Diferentemente da burguesia que se une, inclusive no âmbito sindical, para defender seus interesses estratégicos, a classe trabalhadora ainda tem muita dificuldade de agir organicamente em defesa de seus interesses econômico-corporativos, ou até mesmo de se solidarizar com as frações da sua classe quando estas estão em luta pela contenção da exploração. Muitas vezes a greve de um setor dos trabalhadores é repudiada por outros segmentos da classe. Isto indica, claramente, o grau de distanciamento entre as frações dessa classe, que pode ser oriunda da ausência de uma política que divulgue a greve e chame a solidariedade da classe para com esta, embora também, não possamos descartar que a absoluta precariedade das condições de vida da maioria da população faz com que qualquer mudança na rotina provoque um transtorno de grandes dimensões para os setores mais pobres dos trabalhadores, levando-os a se opor a muitos tipos de atividades sindicais. Além disto os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, cumprem um papel determinante na difusão da ideologia contra as greve, as mobilizações ou qualquer outra forma de luta da classe trabalhadora, estimulando que todos, até mesmo os setores que não são diretamente ou indiretamente envolvidos pela paralisação, se posicionem contrariamente às formas de organização e luta dos trabalhadores. De qualquer forma estas dificuldades expressam o limite da compreensão do antagonismo entre burguesia e proletariado, ou seja, expressam o limite no desenvolvimento da consciência de classe para si da classe trabalhadora, e isto, se reflete e é reflexo na e da formação de seus dirigentes.

Quando um dirigente sindical dos trabalhadores tem uma concepção de mundo fragmentada e ingênua, quando não possui uma clara consciência de pertencimento de sua classe e compromisso ético-político com os interesses imediatos e estratégicos desta, ou seja, quando não possui um vínculo orgânico com a classe a que pertence, tenderá a circunscrever a luta sindical ao horizonte possível para o capitalismo, no máximo ao horizonte das reformas econômico-corporativas, reforçando, consciente ou inconscientemente, a fragmentação da classe trabalhadora e a manutenção da exploração.

De acordo com as conclusões apresentadas anteriormente a superação desta consciência ingênua e fragmentada se dá por meio da disputa de hegemonias, e, para tal é fundamental o desenvolvimento da filosofia da práxis pelo partido político revolucionário. Dito isto, podemos inferir que o dirigente sindical com uma concepção de mundo socialista, de alguma forma ou em algum grau, tem ou teve relações, nem sempre orgânicas, com partidos políticos cuja meta é a transformação revolucionária da sociedade, e, é por influência destes que a contribuição do movimento sindical para a transformação social pode ganhar maior densidade. Obviamente, a vinculação dos dirigentes sindicais com partido político não se restringe à sua ligação com os partidos comprometidos com a transformação social, ou com os partidos revolucionários, os partidos conservadores da

ordem capitalista também têm relações com o movimento sindical dos trabalhadores, e esses dirigentes atuam conscientemente para a conservação da estrutura capitalista, são aliás, muitas vezes estimulados e financiados pela própria burguesia.

Dessa forma, podemos, grosso modo, distinguir dois extremos orgânicos no nível de consciência e compromisso político dos dirigentes sindicais dos trabalhadores: num deles se localizam aqueles dirigentes que atuam na luta sindical movidos exclusivamente pelos interesses econômico-corporativos, às vezes são neófitos, mas geralmente são dirigentes cuja concepção de mundo é a da classe dominante, objetivamente representam os interesses da burguesia no seio da classe trabalhadora. É importante ressaltar que estes dirigentes, embora estejam atuando num organismo da classe trabalhadora, exercem, no âmbito da sociedade civil, funções subalternas da hegemonia. No outro extremo temos aqueles dirigentes que atuam neste âmbito da luta de classe movidos pelo interesse da superação da organização social capitalista, por esta razão procuram, permanentemente, a explicitação do vínculo desta atividade com a disputa de projetos societários contra hegemônicos. Entre estes dois pólos extremos temos toda uma gradação que expressa tanto a composição heteróclita da consciência desses sujeitos, definidos por Gramsci como bizarramente compósitos, quanto o espaço potencial de deslocamento do nível de consciência e do compromisso com sua classe. O deslocamento nesse espaço potencial e o nível de consciência obtidos são historicamente determinados pela luta de classes.

Quando admitimos a vinculação, orgânica ou não, dos dirigentes sindicais com os partidos políticos, somos provocados a abrir, ainda que brevemente, um outro aspecto da discussão sobre o sindicalismo e assim problematizar o tipo de relação que deve existir entre partido e sindicato. Deve haver algum tipo de subordinação entre estes dois organismos? As experiências históricas de subordinação do sindicato ao partido político ou vice-versa, têm se mostrado, segundo nosso ponto de vista, equivocadas, pois se o partido se subordina ao sindicato não consegue atingir o conjunto da classe, uma vez que estes organizam apenas frações da classe e na imensa maioria das vezes se movem por reivindicações restritas a questões parciais e específicas daquele segmento profissional, logo se a subordinação do partido ao sindicato se consolida sua luta esta limitada. Isto está de pleno acordo com os objetivos dos partidos burgueses ou oportunistas, entretanto, é uma profunda incoerência se o partido que exerce esta influência se diz comprometido com a transformação social. Subordinar o programa e atividade do partido político revolucionário aos sindicatos equivale dizer que a organização sindical é suficiente para a transformação social, isto significa, na prática, a dissolução dos setores mais avançados da luta revolucionária que estão no partido político na retaguarda organizativa das massas, ou seja nos sindicatos.

Quanto mais amplas são as massas que os sindicatos abrangem, melhor eles cumprem sua missão. Um partido operário, ao contrário, se prestigia somente ser for ideologicamente homogêneo, ligado pela unidade de ação e de organização. Pretender que os sindicatos são auto-suficientes porque o proletariado já alcançou sua “maioridade” é adular o proletariado, afirmando-lhe ser algo que ele não é e nem pode ser sob o capitalismo – que mantém no atraso e na ignorância a enorme massa de operários -, permitindo somente à vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão do conjunto da sua classe (TROTSKY, 1978)

Tão pouco deve o sindicato se subordinar ao partidos políticos, pois a filiação dos trabalhadores aos sindicatos se dá em função das necessidades específicas da sua atividade profissional e não por conta do projeto societário que o partido político propõe, sendo, pois, equivocado impor ao conjunto dos trabalhadores que compõem determinada categoria profissional que assuma o programa deste ou daquele partido.

Qual deve ser, então, a forma de relação entre estes? Segundo nosso ponto de vista, é necessário garantir a plena autonomia administrativa de cada um desses organismos, porém, é legítimo que os partidos disputem a influência política sobre os sindicatos. Aqueles que se propõem a representar os interesses dos trabalhadores devem, através dos membros que façam parte da categoria e principalmente por meio dos dirigentes sindicais que estão sob sua influência, apresentar propostas para encaminhar as questões concretas relativas a esses segmentos profissionais, obviamente estas propostas estão fundamentadas e articuladas com a visão de mundo (ideologia) e a política mais geral do partido político. À categoria cabe decidir, livremente, se as aceita ou não. Se uma categoria escolhe democrática e livremente uma proposta ou um dirigente sindical vinculado a um partido isto significa que esta categoria, ou pelo menos parte expressiva dela, se identifica com a visão de mundo deste partido, e reforça-a ao elegê-la.

A influência do partido sobre o sindicato não deve ser direta, não é o partido que deve elaborar o programa e as políticas sindicais específicas. Esta influência deve se dar através da mediação dos membros da categoria profissional e principalmente através dos dirigentes sindicais que possuam simultaneamente vínculo, orgânico ou não, com o sindicato e com o partidos político. E é precisamente isto que ocorre. Existe uma relação dialética entre partido e sindicato A história recente do nosso país é pródiga em exemplos desta natureza. Basta verificar a quantidade de dirigentes sindicais que foram e são vinculados aos partidos políticos parlamentares, ou a quantidade de parlamentares cuja origem está no movimento sindical. A partir dos anos 80 o PT e a CUT são os exemplos mais emblemáticos desta relação, entretanto, nas décadas anteriores o PCB, o PTB e o CGT servem, perfeitamente, para exemplificar o que afirmamos. Esta não é uma especificidade apenas do nosso país ou de uma conjuntura mais recente, em 1929, Trotsky já alertava para esta tendência.

Os fatos demonstram que não há, em lugar nenhum, sindicatos politicamente “independentes”. Nunca houve. A experiência e a teoria nos dizem que nunca haverá. Nos Estados Unidos, os aparelhos sindicais estão diretamente ligados ao plano maior da indústria e dos partidos burgueses. Na Inglaterra, antes apoiavam geralmente os liberais, agora formam a base material do Partido Trabalhista. Na Alemanha, marcham sob a bandeira da social-democracia. Na República Soviética, sua direção corresponde aos bolcheviques. Na França, uma das organizações sindicais segue aos socialistas e outra aos comunistas. Na Finlândia, dividiram-se há pouco tempo: uns vão para a social-democracia e outros para o comunismo. E assim em todas as partes.[...] Isto corresponde diretamente às características da época imperialista, que desnuda todas as relações de classe e, inclusive dentro do

proletariado, acentua as contradições entre a sua aristocracia e os setores mais explorados (TROTSKY, 1978, 35).

Quando os dirigentes sindicais são vinculados a partidos burgueses ou oportunistas tendem a expressar esta relação, quase sempre, de forma dissimulada, ocultando, por vezes, consciente, interessada e intencionalmente esta relação, excepcionalmente omitem-na por ignorância ou incompreensão da indissociabilidade entre os interesses econômico-corporativos e os interesses éticos-políticos, ou seja, como fruto do limite da consciência de classe para si. Os partidos comprometidos com a transformação social, como já dissemos anteriormente, devem dedicar-se a fazer avançar a consciência da classe para si e a organização independente dos trabalhadores para a superação da sociedade capitalista, neste caso as propostas e programas apresentados por seus dirigentes sindicais ao conjunto da categoria devem vincular as táticas sindicais imediatas à estratégia histórica da classe, e não tem por que fazê-lo de forma dissimulada. É necessário que paciente e insistentemente seja trabalhada esta vinculação. Obviamente, as condições gerais de um determinado país ou do nível de desenvolvimento da consciência e organização da classe trabalhadora devem nortear *o caráter da influência do partido* [sobre os sindicatos], *suas formas e seus métodos podem diferir profundamente* (TROTSKY, 1978,32).

O que está em discussão não é se os partidos exercem ou não influência sobre os sindicatos, posto que historicamente isto já está respondido. A grande questão é sob que programa político o partido busca influenciar o sindicato dos trabalhadores? É neste âmbito que podemos encontrar um dos grandes perigos desta influência, ou seja, o problema é ter, sobre os sindicatos dos trabalhadores, a influência de partidos burgueses ou oportunistas. Além deste, outro grande risco que pode derivar desta influência é o estabelecimento de uma relação promiscua entre o partido e o sindicato, uma relação sem ordem nem distinção, misturada, indistinta, confusa entre estes dois organismos. É o que se convencionou chamar nos meios sindicais de “aparelhar” ou “partidarizar”, ou seja, transformar o sindicato, pelos mais diversos mecanismos, em correia de transmissão direta de um partido. Neste caso o partido tende a substituir as direções sindicais, passa a definir quais são as políticas cotidianas para o movimento sindical, qual é o projeto de sociedade, cria uma série de mecanismos, muitas vezes burocráticos, que impede a livre expressão e debate de idéias no espaço sindical, podendo chegar, até mesmo, a utilizar o aparato sindical de uma categoria como se pertencesse ao partido.

Certamente, muitos outros aspectos na relação da luta sindical com a transformação social poderiam ser abordados, entretanto para o objetivo específico deste trabalho – refletir sobre os processos de formação dos dirigentes sindicais da CUT e sua relação com as estratégias de reforma ou revolução – as articulações apresentadas até aqui serão tomadas como suficientes. Resumidamente, podemos dizer, concordando com Lênin, que o sindicato é a primeira escola organizativa e política dos trabalhadores, o sentido atribuído a esta expressão é que o sindicato pertence ao nível básico, mais elementar, de organização dos trabalhadores para se opor ao capital, exatamente pelo limites que já apresentamos anteriormente. Fazendo uma analogia com o sistema de ensino, diríamos que o sindicato está para o partido assim como a educação básica está para o ensino superior, no que se refere à formação política dos trabalhadores, contudo, tanto quanto na educação formal, a importância da educação básica é inegável. Tanto para a classe como para os dirigentes o exercício concreto de ação político-sindical, de autonomização intelectual e organizativa é muito valioso.

Merece destaque a importância que este tipo de movimento pode ter na constituição de frações da classe trabalhadora e na realização de experiências de ação coletiva contra o capital, na medida em que, objetivamente, procura colocar limites para a extração de mais valia. Estas experiências permitem desenvolver métodos de luta que demandam algum grau de ação relativamente autônoma frente à burguesia, ainda que limitada e temporária, favorecendo a explicitação do antagonismo de classes subjacente ao capitalismo, e, criando condições para estes grupos se diferenciarem dos seus exploradores. Entretanto todos esses elementos são, por assim dizer, elementos de negação de um modo de vida e de uma visão de mundo. Não são mais do que potencialidade para a luta que se destina à superação da organização social capitalista. Para que esta potencialidade ganhe materialidade real é necessário articulá-la conscientemente com o projeto de transformação social, isto é com a afirmação de uma nova visão de mundo e novo modo de vida. É, precisamente, esta a tarefa dos dirigentes sindicais ligados, organicamente ou não, ao projeto de transformação social.

Portanto, a contribuição desses dirigentes para a transformação social é estimular a organização e mobilização autônoma e orgânica desses segmentos de classe para disputa de suas demandas corporativas, com isto, favorecer o rompimento com a rotina das “épocas normais” e, assim, ajudar o desenvolvimento de experiências, de auto-confiança e a consciência de classe destes segmentos de trabalhadores. Contudo, isto só pode ser realizado a partir da compreensão crítica das determinações históricas que os constituem como classe, que no caso do movimento sindical se faz através da explicitação da relação entre a luta econômico-corporativa e a luta ética-política para permitir-lhes o direcionamento consciente das lutas que travam.

Até aqui, pretendemos ter apresentado diferentes dimensões constitutivas da formação dos dirigentes sindicais dos trabalhadores, num processo contínuo e permanente proporcionado pelo vínculo orgânico com a classe que representa, pelo seu pertencimento a uma determinada categoria profissional, pela participação nos partidos políticos e pelas práticas sociais do cotidiano. Formação esta que se dá especialmente através da participação em experiências em movimentações e organizações de caráter coletivo como greves, campanhas salariais, campanhas políticas. A estas experiências devemos acrescentar as tarefas cotidianas de administração do aparato sindical, que a princípio exigem um certo grau de informação e especialização no que tange às questões técnicas, legais e de organização do trabalho.

Em nosso país, grande parte deste aprendizado se dá no próprio enfrentamento diário dessas questões. Na maioria das vezes é um conhecimento empírico, que se transmite, por uma espécie de tradição, dos dirigentes mais experientes e antigos para os mais novos, principalmente pelos laços de confiança política que se estabelece entre eles. Geralmente, este tipo de formação tem um nível muito limitado de informação técnica, de conhecimento teórico e de reflexão crítica e criativa.

A aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embate envolve ensinamentos adquiridos na própria vida. A riqueza desses ensinamentos extraídos da vivência dos trabalhadores se potencializa quando eles têm oportunidade de fazer reflexões sobre suas experiências individuais e coletivas. Sendo assim, também é importante que ao aprendizado vindo da prática se acrescentem outros, obtidos através da leitura, do estudo, de formas mais sistemáticas e planejadas de reflexão e teorização da prática. (MANFREDI, 1996, 39)

Muitos sindicatos apresentam especial preocupação com este aspecto da formação de seus dirigentes, por conta disto em boa parte destes existe uma secretaria de formação ou um assessor de formação. Entretanto, é raro encontrar um sindicato que consiga desenvolver um programa ou plano de formação permanente para qualificar a intervenção de seus dirigentes, seja pelas divergências entre as correntes políticas que o compõem, seja pela lógica emergencial que rege a vida sindical, em certos casos isto ocorre por conta do baixo nível de escolaridade dos próprios dirigentes, em outros pela falta de tempo dos dirigentes que não tem liberação do tempo de serviço para realizar o trabalho sindical, ou pela falta de desejo de outros tantos etc, se quiséssemos nos deter neste aspecto poderíamos encontrar uma verdadeira coleção de justificativas “plausíveis” para este fato. Estas limitações na sua formação fazem com que, no melhor dos casos, a maioria desses atuem por uma espécie de intuição de classe e de tradição sindical, a imensa maioria, quase sempre, exercem as atividades que Gramsci classifica de nível mais baixo: difusão e organização, delegando a função de elaboração para os assessores, para os diretores mais antigos, para outras instituições etc.

A caracterização da fragilidade da formação política-ideológica dos sindicalistas não é algo recente, na fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, estas questões já estavam claramente colocadas, por isto, desde seu início votou-se pela criação de um Instituto Nacional de Formação, que tinha por objetivo ajudar os sindicatos a superar as fragilidades da formação dos dirigentes, tanto no âmbito político, decorrente principalmente dos anos de ditadura militar, quanto no âmbito específico das tarefas sindicais. Acrescenta-se a isto a resolução, aprovada desde de seu congresso de fundação e nunca revogada, de contribuir com a construção da luta pela transformação social, e temos uma série de componentes muito complexos para orientar um tipo específico de formação para os dirigentes sindicais cutistas.

Esta formação tem sido definida, construída e organizada através de um conjunto de diretrizes e atividades que conformam a Política Nacional de Formação – PNF da Secretaria Nacional de Formação - SNF da Central Única dos Trabalhadores. A PNF desde sua origem esteve vinculada às resoluções dos Congressos Nacionais da CUT – CONCURTs, que se propõem responder tanto às questões de ordem imediata e corporativa dos trabalhadores quanto à elaboração de um novo projeto societário, o que exigiria, segundo a discussão apresentada até aqui, a formação de dirigentes com o conteúdo dos intelectuais orgânicos, defendidos por Gramsci.

Com o objetivo de compreender a concepção de dirigentes que estas políticas procuraram formar buscamos dois níveis de articulação. O primeiro diz respeito à inserção da Central Única dos Trabalhadores no conjunto de relações sociais, nesta articulação procuramos apreender os elementos da trajetória e do método utilizados para a definição e construção do seu projeto econômico e de sociabilidade. A necessidade de apreensão deste projeto justifica-se pela vinculação que a elaboração e realização do mesmo implica na formação dos dirigentes: que dirigentes para qual tipo de sociedade. O segundo nível de articulação se deu a partir da PNF, como esta se relaciona com o projeto estratégico de sociedade da CUT e com as estratégias de sociabilidade hegemônicas.

2. A CUT E O CORPORATIVISMO NOS ANOS DE DESENVOLVIMENTISMO

A partir da década de 1930, com o governo Vargas, coube ao Estado¹⁰ cumprir um papel determinante no processo de transição de uma economia fundamentalmente agrária exportadora para um modelo de capitalismo tardio, portanto dependente e subordinado aos países imperialistas¹¹, urbano-industrial de substituição de importações, impulsionando e intervindo diretamente em todos os níveis da organização social, promovendo, por exemplo, a racionalização produtiva, a programação estatal da economia capitalista, o direcionamento das políticas sociais, o desenvolvimento de novas formas de controle de massas, entre estas uma estrutura sindical corporativista.

Diferentemente dos países onde ocorreram revoluções burguesas e proletariado e burguesia se defrontaram, como e enquanto forças antagônicas, no cenário histórico, fazendo surgir a conformação de um novo bloco histórico, em nosso país a *passagem* de um modelo econômico a outro foi fruto de uma disputa entre frações da classe dominante que resultou em um acordo entre estas frações, conciliando os interesses agrários com os interesses industriais emergentes. De modo que, segundo Oliveira (2003), a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização, posto que a agricultura de subsistência ajudava a baixar o custo de reprodução da força de trabalho e escoava para a cidade um excedente, não-reinvertível em si mesmo, que facilitava e financiava a acumulação do capital urbano industrial.

Esta é uma expressão da particularidade do nosso capitalismo tardio, de uma burguesia “*dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico*” (Fernandes 1975:206), Por dentro da ordem, sem uma ruptura com esta, uma nova fração da classe, ligada à indústria, vai progressivamente assumindo a direção política e intelectual da sociedade brasileira, sem

¹⁰ Neste trabalho adotamos a perspectiva Gramscina de Estado Ampliado, formado pelo Estado estrito senso e sociedade civil.

¹¹ Imperialismo, termo pouco usado pelos teóricos atualmente, é definido classicamente, em cinco traços fundamentais”(...) 1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. O termo da partilha territorial do mundo entre a potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, 1977: 641-642)”

contudo destruir a fração agrária exportadora, porém, subordinando-a a seus interesses (Oliveira, 2003), pulverizando assim os interesses da classe dominante. A nova fração de classe dirigiu para o Estado suas demandas e fez deste um instrumento privilegiado na consolidação de sua dominação, embora, também, estivesse embrionariamente organizada em aparelhos privados de hegemonia antes mesmo da revolução de 30, são exemplos o Centro Industrial do Brasil criado em 1904 e o Centro Industrial de São Paulo criado em 1928. O fato dessa nova fração de classe ter feito do Estado o espaço e instrumento privilegiado da consolidação de sua dominação talvez possa auxiliar na compreensão do uso recorrente de ditaduras e estado de exceção que predominou entre os anos 1930 e 1980 em nosso país.

As reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapá-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, “dentro da ordem”. Desenvolvendo ao longo do tempo estratégias de controle da classe trabalhadora que vão desde o mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo (FERNANDES, 1975:208).

Podemos interpretar a Revolução de 30, como um processo que Gramsci chamou de Revolução Passiva onde, através da

intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (GRAMSCI, 1995:223) .

Neste processo, a classe dominante tratou de multiplicar o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolver novos métodos de trabalho objetivando intensificar a produtividade, modificar as formas de vida operária, e, principalmente, criar as bases sociais, políticas e ideológicas de tal maneira que lhe permitiu apresentar seus interesses particulares como universais.

2.1 Corporativismo Como Estratégia da Burguesia para Controle do Movimento

Sindical

É nesta singularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro que podemos encontrar as raízes da conformação sindical corporativista¹². Um conjunto de medidas, que visava mudar o padrão das relações entre trabalho e capital no país, foi introduzida por meio da Lei de Sindicalização, decretos 19770/31, 24.694/34 e 1042/39. Essa lei tinha como objetivo fazer com que as organizações sindicais de empresários e de trabalhadores passassem a colaborar com o Estado na implantação do projeto societário dirigido pela burguesia industrial.

A partir desta lei a estrutura sindical foi centralizada e sua organização assumiu caráter vertical (Sindicatos, Federações Estaduais e Confederações Nacionais). A propaganda política e religiosa no interior dessas organizações foi vedada. Instituiu-se o imposto sindical. Foi restabelecida a unicidade sindical. Passou a ser exigido o reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A Justiça do Trabalho foi criada como espaço institucional para dirimir os conflitos trabalhistas. A sindicalização não era obrigatória mas a lei garantia que somente os sindicatos oficiais poderiam se beneficiar dos direitos e vantagens trabalhistas que o governo tratou de introduzir simultaneamente, entre as mais importantes podemos citar a nova lei de férias, o Código de Menores, a regulamentação do trabalho feminino, as convenções coletivas de trabalho.

Neste mesmo período, no campo da assistência social foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos controlados pelo Estado responsáveis pela extensão dos direitos sociais às categorias nacionais.

Entre 1933 e 1934 centenas de sindicatos de trabalhadores se tornaram legais para poder gozar dos direitos trabalhistas e poder eleger deputados classistas para a Assembléia Constituinte em 1933.

Estes foram alguns dos mecanismos que permitiram o controle do movimento sindical dos trabalhadores, combatendo a incipiente organização independente/autônoma da classe trabalhadora¹³, trazendo-a para o domínio e controle do Estado, impregnando-a de uma ideologia, de uma forma organizativa e de políticas de colaboração de classes. A incorporação dos sindicatos na estrutura do Estado nada mais é do que a demonstração da aversão e temor do capitalismo ao movimento sindical e uma das expressões de sua luta permanente por desagregá-lo.

Ao mesmo tempo em que o Estado passava a trazer os sindicatos dos trabalhadores para o seu domínio e controle, contraditoriamente, setores das classes trabalhadoras viram surgir, pela primeira vez, a possibilidade de reclamar, perante o próprio Estado, o

¹² “Por corporativismo, entende-se, a doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais ou corporações, onde graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflitos, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político.” (BOBBIO, 1995:287)

¹³ Refiro-me as organizações sindicais e políticas ligadas ao anarquismo e comunismo

cumprimento de seus direitos, principalmente em virtude do aparecimento de uma legislação trabalhista.

No campo da burguesia, essa legislação possibilitou a formação, alguns anos mais tarde, de um complexo sistema sindical patronal, composto de sindicatos por ramo de produção, federações estaduais e confederação nacional. Muitas dessas organizações mantêm-se ativas até nossos dias, por exemplo: a Confederação Nacional da Indústria - CNI, suas federações estaduais – FIESP, FIRJAN etc, Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, – e muitos sindicatos patronais.

Dessa forma, tanto o processo de organização do modelo de capitalismo de substituição de importações quanto a ação estatal foram determinantes na conformação do proletariado brasileiro, pois ao mesmo tempo em que o reconhece como classe e através da legislação trabalhista delimita os contornos e regula a extração de mais valia, marcando o território da classe em si (lugar na produção), ao exercer um controle férreo na forma e conteúdo de sua organização, autorizando, incentivando ou proibindo a formação de determinados tipos de sujeitos coletivos, influenciando decisivamente a ideologia que os permeavam, cria mecanismos que tem por função debilitar o desenvolvimento da consciência de classe para si.

Durante o Estado Novo, com orientação política e organizativa inspirada na Carta del Lavoro de Mussolini, o sindicalismo brasileiro desenvolveu-se à sombra do Estado, que por financiá-lo através do imposto sindical, também controlava politicamente o conjunto de suas ações. Estes mecanismos propiciaram o aparecimento de uma casta de dirigentes sindicais vinculada ao Estado, com inserção de cunho assistencialista na base, dócil e subserviente à classe dominante e ao conjunto da aparelhagem estatal. Dessa forma, a

classe dominante, por meio de mecanismos transformistas¹⁴ (Gramsci, 2002:286), foi capaz de assegurar sua hegemonia política, ao desenvolver estratégias capazes de absorver as bandeiras de luta dos adversários históricos e assimilar seus intelectuais isolados e grupos inteiros sob sua direção.

Nos primeiros anos da década de 1940, sob o impacto da Segunda Guerra, como expressão dos primeiros sinais de debilidade do Estado Novo, conformam-se duas tendências oposicionistas: uma liberal/burguesa, cujos interesses estavam vinculados ao imperialismo e por isso temia o nacionalismo de Vargas, e outra nacional/popular, galvanizada pelo PCB que buscava a constituição de uma democracia que incluísse a participação das classes populares e via no governo no Vargas um possível aliado.

Depois de uma fase extremamente repressiva que o Estado Novo significou para o movimento sindical identificado com o PCB, abre-se um breve processo de reorganização do mesmo. Embora, toda legislação e organização da estrutura sindical corporativista estivessem intactas, em 1945 uma série de iniciativas possibilitaram a constituição do Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT, organismo intersindical de caráter horizontal, e, em 1946, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores, ambas sob a direção política do PCB, estas duas iniciativas fazem parte da tentativa de organização sindical extrapolar os limites da estrutura sindical oficial. Entretanto estes avanços foram barrados pelo golpe de 1945. Em 1946, o governo Dutra, proibiu a existência do MUT, decretou a intervenção e a suspensão das eleições sindicais. No ano seguinte, 1947, o PCB foi, novamente decretado ilegal.

¹⁴ “O transformismo é um processo orgânico: traduz uma política da classe dominante que recusa qualquer compromisso com as classes subalternas e assim atrai seus chefes políticos para agregá-los à sua classe política” (Portelli, 1977:71)

Dos anos 1950 até meados dos anos 1960 houve uma grande expansão industrial no Brasil. Este foi o período em que se instalaram as indústrias automobilísticas, petrolífera, siderúrgicas e inúmeros outros setores, ainda sob a tutela e financiamento do Estado. A classe operária urbano-industrial, que na década de 1920 não ultrapassava 300 mil trabalhadores¹⁵, composta principalmente de imigrantes europeus, cresceu numericamente e se fortaleceu sindical e politicamente nas lutas contra a constante corrosão dos salários e pela conquista de novos direitos trabalhistas (décimo-terceiro salário, férias em dobro, salário família, estabilidade no emprego etc.). Junto com esta, também, aumentou a presença de trabalhadores ligados ao setor de serviços e a pequena burguesia¹⁶, modificando o perfil do proletariado brasileiro. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado intervinha na organização da produção, pressionado pelas demandas da classe trabalhadora criava mecanismos que, mesmo de forma muito contida, caminharam em direção ao estabelecimento de direitos como forma de universalização de determinadas conquistas. Este processo visava aumentar o consumo através de ganhos salariais mínimos, e sintonizar o país ao binômio produção/consumo em massa do modelo de acumulação dos países centrais, desenvolvendo no Brasil, de modo incipiente, uma cópia grotesca do Estado de Bem Estar Social.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, assistiu-se um acirramento das contradições vividas pelo bloco no poder. Este acirramento foi fruto da necessidade de redefinição de rumos no modelo de acumulação capitalista de substituição de importações e do avanço da mobilização popular, reivindicando reformas de base e ampliação da democracia política em curso.

¹⁵ “Em 1920 o número de operários industriais era de 293.673 trabalhadores. Esse número passou para 1.509.713 em 1960. Dados do IBGE – Anuários Estatísticos do Brasil, de 1957 a 1964” (Vinhas, 1970:104)

¹⁶ Ver original interpretação deste processo em a Crítica da Razão Dualista (Oliveira 2003)

Como expressão dessas mobilizações, apesar da hegemonia do modelo sindical oficial, podemos observar, no início da década de 1960, novas tentativas para romper com os limites deste, seja pelo aumento do número de organizações sindicais, especialmente as rurais, ou, pelas tentativas de unificação de parcelas das inúmeras greves que ocorriam isoladas ou por categoria, através da criação de organismos de centralização das atividades sindicais no nível regional ou nacional, como por exemplo o CGT - Comando Geral dos Trabalhadores em 1962, ou ainda, pelo surgimento incipiente de um sindicalismo autônomo demonstrando, dessa forma, o esforço e o envolvimento das classes dominadas em ocupar seu lugar na história, representada, também, através de projetos alternativos de sindicatos.

Uma das principais características do CGT foi a ligação *sui generis* com a estrutura sindical oficial criada por Getúlio. Das seis Confederações existentes na época, cinco filiaram-se ao CGT, constituindo-se na prática uma superconfederação da estrutura da CLT, sem nunca ter sido reconhecido oficialmente. O CGT chegou a ter ações que na prática se contrapunham à estrutura sindical oficial, como no caso da “Greve dos Setecentos Mil”, no último trimestre de 1963, onde quatorze categorias, com datas bases diferentes, forçaram uma negociação coletiva, sendo que a legislação regulamentava a negociação isolada e corporativa. Ao longo do governo de João Goulart, o CGT manteve uma relação ambígua com o governo, muitas vezes se confundindo com a política populista¹⁷ de Jango.

As mobilizações, no início da década de 1960, que em última instância lutavam pela socialização da participação política com a ampliação da sociedade civil frente ao

¹⁷ “O espírito populista foi a tônica principal da política do Brasil do século XX, simplesmente porque o populismo é a áurea ideológica ‘natural’ do semi-industrialismo e a clássica forma política que se impõe quando a consciência coletiva denuncia as fortes diferenças sociais sem que de fato a vontade dirigente pretenda superá-la” (Nosella, 1998:172).

Estado, pela democratização das relações sociais globais e pelas reformas de base, encontraram no Golpe Militar de 1964 um poderoso obstáculo, que acabou por impedir que essas mudanças se concretizassem.

O modelo econômico adotado pelo novo bloco de poder civil-militar, representado pelo governo do general Castelo Branco, nada mais era do que um aprofundamento do que já vinha se desenvolvendo desde o governo de Juscelino Kubitschek, reforçando, de forma associada e subordinada, a dependência ao imperialismo, notadamente o norte-americano. Consolidou e fez avançar o processo de integração entre o Estado e monopólio, *aumentou a presença das empresas estatais numa proporção com que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado* (Oliveira, 2003,132), aprofundou a abertura ao capital estrangeiro, utilizando o endividamento externo como forma de financiamento interno da expansão do capital.

Embora o regime de ditadura adotado tivesse como finalidade primeira deter as mobilizações autônomas da classe trabalhadora e de setores da classe média teve também como objetivo submeter os setores nacionalistas aos interesses do imperialismo, próprios da fase monopolista de reprodução do capital.

Por meio de crescentes medidas de coerção, a ditadura, tratou de desarticular os organismos da sociedade civil que se opunham ao novo bloco instaurado no poder, garantindo ao mesmo tempo a desmobilização e a desorganização do movimento de massas. Concomitantemente, procurou construir o consenso passivo¹⁸ através do atendimento de algumas reivindicações dos setores sociais derrotados.

¹⁸ “ se baseia no fato de que a relação entre governantes e governados seja determinada pelo fato de que os governantes representam os interesses dos governados e, portanto, “devem” ter o consentimento destes, isto é, deve-se verificar a identificação do indivíduo com o todo; e o todo (seja que organismo for) é representado pelos dirigentes. Deve-se pensar que [...] tal conceito não só é útil, mas necessário e indispensável” pois qualquer forma de participação a partir de baixo desagregaria o organismo”. (GRAMSCI 2002 a:333)

A coerção – função exercida pela sociedade política – não é mais do que a utilização da força para submeter classes ou frações aos interesses e propósitos da classe dominante, significa um instrumento que assegura, sem outra alternativa, o acatamento da ordem estabelecida. Entretanto, a obediência obtida pela força não garante a continuidade e perenidade do acatamento aos propósitos da classe dominante por períodos muito longos, pois esta necessita de controle e vigilância constantes para que seus efeitos se mantenham, o que a torna difícil e onerosa. Assim, embora durante a ditadura se privilegiasse as medidas de coerção, os mecanismos de persuasão – função característica da sociedade civil que visa obter o consentimento pela “livre” escolha - também foram utilizados: os meios de comunicação (TV e rádio), a igreja católica etc. É bem verdade que esta “liberdade” de escolha foi reduzida ao extremo, na medida em que a repressão, a censura e a desarticulação dos organismos da sociedade civil comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e com a democracia favoreceram a exposição dos sujeitos apenas àqueles argumentos que favoreciam a “escolha” num determinado sentido. Tanto o atendimento de algumas reivindicações, principalmente através de políticas sociais, quanto a persuasão foram utilizados, pelo novo bloco instaurado no poder pelo golpe de 64, para obter o consentimento de grandes parcelas das classes trabalhadora e médias. Embora, sem dúvida, como em qualquer ditadura as estratégias de coerção tenham sido o instrumento privilegiado deste longo período.

Diferentemente dos países centrais, onde a ampliação dos direitos sociais e a criação do Estado de Bem Estar Social foi resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais e sindicais através de aparelhos privados de hegemonia, de sujeitos coletivos vinculados à classe trabalhadora e do fortalecimento de um certo tipo de regime democrático, no Brasil o aprofundamento de sua cópia grotesca foi realizada ao mesmo tempo em que se

desarticulou na sociedade civil, por meio da censura e da intervenção, os principais aparelhos privados de hegemonia e os sujeitos coletivos que reivindicavam estes propósitos, ou seja, num regime de ditadura.

O golpe de 64 reafirma a tutela do Estado sobre a estrutura sindical. Todo arcabouço jurídico, em que se enquadrava o movimento sindical, continuou vigorando. A proposta sindical do Estado Novo encontra no regime militar a materialidade para sua melhor efetivação.

A interferência do Estado militarizado na prática e estrutura sindical foi ostensiva. Desarticulou o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, fundado em 1962, e interveio em 761 sindicatos (Zanetti, 1995:19), especialmente nos mais ativos, centenas de dirigentes e lideranças sindicais do campo e da cidade foram processados, presos, torturados, cassados em seus direitos políticos e forçados ao exílio ou à clandestinidade, além de outros tantos que foram assassinados.

Embora tenha conservado a concepção e a estrutura sindical estado-novista, o golpe de 64 aprofundou o atrelamento dos sindicatos ao Estado, através da reformulação de alguns mecanismos legais, de forma a exercer novas práticas de coerção. Passou a estar sob controle do Estado o poder de definir os reajustes salariais (Lei 4724, de 1965), proibiu que as Delegacias Regionais do Trabalho realizassem homologação de acordos com reajustes divergentes dos índices fixados pelo governo, impôs um controle rígido do uso do imposto sindical, adotou a exigência de atestado ideológico para os candidatos à direção do sindicato, retirou a estabilidade no emprego do trabalhador, que se viu-se obrigado a “optar” pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regulamenta a lei de greve (Lei 4330) de modo que tornou praticamente impossível a realização da greve legal.

A formação político-ideológica dos dirigentes sindicais interventores, durante toda a ditadura, foi realizada principalmente pelo Instituto de Cultura do Trabalho – ICT, fundado em 1963 e sediado em São Paulo, que logo após abril de 64 promoveu um seminário de orientação sindical. Este foi financiado pela embaixada americana através Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre – Iadesil, que era mais um instrumento da geopolítica do governo americano a serviço da guerra fria. O Iadesil foi criado pela central sindical norte-americana AFL – CIO (sigla em inglês de Federação Americana do Trabalho – Congresso das Organizações Industriais) e *tinha por objetivo combater a influência comunista no movimento sindical latino-americano. Recebendo verbas da USAID, sua política seguia de perto a do Departamento de Estado dos Estados Unidos* (Page, 1972 apud Lima 2004) .

No período após o golpe de 1964, o Brasil passou por transformações econômicas significativas. O modelo econômico se apoiava na expansão industrial e de serviços, voltada para o consumo do mercado interno de bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc. Isto provocou um aumento do parque industrial sem precedentes na história do país. A média de crescimento industrial entre 68 e 71 foi 12% ao ano (Singer, 1986:102). As altas taxas de lucro do capital estrangeiro e nacional foram garantidas pelos subsídios à indústria e por um grande arrocho salarial e condições de trabalho opressivas.

Como fruto da ampliação e modernização tecnológica do parque industrial, criando uma grande concentração particularmente na região sudeste do país, formou-se uma nova camada de trabalhadores urbanos, em número muito superior às décadas anteriores, com nível de escolaridade relativamente mais elevado, porém muito mais controlada politicamente.

As atividades desenvolvidas pelas estruturas sindicais oficiais, nesse período, contribuíram para a obtenção do consenso passivo da classe trabalhadora aos propósitos do bloco instaurado no poder pela ditadura militar. O centro dessas atividades, no período de 68 e 78, foi a implantação ou expansão dos serviços assistenciais como por exemplo serviços médicos, escolares, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, colônia de férias, bolsas de estudo, cooperativas de consumo etc. transformando-se numa

espécie de agências de Previdência Social. Com a particularidade de serem agências previdenciárias impositivas e universalistas na tributação, que abrangem todos os trabalhadores, e particularistas e discriminatórias na distribuição dos benefícios, reservados apenas para o contingente diminuto dos sócios do sindicato (BOITO JR, 1991:47).

As limitações institucionais e a repressão desencadeada pelo movimento militar às organizações dos trabalhadores, bem como o “milagre econômico”¹⁹, levaram alterações na vida social que conseguiram manter calado o movimento sindical durante um longo período. Acabaram também por criar uma situação que obrigou alguns partidos políticos, setores da igreja católica e do movimento popular e sindical a repensar sua função e sua forma de atuação. A partir de então, parte dos dirigentes do movimento sindical dos trabalhadores inicia um lento processo de autocrítica da concepção e das práticas sindicais dos anos que antecederam o Golpe de 1964.

Com a cassação dos antigos dirigentes sindicais, ligados principalmente ao Partido Comunista Brasileiro - PCB e ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, forma-se, de modo

¹⁹ Período de 70 a 76 com altos índices de crescimento econômico, apoiado no endividamento externo. Em suma: “A política econômica posta em prática durante o “milagre” favoreceu a concentração do capital, ou seja, a multiplicação e o crescimento das grandes empresas. A política trabalhista e, em particular, a política salarial nesse período promoveram a contenção dos baixos salários e com isso provocaram a concentração de renda salarial, sobretudo nas grandes empresas. Surgiu assim o crescimento explosivo da demanda por bens e serviços de alto padrão, cuja expansão marcou precisamente o “milagre econômico” brasileiro.” (Singer. 1986:40)

quase imperceptível, uma nova geração de ativistas e lideranças dispostas a encontrar seu espaço na vida econômica, política e cultural do país. A maior parte deles não tinha vinculação partidária e nem militância política anterior, o que os salvaguardou do Ministério do Trabalho e dos órgãos de repressão (Departamento de Ordem Política e Social - Dops, Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna - Doi-Codi, Centro de Informações da Marinha - Cenimar etc.), embora estivessem sob a influência política ou de setores da igreja católica, pelo trabalho das pastorais operária e da juventude identificados com a teologia da libertação, ou de pequenos grupos políticos de esquerda.

Apesar de dispersos, atomizados e com pequeno número de participantes vários grupos de trabalho, em oposição à estrutura sindical oficial, mantiveram-se ativos, mesmo nos “anos de chumbo”²⁰, com uma atuação conhecida entre os ativistas como “trabalho de formiguinha” ou “trabalho de pé de ouvido”. Este trabalho caracterizava-se pelas ações localizadas, pela formação de grupos de fábricas, nas articulações de oposições sindicais, em discussões com grupos de operários nos bairros, etc.

Em meados dos anos 70, o movimento de regulação e de intervenção estatal que marcou o capitalismo no pós Segunda Guerra entrou em crise²¹, afetando profundamente o “milagre econômico” da ditadura e o modelo de acumulação de substituição de importações do nosso país. Segundo Paulani (2006,102) a opção feita pela ditadura militar, neste período, não se limitou a continuar a crescer, por meio do aumento do endividamento externo. *Na realidade, o governo Geisel decidiu continuar a crescer a*

²⁰ Compreendido entre 69 e 73/74, após o AI – 5, período mais duro da repressão, que eliminou os diversos grupos que ofereciam resistência ao regime através da luta armada.

²¹ “Duas crises do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação. A elevação dos juros americanos por Paul Vocker em 1979 é a consumação desse processo, que prepara o capitalismo para ingressar numa nova fase”. (PAULANI, 2006, 72)

*despeito da crise mundial, mas crescer de forma diferenciada, alterando a estrutura produtiva do país*²².

A crise econômica retira do regime a solidariedade dos grupos sociais que transitoriamente se comprometeram com o processo de acumulação. A desilusão da “classe média” ante o fracasso do milagre e as divisões inter-burguesas somaram-se às denúncias de tortura e desrespeito aos direitos humanos, organizadas principalmente por setores da Igreja Católica²³, pela imprensa e pelo movimento estudantil que já vinha se reorganizando em correntes políticas com mais intensidade desde 1975, são exemplos os protestos ecumênicos contra os assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho e posteriormente as mobilizações pela anistia em 1977.

Aos poucos instituições como Associação Brasileira da Imprensa - ABI, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB²⁴, Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA, a União Nacional dos Estudantes - UNE etc voltaram a atuar e se organizar abertamente contra o regime ditatorial e o governo militar. Finalmente, os setores da sociedade civil que haviam sido silenciados durante os anos mais repressivos da ditadura militar, aos poucos vão conseguindo uma rearticulação capaz de aglutinar e criar canais de expressão das insatisfações de amplos setores da sociedade.

²² “O II PND, responsável pela manutenção de substantivas taxas de crescimento no período 1974-80 (ainda que inferiores àquelas observadas no período do milagre), foi planejado não só para isso como também, principalmente, para completar a matriz interindustrial brasileira, cuja caselas relativas ao chamado Departamento I (insumo básico e bens de capital) estavam em sua grande maioria ainda vazias. Buscava-se com isso reduzir a dependência externa do Brasil e tornar nossa economia menos vulnerável a choques de oferta, como o choque do petróleo”. (PAULANI, 2006, 102)

²³ O desrespeito aos direitos humanos, a prisão e tortura de lideranças vinculadas à Igreja Católica, faz com que esta mude sua posição original de apoio ao golpe militar. Assim setores da Igreja ligadas à Teologia da Libertação passam a ocupar um lugar destacado na luta pelos direitos humanos, sendo por algum tempo um importante canal de expressão das insatisfações.

²⁴ A grande maioria de seus membros foi favorável ao golpe militar, afastando-se do regime somente após 1968.

Os resultados das eleições de 1974 e 1978 expressaram no campo político a perda do consenso do regime, uma vez que a oposição política institucional organizada no Movimento Democrático Brasileiro – MDB obteve a maioria dos votos, sem, contudo, obter a maioria no Congresso, que por obra da engenharia política brasileira ainda ficou com a Aliança Renovadora Nacional – Arena, partido da situação.

Como resposta a essas insatisfações e com o objetivo de recuperar a legitimidade e prevenir uma irrupção popular contra a ditadura, os militares passaram a patrocinar, pelo alto, um processo de “abertura controlada” - lenta, gradual e segura – que tinha por finalidade substituir a ordem autoritária por uma certa ordem democrática. Até mesmo esse processo de abertura controlado foi contestado por setores da chamada “linha dura” dos militares, que através de uma série de ações terroristas como colocação de bombas na OAB e ABI, incêndios em bancas de jornais, atentado no Rio Centro em 1981, entre outros, tentava responsabilizar a esquerda por esses atos, cujo objetivo era retardar o processo de redemocratização.

Embora, em 1978 a questão da anistia aos presos políticos e exilados já fosse amplamente discutida, somente em 28 de agosto de 1979, o então ditador/presidente General João Batista Figueiredo assinou a lei que pretendia “apagar” os chamados crimes políticos, possibilitando o retorno de centenas de exilados políticos e simultaneamente garantindo nenhuma punição aos torturadores e assassinos comprometidos com o golpe militar de 64.

A materialidade da segunda metade da década de 70 - crise econômica, perda do consenso passivo do regime, reorganização da sociedade civil, transição democrática - vai aos poucos engendrando uma nova sociabilidade, onde os movimentos sociais vão ganhando força e expressão.

A reorganização dos setores da sociedade civil que haviam sido silenciados pelo golpe de 1964 ampliou o volume e diversificou os tipos de aparelhos privados de hegemonia representantes de todas as classes sociais e suas frações (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Partidos Políticos, OAB, ABI, etc), tornando muito mais complexo o exercício da hegemonia e também a disputa contra-hegemônica.

A partir de então a sociedade brasileira entra num período mais acelerado de complexificação da sociedade e das relações entre Estado e sociedade civil, em outras palavras acelera-se o processo que Gramsci denomina de ocidentalização da organização social e conseqüentemente da cultura no nosso país, ao mesmo tempo em que, no campo econômico, entra em declínio o modelo capitalista de substituição de importações.

2.2 Um novo sindicalismo buscar romper com o corporativismo

É nesse contexto que o movimento contra a estrutura sindical oficial tomou vulto e ganhou representatividade nacional. Num certo sentido, no final dos anos 70, emergiu, das experiências moleculares desenvolvidas por setores da igreja católica e por organizações de esquerda que haviam se mantido ativas clandestinamente durante os “anos de chumbo”, um movimento de oposição ao corporativismo típico do sindicalismo burocrático que caracterizou a organização e ação sindical desde o período Vargas até a ditadura militar. A soma dessas experiências permitiu a construção de um movimento para afirmação de um sindicalismo mais combativo, auto-identificado como

comprometido com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, classista, que anos mais tarde possibilitou a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Foram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, em 78 e 79, e a dos metalúrgicos de São Paulo, em 79, que, refletindo uma acumulação política e organização pela base, evidenciariam uma outra possibilidade de atuação sindical. Estava surgindo uma nova concepção e prática sindical, que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

Podemos inferir que o posicionamento social e político mais radical deste movimento foi fruto da combinação de dois importantes elementos: a crise econômica que solapava as condições de vida dos trabalhadores – arrocho salarial, inflação e desemprego – e a falta de canais para onde os trabalhadores pudessem desaguar as insatisfações com o regime ditatorial.

As manifestações grevistas de 78 e 79, realizadas muitas vezes contra a própria direção dos sindicatos, organizavam-se sob a direção dos Comandos de Greve que eram organizados diretamente a partir da base dos trabalhadores. Os rumos do movimento eram definidos em gigantescas assembléias que desafiavam não apenas as antigas lideranças sindicais, mas, sobretudo, a ditadura militar, que proibia a livre organização e manifestação da classe trabalhadora, num claro processo de exigência de alargamento da participação política.

Simultaneamente a essa onda de greves e como parte do mesmo processo de mobilizações da classe trabalhadora, avançavam as discussões e articulações com as novas lideranças do movimento para a construção de um partido que materializasse no plano político as reivindicações da classe trabalhadora – o Partido dos Trabalhadores. Resultado de um mesmo processo CUT e PT se formam muito colado um ao outro. Uma

grande parte dos militantes e correntes políticas que fundou o Partido dos Trabalhadores foi dirigente da onda de greves desse período – sua mais notável expressão, sem dúvida, é Lula - de modo que estes exercitavam uma dupla militância: na CUT e no PT, por vezes uma tripla militância: em sua corrente/tendência política, no PT e na CUT. Durante os primeiros anos de existência da CUT isto provocou intensas discussões cujo objetivo era por um lado delimitar a especificidade de cada uma dessas instituições e por outro preparar o terreno para a disputa política pela hegemonia de uma visão de mundo no interior da CUT.

O resultado dessa onda de greves, que além dos metalúrgicos se expandiu para os servidores públicos, químicos, bancários etc (Noronha, 1991), foi encarado como vitorioso pela grande maioria da classe trabalhadora e a greve como instrumento de luta saiu muito fortalecida. Mais importante do que as conquistas econômicas deste período, o que ficou como saldo positivo desse momento histórico foi o enraizamento da idéia de que “com luta se conquista”, e luta, nesse momento, era praticamente sinônimo de greve. As lideranças sindicais que empalmaram essa onda de lutas e as dirigiram tornaram-se a referência para uma nova fase no sindicalismo brasileiro (WELMOWICKI,1999).

Para além do enraizamento da idéia que “com luta se conquista”, formou-se, para a classe trabalhadora, contornos da “consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social”(Gramsci,2002:41), identificáveis em palavras de ordem como “trabalhador unido jamais será vencido”, “trabalhador vota em trabalhador” (slogan de Lula quando candidato a governador de São Paulo em 1982) e na denominação, princípios e programa das duas principais organizações que surgiram nesse período: Partido dos Trabalhadores e Central Única dos Trabalhadores.

A reação grevista, frente a corrosão salarial e a ausência de liberdades democráticas, rapidamente forjou e deu expressão nacional a uma de camada ativistas e intelectuais orgânicos que dariam uma nova direção e sentido aos aparelhos privados de hegemonia e sujeitos coletivos do sindicato e partido.

Sinteticamente, podemos dizer que o “novo sindicalismo” surge como crítica e tentativa de ruptura com a estrutura e prática sindical corporativista, expressão de um sistema de relações entre o Estado e sindicatos, na qual, estes foram subordinados por meio da ideologia da colaboração de classes e de mecanismos legais à aparelhagem estatal.

Como expressão do processo da rearticulação que ocorria lentamente no movimento sindical, e, para atender as demandas e necessidades de alguns sindicatos, a partir 1975 começam a ser realizadas algumas iniciativas de atividades voltadas para formação de ativistas sindicais, entre essas atividades *constavam a programação e desenvolvimento de cursos e seminários estruturados com o objetivo de treinar líderes e militantes sindicais, abordando temas como: estrutura sindical, economia brasileira e política salarial* (Manfredi, 1997:36). A partir de 1979 algumas entidades sindicais tomaram para si a responsabilidade pela capacitação de seus dirigentes, bem como passaram a promover cursos, palestras, congressos e conferências dirigidos para a formação de ativistas e dos trabalhadores de base.

Manfredi (1997) classifica em quatro diferentes grupos as bases para a formação sindical deste período: 1. Organismos integrados diretamente à igreja católica como por exemplo as Pastorais Operárias, Indigenista Missionária, da Terra e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH. 2. Centros de Educação não necessariamente articulados com a Igreja, mas com apoio de entidades internacionais vinculadas ao Conselho Mundial das Igrejas como por exemplo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – CPV, Centro Ecumênico de Documentação – CED, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária - CEDAC, Centro de Estudos e Ação Social -CEAS, Centro de Estudos de Educação e Sociedade -CEDES, 3. Centros formados a partir do retorno dos exilados políticos, a exemplo do Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômica – IBASE, Centro de Estudos e Pesquisa 13 de Maio, Centro de Prevenção e Atenção da Saúde do Escolar - CEPASE, Centro de Coordenação de Projeto Ecumênicos - CECOPE e outros organizados por partidos políticos não-oficiais como: Fundação Roberto Morena, Instituto Latinoamericanos para el Desarrollo - Ildes 4. Centros que reuniam ex-militantes em educação popular que procuraram criar espaços dentro de algumas universidades, por exemplo Instituto de Planejamento Regional e Urbano/ Pontifícia Universidade Católica - Urplan/PUC em São Paulo, Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep. Além desses alguns organismos criados pelo próprio movimento sindical como o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos – DIEESE e a Fundação Casa do Trabalhador.

Embora, no início da década de 80, fosse se construindo com certa clareza a visão da importância e da necessidade da união de parte expressiva das forças envolvidas com a reorganização do movimento sindical, especialmente quando se colocava a possibilidade da construção de uma central sindical, a heterogeneidade de concepções, táticas e estratégias

para o movimento sindical acabou por dar espaço a um processo de rearticulação e de divisão das forças políticas em seu interior.

Em agosto de 1981, na Praia Grande, litoral de São Paulo, foi realizada a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – I Conclat. Esta reuniu amplos e diversificados setores do sindicalismo brasileiro, desde remanescente do varguismo até, e principalmente, a nova geração de lideranças sindicais. Participaram deste evento 1091 entidades – sindicatos, federações, confederações, associações pré-sindicais - e 5036 delegados representando trabalhadores urbanos e rurais, operários e trabalhadores em serviços, bóias-frias e sem-terra. Nesta, dois grandes campos polarizaram a discussão. O denominado “Bloco Combativo”, mais a esquerda, que era formado pelas novas lideranças das oposições sindicais ligadas a igreja católica, das organizações de esquerda com orientação trotskista e leninista e, principalmente, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e o chamado “Bloco da Reforma”, mais moderado, que reunia sindicalistas pouco engajados na vida política partidária que controlavam sindicatos, federações e confederações da estrutura sindical oficial, além de militantes do PCB, PC do B e MR8. Desta Conferência dois fatos merecem destaque: primeiro é o largo espectro de sindicalistas que dela participaram, tanto dirigentes da cúpula da estrutura sindical oficial (confederações e federações) quanto a nova camada de ativistas que fazia oposição a essa estrutura, o segundo é que em grande medida a I Conclat só pode ser tão rapidamente organizada e realizada graças a existência e envolvimento de dirigentes sindicais da estrutura do sindicalismo oficial, que embora durante a ditadura militar tenha sido extremamente controlada não foi destruída, foi esta estrutura que forneceu os recursos administrativos e financeiros que possibilitaram sua realização (Rodrigues, 1990).

A diferenciação²⁵, no plano político, entre esses dois blocos, cada um deles internamente muito heterogêneos, se dava em função de duas concepções conflitantes de sindicalismo, de um lado os sindicalistas que enfatizavam a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático (Bloco da Reforma) e do outro aqueles que desejavam promover transformações sociais mais profundas que abrissem caminho para o socialismo (Bloco Combativo). O enfrentamento entre essas duas correntes, no ano de 1982, durante os preparativos do I Congresso da Classe Trabalhadora, provocou a ruptura do diálogo entre estas. O Bloco da Reforma, em 1986, fundou a Central Geral dos Trabalhadores – CGT e o outro foi construir a Central Única dos Trabalhadores.

2.3 A Central Única dos Trabalhadores

A fundação da CUT, em 1983, foi a expressão superestrutural da vitória, no campo sindical, de um poderoso movimento que a classe trabalhadora brasileira desenvolveu a partir do fim dos anos 70 e durante toda a década de 80 (Antunes, 1995; Mattos, 2002; Rodrigues, 1990; Boito JR, 1991; Zanetti 1995), que por associar a luta econômico-corporativa, por melhores condições de trabalho e salário, com elementos da luta ético-política, pela redemocratização da sociedade, e com isto disputar melhores condições de vida, fez com que este pudesse adquirir características classistas, cujo discurso e políticas se enfrentaram ao capital. Isto significou, em certa medida a negação e a ruptura com

²⁵ Neste trabalho optamos por demarcar num sentido bastante amplo a diferenciação entre os dois campos, entretanto em trabalho anterior (Mora 2000) diversos outros aspectos desta diferenciação foram abordados.

sindicalismo oficial e populista do período Vargas e da ditadura militar, com o qual a CUT passou a disputar a direção do movimento sindical e a influência sobre os trabalhadores até o final da década de 80.

No decorrer daquela década a CUT construiu sua imagem a partir das lutas, das greves, isto é, na ênfase da ação direta de enfrentamento com o capital. Seu perfil radical não estava caracterizado somente nas opções de manifestação e organização dessa luta (manifestações de rua, greves, ocupações, negativa de participação no pacto social...) forçando romper com os marcos da institucionalidade, mas, na intencionalidade, pelo menos no plano discursivo, de resolver os problemas da classe trabalhadora pela raiz, ou seja, lutar pela superação da exploração e dominação capitalista.

A opção de privilegiar a ação direta, sustentada no enfrentamento coletivo de uma classe em oposição à outra, colocando em movimento milhares de trabalhadores, unificando segmentos da classe trabalhadora para a ação relativamente orgânica e autônoma frente a burguesia, favoreceu, em parte, a explicitação dos antagonismos de classes da estrutura capitalista.

Em outras palavras, a luta sindical pode cumprir, como se referia Lênin (1979), a importante tarefa pedagógica de primeira escola política e organizativa para os milhões de trabalhadores que durante muitos anos estiveram submetidos a condições brutais de exploração e opressão. Isto possibilitou delinear uma visão de mundo, um referencial político ideológico classista, que durante a década de 80 esteve muito presente em setores da classe trabalhadora, indicando a possibilidade de avanço na construção da consciência de classe para si em muitos dirigentes desse movimento e para os setores da classe trabalhadora.

Utilizando o referencial gramsciano para *avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização* da classe trabalhadora deste período, ou seja a análise da relação de forças políticas²⁶, verificamos a superação *do momento mais elementar que é o econômico-corporativo, onde a unidade, homogeneidade e solidariedade se limita ao grupo profissional*, posto que as greves e mobilizações ultrapassaram as reivindicações meramente salariais e por categoria, foi esta superação que aglutinou, em 1981, amplos setores do sindicalismo e do movimento popular na 1ª. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT²⁷, cuja intenção era construir uma central unitária para organizar e dirigir a luta de todos os trabalhadores. A relação de forças política avançou

²⁶ Segundo Gramsci para a análise da relação de forças é necessário distinguir 3 momentos: 1. Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens; 2. Uma relação de forças política, diferenciável em três níveis: o mais elementar é o econômico-corporativo, o segundo é aquele em se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico e o terceiro quando se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos. 3. O da relação das forças militares, subdivisível em: militar no sentido estrito, ou técnico militar, e o político-militar. (Gramsci, 2002: 40-43)

²⁷ Ver Mora 2000, Zanetti 1995, Antunes 1985 e 1995

para o momento em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico, como fruto deste acúmulo surgiram a CUT e o PT organizações, na época, com perfil classista, colocando-se a questão do Estado apenas no terreno da obtenção da uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, através do direito de participar da legislação, da administração e mesmo de reformá-la, mas nos quadros fundamentais existentes, cuja melhor expressão foi o Congresso Constituinte de 1986 a 1988. Contudo, o desenvolvimento do nível de consciência da classe trabalhadora nesse período não atingiu o momento ético-político em que a classe adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, tornando-se a direção intelectual e moral do conjunto da sociedade (Gramsci, 2002: 40-43), momento em que a classe ultrapassa o nível de consciência de classe em si para o de classe para si.

Entre as vitórias parciais que os trabalhadores lograram na luta de classe nessa conjuntura destacamos a formação da nova camada de dirigentes sindicais que fundaram a CUT. A constituição desta camada de dirigentes é, segundo nosso ponto de vista, identificada com a categoria gramsciana de intelectual orgânico, ou seja, como uma formação histórico-social de dirigentes vinculados a *função essencial no mundo da produção econômica* exercida pela classe trabalhadora cuja atividade contribuiu para dar *homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político* (Gramsci 2001a,15). É a partir desta compreensão que vamos abordar alguns determinantes internos à própria CUT e outros externos que contribuíram para a formação em sentido amplo destes dirigentes e, também, no sentido estrito das políticas, programas e atividades específicas implementadas pela Secretaria Nacional de Formação da CUT.

2.3.1 Os determinantes internos: princípios, tendências e resoluções dos congressos, estatutos

Fruto da articulação entre diversas correntes, tendências, agrupamentos e militantes independentes que atuavam no campo mais combativo do movimento sindical, com o objetivo de criar um organismo intersindical que centralizasse a luta dos trabalhadores, a CUT foi fundada, praticamente depurada do varguismo, a partir da conjugação de alguns princípios básicos:

- Classismo – sua tarefa é avançar na unidade da classe trabalhadora e não na pactuação e cooperação entre as classe sociais, garantir a independência da classe trabalhadora frente

aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos. (artigos 4 e 8)

- Socialismo como meta histórica – a CUT é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores²⁸; tem como perspectiva uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. (artigo 2)
- Democracia interna como condição indispensável – pauta-se pela mais ampla democracia, garantindo a liberdade de expressão das correntes internas de opinião, em complemento a uma férrea unidade de ação (artigo3).
- Sindicalismo de base – sua atuação é orientada para fortalecer a luta e a organização da base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. A criação, consolidação e fortalecimento desses organismos de base deve ser desenvolvida de forma livre e independente pelos trabalhadores em seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo (artigo 11)
- Sindicalismo de massas – todos os setores da classe trabalhadora devem estar representados na CUT e essa representação deve ser escolhida dentro de um processo democrático, a CUT cerrará fileiras com todos os movimentos populares e democráticos nas iniciativas destinadas a conquistar

²⁸ “Interesses imediatos e históricos dos trabalhadores” foi uma frase-código utilizada ainda sob a ditadura, onde “interesses imediatos” significava a luta por reivindicações como aumento de salários, melhorias da condições de trabalho, benefícios etc e “interesses históricos” era o código interno ao movimento para designar socialismo, necessários para driblar a repressão sob o regime ditatorial.

as liberdades democráticas e a fortalecer os interesses da classe trabalhadora e do povo explorado. (artigos 7 e 10)

- Autonomia e liberdade sindical – sua luta pela mudança da estrutura sindical brasileira visa conquistar a liberdade e a autonomia sindical, um de seus objetivos é a transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizadas a partir dos locais de trabalho. Pretende construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. (artigo 6) (CUT, 1984: 178/179)

A definição de princípios políticos, ideológicos e organizativos tão radicalmente opostos ao corporativismo poderia induzir a interpretação de uma forte coesão interna à CUT, fato este que poderia ter pressionado, inclusive, para que esta viesse assumir o papel de partido político na acepção gramsciana - partido ideológico.

Contudo, o fato da CUT ter sido fundada praticamente sem a presença das antigas e tradicionais lideranças identificadas política e ideologicamente com varguismo, ou seja, com a colaboração de classes, não foi suficiente para garantir maior homogeneidade política e ideológica àqueles que vieram fundar a Central Única dos Trabalhadores. O primeiro divisor de águas entre o Bloco Combativo e o Bloco da Reforma refletia muito mais um processo de negação do velho sindicalismo do que concordância, homogeneidade e afirmação política e ideológica quanto ao que deveria ser a nova central. Demonstrativo dessa heterogeneidade é o número de tendências que apresentaram teses entre o I e III Congressos Nacionais da CUT - CONCUTs, e disputaram os cargos de direção, com diferentes combinações e arranjos entre elas. A título de ilustração apresentamos as

seguintes principais tendências desse período: Articulação Sindical, CUT pela Base, Convergência Socialista, Partido Revolucionário Comunista – PRC posteriormente denominada Nova Esquerda, Democracia Socialista - DS, Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo – MOSMSP, Vertente Socialista uma dissidência da Articulação, Frente Nacional dos Trabalhadores ligada a esquerda católica, Reconstrução do PCB, Comando Operário Socialista, Luta Sindical, Movimento dos Trabalhadores Socialistas, Causa Operária, Coletivo Gregório Bezerra uma dissidência do PCB, Movimento Comunista Revolucionário – MCR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionários – PCBR cujo braço sindical foi a tendência Força Socialista, O Trabalho, além de outros pequenos grupos de esquerda regionais com menor expressão. Marxista, leninistas, trotskistas, prestistas, maoístas, castristas, católicos de esquerda, social-democratas, comunistas, revolucionários, reformistas se enfrentaram em disputas ideológicas, políticas e táticas sindicais, e, muitas vezes fizeram composições, mais pragmáticas, para a disputa dos cargos de direção.

Os debates internos entre as diversas correntes e tendências²⁹ que vieram constituir a CUT demonstravam a diversidade de visões de mundo e, ao mesmo tempo, expressavam a efervescência do momento que a sociedade brasileira vivia. Aí se travaram acirradas disputas acerca da concepção e prática sindical que esta entidade deveria ter, projeto de sociedade, de democracia etc. Estas disputas de projetos no interior da CUT, a partir de meados dos anos 80, expressavam a disjuntiva colocada para a classe trabalhadora a partir do ascenso do movimento de massas que derrubou a ditadura: avançar na conquista do poder político com objetivo da transformação social ou acomodar-se à institucionalidade do regime democrático implantado para a conservação da estrutura social. Contraditoriamente, tratava-se de disputas cujas bases estavam localizadas nas vitórias parciais que o movimento da classe trabalhadora obteve nesses anos: ampliação dos espaços democráticos.

Certamente, um estudo sobre do perfil político de cada uma das correntes, agrupamentos e tendências, suas histórias e trajetórias e as teses que apresentaram em cada

²⁹ O mapeamento dessas tendências e correntes pode ser encontrado na pesquisa intitulada CUT: os militantes e a ideologia, realizada por Rodrigues (1990) através do estudo das teses apresentados aos I,II,III CONCURTs, da composição desses congressos e de suas resoluções.

Congresso seria muito útil para compreender as tensões internas na definição dos rumos da Central. Entretanto para os limites e a finalidade deste trabalho optamos, no que tange a este aspecto, por aprofundarmos o estudo apenas na constituição da corrente majoritária – Articulação Sindical, posto que desde o II CONCUR esta foi a tendência que obteve maioria nos congressos, conseqüentemente a maioria dos cargos de direção (ANEXO I) e a hegemonia interna, portanto no essencial a visão de mundo (ideologia), o projeto societário, as táticas e estratégias sindicais e também a formação dos dirigentes da CUT, salvo pequenas exceções e/ou concessões, se identificam com os objetivos desta corrente.

A organização da Articulação Sindical como tendência foi iniciada logo após o II CONCUR

“Baixada a poeira”, os sindicalistas independentes que aglutinaram-se em torno da chapa vencedora, naquele congresso, perceberam que era necessário uma articulação permanente entre eles e que fosse além da formação de chapas, possibilitando discussões mais organizadas no sentido de programar a atuação conjunta na CUT (ArtBrasil, 1997:5).

O fato que evidenciou esta necessidade foi a acirrada disputa político-ideológica no período preparatório e durante a realização do II CONCUR, em 1986 no Rio de Janeiro. Neste a formulação de uma sociedade “sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica” afirmadas no Congresso anterior foi superada por uma resolução que declarava o socialismo como o objetivo final dos trabalhadores na sua luta pela “conquista do poder político”, e, embora apontasse os partidos efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora como o instrumento fundamental para atingir esse objetivo, enfatizam que a CUT era parte integrante desse processo, pois, segundo essas resoluções, faz avançar *a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais*,

articula as lutas econômicas com os objetivos políticos e eleva o nível de consciência da classe,[assim] aponta para a construção do SOCIALISMO. (CUT, 1986:8).

Este Congresso marcou uma orientação mais a esquerda para a CUT. Segundo Rodrigues (1990,13)

Levadas a sério as resoluções aprovadas no congresso do Rio, a ação quotidiana da CUT deveria ser pautada pelo objetivo de acirrar o conflito de classes e de preparar os trabalhadores para a luta final contra o capitalismo. Conseqüentemente, as chamadas reivindicações imediatas deveriam ser entendidas instrumentalmente, como formas de mobilização e “conscientização” das classes trabalhadoras.

Embora, a avaliação que Rodrigues (1990) empreenda sobre as resoluções do II CONCUR tenha um fundo de ironia e/ou de ceticismo quanto as possibilidades de encaminhamento concreto, uma vez que supomos que todas as resoluções dos congressos devam ser levadas a sério, estas expressam a tradição do movimento marxista no campo sindical. Significa, apenas e tão somente, como já dissemos anteriormente, que é necessário trabalhar paciente e insistentemente a relação entre as reivindicações imediatas e os objetivos históricos. Significa estimular a organização e mobilização autônoma, independente e orgânica de segmentos classe para disputa de suas demandas econômicas corporativas. Significa favorecer o rompimento com a rotina das “épocas normais” e, assim, ajudar o desenvolvimento de experiências, de auto-confiança, de independência e a consciência de classe para esses segmentos de trabalhadores. E, isto só pode ser realizado a partir da compreensão crítica das determinações históricas que os constituem como classe. Por isto o movimento sindical deve explicitar a relação entre a luta econômico-corporativa e a luta ética-política, ou entre reivindicações e lutas imediatas de segmentos de trabalhadores com as necessidades históricas da classe, para, assim, permitir-lhes o direcionamento consciente das lutas que travam. Além do mais, se por acirrar a luta de classes se compreende a explicitação do antagonismo de classe e a necessidade da organização autônoma da classe trabalhadora para enfrentar seus oponentes nesta luta - posto que independentemente de sua organização e auto identificação como classe para si a luta de classes continua a existir permanentemente - isto está em completo acordo com os princípios da CUT.

Esta guinada a esquerda surpreendeu os dirigentes que vieram compor a Articulação Sindical, é a isto que se refere a expressão “*Baixada a poeira*” na justificativa de sua organização. Ao mesmo tempo alertou-os de que a direção política da CUT poderia fugir ao seu controle, uma vez que evidenciou que os trabalhadores de base que participavam desses Congressos poderiam estar propensos a uma orientação mais à esquerda, pois expressavam o sentimento de vitória das mobilizações da classe trabalhadora que progressivamente foi rompendo com antigas lideranças, contribuiu significativamente com a queda ditadura militar, construiu o PT e a CUT como novos instrumentos de luta etc, por isto poderiam assumir posições mais radicais.

Conquanto, a organização da Articulação Sindical tenha sido acelerada pelas resoluções do II CONCURT, é na verdade mais um desdobramento da disputa e reorganização que paralelamente ocorriam no Partido dos Trabalhadores. A maioria desses sindicalistas era militante do PT e haviam assinado o chamado “Manifesto dos 113”, em 1983, defendendo um PT de massas, de luta e democrático. Esse documento surgiu como resposta à crise desencadeada pelo resultado eleitoral do PT em 82, considerado frustrante pelos seus signatários. Em São Paulo o PT elegeu prefeito de uma cidade e Lula teve aproximadamente 9% dos votos. Entre as justificativas do “frustrante resultado eleitoral” estavam o perfil “radical” desta campanha, sintetizada em slogans – Trabalhador vota em trabalhador, Lula um trabalhador como você.

O Manifesto dos 113 marca o momento em que o coletivo dirigente do PT passa a ser denominado Articulação e tinha um duplo objetivo

1. combater as posições dos que ameaçavam diluir o PT numa frente oposicionista liberal como o PMDB ou daqueles que se deixam seduzir por uma proposta socialista sem trabalhadores como o PDT, e,
2. combater as Tendências organizadas que [em sua avaliação] mantêm uma prática ambígua em relação ao PT, ora concebendo-o como um partido tático, ora tentando transformá-lo numa organização à sua semelhança, com política e métodos marxistas e/ou leninistas. (VIANA, 1991:121-123 apud SILVA, 2003)

Até esse período a Articulação do PT³⁰ ainda não se reconhecia como tendência, para ela tendências eram as outras correntes de esquerda organizadas no interior do partido e que, segundo ela, não se submetiam à democracia do PT, mas sim a comandos que priorizam a divulgação de suas posições em detrimento daquelas do partido. Este

³⁰ “Composta majoritariamente pelo “grupo do Lula”, pelos autênticos, por militantes independentes, por militantes ligados a igreja católica, contou, num primeiro momento com a participação de O Trabalho” (Coelho, 2005,31)

“agrupamento” seria o único autenticamente petista. Objetivamente a constituição da Articulação como tendência promove a bipolarização interna do PT: em um pólo os autênticos no outro todas as demais correntes e militantes.

A heterogeneidade político-ideológica também foi a marca original dessa corrente. Segundo Silva (2003) parte expressiva dos quadros que organizaram a Articulação do PT são provenientes do PCB e PC do B e de suas cisões. Suas referências ideológicas são a revolução cubana, a chinesa, e outros países do Leste Europeu. Além desses há outros militantes formados em outras vertentes de tradição marxista como Política Operária - POLOP e organizações trotskistas, assim como sindicalistas sem organização política anterior e setores ligados a igreja católica. Na Articulação Sindical a concepção ideológica majoritária era a Teologia da Libertação. Boa parte de seus militantes veio das pastorais operária, da terra e da juventude.

Não é por acaso que as duas tendências, a do PT e da CUT, foram chamadas de Articulação, ratificando o que afirmamos anteriormente a respeito da influência dos partidos políticos sobre os sindicatos.

Os sindicalistas signatários do “Manifesto dos 113” que militavam na CUT argumentavam que a resolução aprovada no Congresso da CUT Regional Grande São Paulo, preparatório ao II CONCUR, de que a CUT deve construir uma alternativa operária e popular, apontando para o rompimento com o regime capitalista e contribuindo com a construção do socialismo, elaborando um projeto de transformação socialista da sociedade significava *ou defender o projeto político do PT, no interior da CUT, partidarizando a*

*Central ou, então, construir um novo partido, a partir da CUT e à revelia do PT*³¹(ArtBrasil, 1997:5).

Este argumento reforça a retórica de independência política dos sindicatos ou central sindical frente aos partidos que, como já vimos anteriormente, a história se encarregou de refutar, além disto faz um sinal de igual entre defender o projeto político e partidizar a Central. Porém, em função da despolitização da classe trabalhadora brasileira, resultado da utilização histórica de estratégias de forte opressão e repressão à classe e dos longos anos de ditadura militar, este era um argumento que tinha, e até hoje ainda tem, forte apelo nas bases sindicais.

O combate a esta resolução no campo sindical justifica – de acordo com publicação desta corrente (ArtBrasil, 1997)- a formação da Articulação Sindical. O Encontro Nacional realizado nos dias 21, 22, 23 de fevereiro de 1987, no Instituto Paulo VI, em Taboão da Serra, SP, formaliza a organização da Articulação Sindical – ARTsind, cuja concepção sindical foi, em linhas gerais, apresentada da seguinte forma

1. A Articulação Sindical propõe uma ruptura radical com a estrutura sindical oficial corporativa e de conciliação de classes.

2. Defende um sindicalismo classista, de lutas, democrático, de massas³², unitário e se expressa na combinação entre a reivindicação e a construção do projeto histórico da classe trabalhadora.

3. A CUT, que a Articulação Sindical quer consolidar, é a expressão de um sindicalismo organizado, a partir do local de trabalho, desde o sindicato de base, até o conjunto da classe, como um instrumento de lutas dos trabalhadores. (ARTBRASIL, 1997:6, grifo nosso)

A iniciativa da constituição da Articulação Sindical foi dos sindicalistas que pertenciam à Articulação do PT e permaneceram sendo maioria na corrente, entretanto, esta

³¹ Esta resolução do Congresso da CUT Regional Grande São Paulo no II CONCUR se transformou na resolução apresentada na página 83.

³² São os mesmos atributos que a Articulação do PT confere ao partido (pág 88)

agregou episódica ou permanentemente outros setores do PT como a corrente O Trabalho, MCR (posteriormente Forças Socialista) e Democracia Radical, além de sindicalistas de outra filiação partidária como PSB, PPS, PV, PDT, PSDB e independentes.

Do ponto de vista da metodologia de funcionamento rejeitam o centralismo democrático, reivindicam uma atuação através do *consenso progressivo*, apelando, segundo eles, para a votação somente quando inevitável. Sua estrutura é composta da Plenária Nacional, Coordenação Nacional e Executiva Nacional. Seus espaços de atuação são a CUT e os sindicatos. Seu caráter é assim auto-definido:

1.A Articulação Sindical congrega sindicalistas, do campo e da cidade, que identificam-se através da sua concepção e prática sindicais e não por combaterem outras correntes.

2.Organiza-se para desenvolver esta nova concepção sindical materializada na CUT.

3.Contribui para que a prática sindical politize as divergências, combatendo o sectarismo e o vanguardismo.

4.Deve desenvolver a confiança política e a solidariedade entre seus companheiros.

5.Compromete-se em desenvolver a unidade de ação dos trabalhadores, no plano internacional, contra as terríveis conseqüências da crise mundial do capitalismo.

6.Dever tornar públicas todas as experiências e informações que contribuam para a conscientização política e o resgate da história.

7.É reservada, mas não clandestina.

8.Preserva e respeita as decisões das instâncias da CUT e dos sindicatos

9.O consenso deve ser sempre o objetivo da Articulação. Esgotadas todas as possibilidades, não havendo mais tempo para a tomada de decisão e o consenso ainda não tiver sido alcançado, a Articulação deve encaminhar a solução dos problemas, através do voto. E, uma vez, decidido, todos, sem exceção, deverão acatar e cumprir as deliberações da maioria. (ARTBRASIL1997:6,7)

É interessante nos determos um pouco na análise de alguns argumentos utilizados para definir o caráter desta corrente. O primeiro aspecto que chama a atenção é a justificativa de congregar os sindicalistas pela identificação de concepção e prática e não

por combater outras correntes. É notório o conteúdo negativo atribuído à identificação pelo combate às correntes, é como se este combate não fosse legítimo ou se desse num âmbito abstrato, o combate pelo combate. Como se a afirmação de uma determinada concepção e prática sindical pudesse ser realizada sem se contrapor a outras, ou seja, como se não existisse uma relação dialética entre afirmação de um projeto político/sindical e negação de outro(s). O combate político radical, leal, franco, aberto é saudável e necessário para a elaboração de sínteses superiores e refutação dos equívocos. O grande problema se dá quando este combate se trava de forma dissimulada, despolitizada e desleal, no terreno das manobras políticas ou burocráticas ou da disputa meramente material do aparato sindical. Da mesma forma que a Articulação do PT se organiza para combater, declaradamente, as outras correntes do partido, na CUT a Articulação Sindical fará o mesmo, como explicita o terceiro item quando se propõe combater o sectarismo e o vanguardismo, que é atribuído às outras correntes. Claramente há uma disputa pela hegemonia interna da CUT e a Articulação Sindical, legitimamente, se organiza para disputá-la com as outras correntes.

A seguir afirma que *organiza-se para desenvolver esta nova concepção sindical materializada na CUT*, como se as linhas gerais apresentadas na sua concepção sindical não fossem, exatamente por serem linhas gerais, patrimônio das lutas que a classe trabalhadora travou no âmbito sindical a partir do final da década de 70 e comum a todas correntes e militantes independentes, aparentado um desprezo pela contribuição destas correntes e militantes na construção da CUT, o que por si já é indicativo do método utilizado para o combate às outras correntes.

O item em que se compromete a *desenvolver a unidade de ação dos trabalhadores, no plano internacional, contra as terríveis conseqüências da crise mundial do capitalismo*, se materializa no III CONCUR em 1988 enquanto proposta de filiação da CUT a

Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres – CIOSL e sua posterior filiação na 9ª. Plenária Nacional em 1992. Esta proposta provocou grande polêmica, pois a CIOSL foi fundada em 1949, a partir da ruptura da unidade sindical entre o sindicalismo norte-americano, o social-democrata europeu e o soviético, que havia sido construída nos anos de 1945-46, sob a influência da aliança militar e política entre EUA-Inglaterra-URSS (aliados). Esta divisão foi impulsionada pelo sindicalismo norte-americano e europeu dentro do clima de guerra-fria. O sindicalismo influenciado pelos partidos comunistas, a partir desta ruptura, se organizou internacionalmente na Federação Sindical Mundial – FSM.

A proposta de funcionamento por consenso progressivo é a forma de se diferenciar e se contrapor ao centralismo democrático utilizado pelas correntes de tradição leninista: *Não aceitamos o “centralismo democrático”, mas sim o consenso progressivo, com votação quando é inevitável*(ArtBRASIL 1997,6). Esta forma de contrapor as duas formas de funcionamento pode induzir a interpretação de que no centralismo democrático não há discussão para a construção de sínteses e que as votações são muito apressadas ou ainda que o consenso é sempre possível e/ou desejável. Tanto quanto o que denominam de consenso progressivo, o centralismo democrático pressupõe amplo debate para exposição de idéias somente depois, não sendo possível a superação das diferenças pela síntese, faz-se votações de modo que se possa explicitar as diferenças e a organizar a ação unitária.

É um equívoco a tentativa de igualar o centralismo democrático com o centralismo burocrático, ou seja, aquela forma de funcionamento que impede a participação das bases e o debate.

O centralismo burocrático [...] indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo

sufocando o surgimento de forças contrastantes [...]as manifestações mórbidas de centralismo burocrático ocorreram por causa da deficiência de iniciativa e de responsabilidade na base, isto é, por causa do primitivismo político [...].(GRAMSCI, 2002a, 91).

Para Gramsci o centralismo democrático é

um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir dos de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências [...]O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). [...]Ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados (GRAMSCI, 2002a, 90-92).

Naquele primeiro momento além do desafio de organizar esta tendência nacionalmente no estados, os conflitos locais, a “cultura do independentismo”, o individualismo de alguns companheiros na disputa pessoal ou de grupos por espaços e cargos, os diferentes níveis de consciência, organização e articulação são apontados como as principais dificuldades para coesionar este campo. Esses problemas deveriam ser enfrentados a partir da explicitação dos conflitos, pois só através da discussão *é possível desenvolver a CONFIANÇA E A SOLIDARIEDADE no grupo. A palavra de ordem deve ser TOLERÂNCIA, compreensão e análise para que haja clareza sobre o que distingue a*

prática de cada um, buscando através do processo ir criando a unidade e a identidade.

(ARTICULAÇÃO SINDICAL 1993:6).

Segundo avaliação do Encontro Nacional de fundação, a constituição da

ARTsind é mais que uma vontade política, ela é uma necessidade do momento histórico, pois o avanço da classe trabalhadora coloca a necessidade de uma direção política, [por isto] deve buscar a hegemonia para seu projeto e sua concepção no interior da CUT, fortalecendo a implantação e o crescimento da CUT, enquanto estratégia e não como tática. No seu campo estão as massas, os quadros representativos, o trabalho de base a melhor proposta. Ou este campo se organiza e se constrói ou não se constrói a própria CUT. (ARTICULAÇÃO SINDICAL, 1993:6, grifos nossos).

Apoiada nesta avaliação a Articulação Sindical vota o seguinte plano de ação

A articulação sindical tomou para si a responsabilidade de desenvolver, em nível nacional e estadual, as linhas do Plano de Ação da CUT, para 1987. O primeiro desafio estava em transformar a CUT, de referência política das lutas dos trabalhadores, à dirigente dessa lutas, consolidando-a, enquanto central sindical classista. Cinco pontos nortearam a Articulação para esses objetivos:

1. Fortalecer as instâncias da CUT, rompendo com a tese de que ela seria uma federação de instâncias estaduais e, em seu lugar afirmando seu caráter único e nacional.

2. Estruturar as secretarias gerais das Estaduais da CUT, como coordenadoras do conjunto das secretarias.

3. Promover a filiação dos sindicatos à CUT e sustentá-la política e financeiramente

4. Estruturar a própria Articulação nos Estados e Regiões.

5. Introduzir nossa concepção sindical, junto aos trabalhadores na base de representação dos sindicatos, organizar as oposições, promover a formação política e estruturar a CUT. (ARTBRASIL, 1997:9,10, grifo nosso)

Qual seria o projeto e a concepção que a articulação deveria tornar hegemônica no interior da CUT, sem o qual a própria CUT não se construiria? Estes foram progressivamente sendo elaborados e apresentados nos Congressos Nacionais posteriores.

No III CONCUT apresentaram e aprovaram sua concepção e prática sindical. Este Congresso é considerado um marco na história CUT, por diversos motivos entre as diferentes correntes e tendências. Para a Articulação porque aponta *para a superação da visão da CUT movimento ou partido político e afirma[mos] o seu papel de negociação de contratação coletiva, funções próprias da organização sindical.*(ArtSind, 1997,27, extraído das resoluções do IV CONCUT, 1991,4). Para outras correntes porque esta resolução abriu margem para um afastamento da luta política e do socialismo e também porque a estrutura organizativa proposta pela concepção e prática sindical da Articulação se materializou em alterações estatutárias que reduziu a participação das bases e a possibilidade de disputa de projetos. O projeto estratégico foi apresentado no IV CONCUT, como veremos um pouco mais adiante.

A caracterização de Boito Jr (1999, 205) sobre origem política e ideológica da Articulação Sindical nos ajuda a compreender seu projeto político. Esta corrente é

marcada por uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo e da esquerda marxista organizada e, durante a década de 80, pela combatividade na luta reivindicativa. A articulação sempre esteve próxima do sindicalismo de origem católica e social-democrata europeu. Ora, na década de 1980, a cúpula da Igreja Católica Romana começou, sob o papado de João Paulo II, a combater a Teologia da Libertação fortalecendo o setor mais conservador dessa igreja. A social-democracia européia, por seu turno, aproximou-se do neoliberalismo, inclusive na França e na Itália, países cujos movimentos sindicais têm relações políticas e financeiras privilegiadas com a CUT.

[...]

Mudaram a Igreja Romana e mudaram também as centrais sindicais mais próximas da Articulação Sindical (BOITO JR, 1999, 209).

e, nessas mudanças estão nas bases políticas e ideológicas para a mudança de projeto político da Articulação Sindical para a década de 1990.

No decorrer dos anos outras correntes ou grupos políticos também se organizaram em tendências mais permanentes para as disputas políticas da CUT. Embora, como já assinalamos anteriormente, para o âmbito da discussão que estamos interessados não julgemos relevante o aprofundamento dos estudos destas, não podemos deixar de registrar, mesmo que muito rapidamente, algumas das principais tendências que fizeram ou fazem algum tipo de oposição – moderada ou radical, pontual ou global – para o projeto político desta corrente. Temos consciência que a composição e trajetória dessas tendências não são lineares, nosso objetivo é apenas mapear as mais significativas e reforçar o que já havíamos apontado antes sobre a permanente tensão interna entre as diferentes concepções e táticas sindicais. Entre estas correntes e tendências estão: CUT pela Base – CpB, no início, composta pela Democracia Socialista, Momsp, PRC, Fórum do Interior (formada principalmente por militantes da igreja católica da região de Campinas e Franca em SP). No final da década de 80 o PRC divide-se em Nova Esquerda e Movimento por uma Tendência Marxista - MTM, posteriormente a Nova Esquerda se transforma na Democracia Radical e adere a Articulação Sindical. Em 1993 é a vez da MTM deixar a CpB. Posteriormente o CpB, entra em crise se reorganiza em novas bases políticas, fundando da Alternativa Sindical Socialista – ASS que reúne O Fórum do Interior, DS, Força Socialista, Brasil Socialista (Ex-PCBR), Ala Vermelha (dissidências do antigo MCR) e grupos regionais. Movimento por uma Tendência Socialista – formada principalmente por militantes vinculados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU³³, ao Partido da Libertação Proletária – PLP e outros grupos regionais. Após a eleição do governo Lula rompe com a CUT e atualmente procura construir uma nova alternativa de Central que unifique as lutas dos trabalhadores: Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas. O Trabalho

³³ O PSTU foi fundado após a corrente Convergência Socialista ter sido expulsa do PT, no período anterior a expulsão esta corrente atuou nos congressos da CUT como Convergência Socialista ou Democracia e Luta.

– até 87 foi ligada à articulação sindical, atualmente está muito limitada aos trabalhadores dos serviços públicos. Corrente Sindical Classista – braço sindical do PC do B, que entra na CUT somente em 1990. Articulação Sindical de Esquerda – uma dissidência da Articulação Sindical. Além de grupos regionais com menor expressão, como: Causa Operária, Partido Revolucionário Operário, PCB, Liga Bolchevique.

Comum a todas estas tendências é o fato de sempre se posicionarem à esquerda da Articulação Sindical, seja em questões organizativas ou políticas, seja pontual ou no projeto global, seja momentaneamente ou permanentemente. As principais polêmicas estiveram centradas na exigência de mais democracia interna, na manutenção da independência de classe, na vinculação das lutas imediatas com o projeto socialista, na proposta de estrutura sindical.

De acordo com a análise da Articulação Sindical as principais divergências com as outras correntes se concentram em dois aspectos: democracia e socialismo. Depois de apresentar *democracia como respeito à vontade dos trabalhadores* (Artbrasil, 1997,8) restringe essa discussão a questão interna de composição da direção com o argumento de que o *vanguardismo* insiste em três pontos: proporcionalidade direta, proporcionalidade qualificada e proporcionalidade nas direções dos sindicatos.

Contra a proporcionalidade direta esta corrente condiciona a participação nas instâncias de direção à obtenção de 20% dos votos quando concorrem duas chapas e 10% quando tiverem três ou mais chapas nos congressos e nas assembléias que elegend delegados aos eventos ou direção da CUT. Argumenta que a proporcionalidade direta *não estabelece critério algum de representatividade, ou seja, qualquer cidadão pode eleger-se aos fóruns da CUT, por simplesmente, apresentar uma idéia* (idem), como se a proposta de

proporcionalidade direta fosse uma mera manobra para qualquer um entrar na direção da Central ou sindicato.

A proposta de proporcionalidade qualificada estabelece um critério de rodízio - proporcional aos votos – na escolha dos cargos de direção, evitando que a chapa que obtém o maior percentual de votos escolha primeiro todos os cargos que lhe interessa, ou as secretarias mais importantes, e as outras chapas fiquem com o que sobra ou com secretarias secundárias. Este critério, segundo seus propositores, permitiria compartilhar melhor as responsabilidades cotidianas da Central, além de produzir maior equilíbrio entre as diferentes forças políticas que atuam e assim produzir sínteses mais avançadas. A justificativa para contrapor-se à proporcionalidade qualificada é que este *é um mecanismo burocrático que atribui maior poder à minoria do que ela realmente representa(idem).*

Quanto à proporcionalidade nas direções dos sindicatos diz que esta *impõe aos trabalhadores, através de convenções ou prévias, uma composição de forças nas direções dos sindicatos* (idem). Se esta composição é feita a partir de prévias ou convenções, isto é com consulta às bases, é incorreto dizer que é uma imposição aos trabalhadores. Por outro lado esta composição de forças permitiria que todos os trabalhadores estivessem proporcionalmente representados na direção, ao mesmo tempo em que garante à chapa que obtém a maioria dos votos a maioria dos cargos de direção, imprimindo, objetivamente, sua proposta política ao sindicato³⁴. Isto poderia favorecer o desenvolvimento de uma cultura menos autoritária do que a que estamos habituados a viver e, por outro lado, qualifica a discussão política através das diferentes visões de mundo e táticas sindicais.

Embora as reivindicações de proporcionalidade direta, proporcionalidade qualificada e proporcionalidade para as direções dos sindicatos sejam pertinentes para o

³⁴ Este mecanismo foi utilizado para a composição da chapa única para direção nacional da CUT no 5º. CONCUR em 1994.

aprofundamento da democracia é inegável que o funcionamento dessas instâncias nessas bases exigiria muita maturidade política, clareza e convicção em suas propostas e transparência na condução cotidiana dos sindicatos, sem os quais a tendência seria de polarização permanente das discussões nos organismos de direção.

No que se refere ao socialismo apresentava o seguinte argumento

considera ser o socialismo, com democracia, o sistema ideal para a sociedade, que deve ser construído pela vontade da maioria. Nesse meio tempo é necessário dar respostas imediatas aos anseios e necessidade dos trabalhadores. Mas o PC do B, o PSTU e O Trabalho não pensam assim. Negam a concepção e prática sindical da CUT, apontando como alternativa a propaganda do socialismo.

Não queremos nos deter nas concepções, táticas e estratégias de socialismo que cada corrente tem, pois certamente não é segredo as profundas diferenças entre estas e destas com a Articulação Sindical. Gostaríamos apenas de ressaltar o método utilizado para apresentar esta divergência. O que distancia esta corrente das demais no que se refere ao socialismo é exatamente o que fazer *nesse meio tempo*, ou seja, a relação e dinâmica entre as *respostas imediatas aos anseios e necessidade dos trabalhadores* e o projeto societário em que se referenciam. A divergência fundamental se localiza no fato restringir, ou não, as reivindicações dos trabalhadores às possibilidades do capital, posto que a limitação das exigências dos trabalhadores às possibilidades de atendimento pelo capital implicaria na não da satisfação das suas necessidades reais, uma vez que estas são conseqüências diretas e imediatas do antagonismo de classes que funda este modo de produção, portanto impossíveis de serem resolvidas satisfatoriamente para o proletariado dentro deste sistema.

O que concretamente a Articulação Sindical propõe fazer no meio tempo entre capitalismo e socialismo? Como relacionar as necessidades imediatas e as históricas? Seria através da organização autônoma e independente e da luta dos trabalhadores para a

satisfação de seus anseios e necessidades reais ou por meio de uma aliança com setores da burguesia para construção de um projeto de desenvolvimento do capitalismo? Estaria esta corrente apontando para a possibilidade de alterar a qualidade de vida para o conjunto da classe trabalhadora por dentro do sistema capitalista? Seria esta uma etapa possível e necessária para chegar ao socialismo? As repostas à essas perguntas poderiam explicitar a divergência entre a Articulação Sindical e as demais tendências. A forma que toma o combate às outras correntes, ou seja, a discussão superficial e a desqualificação dos opositores para evitar do debate teórico/político não ajuda clarificar a diferenças, nem tão pouco faz avançar a formação política de seus quadros.

As duas publicações desta tendência que tomamos como referência para aprofundar o estudo da corrente majoritária – “Articulação Sindical: construindo a CUT” de 1993 e “Propostas e Objetivos da Articulação” de 1997 – foram elaboradas pela ArtSind com o objetivo de *apresentar a todos os trabalhadores [as] propostas, concepções, preocupações, nível de organização e funcionamento através [das] nossas [deles] próprias palavras (ArtBrasil 1997,3)*, pois segundo esta corrente *muitos falam e escrevem sobre a Articulação Sindical sem, ao menos, ter conhecimento sobre ela. Invariavelmente, recebe duras críticas de uns e a incompreensão de outros(idem)*. Como já indicamos anteriormente os argumentos utilizados nestas publicações muitas vezes utilizam a desqualificação da posição de seus adversários políticos como forma de evitar o aprofundamento e divergências. São argumentos muito calcados no senso comum que move a maioria dos dirigentes sindicais de base e, por isto reforçam uma visão de mundo fragmentada, mantendo os interlocutores num nível de informação e formação político muito baixo. Esta crítica nada tem a ver com a forma de apresentação, que pode ser mais jornalísticas ou não acadêmica. O que estamos questionando é o conteúdo e o nível de profundidade que esses

temas são abordados, pois mais encobrem do que aprofundam e explicitam os objetivos e projetos em disputa.

A consolidação da Articulação Sindical enquanto força hegemônica se deu a partir do III CONCUT e envolveu diferentes estratégias, entre estas

- a organização nacional da corrente feita a partir do forte trabalho político que envolveu a elaboração e divulgação da “Tese 10: Por uma CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e Pela Base”, apresentada no III CONCUT, realizado em Belo Horizonte em 1988, o que se refletiu na eleição da maioria dos delegados para o Congresso, na escolha da Tese 10 como tese guia e nas resoluções do III CONCUT praticamente idênticas à Tese 10.
- a delimitação de uma nova concepção e organização sindical para a CUT. A apresentação da concepção e prática sindical feita pela tese 10 ao III CONCUT reivindica o classismo, a liberdade e autonomia da CUT, a participação desta na luta pelo socialismo, a luta contra as discriminações, o combate ao sindicalismo reformista e de conciliação de classes, a construção uma CUT de massas aberta a todos os trabalhadores e por isto propõe a superação de posições “vanguardistas” representadas por outras correntes, que, segundo a Articulação, são incapazes de um sindicalismo de massas. Propõe uma CUT democrática, pluralista, unitária e representativa e vinculam isto a construção de uma estrutura orgânica com organização vertical³⁵ e horizontal³⁶, com mecanismos de participação direta dos trabalhadores e de uma cultura democrática, sendo que a participação efetiva dos trabalhadores nas decisões inicia-se nos locais de trabalho e nos sindicatos de

³⁵ Envolve a organização sindical de base, sindicatos, departamentos por ramos de atividade, cuja finalidade é encaminhar e implementar a política e plano de lutas da Central; definir uma plano de lutas específico e celebrar acordos específicos(CUT, 1988,45))

³⁶ Envolve a Cut regional, estadual e nacional, com o objetivo de construir a unidade dos trabalhadores enquanto classe (idem).

base, passando pela definição precisa dos mandatos e limites da direção, bem como o controle das bases sobre as direções, incluindo a possibilidade de destituí-los. Registram, também, a necessidade de continuar lutando pela liberdade sindical, pois embora o princípio de liberdade e autonomia sindical tenham sido formalmente incorporados na Constituição de 88 a unicidade e o imposto sindical foram mantidos. Em parte esta concepção expressa o acúmulo das lutas dos trabalhadores nos anos anteriores por outro lado procura centralizar e subordinar (através da estrutura orgânica) a ação dos sindicatos dirigidos por outras correntes ou tendências à política da Articulação Sindical, isto vai se traduzir concretamente nas alterações estatutárias aprovadas no III CONCUR e, a partir do IV CONCUR na utilização do método de Planejamento Estratégico Situacional para *definição de metas e organização das atividades para 92, 93 e 94.[...]. Foi um meio encontrado para “enquadrar” as correntes políticas e entrar no debate sobre “o que fazer”* (ARTSIND, 1997, 26)

- as alterações estatutárias no III CONCUR, que reduziram drasticamente a participação dos militantes de bases nos congressos (ANEXO II), alteraram o perfil político deste e ampliou a periodicidade de 2 para 3 anos entre os CONCURs. Os três primeiros CONCURs tiveram a participação de mais de 5.000 delegados, com mais de 50% de delegados de base, com mais de 30% de trabalhadores rurais e todos com cerca de 40% de delegados vindos do norte e nordeste. No IV CONCUR, realizado em São Paulo em 1991, o número de delegados caiu para 1554 delegados, praticamente 1/3 do número de delegados do III CONCUR, representou 1679 categorias e entidades sindicais. Este foi o primeiro Congresso em que o número de delegados foi inferior ao número de

entidades representadas pela CUT. A eleição dos delegados para o congresso nacional passou a ser realizada nos Congressos Estaduais, sem distinção entre direção e base. A combinação desses dois mecanismos faz com que participem do Congresso Nacional quase que exclusivamente direções sindicais, a base fica alijada da instância máxima de deliberação da CUT – o Congresso Nacional. Essas mudanças no estatuto, na prática, aumentaram a distância entre base e direção, conferindo maior poder de decisão às direções e dificultando o controle da base sobre as estas, numa flagrante contradição com o que é proposto nos itens de concepção e organização.

Objetivamente a constituição e consolidação das tendências e as mudanças estatutárias trouxeram para o interior da CUT uma forma de funcionamento que impede a participação de dirigentes e ativistas independentes e com muita frequência polariza a discussão entre as tendências a tal ponto que se transforma num diálogo de surdos. Os Congressos passaram a ser o palco privilegiado para demonstração de forças e poder de mobilização entre as diferentes tendências. De antemão já é possível saber, com certo grau de precisão, quais serão os desdobramentos destes. A grande função desse evento passou ser a eleição da direção, e para isto, diferentes teses se agrupam para compor chapas para disputar a direção nacional.

Concordando com Rodrigues (1990,11) o clima nos congressos é diferente do cotidiano dos sindicatos, onde os dirigentes são subsumidos pelas questões administrativas e pelas reivindicações modestas e convencionais

Neles se trava o confronto ideológico que exige armas intelectuais: conhecimentos, informações, domínio da teoria, ou seja, muito saber. O duelo ideológico efetua-se numa arena momentaneamente isolada do resto do mundo e tendo como

referência apenas as fronteiras do próprio congresso. Nesses dias, predominam o simbólico, o expressivo e o espetáculo: manifestos, panfletos, teses, discursos, faixas, palavras-de-ordem, bandeiras e, naturalmente, os conchavos de bastidores.

Embora as resoluções dos três primeiros CONCURTs expressassem as disputas entre as correntes que o compunham, o que imprime aos textos e análises certas incoerências, pois são construídos a partir de emendas que suprimem ou acrescentam algo à uma tese guia, estas foram, de um modo geral, marcadas por um perfil anti-capitalista: contra a colaboração de classes, contra os pactos sociais, pelo não pagamento da dívida externa, pelo rompimento com o FMI, pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, pelo salário mínimo do DIEESE etc. Reivindicações estas necessárias para provocar mudanças na qualidade de vida da classe trabalhadora, entretanto, incompatíveis com as possibilidades do atual estágio do desenvolvimento do capital e, nesse sentido, anti-capitalistas. As exigências e reivindicações eram dirigidas para o Estado, o governo e os patrões, onde a questão do socialismo, ainda, estava colocada. (CUT, 1984, 1986, 1988).

Nas resoluções do III CONCURT, em 1988, já estão identificadas as mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo apoiada em um intenso processo de inovação tecnológica, bem como a adoção do “neoliberalismo econômico” pelo governo Sarney, impondo uma série de prejuízos para a classe trabalhadora.

Este documento, pela primeira vez, apresenta um item que identifica a “política de dominação” utilizando tanto os mecanismos de coerção da dominação quanto os mecanismos de consenso da hegemonia

A classe dominante construiu uma poderosa e moderna estrutura de dominação de classe, que inclui a ação coercitiva-repressiva do Estado para, através da violência policial associada a um processo de expansão do aparelho militar repressivo, garantir os interesses e privilégio da elite dominante. [...] Paralelamente, a classe dominante mantém um rígido controle sobre os modernos aparelhos ideológicos, como a televisão de demais meios de comunicação de massas, através dos quais procura garantir as bases mínimas de consenso e legitimidade. (CUT, 1988: 9)

É possível identificar, neste momento as primeiras aproximações com conceitos e categorias gramscianas. Neste caso, embora de forma confusa e eclética, reconhece a televisão e os meios de comunicação como “modernos aparelhos ideológicos” expressão althusseriana, e não como aparelhos privados de hegemonia próprio do referencial teórico de Gramsci, como importantes construtores da obtenção do consentimento.

Até então (III CONCURT) todas resoluções são referenciadas na luta da classe trabalhadora contra a burguesia. As classes sociais são apresentadas a partir dos conceitos de dominantes e dominados, trabalhadores e patrões, burguesia e proletariado, povo explorado. A idéia de cidadão havia sido utilizada uma única vez no II CONCURT como parte das denúncias e exigências sobre políticas sociais do governo Sarney

A CUT exige a ampliação dos gastos sociais e o controle dos trabalhadores na destinação desses recursos e qualidade dos

serviços prestados, especialmente de programas nas áreas da saúde, educação, transporte, saneamento e habitação que são direitos básicos e fundamentais de todos os cidadãos e um dever do Estado. (CUT, 2003, 16)

O Estado era identificado com a aparelhagem estatal ou sociedade política, a introdução da expressão sociedade civil se dá no III CONCUR no item A Luta pela Paz, e pelo Desarmamento.

No Brasil, são inúmeros os sinais de que se desenvolve um programa nuclear paralelo para a produção da bomba atômica. A CUT não só repudia esta iniciativa, como participará, conjuntamente com outros setores da sociedade, da luta pela desnuclearização militar do País e do continente. De outro lado, a indústria militar brasileira vem se desenvolvendo rapidamente, com inúmeras formas de subsídios do Estado, sem qualquer transparência para a sociedade civil e sem controle social e democrático sobre este setor. (CUT, 1988, 50, grifo nosso)

e, mais adiante, no item Pela Reforma Urbana, ao Lado do Movimento Popular

Os movimentos populares (mutuários, sem terra, luta de transportes, saúde, educação, favelas, moradia, cortiços, etc) e entidades compõem hoje uma força de pressão sobre a aliança entre o Estado e a burguesia. Mais recentemente, os vários movimentos, sindicatos e entidades da sociedade civil, vêm buscando a unificação de suas bandeiras de ação, articulando-se em torno da luta pela reforma urbana. (idem, grifo nosso).

A idéia de sociedade civil aparece como oposição aos militares e algo alheio à burguesia e para fazer-lhe oposição. A distinção entre vários movimentos, sindicatos e entidades da sociedade civil evidencia a incorreção da apropriação do conceito na acepção gramsciana, pois todos pertencem ao âmbito da sociedade civil, não haveria, pois, a necessidade de citá-los separadamente.

A proposta de construção de uma estrutura orgânica para CUT, a introdução do conceito sociedade civil, a distinção das esferas de dominação e hegemonia evidenciam uma aproximação com o referencial teórico-político de Gramsci, sem, contudo, apontar para um aprofundamento na radicalidade da luta contra o capitalismo. O que nos leva a concluir que esta aproximação foi episódica e meramente retórica e formal.

Nos dediquemos, agora, à tentativa de apreender e compreender o projeto político que se consolidou na CUT a partir do IV CONCUR. Convém iniciarmos lembrando três importantes fatos daquela conjuntura: 1) a derrota do candidato Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 89, em quem a CUT recomendou o voto, por considerá-lo o melhor candidato para a classe trabalhadora e também porque a Frente Brasil Popular unia o campo progressista. Apesar de ter obtido praticamente metade dos votos, o resultado eleitoral foi encarado como uma profunda derrota para o PT, a CUT e a classe trabalhadora.

2) entre 1989 e 1990 estrutura-se, com apoio do novo bloco de poder, a versão brasileira do sindicalismo de resultado - Força Sindical que passa disputar, decididamente, sua concepção sindical com a CUT e 3) o colapso do socialismo real - o desastre econômico, político e ideológico dos países do chamado “socialismo real” teve profundo impacto na esquerda mundial e conseqüentemente na militância sindical cutista.

A partir de meados de 1990 a Articulação Sindical passou a ter uma leitura invertida da correlação de forças década de 1980, apresentando a ação sindical cutista como “reativa-reivindicativa”, um sindicalismo do “não”. Por esta leitura a ofensiva da luta sempre esteve nas mãos da burguesia, a classe trabalhadora apenas reagia aos seus ataques, subavaliando, assim, segundo nosso ponto de vista, a importância da luta dos trabalhadores, em especial do movimento sindical, na queda da ditadura, na inviabilização dos planos de estabilização econômica, na própria fundação da CUT e do PT etc. Apoiada nesta caracterização começa a propor uma mudança de postura, apresentada como “afirmativa-propositiva”, a CUT do sim.

Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV CONCUT..(BOITO JR, 1999,131)

O IV CONCUT foi realizado em setembro de 1991, em São Paulo, depois de quase dois anos de governo Collor marcado por sucessivos fracassos dos planos econômicos. O credenciamento dos delegados se deu em clima de forte tensão, com denúncias de “inchaço” de delegados em alguns sindicatos rurais do Pará, que aumentava a bancada de delegados da Articulação, com mecanismo de agudíssimo redutor aplicado ao total de delegados dos Estados de Minas e Bahia, onde a oposição à Articulação era maioria, com *casos de vários sindicatos que não aplicaram o critério da proporcionalidade nas assembleias de escolha de delegados aos congressos regionais e estaduais, principalmente os liderados pela Articulação e [...]pela Corrente Sindical Classista* (Giannotti e Neto,1991, 65). O que estava em jogo por trás desta disputa numérica de delegados era a definição dos rumos da CUT nos anos 1990, era o projeto político para a Central. Este Congresso foi marcado pelo abandono da convivência democrática entre as diferentes tendências, pelo clima de sectarismo, pelo encaminhamento burocrático das divergências e pela primeira vez pelo desrespeito ao resultado de uma votação.

O golpe fatal na democracia ocorreu durante o próprio Congresso quando a tendência majoritária correu o risco de perder o controle burocrático sobre a Central. Estava em jogo a adoção ou não, na Central, da norma da proporcionalidade qualificada em todas as instâncias. [...]

Pois nesta votação o IV Congresso, embora fraudado na sua representação, escolheu por uma diferença de dois votos a proporcionalidade qualificada. Tal decisão política levaria ao desbloqueamento burocrático da Central, a repartição da

responsabilidade com todos os cutistas. Mas isto não podia ser admitido. A tendência majoritária que havia arquitetado, a qualquer custo, uma maioria segura, não admitiu a verdade das urnas. O Congresso foi interrompido por mais de 5 horas. No final, num lance fantasmagórico, que inclui a queima de cinco votos determinantes para o resultado da votação, a vitória foi dada a quem tinha perdido por dois votos.(NETO e GIANNOTTI,1993, 45)

Os temas que compuseram as 16 diferentes teses apresentadas ao Congresso foram: Balanço político e organizativo da CUT, Estratégia da CUT, Conjuntura e plano de ação, Estrutura organização e Estatuto da CUT. A tese da Articulação Sindical “Avançar, consolidar e vencer” foi escolhida como tese guia, coincidente e simbolicamente esta foi a tese de número 13 (mesmo número da legenda eleitoral do PT).

As resoluções aprovadas no item da Estratégia da CUT constituem um interessante material de estudo para apreensão do projeto que a Articulação Sindical, progressivamente, tornou majoritário na Central Única dos Trabalhadores, e, também, para verificar a tensão com outras correntes. A apresentação deste item é antecedida pelo Balanço político e organizativo da CUT onde, entre outras questões, encontramos como resolução congressual a avaliação de que foi correta a participação da CUT na reunião do Entendimento Nacional, uma negociação tripartite promovida pelo governo Collor, em setembro de 1990. Fato este que provocou forte polêmica entre as tendências e já demonstrava uma mudança qualitativa na direção política da Central, posto que até então a Central havia se posicionado contra a participação nos pactos sociais.

O parágrafo de abertura da Estratégia da CUT reafirma o seu perfil e compromisso

é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos das nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesses histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo pela superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática, organizando autônoma e independentemente os trabalhadores, condição *sine qua non* para chegar ao socialismo (CUT, 1991,6, grifo nosso).

É interessante notar que este parágrafo e resultado uma composição feita por emenda aditiva à tese original da Articulação, que não incluía a última frase. Mais adiante, se dedica a discussão de propostas para superar a instabilidade econômica e social provocada pela persistência e agravamento da crise naqueles anos

[...]só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos patamares de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular. (idem)

Caracteriza que *o debate sobre o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento ocupará o centro das atenções nos anos 90*(idem). Por isto a CUT deve inserir-se nesta discussão

atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados, dos setores desorganizados ou excluído do mercado formal e dos novos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico-produtiva no país e no mundo (idem)

A atualização do discurso anuncia também uma “atualização” de táticas e estratégias. Nesse sentido, o congresso deliberou articular a nova estratégia da CUT a partir de sete eixos centrais, que apresentamos na íntegra posto que a qualidade das informações auxiliam a compreensão do projeto político que a CUT passa a ter a partir de então:

- a) combinar as lutas por categorias com as mobilizações gerais, assumindo o papel de sujeito social nas lutas pelos interesses econômicos, sociais e políticos da classe trabalhadora, não se fechando no corporativismo,
- b) fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência etc)
- c) avançar na articulação com os setores democráticos e populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como a defesa do direito à cidadania, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros.
- d) lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, negado os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução

da questão social. Trata-se, portanto, de promover a democratização do Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. Para isso, é fundamental a criação e fortalecimento de órgãos de controle social da ação estatal. Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicita as intenções de seus atos.

e) priorizar e intensificar o trabalho de organização de base, consolidando a estrutura da CUT, condição indispensável para a viabilização da proposta de contrato coletivo de trabalho com estreita relação com a educação sindical e política dos trabalhadores; f) inserir-se política e organicamente no movimento sindical internacional, interferindo no debate sobre modelos de desenvolvimento, como forma de enfrentar os novos desafios colocados para os trabalhadores, particularmente no que se refere à modernização técnica-produtiva, às novas tecnologias e processos de trabalho e à ação sindical transnacional. Priorizar o enfrentamento da dívida externa, do meio ambiente e do desenvolvimento, temas de interesse internacional

g) lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa, passo indispensável para a construção de uma nova mentalidade social, e para o êxito da nossa estratégia (CUT, 1991, 6).

Vale registrar que o item d foi incorporado, através de emenda aditiva à tese guia. Os acréscimos muitas vezes introduzem contradições no texto, pois são frutos de resistências ou tensões, neste caso explicitam as divergências de projetos que estavam colocadas no interior da Central. Noutros casos complementam aspectos ausentes na tese guia que reforçam o projeto apresentado por esta. Não são sínteses que visam superar divergências. Por isto o início da apresentação da Estratégia da CUT reivindicando a organização autônoma e independente dos trabalhadores como condição *sine qua non* para a construção do socialismo é contraditório com a aliança com setores burgueses democráticos e com o sindicalismo internacional para a construção de modelos e projetos de desenvolvimento e de uma nova hegemonia.

O essencial da discussão deste item é, a nosso ver, a questão da governabilidade do regime democrático burguês. Razão pela qual a Articulação propõe que a CUT interfira na superação da instabilidade econômica e social por meio da construção de projeto alternativo de desenvolvimento com distribuição de renda, coletivamente elaborado pelo campo democrático e popular. Não é um projeto de separação e distinção entre as classes antagonicas do capitalismo, marcado por um vértice inacessível ao campo adversário. O projeto não é construir a contra-hegemonia, não é a luta pelo socialismo, uma vez que a “nova” hegemonia deve ser construída coletivamente com setores burgueses democráticos através de um projeto de desenvolvimento do capital brasileiro com distribuição de renda.

O Plano de ação da CUT aprovado no IV Congresso (CUT 1991, 10) propõe frente à conjuntura nacional combater o projeto neoliberal através de uma *política antiinflacionária que aponte para a reversão do modelo econômico, o crescimento e a distribuição de renda*. Como parte desse processo de combate a CUT

deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação (IDEM).

Certamente muito outros elementos internos à Central Única dos Trabalhadores poderiam ser tomados como referência para refletir sobre suas influências no processo de formação dos dirigentes. Talvez os aspectos ligados às atividades cotidianas do sindicato, quer seja a relação com a categoria ou a relação com o aparato sindical, tenham influência mais decisiva nesta formação. Entretanto nossa escolha recaiu sobre os princípios, as tendências, as resoluções dos congressos nacionais e estatutos porque a nossa intenção é examinar de forma mais ampla a relação entre proposta de transformação social assumida pela CUT e os processos formativos dos dirigentes.

Com a discussão acumulada até agora pretendemos indicar alguns desses processos e extrair algumas considerações iniciais. O primeiro aspecto que desejamos salientar é a origem da identificação ideológica do novo sindicalismo com o socialismo, talvez o mais correto seja falar em diferentes origens dessa identificação.

O novo sindicalismo surge ainda no período da guerra-fria e vai fazer oposição aos dirigentes encastelados na estrutura sindical oficial pela intervenção dos militares nos sindicatos. Estes foram formados, como já citamos anteriormente, principalmente pelo ICT em convênios com Iadesil numa perspectiva política/ideológica anti-comunista. Até o final da década de 80 haviam passado por seus cursos de formação mais de 67 mil sindicalistas. A perspectiva de opor-se radicalmente aos velhos sindicalistas encontra um campo fértil para incluir uma oposição ideológica ao projeto societário destes.

As organizações clandestinas de esquerda, a teologia da libertação, militantes que haviam retornado do exílio e militantes de esquerda independentes foram os disseminadores da ideologia do socialismo no novo sindicalismo, e isto se refletiu nos princípios de fundação da CUT.

A diversidade de compreensões sobre as táticas e estratégias para construção do socialismo levou-os a conformação de inúmeras tendências e ao tensionamento das disputas político/ideológicas entre estas, sem conseguir, em consequência disto, criar um espaço comum de reflexão e elaboração teórica que pudesse ter auxiliado na explicitação e superação dessas divergências. Esta questão fica evidenciada nos Planos Nacionais de Formação elaborados pela Secretaria Nacional de Formação, que abordaremos mais adiante.

Entretanto, segundo nosso ponto de vista, as tendências e os embates político/ideológico entre estas se constituiu num importante espaço de formação desses dirigentes. A atuação dos militantes nas tendências para organizar a intervenção nas instâncias deliberativas da CUT é espaço de formação por excelência, posto que fica a cargo destes a difusão das propostas e teses nos organismos de base (congresso e/ou assembléias sindicais, congressos regionais e estaduais da CUT). A característica principal deste processo é a limitação da formação às atividades difusão e organização de uma ideologia, funções de mais baixo nível dos intelectuais orgânicos, evidenciando uma divisão do trabalho intelectual entre esses dirigentes. Fato que desfavorece o desenvolvimento da autonomia intelectual, da capacidade crítica e de elaboração teórica para aqueles se limitam sua militância às atividades de difusão e organização.

Os gigantescos Congressos Nacionais, ainda que tivessem adquirido predominantemente o caráter de ato político ao invés de espaço de reflexão, cumpriram a tarefa de colocar em contato milhares de militantes de diferentes níveis de instrução, de diversas perspectivas político-ideológicas, das mais variadas regiões do nosso país. Embora não seja definidor, isto contribuiu para formação dos dirigentes, pois alargou o horizonte cultural, intelectual, político e ideológico, ampliando as possibilidades de reflexão. Entretanto, as alterações estatutárias caminharam no sentido de restringir este espaço de formação.

A hegemonia da concepção e prática sindical e do projeto da Articulação Sindical no interior da CUT, apresentados anteriormente, necessariamente interferem na perspectiva de formação dos dirigentes. Se num primeiro breve momento a construção do socialismo esteve colocada com algum grau de prioridade para a Central Única dos Trabalhadores isto deveria se traduzir nas atividades de formação dos dirigentes promovida por suas instâncias. Essas atividades indicariam para a perspectiva da formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, cuja função é contribuir para o desenvolvimento da homogeneidade e consciência da função da classe trabalhadora, *não apenas no campo econômico, mas também social e político*. Assim como um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda elaborado coletivamente com setores democráticos burgueses implica num outro projeto de formação de para seus dirigentes.

Estes aspectos tiveram importância decisiva na constituição da Secretaria Nacional de Formação e dos Planos Nacionais de Formação que abordaremos mais adiante. Por hora vamos nos dedicar a examinar alguns determinantes externos à CUT que julgamos tiveram influência na alteração do projeto cutista, na conformação e formação de seus dirigentes.

2.3.2 Os Determinantes Externos: Crise Econômica, Direta Já, Transição Democrática, Congresso Constituinte, Eleição Presidencial, Crise do Socialismo Real

Um poderoso movimento grevista, especialmente com as características e particularidades do brasileiro na década de 80, não pode durar para sempre. Para o capital essa situação de grande instabilidade acompanhada de um aprofundamento da consciência e organização da classe trabalhadora é insustentável do ponto de vista econômico, político e ideológico. Isto também é verdade para a classe explorada. Nesse sentido, para os dominados coloca-se a disjuntiva de limitar-se às reformas ou avançar no sentido da revolução socialista, e, para a classe dominante a questão se traduz em como impor uma derrota à classe trabalhadora, ou seja, como dirigir uma contra revolução que minimize e de preferência esterilize o risco de uma nova ordem social – a ordem socialista.

Para se ter uma idéia deste ascenso, basta considerar a evolução das greves no período de 1982 a 1990

Evolução das greves
Brasil, 1982 - 1990

Ano	Greves	Grevistas
1983	253	674.919
1984	411	1.529.099

1985	618	5.689.092
1986	1.026	4.868.373
1987	1.002	6.965.546
1988	889	5.693.754
1989	1.977	14.097.878
1990	1.789	7.702.954

Fonte: SAG (Sistema de Acompanhamento de greves) – DIEESE

Objetivando contrapor-se aos perigos que este movimento poderia representar para o capitalismo em nosso país e, também, para enfrentar a grave crise econômica/política/de poder que se prolongou por toda a década de 80 a classe dominante desencadeou uma contra-ofensiva econômica, política e ideológica cujo centro era derrotar o ascenso do movimento de massas e integrar-se a nova fase de acumulação capitalista.

O processo de transição da ditadura militar para uma ordem democrática conservadora, durante a década de 80 no Brasil, foi um período de intensa atividade da luta de classes, cujos resultados foram marcados por grandes contradições.

O gigantesco movimento de massas desencadeado a partir das greves do final dos anos 1970 que desaguou no movimento da Diretas Já! teve força para substituir os presidentes militares por civis somente através de um colégio eleitoral de maioria conservadora, composto por um Congresso Nacional eleito pela ditadura militar. É certo que a derrota do candidato diretamente identificado com os interesses do golpe militar – Paulo Maluf – foi vitória desde ascenso. Mas, também, é certo que a reivindicação de eleições direta para presidente foi derrotada pela Aliança Democrática, formada por setores democráticos da burguesia e por setores mais conservadores que haviam servido de base para a ditadura militar, materializada na candidatura de Tancredo Neves e Sarney. Neste episódio o PT chamou o boicote ao Colégio Eleitoral.

A profunda e prolongada crise econômica - expressão da crise econômica mundial - restringiu significativamente a possibilidade de sobrevivência do modelo capitalista de substituição de importações que vigorou no país desde a década de 1930. Esta crise combinou recessão, altas taxas de inflação, crescimento vertiginoso da dívida externa e

do déficit público. Esses fatores levaram inclusive a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa (decretação de moratória) em 86 durante o governo Sarney. Seus efeitos sobre a classe trabalhadora foram o aumento do desemprego e a perda brutal dos ganhos salariais e poder aquisitivo. As diferenças e disputas entre frações da burguesia quanto ao tratamento que deveria ser imposto à crise e ao projeto econômico para o país, ou seja, indefinição quanto ao modelo de capitalismo que deveria ser perseguido, somado às pressões grevistas, mobilizações populares e pressões do mercado internacional se expressam na quantidade de planos econômicos fracassados, cujo objetivo principal era o controle da inflação e do déficit público sempre por meio da intensificação da exploração. Entre 1986 e o final de 1990 seis planos econômicos foram impostos: Cruzado I em março de 86, Cruzado II em novembro de 86, Bresser em abril de 87, Verão em janeiro de 89, Plano Collor I em março de 90 e Collor II em dezembro de 90. Todos frustrados, graças a ação da classe trabalhadora que não parou de lutar.

A Constituição de 88 foi um dos momentos mais emblemáticos das contradições que a luta de classes impôs neste período. Foi, logicamente, um dos subprodutos do ascenso da classe trabalhadora que derrotou a ditadura militar. Entretanto a reivindicação dos setores de esquerda de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita exclusivamente para este fim, que ganhou simpatia de setores organizados da classe trabalhadora, foi derrotada. A Constituição de 88 foi elaborada pelo Congresso Nacional Constituinte. A mobilização dos trabalhadores se restringiu a coleta de assinaturas para as emendas populares à Constituição e algumas caravanas para Brasília, ao mesmo tempo em que as greves não paravam de crescer.

Enquanto que na Europa a onda neoliberal desferia um grande ataque aos direitos sociais e ao Estado de Bem Estar Social, no Brasil a classe trabalhadora conseguia universalizar ganhos e assim ampliar direitos econômicos, sociais e políticos. Quanto as questões trabalhista a Constituição de 88 limitou a jornada de trabalho para 44 horas semanais, estipulou seguro-desemprego, ampliou a licença maternidade para 120 dias e concedeu a licença-paternidade, fixada mais tarde em cinco dias. Também proibiu a ingerência do Estado nos sindicatos, incorporou o princípio de liberdade e autonomia sindical e assegurou aos funcionários públicos o direito de se organizar em sindicatos e de greve. Determinou o pagamento de 40% de multa sobre o valor total do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço no caso de demissão sem justa causa. Estas conquistas expressam tanto o alto grau de exploração que estavam (e ainda estão) submetidos os trabalhadores brasileiros, quanto a força das suas lutas.

Consciente desta contradição a classe dominante, através de seus representantes no Congresso Constituinte, marcou para o ano de 1993 uma revisão da Constituição e nunca viria encaminhar a regulamentação de itens como a limitação de 12% aos juros.

A crise de representatividade da burguesia impediu que lideranças tradicionais e ícones burgueses da chamada “transição democrática” como Ulisses Guimarães e Brizola conseguissem firmar-se como alternativa no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, levando a classe dominante a apoiar no segundo turno um candidato politicamente pouco conhecido, testado e confiável. A contra-ofensiva da burguesia tem um momento determinante nesta eleição.

Atolado em um processo inflacionário que parecia insolúvel e, ao mesmo tempo, embalado pelas conquistas obtidas na Constituição no ano anterior o país se dividiu ao meio, entre o projeto democrático popular representado por Lula do PT e Collor do

desconhecido e recém fundado PRN – Partido da Renovação Nacional. A candidatura deste se apoiou num discurso que difundia um conjunto de medidas neoliberais³⁷ capazes, segundo ele, de garantir ao país um lugar ao sol no mercado global, com desenvolvimento sustentado, estabilização monetária, distribuição de renda e evolução tecnológica. O abandono dos serviços públicos imposto pelo corte de gastos com esses setores, os seguidos fracassos dos planos econômicos, as denúncias de corrupção dão materialidade ao discurso da necessidade de desestatização da economia, de austeridade com os gastos públicos e de caça aos marajás proferido por Collor de Melo, conferindo-lhe a vitória eleitoral. Impondo uma importante derrota para a classe trabalhadora, para o PT e, especialmente, para o movimento sindical cutista, ao vencer Lula, principal expoente das lutas sindicais do período da ditadura militar, e o projeto da Frente Brasil Popular defendido por este. Isto significou o início da implantação, de forma orgânica, do neoliberalismo no nosso país.

Os primeiros anos da década de 1990 foram o auge da contra ofensiva econômica, política, ideológica e militar do imperialismo. De modo que eram muito restritos os espaços de oposição às teses do neoliberalismo. O mundo assistiu a Guerra do Golfo como quem assiste uma partida de video-game, os ataques imperialistas ao Iraque não provocaram nenhum grande movimento de protesto e indignação. A queda do Muro de Berlim, a desagregação da URSS, a derrubada da estatua de Lenin foram comemorados como símbolo do fracasso do socialismo. A síndrome do fim se alastrou: o fim das classes sociais, o fim da história, o fim do socialismo etc...e, em contra partida,

³⁷ “O neoliberalismo foi uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercados por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política”(ANDERSON, 1997, 9)

se alardeava a vitória final do capital sob a forma de neoliberalismo. Os planos neoliberais se impuseram na América Latina.

No Brasil o receituário neoliberal, adotado por Collor, desencadeou uma profunda recessão que associada a reestruturação produtiva nas empresas gerou um aumento brutal no desemprego, tendo como consequência um refluxo nas lutas sindicais.

Evolução das Greves

Brasil, 1991- 1992

Ano	Greves	Grevistas
1991	1.054	5.799.708
1992	556	2.616.715

Fonte: SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves) – DIEESE

Foi a partir desta nova correlação de forças que a Central Única dos Trabalhadores começou efetivamente buscar alianças e apoio com setores da burguesia, como foram os casos do manifesto conjunto com o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE cujo objetivo era pressionar o governo contra as medidas do plano Collor I, da desmarcação da greve geral de 1990, da participação nas reuniões do entendimento nacional no governo Collor, da hesitação em relação ao Fora Collor em 1991, das negociações tripartites nas câmaras setoriais no governo Itamar.

Assim, a perspectiva de um sindicalismo mais moderado, que vinha sendo gestada no interior da CUT há alguns anos, pode finalmente apresentar-se publicamente sem ter que enfrentar as resistências do movimento de massas, posto que havia uma base material para sua aceitação – a recessão, o crescimento do desemprego, a inflação, o refluxo das lutas, o consenso obtido através da ideologia do mercado como solução para os problemas da sociedade etc. Esta proposta, provavelmente, encontraria muita resistência no movimento

sindical na década de 80. Não queremos com isto justificar a opção que foi majoritária no interior da CUT, posto que esta era apenas uma dentre as várias opções políticas possíveis, e ao nosso ver uma opção rebaixada para as necessidades da classe trabalhadora brasileira. Queremos, no entanto, nos diferenciarmos das análises que restringem as mudanças exclusivamente ao papel das direções e das superestruturas.

Expressando não somente a queda das ditaduras e a transição democrática nos países da América Latina mas, também, a crítica da ausência de liberdade política nos países socialistas um vigoroso debate acerca da “rica multiplicidade de significados contidos na proposta democrática” (Boron, 1994:7) se desenvolveu nos meios acadêmico, político e sindical em nosso país durante a década de 80. Essa discussão incluía desde uma concepção claramente conservadora, que limita a democracia à criação e institucionalização de uma ordem política, ou seja, a elaboração e respeito a um conjunto de regras pertinentes ao jogo político capitalista, cuja essência são as questões da governabilidade e da eficácia administrativa, ignorando os antagonismos sociais, até uma perspectiva onde a alternativa democrática caminha para a instituição da igualdade econômica, política e social entre os homens, sendo por isso, em última instância, incompatível com o capitalismo. A discussão da diversidade de significados do projeto democrático de sociedade subsume a discussão do socialismo. O foco de discussão e preocupação se desloca da estrutura – alterações das relações da estrutura de produção capitalista – para limitar-se a superestrutura – ao tipo de regime democrático.

A supremacia da sociedade política sobre a sociedade civil, ou seja, o predomínio dos mecanismos de coerção sobre os de hegemonia, do período da ditadura militar, em nosso país, foram paulatina e progressivamente sendo substituídos por mecanismos de persuasão na busca de consentimento. Isto gerou um novo equilíbrio entre os dois

âmbitos do estado ampliado (sociedade política e sociedade civil), dando lugar, por um lado, a uma certa ordem democrática e, por outro, pondo fim nas mobilizações que reivindicavam ampliação de participação política. As conquistas desse período, que se manifestaram na maior organização da sociedade civil e em mudanças nas relações com a sociedade política, apontaram para uma crescente complexificação das relações intrínsecas ao estado ampliado e da própria grande política³⁸. O que não significa necessariamente um avanço da alternativa identificada com a transformação das relações capitalistas de produção, no nosso caso, como veremos no próximo capítulo, foi exatamente o contrário.

A partir de então começou um complexo processo de construção de hegemonia neoliberal no Brasil. Este envolveu um conjunto de reformas no plano econômico, jurídico, político e cultural e sua respectiva difusão e organização em todo o tecido social. Criando, assim, um senso comum capaz de legitimar os valores do livre mercado como a única alternativa capaz de garantir o desenvolvimento econômico e a estabilidade política.

Neste contexto setores empresariais e mais tarde do próprio governo federal (Collor) passam a apoiar decididamente o fortalecimento do sindicalismo de resultados, a partir do antigo CGT, para disputar com a Central Única dos Trabalhadores a influência sobre amplas camadas de trabalhadores, colaborando inclusive financeiramente com a fundação da central sindical denominada Força Sindical.

Em que estes processos influenciaram a formação dos dirigentes sindicais cutistas? Certamente o grau de polarização da luta de classes desse período formou um vigoroso espaço potencial de formação. Este espaço se forma na confluência da movimentação da classe trabalhadora em busca de solução para seus anseios e necessidades imediatas, da atuação da burguesia para resolver sua crise e conter este ascenso e da direção que a Central Única dos Trabalhadores busca dar para estas lutas.

As experiências realizadas na condução concreta das lutas políticas e econômicas, tendo que responder simultaneamente às demandas do proletariado e as investidas da burguesia, possibilitou a conformação de uma camada de dirigentes ligada muito mais organicamente com a classe trabalhadora do que seus antecessores e opositores, ao mesmo tempo em que gerou uma série de demandas para a Secretaria Nacional de Formação da CUT.

2.3.3 A Secretaria Nacional de Formação: na tensão entre determinantes internos e externos os Planos Nacionais de Formação.

³⁸ Para Gramsci a grande política refere-se “as grandes questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2000,21)

A tensão provocada entre os determinantes internos e externos à Central Única dos Trabalhadores produziu a síntese que marca a trajetória da Secretaria Nacional de Formação e as políticas direcionadas para a formação de seus dirigentes. Nestas questões nos concentraremos neste item.

Tomando como referência o perfil político ideológico anticapitalista das resoluções dos congressos da CUT, a perspectiva socialista de sociabilidade assumida em seus princípios e estatutos, o fato de que o proletariado não parou de lutar durante toda a década de 80 e que a burguesia conseguiu manter o controle político apenas relativo deste período as atividades sindicais dos dirigentes cutistas tiveram um campo fértil para superar o encaminhamento das questões meramente econômicas imediatas, podendo contribuir com a elaboração, difusão e organização de uma visão de mundo contra hegemônico. Em outras palavras, teriam condições de cumprir a função de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, e, como já vimos anteriormente, buscar a explicitação dos limites da luta econômica e a vinculação desta com a luta pelos interesses políticos gerais do proletariado, de modo a contribuir com a direção consciente das lutas que o proletariado trava.

A primeira metade da década de 80 foi extremamente rica e profícua em matéria de formação sindical. Multiplicaram-se em todo país experiências moleculares de formação política/sindical com diferentes matrizes político-ideológicas. As concepções que orientaram as experiências de formação no campo cutista têm suas raízes na Escola Sindical do DIEESE, na assessoria dos centros criados pelos ex-exilados, nos Centros de Educação Popular, nos organismos vinculados direta ou indiretamente à igreja católica, nos partidos políticos não-oficiais e nos vínculos com algumas universidades, cujas matrizes ideológicas foram a teologia da libertação, a educação popular e o marxismo.

O estatuto provisório votado no Congresso de fundação da CUT, em 1983, previa na estrutura da nacional da CUT cinco Secretarias para funcionamento (Geral, Administrativa, Finanças, Relações Públicas e Organização), 12 Secretarias para tratar das lutas dos trabalhadores (Direito do Trabalho; Saúde, Previdência Social e Segurança do Trabalho. Salário e Custo de Vida; Emprego e Desemprego; Reforma Agrária; Habitação e Solo Urbano; Formação, Educação e Cultura; Participação e Controle dos Trabalhadores; Liberdade e Autonomia Sindical; Política Econômica; Problemas Nacionais e Relações Internacionais) e o Instituto Nacional de Formação. Sendo atribuição da Direção Nacional organizar o Instituto encarregado de promover a formação profissional, social e política dos filiados à CUT.(CUT, 1983, 190-191). Nesta proposta de estrutura organizativa podemos notar uma duplicidade de instâncias encarregadas pela formação: a Secretaria de Formação, Educação e Cultura e o Instituto Nacional de Formação.

Este estatuto provisório foi modificado no I CONCURTO, em 1984, para uma versão que ficou conhecida naquela época como estatuto definitivo, embora viesse sofrer muitas modificações nos Congressos posteriores. Neste Congresso, a Secretaria Nacional de Formação, dirigida por Ana Lucia Silva professora de História da Universidade Federal de Goiás, passa a integrar a Executiva Nacional da CUT, denotando a importância dada à questão da formação dos dirigentes. As atribuições desta secretaria foram assim apresentadas no novo estatuto:

- desenvolver atividades de formação da CUT, como palestras, cursos, seminários e encontros de formação;
- acompanhar, avaliar, sistematizar e socializar as experiências e atividades das CUTs estaduais e regionais;

- fazer o levantamento das experiências de luta e organização dos trabalhadores do Brasil;
- elaborar e editar material de formação, publicações, audiovisuais e filmes;
- documentar e analisar todos os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica;
- manter o contato e orientar as secretarias de formação estaduais e regionais;
- manter o relacionamento, em vários níveis, com os centros e experiências de formação (CUT, 1984 b).

Objetivos nada modestos se considerarmos o estágio de estruturação da CUT, a dinâmica da luta de classes, a limitação de recursos financeiros e de pessoal disponível para realização destas tarefas. Embora já fosse possível identificar a multiplicidade de concepções político-ideológicas para formação no interior da CUT, neste momento ainda não se discute a unificação dos fundamentos ou definição dos princípios desta formação.

O ano de 1985 as atividades da SNF se concentraram na discussão da construção de uma alternativa para a estrutura sindical oficial. Os temas abordados em cinco seminários regionais foram: a organização dos trabalhadores no local de trabalho, o sindicato, a estruturação vertical por categoria, convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, legislação sindical, estatuto sindical, enquadramento sindical e imposto sindical. Estas discussões culminaram numa complexa proposta de Estrutura Sindical para se contrapor à estrutura sindical oficial, apresentada no II CONCURT. Esta discussão refletia ao mesmo tempo o elemento objetivo que conformou o novo sindicalismo e o desejo de superar a mera oposição à estrutura sindical oficial. Esta proposta de estrutura sindical não foi implementada. A estrutura sindical da CUT passa a ser orientada política, ideológica

e organizativamente pela concepção e prática sindical apresentada pela tese da Articulação Sindical, no III CONCURTO, em 1988.

Em 1986, no 1º. Encontro Nacional de Secretários de Formação inicia-se, a partir do levantamento das iniciativas de formação que estavam sendo realizadas, a discussão dos objetivos, do caráter e dos instrumentos para a elaboração de uma Política Nacional de Formação – PNF³⁹.

Nestes primeiros anos os esforços estiveram voltados para a implantação embrionária da Secretaria Nacional de Formação - SNF e de algumas Secretarias Estaduais de Formação - SEF, indicativo do próprio estágio de estruturação da CUT. A experiência embrionária de elaboração de uma Política Nacional de Formação – PNF, a partir de experiências autônomas e descentralizadas realizadas nas diferentes regiões do país, encarava como elementos unificadores da política de formação os princípios do sindicalismo cutista e os estatutos da central. Segundo as palavras da então secretária de formação Ana Lúcia

tinha muito claro o que seria uma política de formação da CUT. [...] tinha que se estruturar a partir dos princípios[...]de criação da Central e que indicavam uma CUT classista, de luta, de massa, instrumento na luta pela destruição do capitalismo e criação de uma sociedade socialista, uma CUT democrática, pela base, etc [...] a formação tinha que ser um instrumento tático na perspectiva estratégica que estava formulada nos estatutos da CUT. E que para isso, então, era necessário unificar, apontar uma formação que, respeitando as especificidades regionais, tivesse uma perspectiva nacional (Ana Lúcia, apud Tumolo 1998:183).

A recuperação das atividades desse período de formação, tanto pelas especificidades do momento quanto pela ausência de documentos arquivados ou acessíveis no Centro de Documentação da CUT, são muito limitadas. Entretanto, a

³⁹ Ver no ANEXO III as questões que nortearam esta discussão

nos guiar por outras pesquisas (Manfredi 1986,1996, 1997; Tumulo 2002) podemos inferir que esta tinha a intenção de formar quadros políticos para a classe trabalhadora na perspectiva da transformação socialista (CUT, 1985), ou, no referencial que estamos utilizando formar intelectuais orgânicos.

Às vésperas do II CONCURTO, em julho de 1986, foi criado o Instituto Cajamar, presidido por Paulo Freire. O INCA se apresenta como...*fruto da experiência de educação popular desenvolvidas no Brasil, que se define por processo educativos comprometidos com projetos de transformação social* (INCA 1996, apud, Pereira, 1999, 45). Sua proposta de formação previa que esta *devia estar intimamente articulada com os processos de pesquisa e elaboração teórica que conduzissem a propostas alternativas para a sociedade brasileira* (CUT, 1997, 91).

A fundação deste surpreendeu a secretária de formação e a maioria dos militantes da CUT: *o INCA foi criado por fora da CUT, como um instituto autônomo que faria convênio com a CUT para formar seus militantes[...]quando soube [da criação], já estava praticamente criado [...] nunca foi falado nada publicamente nas instâncias da CUT* (Ana Lucia, apud Tumolo, 1999:111)

O fato surpreendente é que embora estivesse sendo realizado um grande esforço para a estruturação da SNF e para a construção de uma PNF, ou seja, criando um espaço interno da Central para promover a formação de seus dirigentes, em 1987 a CUT firma convênio com o INCA para a formação de seus militantes.

No relatório de Avaliação Externa da Política Nacional da CUT (CUT, 1997) as razões da criação do INCA aparecem com certa ambigüidade, ora como algo externo e mais amplo do que a CUT

Em meados da década de 80 [...] A nata da esquerda brasileira pensa então um instituto de formação e reflexão dotado de um projeto global, isto é, onde os novos papéis sociais dos sindicatos, dos partidos políticos e dos movimentos sociais fossem contemplados simultaneamente, para a superação da dispersão das lutas e da formação e, sobretudo, para que não se perdesse não a idéia de uma hegemonia “gramsciana” da sociedade (idem, 91).

ora como um encaminhamento “natural” ou “legalista” das resoluções do I
CONCUT

A CUT já havia sido fundada em 1983, mas era preciso um Instituto Nacional de Formação que servisse como razão social para ela enquanto a organização de centrais sindicais fosse proibida. O Instituto Cajamar irá suprir a necessidade de materializar este INF (CUT, 1997,92)

Porém, nas Resoluções do V CONCUT, realizado em 1994, encontramos a seguinte deliberação deste congresso no que se refere à Política Nacional de Formação da CUT

É fundamental a constituição do Instituto Nacional de Formação (INF), na perspectiva de aprofundar a organicidade, ou seja, a necessidade da política de formação ser gestada e administrada dentro da CUT, envolvendo as instâncias diretivas, possibilitando uma dotação orçamentária orgânica à própria Central e a relação da formação com as demais secretarias e órgãos da CUT (CUT, 1994, 43, grifo nosso)

Posteriormente em 2001, no 14º. ENAFOR, por conta da definição da composição e participação dos Fóruns da Política Nacional de Formação, reaparece a discussão sobre o Instituto Nacional de Formação: *Desencadear/Aprofundar a discussão sobre o Instituto Nacional de Formação em todos os âmbitos no sentido de fazer com que essa resolução seja de amplo domínio das instâncias e conte com a maior participação possível no processo de debates e formulações sobre sua implantação (CUT, 2001, 33)*

Enfim, o Instituto Nacional de Formação da CUT em 2001 estava ou não fundado? Era ou não o Instituto Cajamar? Qual seria a necessidade da CUT ter uma razão social? O Instituto Cajamar seria da CUT ou dos partidos e movimentos sociais?

Por outro lado, a CUT passa a sustentá-lo financeiramente. *É deste momento [1987] a celebração do convênio entre a CUT e o Inca. Devido à importância e à quantidade de recursos envolvida neste convênio, o Inca passa a dele viver. Evidentemente, o convênio com a CUT lhe dá também um viés sindicalista (idem, 92).* Aparentemente o Instituto Cajamar converteu-se em uma forma de deslocar recursos financeiros da CUT para esta instituição promover a formação dos dirigentes.

Mas por que não fazer este investimento dentro da própria estrutura cutista? O INCA, entre 1986 e 1988, também foi responsável pela formação política dos militantes do PT (Pomar, 1990), esteve sempre sob a hegemonia pela corrente majoritária - Articulação do PT (Pereira, 1999,42) e como conseqüência promoveu no interior da CUT uma formação identificada com o projeto da Articulação Sindical. A partir de 88 passa a compreender-se *mais como um instrumento de formação para as estruturas da CUT (CUT, 1997, 92).*

Apenas para ilustrar como foi complexa e acirrada a consolidação dos diferentes projetos políticos e a disputa de hegemonia no interior do PT e da CUT, inclusive no âmbito da formação, é interessante registrar a criação, em 1987, da Fundação Nativo da Natividade, cujo conselho político era formado por Florestan Fernandes, Jose Genoino e João Machado. Esta surge a partir da preocupação com a *ausência de um programa de formação que não fosse o da tendência Articulação, realizado no Instituto Cajamar (Pereira, 1999,48).*

Após o II CONCUR Jorge Lorenzetti, professor de Enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Articulação Sindical, assume o cargo de secretário de formação e permanecerá neste até maio de 1994, por ocasião do V CONCUR, perfazendo três mandatos consecutivos. Convém lembrar que no encontro em que foi formalizada a tendência Articulação Sindical, em fevereiro de 1987, a formação política foi definida como um de seus objetivos. Esta Secretaria permanecerá sob a direção da Articulação.

No período que vai de 87 a 89 a formação de dirigente passa ser uma das 5 prioridades da CUT, os esforços foram dirigidos para construção de uma PNF, implicando na definição dos princípios para a formação (ANEXO IV).

Nesse momento ainda podemos notar uma profunda identidade entre os princípios da PNF e os princípios do sindicalismo cutista. Ambos estavam permeados pela perspectiva da superação do capitalismo, com uma forte referência na luta de classes como motor da história, pela negação das políticas de conciliação de classe. O conhecimento é compreendido como ferramenta para transformação da realidade, construído a partir da articulação entre teoria e prática, cuja principal fonte é a história da luta de classes. Por isto, *o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo devem ser preocupações permanentes da formação na CUT (CUT, 1990,4)*. Também encontramos a preocupação com a capacitação dos dirigentes para administrar os sindicatos a partir da concepção de sindicalismo cutista. Bem como, a proclamação da intenção de encarar a formação como atividade permanente da vida militante. A metodologia a ser desenvolvida para as atividades de formação, segundo esses princípios, *deve se orientar por uma linha onde os participantes são sujeitos do processo, desenvolvendo o raciocínio, permitindo o aprendizado coletivo das experiências e envolvendo o “processo de criação e recriação do*

conhecimento” (idem). Os princípios da Política Nacional de Formação de 1987 permite afirmar que se estes fossem transformados incorporados nas atividades formativas poderiam favorecer a formação de intelectuais orgânicos na perspectiva apontada no primeiro capítulo.

A PNF vai progressivamente adquirindo uma articulação nacional através da

- construção e implantação de uma Política Nacional de Formação – PNF centralizada,
- estruturação organizativa das Secretarias de Formação,
- criação da rede de escolas orgânicas: Escola Sindical do Norte I (Belém, 1990), Escola Sindical Sul (Florianópolis, 1990), Escola Centro-Oeste de Formação Sindical (Brasília, 1992), CONEFOR – Coletivo Nordeste de Formação (Recife, 1992), Escola Sindical São Paulo - CUT (Cajamar, 1993).
- organização de fóruns permanentes para a discussão das políticas de formação: Encontro Nacional de Formação – Enafor e Coletivo Nacional de Formação – Conafor.

A configuração organizativa das atividades de formação foram sofrendo alterações ao longo dos anos (ANEXO V). Em 87 estavam apresentadas em quatro grupos de atividades. Em 88 e 89 foram agrupadas em eixos prioritários, subdividido em eixo permanentes e conjunturais, o que sugere que algumas atividades de formação tivessem por objetivo a discussão das bases políticas/teóricas/ideológicas para a sustentação do projeto sindical da CUT, por isso seriam permanentes e outras deveriam responder a demandas da conjuntura. Esta mudança não implicou na alteração dos cursos e seminários oferecidos, nem tão pouco nos temas abordados, estes mantiveram a mesma essência dos apresentados

no ano anterior. A única diferença entre o primeiro e o segundo ano foi que o eixo prioritário de Economia Política Básica, destinado a tratar dos *elementos fundamentais da sociedade em que vivemos e as bases do socialismo* (CUT, 1988c, 20), foi num primeiro momento incorporado ao eixo Concepção, Prática e Estrutura Sindical - sendo realizado um único curso com o mesmo título em 1989 pelo Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho/ Universidade de Campinas -CESIT/UNICAMP - e no ano seguinte o conteúdo deste curso foi diluído no curso CEPS. Demonstrando com isto, ao nosso ver, um desprezo pela necessidade de compreensão teórica mais profunda do funcionamento e crítica da natureza do modo de produção capitalista para organizar a luta por sua superação.

No ano 1989 a SNF participou ativamente do processo de divulgação das Resoluções do III CONCURT realizando 11 seminários.

A partir de 1990 as atividades de formação foram organizadas a partir de programas estruturados, de acordo com Veras

enquanto esforços de especialização da Formação Cutista e foram limitados na forma de temas específicos (CEPS, PACS, NC, PT-OLT etc), na forma de públicos a serem atingidos (Direção Nacional, Mulheres trabalhadoras, Trabalhadores Rurais) e na forma de especificações de uma função/atribuição da SNF (Concepção e intercâmbio nacional e internacional, Memória e documentação da CUT, Apoio a estruturação das SEFs e Escolas da CUT) (CUT, 1994, 32)

O processo de especialização da formação cutista, proposto através dos programas, tende reforçar a perspectiva de conhecimento fragmentada e hierarquizada (tema, público ou função) dificultando o desenvolvimento teórico, ideológico e político de uma concepção de mundo orgânica à classe trabalhadora, reforçando a tendência de afastamento da possibilidade de formar dirigentes enquanto intelectuais orgânicos.

A quantidade de atividades formativas organizadas a partir da PNF e o tipo de entidade encarregada de promovê-las, durante o período de 1987 até 1993, estão representadas na tabela abaixo

Atividades formativas da PNF-CUT (1987-1993)

ANO	ATIVIDADES			ENTIDADES PROMOTORAS			
	Seminários	Cursos	Subtotal	SNF/outr. Inst	Escolas	Centr.ass/Univer	No. Part
1987	16	15	31	20	10	1	672
1988	24	10	34	24	8	2	1.134
1989	26	15	41	23	14	4	1.250
1990	33	18	51	26	23	2	2.035
1991	25	38	63	13	48	2	2.116
1992	39	28	67	4	59	4	2.152
1993	36	35	71	12	57	2	2.230
Total	198	160	358	122	219	17	11.589

Fonte: Revista Forma & Conteúdo no. 6 – Secretaria Nacional de Formação – CUT, Maio de 1994, apud CUT 1997

Podemos notar que as atividades de formação da PNF vão num crescendo, de modo que em 7 anos o número de atividades oferecidas tem um aumento de aproximadamente 130%, e o número de participantes nestas cresce 231%, o que é demonstrativo do grau de investimento financeiro e de pessoal, e, ao mesmo tempo da demanda por formação. Como decorrência da política de construção de uma rede de escolas organicamente vinculadas à CUT a SNF passa a transferir a elaboração e execução de parte dessas atividades, especialmente os cursos, para essas instâncias, concentrando-se principalmente em promover seminários (ANEXO VI). A partir de 1990 a relação entre atividades oferecidas pela SNF e as Escolas (orgânicas ou conveniadas) se inverte, até então era aquela quem promovia a maioria das atividades de formação. Ao passo que os projetos de formação desenvolvidos pelos centros/universidades permanecem praticamente inalterados e marginais, do ponto de vista quantitativo, a todo processo de formação cutista.

Foram basicamente três tipos de atividades que a SNF promoveu: cursos – com duração média de cinco dias, totalizando 40 horas-aula; seminários – com duração de um a dois dias com um total de 8 a 16 horas de atividade e as reuniões do Enafor e Conafor.

O quadro abaixo permite uma visualização dos temas desses cursos e quantidade de seu oferecimento.

Cursos realizados pela PNF – CUT (1987-1993)

Atividade/Temas	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	Total
1. Formação de dirigentes-nac/estaduais	14	6						20
2. Concepção/prática sindical (Ceps)	2							3
3. Formas de luta/org trabalhadores			3					3
4. Economia e sindicalismo			1				1	4
5. Mercosul	1							16
6. Planejamento Sindical								2
7. Métodos de planejamento sindical	4							2
8. Administração finanças sindicais				2		5	6	2
9. Matemática sindical	3							5
10. Negociação/contratação coletiva						1	1	4
11. Dirigentes rurais				1	1			1
12. Organização sindical do campo				1	1			1
13. Comerc/gerenciamento agrícola							5	3
14. Metodologia de visualização								2
15. Metodologia formação cutista	4							16
16. Formação de monitores							1	24
17. Formação de formadores							1	4
18. Formação de formadores (Ceps)		1					1	3
19. Formação de formadores (OLT)	1							2
20. Comunicação/expressão						1		1
21. Mulheres Trabalhadoras	1							
	1	2	3	2		2	3	
	3							
			1	5		6	7	
	5							
						2		
	1	1						
	3							
		1	1					
				1				
TOTAL	15	10	15	20	39	28	35	162

Fonte: Forma e Conteúdo no. 6 – Secretaria Nacional de Formação – CUT, maio de 1994., apud CUT,1997

Para esta pesquisa – a possibilidade do movimento sindical contribuir com a construção do socialismo e a formação de dirigentes sindicais cutistas nessa perspectiva – procuramos aprofundar o estudo em dois programas: CEPS e Formação das Direções.

O Curso de Concepção Estrutura e Prática Sindical - CEPS seja pela permanência ao longo dos anos, pela quantidade de cursos ministrados e principalmente pela temática que aborda, tornou-se um dos nossos focos de análise. O mais antigo de todos os programas foi considerado a “*porta de entrada*” (CUT, 1993,24) da *Política Nacional de Formação*. O CEPS abordava as

questões vinculadas aos princípios da concepção cutista (classismo, liberdade e autonomia sindical, etc), [...] suas diretrizes políticas e [...] estrutura sindical. [...] Busca trabalhar com discussões estratégicas [...] [e] se preocupa em confrontar as idéias, as deliberações, as resoluções dos espaços de decisão cutista com a prática concreta cotidiana, refletindo, assim, sobre a coerência guardada, ou não, entre concepção e prática, no interior do sindicalismo cutista (CUT, 1994, 33).

Ao longo dos primeiros anos de existência, o CEPS, foi sofrendo diversas alterações. Em 1993 apresentava-se organizado em quatro níveis diferentes: os dois primeiros com instâncias e público alvo definidos e os dois últimos apenas com instâncias:

Nível	Instância	Público Alvo
I	Sindicato	Base
II	SEF e Regionais de formação	Dirigentes e base
III	SEF, Escolas e Estrutura Vertical	
IV	SNF, Estrutura Vertical e Escolas	

A estrutura vertical da Cut é composta pelas organizações sindicais de base, sindicatos e departamentos. Como as duas primeiras são atendidas pelos Níveis I e II, supomos, que no nível III o público alvo sejam os dirigentes dos Departamentos. A proposta era que cada nível fosse considerado como pré-requisito para o posterior e os dois

primeiros como básicos para toda PNF. O currículo mínimo da cada nível estava assim constituído:

Nível I

Eixo: O que é o sindicato – papel e organização

- Papel dos dirigentes e lideranças
- O que é organização de base
- Problemas no local de trabalho
- Integração de grupo (Metodologia)
- História da categoria
- História do movimento sindical no Brasil

Nível II

Eixo: O que é a CUT?

- Princípios e Estrutura
- História do movimento sindical
- Organização vertical x horizontal
- Formas de luta
- Desenvolvimento regional (mercado de trabalho)
- Relações de classes
- Centrais Sindicais no Brasil

Nível III

Eixo: Desafios do Sindicalismo Brasileiro

- Concepções diferenciadas no interior da CUT
- Formação na Ação
- Ética
- Pluralismo
- Centrais Sindicais no Brasil
- Tática e estratégia
- 5ª. Plenária (debate das resoluções)
- Revisão Constitucional
- OLT

Nível IV

Eixo: Políticas estratégicas da CUT

- Estrutura sindical
- Relações estrutura vertical x horizontal
- Pluralismo
- OLT
- Política de desenvolvimento nacional (políticas industriais, sociais, agrária e agrícola)
- Nova ordem econômica
- Revisão Constitucional
- Relação sindicato x sociedade
- Experiências sindicais internacionais. (CUT, 1993, 25)

A proposta de divisão em os níveis buscava, gradativamente, aumentar a diversidade e o grau de complexidade dos temas. Entretanto, a vinculação dos níveis às instâncias e público promove uma hierarquização de conhecimento e reflexão. Objetivamente é oferecido um nível elementar de formação para a base e esta formação vai se complexificando à medida que aumenta a hierarquia da direção, favorecendo o distanciamento entre base e direção também no aspecto da formação. Reforçando a divisão entre os diferentes níveis de dirigentes das atividades de elaboração e de difusão e organização.

O currículo mínimo apresentado por este curso, em 1994, indicava que os objetivos do Eixo de Economia Política não haviam sido plenamente incorporados, pois, com exceção do item que propunha o estudo das relações de classe e que permitiria a discussão de alguns *elementos fundamentais da sociedade em que vivemos* os demais não favoreciam a discussão *das bases do socialismo*.

Passemos agora para a análise do programa de Formação das Direções. Este inicia-se em 1990 como um programa específico voltado para a Direção Nacional. Em 91 é renomeado para Formação da Direção Nacional. Em 92 transformou-se em Formação de e das Direções – FD. Propunha-se a *contribuir para o aprendizado de questões que estão diretamente vinculadas com o exercício da função de dirigente, ou seja, a “tecnologia” de direção (Cut, 1994, 34)*, tinha, também, a função de assegurar *uma formação teórica que permit[isse] enfrentar os grandes desafios colocados para o sindicalismo cutista (CUT, 1997^a, 229)* Esta interessante forma de apresentação de seu objetivo é seguida da explicitação dos desafios colocados pela conjuntura para os dirigentes

desemprego acentuado, miserabilidade que exclui milhões de pessoas do mercado consumidor, concentração de renda e terras em

linhas crescentes. [...] processo de transição política elástica que já dura anos. Uma realidade mundial de profundas transformações no mundo do trabalho com conseqüências corrosivas para os trabalhadores. É neste cenário que nossos dirigentes se movem e têm que ser capazes de pensar políticas de médio e longo prazo [...] [e] operacionalizá-las, com instrumentos eficazes de planejamento e gestão. (idem).

Pelas razões apresentadas acima os principais conteúdos propostos por este programa foram: economia e sindicalismo, Mercosul, propostas e políticas organizativas da CUT, propostas e políticas da CUT para a sociedade brasileira (políticas públicas, sistema democrático de relações de trabalho, etc.), relação partido/sindicato, transformações estruturais e políticas de desenvolvimento, análise de conjunturas econômico-política e Estado brasileiro, serviço público e empresas estatais.

No cotejamento do Quadro da Evolução dos Programas de Formação (ANEXO V) com o Quadro das Atividades de Formação da PNF (ANEXO VI) verificamos que em 1987 e 1988, também, foram realizadas atividades (cursos e seminários) voltadas especificamente para a formação de dirigentes. Neste dois anos foram oferecidos, pela SNF/INCA/FASE/CEDI, cursos relativos a Concepção, Estrutura e Prática Sindical. Convém lembrar que o convênio com o Instituto Cajamar para formação de dirigentes iniciou-se no ano de 1987 e que no ano seguinte a Articulação Sindical apresentou uma nova proposta de Concepção e Estrutura Sindical no III CONCURTO.

A tabela da página 129, construída a partir do ANEXO VI, permite visualizar perfeitamente a dinâmica de incorporação dos cursos para formação de dirigentes pelo programa CEPS. Quando os cursos para dirigentes cessam começam os cursos de CEPS.

O acompanhamento das atividades da PNF através do ANEXO VI mostra que com exceção de dois cursos de Economia Brasileira e Sindicalismo, promovidos em conjunto pela SNF/INCA/CESIT, em 92 e 93, e dois outros em 93 – Mercosul e Formação de

Formadores sobre Mercosul – organizados pela SNF e Escola Sul num total de 1.308 participantes, todas as outras atividades neste programa foram organizadas em forma de seminários, num total de 30 eventos envolvendo 2.695 participantes.

Porque as atividades voltadas para a formação de dirigentes privilegiam o formato de seminários? A dificuldade desses dirigentes se afastarem por muito tempo de suas atividades é um forte argumento para justificar a opção por este tipo de atividade. Seguramente, podemos afirmar que este tipo de atividade não é o melhor instrumento para a formação teórica e nem tampouco favorecem que os seus participantes sejam *sujeitos do processo, desenvolvendo o raciocínio, permitindo o aprendizado coletivo das experiências e envolvendo o “processo de criação e recriação do conhecimento”* como propunha a linha metodológica. Por outro lado, se associarmos a forma de seminário com os conteúdos propostos podemos inferir que estas atividades foram espaços privilegiados de divulgação de elaborações realizadas em outros fóruns.

Os dois seminários “Transformações Internacionais e os Trabalhadores” e “Sindicalismo Internacional e Desafios da CUT” organizados conjuntamente pela Secretaria Nacional de Formação, Secretaria de Relações Internacionais e o INCA, em 1990, refletem que a proposta de filiação da CUT à CIOSL foi acompanhada de perto pela formação sindical.

Nos anos seguintes os temas abordados nos seminários giraram em torno da organização vertical da CUT, relações internacionais, revisão constitucional, questões da mulher, combate ao racismo, sistema democrático de relações de trabalho e transformações estruturais e política de desenvolvimento para o nordeste.

A análise dos temas abordados nos seminários e cursos da PNF nesses anos evidencia a pressão das questões de ordem político/organizativa, prática e cotidiana sobre

as questões estratégicas e teóricas, e, embora, os princípios da formação explicitem uma preocupação com a formação da práxis (articulação entre teoria e prática) não existe um programa destinado ao aprofundamento das questões teóricas e políticas de longo prazo, ainda que tivessem a função de orientar a prática imediata.

Ao final do período de 1988 a 1993 o documento “6 Anos de Política Nacional de Formação” apresentou a necessidade de formar um “Novo cutista”. Foi como se a necessidade de ser moderno, tão apregoada por Collor de Mello naquele momento, tivesse invadido a CUT. Há que se construir um “novo” por que o “velho” já não servia mais. No discurso e ideologia neoliberais o velho consubstanciava tudo aquilo que não pertencesse a economia de mercado e representava principalmente a inviabilidade e o fracasso histórico do socialismo.

Qualificando um “novo” cutista

Necessitamos, para assumirmos a responsabilidade histórica que em nós está depositada, de pessoas com compreensão não só do projeto ideológico-político-sindical da CUT, mas que também sejam competentes em suas áreas de atuação específicas: organização, economia, política industrial, formação, comunicação, negociação, finanças, saúde, educação, etc (CUT, 1994, 28)

Esta concepção do novo dirigente cutista reforça a perspectiva de formação de especialista em temas específicos, com uma tendência ao esvaziamento da função de dirigente político de um projeto societário contra-hegemônico. Entretanto, é perfeitamente coerente com as estratégias da CUT definidas no IV CONCUR. Essas estratégias propunham-se *fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência etc)* (CUT, 1991,6). Esse “novo” cutista deve exercer uma função muito diferente do velho. O velho estava à frente das mobilizações da classe trabalhadora. Esse

“novo” cutista vai “negociar” nos fóruns tripartites as políticas (im)possíveis de serem assimiladas pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Os Princípios da formação Cutista foram ao longo desses 6 anos sendo submetidos a diversas discussões e reformulações. A primeira versão apresentada em 1987 (ANEXO IV), foi reformulada em 1990 e foi submetida ao debate nos Cursos de Formação de Formadores Nível II realizados no Instituto Cajamar, no 6^o ENAFOR e na reunião do CONAFOR em 1993, chegando à versão apresentada no ANEXO VII.

A comparação entre os princípios assumidos 1987 e os apresentados nesse documento permite identificar avanços na compreensão da complexidade dos processos de formação, especialmente no que diz respeito à subjetividade individual. Entretanto, também é possível verificar um distanciamento do referencial marxista: capitalismo, luta de classes e socialismo não apareceram uma única vez nessa versão dos princípios da formação cutista. Embora se reivindicasse a formação como instrumento de reflexão e de libertação que contribui na luta pela transformação da sociedade e no desenvolvimento de uma visão crítica do mundo e das relações sociais nenhum item dos princípios reivindicava que este mundo transformado fosse o socialismo, ou uma sociedade justa, igualitária e fraterna. O mundo transformado foi apresentado apenas um mundo melhor. Tão pouco reivindicava que a visão crítica do mundo e das relações sociais seriam apreendidas a partir da luta de classes, nem que o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo deveriam ser preocupações permanentes da formação na CUT, como declarava a versão dos princípios da formação de 1990. A primeira versão dos princípios da formação propunha *“a capacitação dos trabalhadores para o processo da luta de classes em todos os níveis, particularmente para a necessidade de consolidação e avanço do sindicalismo classista, democrático e de luta”* (CUT, 1990, 12). A partir de 1993 os princípios se propuseram a

“capacitar os trabalhadores para transformar a realidade através de sua ação consciente e organizada” (CUT, 1994, 30).

Se, por um lado, há um avanço na compreensão da complexidade, das multidimensões, da responsabilidade e indelegabilidade da formação, por outro lado, é inegável um retrocesso com relação a concepção de transformação da sociedade, expresso pela ausência dos conceitos acima referidos. Assim, “construir um mundo melhor” não é, necessariamente, o mesmo que construir uma sociedade socialista. Uma sociedade organizada sob a ótica da social-democracia, sem dúvida, é melhor do que uma sociedade fundada nos princípios liberais ou neoliberais, embora se mantenha a exploração do homem sobre o homem. Entretanto o capitalismo não pode, sequer, sobreviver tendo como pressuposto a ampliação das conquistas social-democratas para a classe trabalhadora a nível mundial. Foi por isso que nem no auge dos Estados de Bem Estar Social os trabalhadores do Brasil chegaram perto das conquistas dos trabalhadores europeus. O capitalismo não pode hoje, pelo menos, manter esses direitos nos países centrais.

Ao não explicitar em seus novos princípios que a formação tinha como objetivo estratégico a construção da sociedade socialista, a partir da mobilização orgânica, autônoma e independente das classes e da disputa ideológica pela construção da contra-hegemonia, aparentemente, deixa em aberto todas as possibilidades de intervenção, inclusive essa. Satisfazendo todos os gostos. Entretanto, a supressão desses objetivos na dinâmica de mudança dos antigos princípios para os novos revelava o caminho que estava sendo percorrido.

Por último, mas não menos importante, temos a questão do financiamento das atividades de formação da PNF. Nosso foco recaiu sobre as fontes de financiamento,

embora reconheçamos que a análise do volume de recursos seria uma investigação importante.

Durante todo esse período a parceria com as entidades estrangeiras garantiu grande parte do financiamento das atividades de formação e também a construção de algumas escolas de formação da CUT. Os principais financiadores internacionais foram Iscos-Cils central sindical da Itália, Icco organização não governamental holandesa, FNV – central sindical holandesa, DGB central sindical alemã. Além dessas fontes de recursos alguns sindicatos contribuíram para o financiamento das atividades de formação.

Na Escola Sindical do Norte em Belém, desde o início em 1990, *mais da metade dos recursos financeiros foi proveniente de fontes internacionais: DGB, Alemanha; Icco, Holanda; Cisl, Itália e também da Inglaterra. Uma parte desse montante foi emitida por governos desses países, outra por campanhas de centrais sindicais, em sua maioria européias*(CUT, 1997,61)

As fontes de financiamento da Escola Sul, Florianópolis, foram *receitas sindicais das CUTs do Sul, taxas de inscrição, venda de serviços e a cooperação internacional da Alemanha e Itália*(CUT, 1997,79)

O Instituto Cajamar, São Paulo, além de recursos provenientes das três livrarias Cajá, da prestação de serviços técnicos e de receitas oriundas de vídeos, recebeu financiamento internacional do Icco (Holanda), Christian Aid, Fastem Opfer, Entreaide et Fraternité, Iscos-Cisl, Développement et Paix, Brot fur die Welt.

Pouco a pouco, muitas destas organizações foram se retirando; restam ainda três instituições (uma espanhola, uma portuguesa e uma basca), a central sindical francesa CFDT e a Crocevia. Curiosamente as fontes de financiamento parecem ter se deslocado no mapa europeu: inicialmente francesas; depois, italianas; alemãs; no terceiro momento [...] apenas algumas Ibéricas (CUT, 1997, 97)

Apesar de tão diversificadas fontes de receitas o INCA, no final de 1994, passou por grave crise financeira e conseguiu, por intervenção do próprio Lula, a contribuição de 20 sindicatos para pagamento da folha de pessoal.

Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte, foi financiada fundamentalmente pelo ISCO–CISL Um projeto de 1,2 milhão de dólares. Em 1993 *uma redução abrupta dos financiamentos internacionais e o não recebimento de verbas* (idem,108) aprofundaram a crise provocada pela saída da antiga equipe de trabalho.

Finalmente, a Escola Sindical Quilombo dos Palmares recebeu financiamento da Cisl, *tinha posição firme [de] não ter financiamento dependente em mais de 30% de uma mesma organização de ajuda externa. Tal decisão resulta das dificuldades sofridas por ocasião da compra da sede, quando a dependência em relação a central italiana, Cils, era muito grande.* (idem,129)

Havia uma forte preocupação com as formas de auto-sustentação das estruturas e das atividades da formação, que eram por demais dependentes da cooperação internacional e estes recursos estavam, como já vimos, diminuindo. Nessa ocasião os recursos públicos são apresentados como uma fonte a ser explorada.

Devemos pleitear junto aos governos municipais, estaduais e nacional a destinação de recursos públicos para a educação dos trabalhadores. Essa é uma política corrente em diversos países do mundo e mesmo no Brasil ela já é utilizada pelos empresários. Devemos realizar um debate público e aberto sobre essa questão e fazer gestões no sentido de conseguir esses recursos, garantindo o cumprimento de um dos aspectos do papel social do estado (CUT, 1994, 46)

É a partir deste momento que a CUT começa pleitear recursos do FAT para a qualificação e requalificação profissional de trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego.

Neste trabalho não tivemos fôlego para investigar como concretamente as relações da CUT com centrais sindicais européias, especialmente através do financiamento de formação, influenciaram a redefinição do projeto da corrente majoritária e conseqüentemente da CUT frente ao neoliberalismo. Mas uma hipótese, nada desprezível, é que as ligações com os setores do sindicalismo europeu, notadamente, DGB da Alemanha, Federatie Nederlnadse Vakbeweging - FNV da Holanda, Conferazione Italiana dei Sindicati di Lavorati - Cisl na Itália tenham exercido ascendência sobre a guinada de rumo que a Articulação Sindical imprime à CUT.

Lembremo-nos de que a onda neoliberal na Europa começou no final da década de 1970 e no Brasil esta só começou a ser implantada organicamente em 90, com Collor. Nessa época já havia cerca de uma década de hegemonia neoliberal na Europa. As centrais sindicais européias já haviam se adaptado e na maioria dos casos contribuído na implantação do projeto neoliberal em seus países. Corroborando essa idéia Boito Jr (1999, 215) afirma que

Na elaboração de sua nova estratégia, a Articulação não apenas inspirou-se no sindicalismo católico e social-democrata europeu, ela contou com a assessoria direta de tais sindicalista. Um exemplo foi a elaboração da proposta cutista do contrato coletivo de trabalho. Em junho de 1989 e em agosto/setembro de 1990, o Instituto Cajamar, entidade de estudos e formação sindical da CUT, promoveu dois seminários internacionais sobre negociação e contrato coletivo de trabalho. A CISL, central italiana sob hegemonia católica, foi patrocinadora desse evento, cujo tom foi dado pelas palestras e intervenções de Gian Primo Cella e Tiziano Treu, professores italianos assessores da CISL. Os italianos

insistiram na crítica ao sindicalismo de luta de classes, na idéia de que é necessário reconhecer a legitimidade do empresário e desenvolver uma “cultura negocial”, e na importância do contrato coletivo como instrumento de redução de atenuação do “conflito industrial”. As conclusões desse seminário influenciaram a concepção cutista de contrato coletivo, principalmente no que respeita à rejeição da idéia de confronto, à subestimação da importância da proteção legal do trabalhador e à valorização da negociação e do entendimento entre empregador e empregado.(BOITO JR 1999, 215)

É provável que a Articulação Sindical estivesse influenciada pelas adaptações do sindicalismo social-democracia ao neoliberalismo antes mesmo do neoliberalismo ser implantado pelo governo Collor.

As alterações promovidas na PNF até este período refletiram o começo das alterações estratégicas da CUT. As políticas de formação ao estarem estreitamente vinculadas com as políticas gerais da CUT dão sustentação para as concepções majoritárias em seu interior.

Não podemos deixar de reconhecer que ao propor a formação como prioridade e assumir esta tarefa para si a Articulação Sindical foi bastante conseqüente na sua implementação. Os números falam por si, ano após ano o número de participantes das atividades de formação foi aumentando. Foi criada e consolidada uma rede de estruturas e instâncias de formação. A cooperação internacional esteve voltada para o financiamento da formação de dirigentes. Isto não é pouca coisa. Tratar da formação no meio sindical é um eterno nadar contra a corrente, como os próprios documentos da SNF afirmam o urgente sempre tem prioridade sobre o necessário, e coisas urgentes não faltavam nos sindicatos. Esta corrente teve a visão estratégica da importância da formação para a disputa interna e externa do seu projeto.

Entretanto a dinâmica desenvolvida em todos os espaços da CUT, inclusive no destinados à formação, parece apontar para uma impossibilidade de construção de um novo senso comum para a disputa de hegemonia. Isto por que as opções políticas da Central têm privilegiado a construção de uma “visão de mundo” permeada pela pactuação com o capital, de modo que esta concepção impede a plena autonomia da classe trabalhadora e a sua construção em classe para si necessárias para a construção de um projeto societário autenticamente novo.

As conquistas econômicas, políticas, ideológicas e organizativas de um período não significam uma garantia contra retrocessos posteriores, podendo, inclusive, inserir grandes contradições para o próprio movimento. Os ganhos para a classe trabalhadora brasileira com as lutas desenvolvidas nos anos 80 foram menos de ordem econômico/material do que de ordem político/organizativa. A reorganização da sociedade civil, o alargamento das liberdades democráticas, abertura de outros espaços para aonde os trabalhadores pudessem dirigir suas demandas colocaram para o sindicalismo cutista a seguinte situação: adequar-se ou não a nova institucionalidade moldada pela classe dominante.

Em outras palavras, a questão colocada era se a CUT deveria manter a estratégia de organizar o movimento sindical de modo a contribuir com a construção do projeto contra-hegemônico, portanto, para contribuir com a destruição do capital, associando a luta institucional com a luta direta para contrapor-se ao capital, com exigências no sentido de eliminar as desigualdades (econômicas, políticas e sociais), fazendo avançar o nível de homogeneidade, de organização e de autoconsciência da classe trabalhadora ou limitar-se a minimizar esses antagonismos, buscando apenas e tão somente a possibilidade de humanizar o capital.

A redefinição do projeto estratégico da CUT ocorreu simultaneamente ao encerramento de uma fase do capitalismo brasileiro onde o poder sindical, a exemplo do que ocorrera nos países centrais, contribuiu para o controlar a reprodução do capital. Graças à atuação dessa força social a luta pela preservação dos salários e a universalização de algumas conquistas, na forma de direitos, foram acirradamente disputadas com o capital. Para Furtado (2002,46), *os movimentos sociais constituíram traço fundamental da fase avançada do capitalismo industrial, e sua importância para a dinâmica deste só foi comparável à da inovação tecnológica. A partir da metade do século XIX os movimentos sociais contribuíram para a formação do poder sindical, fator relevante no processo formativo das instituições do capitalismo industrial.*

O deslocamento da preponderância capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, ocorrido no período neoliberal, necessariamente provoca alterações nas instituições da superestrutura. Nesse sentido, não é de se estranhar que as teses neoliberais identifiquem no poder dos sindicatos e do movimento operário os elementos que corroeram *as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais* (Anderson,1995, 11). Nem tão pouco poderíamos supor que, nesta nova fase a acumulação, o neoliberalismo pudesse conviver sem intervir de forma decisiva na desarticulação e/ou ressignificação dos sindicatos que se pautaram pela luta contra o capital, tema que abordamos no próximo capítulo.

3. A CUT E O NEOCORPOTAVISMO NOS ANOS DE NEOLIBERALISMO

Este capítulo, como já anunciamos anteriormente, está dedicado à tentativa de compreender a forma concreta da implantação do neoliberalismo no nosso país e suas relações com as perspectivas de atuação e formação de dirigentes da CUT. Inicialmente o esforço foi de apreensão das transformações na área econômica que possibilitaram a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. Da mesma forma que a luta de classes no capitalismo industrial desenvolveu uma configuração específica de superestrutura, apropriada para aquela fase do modo de produção capitalista, o mesmo ocorreu no momento atual onde a hegemonia é do capital financeiro. Por essas razões neste capítulo buscamos analisar as mudanças ocorridas no bloco histórico por ocasião da implantação do projeto neoliberal.

3.1 O neoliberalismo no Brasil: as reformas estruturais e as estratégias para construção da nova hegemonia

Desde o início da década de 90, com a posse de Collor, progressivamente foram sendo introduzidas muitas modificações no padrão de acumulação capitalista no Brasil, cujo objetivo foi colocar o país em sincronia com o movimento que o capital realizava desde meados da década de 70 nos países centrais e, assim, inseri-lo na globalização econômica, que não é senão um salto qualitativo no processo de internacionalização do capital em sua fase imperialista, com as características e as contradições particulares deste momento histórico. Não é, pois, uma novidade original, embora apresente novidades, mas, sim, a exacerbação de uma das tendências do capital já apontada por

Marx e Engels, em 1848, no Manifesto Comunista⁴⁰. A internacionalização e a permanente revolução tecnológica⁴¹ são inerentes ao próprio capitalismo. E ao contrário do que pregam os apologetas do capital, não representaram a superação das fronteiras nacionais, nem tão pouco promoveu um novo tipo de integração econômica em todo o planeta. A globalização tem exacerbado o processo contraditório de integração econômica próprio do capitalismo, combinando a centralização e concentração da riqueza, por um lado, e expansão da miséria, por outro.

Uma das principais características desta nova fase de acumulação capitalista foi o deslocamento significativo dos investimentos do setor produtivo para o financeiro. A transnacionalização é um dos traços mais importantes da atual configuração do capital, conformou-se por meio de fusões e absorção dos pequenos e médios capitais, em todo o mundo, pelas grandes empresas internacionais e aparece como expressão da mundialização financeira (CHESNAIS, 1996).

A organização da produção tende a ser planejada e executada em escala mundial a partir desses gigantescos conglomerados. Isto possibilita, que, um pequeno número de grandes conglomerados de gigantescas empresas transnacionais⁴² se relacionem diretamente, dificultando o papel do Estado como coordenador da política e da economia, principalmente nos países periféricos, assumindo eles próprios, cada vez mais, funções

⁴⁰ “pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países... As velhas indústrias foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna vital para todas as nações civilizadas, indústria que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo.....nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas.....desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.” (Marx.S/d:24)

⁴¹ “burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança, distinguem a época burguesa de todas as precedentes”. (Marx.S/d:24)

⁴² Tanto em Chesnais (1996) quanto em Harvey (2004) fornecessem numerosos exemplos deste processo

econômicas e políticas de caráter supranacional, *cuja escalada planetária e gravitação social os torna atores políticos de primeiríssima ordem, quase impossíveis de controlar e causadores de um desequilíbrio dificilmente reparável no âmbito das instituições e das práticas democráticas da sociedade capitalista*(Boron, 2000:7/8). Esta atual forma de integração política-econômica tem reduzido o poder de ação dos Estados nacionais.

Em sua fase anterior, o padrão de acumulação orientado pela teoria keynesiana, garantidor do pleno emprego, levou ao extremo o binômio produção em massa/consumo em massa. O Estado intervinha decisivamente tanto no pólo da oferta (produção) quanto no pólo da demanda (consumo). Em sua fase atual a política de Estado cuida apenas da manutenção de um ambiente institucional favorável ao pólo da oferta, garantindo *o respeito aos contratos, direito dos credores como sagrado, liberdade máxima para o capital, fim dos expedientes de regulação e controle*(PAULANI, 2006,77).

O conjunto de medidas econômicas apresentado pelo projeto societário neoliberal - redução do Estado ao mínimo, flexibilização de proteção ao trabalho, abertura da economia, privatização das empresas estatais, liberdade para o funcionamento do mercado e a forma específica de gerir o Estado⁴³ como se fosse um negócio - é, na realidade, ao mesmo tempo, condição necessária para o deslocamento do capital produtivo para a especulação financeira, e razão da dominância da valorização financeira que prevalece na atual configuração do capitalismo.

⁴³ ..”brandindo-se os princípios neoliberais da eficiência, da rigidez de gastos, da austeridade, administra-se hoje o Estado ‘como se fosse um negócio’ [...] a atuação do Estado se dá visando [...] preservar os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação. A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre como quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez de acúmulo de recursos da reprodução ampliada do ‘capital público’, temos a dilapidação dos recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público, em uma palavra: espoliação.” (PAULANI, 2006:79/80)

O capital financeiro, apenas aparentemente desconectado da produção efetiva de riqueza material da sociedade, é rentista, volátil, exige realização à curto prazo e só funciona adequadamente se tiver liberdade de deslocamento em sua permanente busca de valorização, se não tiver que enfrentar regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos. Este movimento é viabilizado pela liberalização do capital, mas foi potencializado pelo desenvolvimento e utilização das novas tecnologias de informação e comunicação – informática - que permitem o monitoramento e a transferência desses “investimentos”, em poucos minutos, de um mercado para outro que possibilitem maior valorização e/ou garantias.

O atual padrão de acumulação capitalista ao mesmo tempo em que libera ao extremo o fluxo do capital financeiro impõe uma rígida regulação ao fluxo de ciência-tecnologia⁴⁴ para os países periféricos e da força de trabalho para os países centrais. *O novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero* (Oliveira, 2003:138), por isto inviabiliza o desenvolvimento econômico dos países periféricos que, por opção política e contingência histórica, investem pouco ou nada em pesquisa científica/tecnológica.

Os mecanismos utilizados desde meados da década de 70 para enfrentar a crise do padrão de acumulação nos países centrais, neoliberalismo e reestruturação produtiva⁴⁵ ,

⁴⁴ “A revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia. [...] Do ponto de vista da acumulação de capital isto em fundas conseqüências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalista subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica, uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação na Segunda Revolução Industrial.” (Oliveira, 2002,139)

⁴⁵ Conjunto de modificações nos processos de trabalho, expressa pela introdução de novas tecnologias e energias (robótica, cibernética, informática), articuladas com novas formas de organização e gestão do trabalho. Tais mudanças foram de tal magnitude que vários autores lhes atribuem o estatuto de 3ª. Revolução Industrial.

passaram a ser utilizados intensivamente em nosso país a partir da década de 90. O conjunto de reformas realizado nas duas últimas décadas no Brasil, sob os auspícios dos governos Collor, Itamar, FHC e Lula, ainda que com matizes diferentes, teve como objetivo criar o *ambiente* favorável para adaptação do país a esta nova fase da acumulação capitalista.

Essas medidas visaram subordinar, com ou sem resistência ou exigências, a economia brasileira à nova divisão internacional do trabalho, limitando o país, apenas e tão somente, a ocupar os espaços destinados à periferia do sistema:

- no que se refere ao capital produtivo - desenvolver as atividades mais simples e rotineiras, como operações de montagem, uma vez que as etapas mais complexas do processo de produção (concepção do produto, pesquisa e tecnologia, etc) são realizadas nos países centrais;
- quanto o desenvolvimento de ciência e tecnologia - limitar-se a ser importador de produtos imateriais de segunda classe produzidos nos países centrais, posto que diferentemente da fase anterior do capitalismo quando o progresso técnico permitia saltar à frente, *operando por rupturas sem previa acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal*, hoje, este conhecimento, que combina descartabilidade, efemeridade e progresso incremental⁴⁶, se transformou em segredo industrial guardado sob patentes, pressionando os países periféricos a manterem-se à margem do processo de desenvolvimento científico-tecnológico e por consequência do desenvolvimento econômico (Oliveira, 2003);

⁴⁶ Como a acumulação incremental tem que se realizar permanentemente, não havendo um *day after* quando já não se precisaria de altas taxas de investimento, não parece algo à mão para um país que acaba de criar um programa de Fome Zero pelas muitas e terríveis razões de uma distribuição de renda incomensuravelmente desigualitária. (OLIVEIRA, 2003, 142)

- no que concerne ao capital financeiro - transformar-se em plataforma de valorização.

Uma série de “obstáculos”, que persistiam na organização/desorganização da economia brasileira de então, precisaram ser transpostos para inserir o país na nova divisão internacional do trabalho: conter as altas taxas de inflação, tendendo a hiperinflação, que dificultavam a valorização do capital financeiro; alterar a política cambial, fortemente centralizada e regulada, que obstaculizava o deslocamento dos ganhos financeiros; controlar os altos gastos do Estado, produzidos ou não pela alta inflação; diminuir o tamanho e o grau de intervenção do Estado na economia, que comprometia o pagamento aos credores e retirava do mercado fatias lucrativas de negócios; alterar a legislação vigente que colocava os direitos dos empregados e do Estado à frente dos direitos dos credores financeiros e flexibilizar a legislação trabalhista.

O mérito de iniciar a difusão e transformação em senso comum do discurso neoliberal, que fornecia os argumentos necessários para a superar os “obstáculos” da inserção do Brasil no maravilhoso mundo novo da globalização, foi em grande parte de Collor de Mello, embora este “só tenha tido tempo” de iniciar a efetivação dessas medidas, principalmente através da abertura comercial. Coube aos seus sucessores aprofundar e implantar de forma global as medidas de adaptação a nova fase do capitalismo.

Foi no governo Itamar, em 1992, por meio da diretoria do Banco Central que ocorreram as primeiras mudanças de peso no sentido de preparar o país para a inserção no circuito internacional de valorização financeira, através da liberalização deste tipo de capital

em meio às negociações para internacionalizar o mercado brasileiro de títulos e securitizar a dívida externa [...] promove a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e a abertura do fluxo internacional de capitais.

A partir de mudanças operadas nas chamadas contas CC5⁴⁷ – contas exclusivas para não-residentes, que permitiam, graças a uma lei de 1962, a livre disposição de recursos em divisas, o Banco Central abriu a possibilidade de qualquer agente, independente de ser ou não residente, enviar livremente recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não-residente. (PAULANI, 2006, 90/91)⁴⁸

A liberalização financeira teve por objetivo garantir a livre circulação, entrada e saída sem nenhum condicionante, do capital fictício. Foi este mecanismo que permitiu a fuga dos US\$ 40 bilhões durante a crise de desvalorização do real em 1998, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

O controle da inflação, depois das inúmeras tentativas fracassadas⁴⁹, foi obtido por meio do Plano Real, ainda no governo de Itamar Franco, mas, sob o comando do então Ministro da Fazenda, e futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso. Este plano, ao promover a estabilização financeira e justificá-la a qualquer preço, superou o obstáculo determinante – a inflação - que ainda impedia o funcionamento do país como plataforma de valorização financeira atrativa e segura para os capitais internacionais, apesar disto já ter sido formalmente efetuado com a liberalização financeira. Além disso, a estabilização monetária passou a ser o argumento principista para todo e qualquer tipo de ajuste aos interesses do capital fictício, que ocorreram nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso e continua a sê-lo no governo Lula. A abertura da economia, a privatização desenfreada, a elevação da taxa de juros, o adiantamento de

⁴⁷ Contas estas que alguns anos depois protagonizaram a evasão de divisas no escândalo do BANESTADO.

⁴⁸ “Por essa época, o presidente do Banco Central era Francisco Gros e o diretor da área externa era Armínio Fraga. O interessante é que, depois de tantas décadas de controle, o mercado permaneceu incrédulo quanto a essas mudanças até que, em novembro de 1993, já na gestão de Gustavo Franco na área externa do Banco Central, foi publicada uma ‘cartilha’ que escancarou para os agentes aquilo que eles estavam vendo sem ser capaz de acreditar. Não por acaso a tal cartilha ficou conhecida no mercado como a ‘Cartilha da sacanagem cambial’” (PAULANI, 2006, 104)

⁴⁹ Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor

pagamento dos serviços da dívida ao FMI, tudo passou a ser justificado em nome de evitar a ameaça do retorno da inflação e ganhar a confiança dos investidores internacionais.

A obsessão com o controle dos gastos públicos, característica do neoliberalismo, tem ligação imediata com os interesses do capital financeiro. A taxa de juros paga pelo Estado aos papéis públicos passa ser o piso de referência para todas as demais taxas. Num mundo onde a economia é dominada pelo capital fictício não faz sentido que estas taxas sejam muito reduzidas. Entretanto, a elevação da taxa de juros produz um aumento das despesas com o serviço da dívida pública, por isto é preciso conter os gastos com outras despesas (gastos sociais, investimentos em infraestrutura, salário do funcionalismo etc). Também é necessário controle férreo sobre a inflação, para que o Estado não seja constrangido a aumentar a oferta de moeda. Além disto, os títulos públicos são ativos financeiros por excelência. A combinação desses fatores consome grande parte dos impostos, arrecadados a partir da geração efetiva de renda pela sociedade, para pagar os serviços da dívida. Assim, os detentores dos papéis públicos *recebem uma parcela da renda real produzida, mesmo sem terem tido qualquer papel na produção*. Não é por outra razão que a taxa juros pagos pelo governo brasileiro aos “investidores” estrangeiros é a maior do mundo, em 2004 chegou a 24,5% aa e apesar de seguidas quedas em maio de 2006 a taxa selic era 15,25% aa, (a segunda maior do mundo é a da Turquia, que é menor do que a metade da brasileira) (Paulani, 2006). Foram estas elevadas taxas de juros que conseguiram atrair um grande volume de recursos externos na última década, a menor parte destes recursos esteve direcionada para os investimentos produtivos - na privatização dos setor público e na compra de

empresas nacionais - e a parte mais significativa foi destinada às aplicações especulativas de curto prazo.

Com o objetivo de dar mais garantias ao capital especulativo, a partir de 1999, por conta do acordo com o FMI na crise de desvalorização do real no primeiro mandato do governo FHC, o Brasil passou a perseguir a meta do superávit primário nas contas públicas. Por iniciativa do governo Lula, este superávit foi elevado para 4,25% do PIB, embora o FMI tivesse exigido 3,75%. A restrição orçamentária forçada para obtenção desse superávit primário diminuiu e modificou a natureza do gasto governamental. Entre 2001 e 2004, apesar do aumento de receita pela elevação da carga tributária, houve uma involução de 8,31% do orçamento social total do governo federal, dos cinco itens que o compõem - gasto social direto (-3,16%), renúncia tributária (-17,63%), empréstimo (10,63%), subsídio implícito (-14,81%) e ajuste patrimonial (-62,64%) - quatro apresentaram queda real *per capita*, somente o item empréstimo, que financia o Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, teve aumento real. Dos nove subitens que compõem o gasto social direto (previdência social, saúde, assistência social, educação e cultura, proteção do trabalhador, organização agrária, habitação e saneamento, benefícios ao servidor e sistema S) apenas o gasto com assistência social teve crescimento (18,7%), os subitens onde ocorreram as maiores reduções foram habitação e saneamento (55,6%), sistema S (31,1%) e benefícios aos servidores (27,7%) (POCHMANN 2006).

As políticas de cunho neoliberal, que constroem o Estado Mínimo, têm como uma de suas finalidades entregar à iniciativa privada toda e qualquer atividade que possa constituir-se em negócio. Através da redução do gasto social ao mínimo, necessário

apenas para garantir o acesso dos serviços essenciais aos setores mais pobres da população, promove o sucateamento dos serviços públicos (saúde, educação, previdência, habitação etc) oriundos dos direitos universais do padrão de acumulação anterior, e, assim, abre uma imensa fatia de mercado de serviços à iniciativa privada, antes sob o domínio do Estado. Ao se retirar das atividades ligadas ao setor produtivo, através da privatização das empresas estatais, entrega aos homens de negócios, a preços módicos, não só uma fatia do mercado a ser explorada, mas, o patrimônio público construído exclusivamente pelo investimento estatal durante mais de meio século.

No Brasil, a construção do Estado Mínimo foi produzido por um processo de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos (por espoliação) que dilapidou o patrimônio nacional e os fundos públicos, desde o governo Collor, FHC até Lula.

Por meio dele [processo de privatizações] não só se abriram à acumulação privada suculentos espaços de acumulação, como em muitos casos, se fez isso com o dinheiro público (do BNDES), emprestado aos ‘compradores’ (e às vezes não pago, como no conhecido caso da Eletropaulo/Enron) a juros subsidiados. Além disso, os preços desses ativos foram subavaliados pelo Estado, e o ágio elevado que naturalmente apareceu, dada a concorrência por esses setores (os serviços industriais de utilidade pública), que são o filé mignon da acumulação produtiva no mundo, está sendo devolvido aos ‘compradores’ por meio de isenção fiscal que dura o tempo necessário para compensar o ágio. Outro exemplo concreto é a transformação pela qual vem passando o sistema previdenciário no Brasil. Com a imposição de tetos de valor reduzido para os benefícios, primeiro para os trabalhadores do setor privado (FHC), depois para os trabalhadores do setor público (Lula), o Estado abriu imediatamente à acumulação privada todo o imenso território da previdência, sendo que o governo Lula ofertou-lhe o presente mais valioso, os servidores públicos, de salário médio mais elevados e praticamente sem risco de desemprego. (PAULANI, 2006, 79/80).

De acordo com Harvey (2004, apud Paulani 2006) estamos diante de processos típicos da fase de acumulação primitiva do capital: fraude, roubo e todo tipo de violência que nunca saíram de cena agora se apresentam de forma muito mais intensa. Estaríamos diante de uma época de acumulação por espoliação, em que se aliam o poder do capital financeiro e o poder do Estado (através da sua direção, conivência ou omissão) para ocupar espaços antes fora do alcance do mercado.

Durante os últimos anos, nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, uma série de *adequações* foi efetuada na legislação com a finalidade de garantir que os direitos dos credores prevalecessem sobre os direitos dos trabalhadores e do Estado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, negociada com o FMI após a crise que levou a desvalorização do real em janeiro de 1999, teve como objetivo organizar e controlar os gastos públicos a partir da prioridade máxima de pagamento ao credor financeiro, mesmo que para isto seja necessário constranger a limites mínimos os gastos com políticas sociais e investimento público essenciais. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que esta lei propõe um duro controle dos gastos e investimento públicos, com sanções para os gestores que a descumprirem, *não impõe nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros em favor dos credores nacionais* (Paulani, 2006, 92), que por sua vez aumenta a dívida pública, alimentando o círculo vicioso em benefício do capital financeiro. No mesmo sentido caminharam a Emenda Constitucional n.º 37, em setembro de 2001 - que isentou de CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira os recursos aplicados na Bolsa de Valores e de Imposto de Renda a distribuição de lucros das empresas a sócios (nacionais e estrangeiros) e a remessa de lucros para o exterior – e a nova Lei de Falências, em fevereiro de 2005 – que alterou o limite e as prioridades para o recebimento dos recursos

da massa falida. As dívidas trabalhistas que antes, sem limitação, encontravam-se no primeiro lugar da fila para o recebimento dos recursos da massa falida, continuam em primeiro lugar, só que agora restringidas pelo limite de R\$ 39 mil. O que exceder esse limite vai para o último lugar. As dívidas financeiras garantidas por bens móveis e imóveis, que ocupavam antes o terceiro lugar, passaram a ocupar o segundo lugar, à frente das dívidas tributárias (PAULANI, 2006,106).

As transformações que ocorreram no setor produtivo, reestruturação produtiva, flexibilização da legislação e relações trabalhistas, estão diretamente ligadas à dominação financeira do processo de acumulação. Num contexto em que as possibilidades de ganhos com a especulação financeira são substantivos, torna-se necessário criar todos os tipos de expedientes que buscam diminuir os gastos com a força de trabalho e dessa forma aumentar as margens de lucro do setor produtivo.

Esse processo combina o aumento da extração de mais valia absoluta, de mais valia relativa e a intensificação da exploração e visa não somente baratear os custos da produção com a força de trabalho, mas também dividir o risco capitalista com os trabalhadores e com os consumidores.

A extração de mais valia relativa foi potencializada pela introdução de novas tecnologias e novos tipos de energia da chamada 3^a. Revolução Industrial: robótica, informática, cibernética etc com o objetivo de aumentar a produtividade.

A intensificação da exploração – aumento do valor excedente não pago que não passa pelo aumento tradicional da produtividade (mais valia relativa), nem pelo aumento da jornada de trabalho (mais valia absoluta) – se efetivou por meio de novas formas de organização/gestão do processo de trabalho e de contratação entre capital e trabalho.

Esta tem por finalidade aproveitar ao máximo a força de trabalho, utilizando-a em sua totalidade (habilidades físicas e mentais), reduzindo postos de trabalho intermediários de supervisão e controle, com a assimilação destas funções pelos trabalhadores da produção, *diminuindo a porosidade do tempo de trabalho, transformando tempo livre em tempo de trabalho não pago, criando formas fantasmagóricas e exóticas de trabalho virtual abstrato que aparecem com diversão, entretenimento, informação* (Oliveira, 2003, 143).

O risco capitalista de não realização da mercadoria é dividido com os trabalhadores por meio das novas relações trabalhistas: trabalhadores autônomos, contratos parciais, contrato por projeto etc, e com os consumidores através da produção a partir de uma demanda *costumeirizada* e com estoques mínimos de matéria prima e de produtos.

A combinação de processos que aumentam tanto a extração de mais valia relativa - através da introdução de novas tecnologias e tipos de energia (robótica, informática, cibernética etc) da chamada 3^a. Revolução Industrial, tendo por finalidade aumentar a produtividade - quanto a intensificação da exploração⁵⁰ - por meio de novas formas de organização/gestão do processo de trabalho e contratação entre capital-trabalho (toyotismo, produção flexível, pós-fordismo, just in time, terceirização, contrato por tempo parcial, trabalho autônomo, trabalho informal etc) cuja finalidade é aproveitar ao máximo a força de trabalho, utilizando-a em sua totalidade (habilidades físicas e mentais), reduzindo postos intermediários de supervisão e controle com a assimilação destas funções pelos trabalhadores da produção, diminuindo a porosidade do tempo de trabalho, transformando tempo livre em tempo de trabalho não pago, criando formas

⁵⁰ Modalidade de aumento do valor excedente não pago extraído da força de trabalho que não passa pelo aumento tradicional da produtividade (mais valia relativa), nem pelo aumento da jornada de trabalho (mais valia absoluta)

fantasmagóricas e “exóticas” de trabalho virtual abstrato que aparecem como diversão, entretenimento, informação (Oliveira, 2003) - visam não somente baratear o custo com a força de trabalho, mas também, dividir o risco capitalista com os trabalhadores (trabalhadores autônomos, contratos parciais, contrato por projeto) e com os consumidores (a produção a partir da demanda – *costumeirização* - com estoques mínimos de matéria prima e de produtos – *just in time* - são as formas de minimizar custos com a produção e evitar a possibilidade de não realização da mercadoria).

Embora desde a década de 80 já se pudesse observar um discreto movimento em direção a essas adequações nas indústrias brasileiras, somente com a posse de Collor estas dão um salto qualitativo. O processo de ajuste foi basicamente reativo, proveniente das mudanças no ambiente econômico: abertura da economia, recessão, aumento da concorrência interna, maior competição com os produtos importados e busca de maior inserção no mercado externo.

Em função da abertura comercial pôde-se notar tanto a destruição quanto a reestrururação de parte significativa do sistema produtivo industrial. Isto promoveu uma maior heterogeneidade na base econômica, com a modernização seletiva e contida de grandes empresas internacionalizadas – na ponta da cadeia produtiva – e o retraimento, fechamento e desnacionalização de outras, ao longo das cadeias produtivas. (POCHMANN, 2006, 121)

Segundo Beluzzo (2005, apud Paulani 2006) nas décadas de 80 e 90 presenciamos no

Brasil um processo de desindustrialização relativa, como o rompimento dos nexos interindustriais das principais cadeias de produção e com a redução substantiva do setor de bens de capital. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 2003 classifica os países em

desenvolvimento em quatro grupos: os de industrialização madura, como Coréia e Taiwan, que apresentam decréscimo no crescimento industrial porque já teriam atingido um grau elevado de industrialização; os de industrialização rápida, como China e Índia, que têm logrado elevadas taxas de investimento doméstico mediante políticas industriais e de incentivo às exportações; os de industrialização de enclave, como o México, que a despeito de terem conseguido aumentar sua participação na exportação de manufaturados têm tido desempenho insuficiente em termos de investimentos, valor agregado e produtividade total; e os países em vias de desindustrialização, como Brasil e Argentina.

Este ajustamento empresarial teve por objetivo, na maioria dos casos, a redução de custos, e, escolheu as mudanças nos procedimentos gerenciais como a estratégia privilegiada para alcançá-lo (Abranches, 1994). As médias e grandes empresas adotaram, de maneira generalizada os processos de terceirização, redução de hierarquias funcionais, e diminuição do número de empregados formais. Paralelamente cresceu o setor informal, em parte devido ao processo de terceirização (especialmente das atividades meio) e da adoção de novas formas de contratação da força de trabalho (cooperativas, pessoas jurídicas de empresas sem empregados, estagiários etc) (MATTOSO, e POCHMANN, 1997)

A nos guiar pelas conclusões da pesquisa realizada por Tumolo (2002), com intuito de montar um painel a respeito da reestruturação produtiva no Brasil⁵¹, pode-se afirmar *que a marca distintiva do processo de reestruturação produtiva no Brasil é a heterogeneidade generalizada, que ocorre entre as empresas, mas também no interior dela*. Não existe um padrão único ou mesmo determinante no que se refere a introdução

⁵¹ “O levantamento bibliográfico atingiu um universo de cerca de duas centenas de títulos, abrangendo as mais diversas áreas de conhecimento correlatas: sociologia, notadamente a sociologia do trabalho, administração de empresas, educação e trabalho, engenharia. A amostra selecionada para leitura e análise atingiu aproximadamente uma centena de textos e foi feita de acordo como seguintes critérios: pertinência e consistência do conteúdo e representatividade das várias áreas do conhecimento.”(TUMOLO, 2002:38/39)

de novas tecnologias, a organização e gestão do trabalho, a qualificação/desqualificação do trabalhador etc. Entretanto, os resultados mostraram-se bons para as empresas em termos de produtividade, competitividade e lucratividade. Com referência às *relações de trabalho e as relações com as organizações sindicais, constata-se, ao contrário, uma congruência*. Todas as pesquisas identificaram a intensificação do ritmo de trabalho e a diminuição dos postos de trabalho, ao mesmo tempo *um empenho no sentido de afastar e neutralizar a ação sindical, valendo-se [...] desde a proposta de participação controlada dos trabalhadores até a perseguição e mesmo a demissão sumária dos ativistas sindicais*. Além da tendência de diminuição do preço do salário. (TUMOLO, 2002:64/65, grifo do autor)

O conjunto de medidas que promoveu o ajuste econômico nos últimos 15 anos propiciou o seguinte evolução do Produto Interno Bruto

{	INCLUDEPICTURE
"http://www.ipib.com.br/imagens/evolucaopib2.gif"	*
MERGEFORMATINET	}
Valores em R\$ milhões	
Fonte: IBGE	

Depois de um período de recessão no início da década de 1990, estamos vivenciando um longo período de baixo crescimento. Embora seja um crescimento pífio se comparado às principais economias da América Latina e às necessidades para a incorporação da população em idade economicamente ativa no mercado de trabalho, com a divulgação do valor absoluto do PIB brasileiro de 2004 pelo IBGE, o país subiu da 15^a. para 12^a. colocação entre as maiores economias do mundo, depois de ter ocupado a 8^a. posição em 1998.

```

{
INCLUDEPICTURE
"http://www.ipib.com.br/pibbrasil/img/grafico_class_brasil2004_02.gif"
\*
MERGEFORMATINET
}

```

Fonte: Banco Central do Brasil, FMI e Banco Mundial

No Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2004 o Brasil ocupa a 81^a. posição, seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁵² é 0,757. O 12^o. PIB do mundo ocupa a 81^a. posição em desenvolvimento humano.

Diferentemente do processo desenvolvido no modelo de acumulação por substituição de importações em que a expansão da indústria, ao perseguir o pleno emprego, foi responsável por ter aumentando significativamente o número de trabalhadores urbanos, apesar de todas as contradições e problemas decorrentes desse processo de urbanização, o atual modelo reduziu drasticamente o número de trabalhadores empregados tanto nas cidades como no campo, especialmente no setor industrial, reproduzindo no Brasil o fenômeno mundial conhecido por desemprego estrutural⁵³.

Segundo Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, de novembro de 2006, a taxa média de desocupação⁵⁴ das 6 regiões metropolitanas do Brasil (RE, SAL, BH, RJ, SP e POA) era de 9,5%, o que corresponde, aproximadamente, a 2,2 milhões de trabalhadores. Para ser considerado desocupado é preciso que o trabalhador tenha tomado alguma atitude para

⁵² O Índice de Desenvolvimento Humano -IDH é calculado a partir dos seguintes quesitos: renda per capita, grau de escolaridade e expectativa de vida da população, sua escala varia de 0 a 1, e, quanto mais próximo de 1 melhor a qualidade de vida da população. É importante salientar que a utilização da renda per capita para calculo do IDH encobre uma realidade muito mais perversa, posto que nosso país tem uma das piores distribuições de renda do mundo.

⁵³ Diferentemente do fenômeno do exército de reserva, identificado por Marx, em que havia uma rotatividade da contratação da força de trabalho, que propiciava a queda dos salários, o desemprego estrutural parece poder prescindir completamente da compra da força de trabalho de amplos setores população, que viverão à margem do setor produtivo.

⁵⁴ A taxa de desocupação é obtida pela seguinte fórmula:
$$\frac{\text{População Desocupada}}{\text{População Economicamente Ativa}}$$

conseguir uma “ocupação” no último mês. Mandar um currículo, bater na porta das lojas, fazer entrevistas, telefonar para amigos são atitudes consideradas “procurar por uma vaga”. Esta categoria de trabalhador pertence a População Economicamente Ativa – PEA (ocupados + desocupados).

Segundo a metodologia utilizada nessa pesquisa, que segue padrões internacionais para fins de comparação do desemprego com outros países, os trabalhadores desempregados que nada fizeram para conseguir uma vaga de trabalho são considerados inativos e juntamente com os aposentados e pensionistas, constituem a População Não Economicamente Ativa (PNEA). A mesma pesquisa do IBGE revela que nessas seis regiões metropolitanas existe 1,5 milhões de pessoas, além dos desocupados, que gostariam de trabalhar, estão disponíveis para isso, mas nada fizeram para conseguir um emprego no mês anterior a pesquisa. Note-se que se somarmos os desocupados (2,2 milhões) aos inativos que estão disponíveis para o trabalho e nada fizeram para conseguir uma vaga (1,5 milhões) temos 3,7 milhões de pessoas que estão desempregadas e querem trabalhar, isto representa uma taxa de 16 % de desemprego. A metodologia adotada para determinar a taxa de desocupação, não mais a de desemprego, encobre uma realidade muito mais perversa quanto ao número de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, ou seja, que ao capital não interessa explorar.

Não é menos curioso, na atual fase de acumulação, o fato do setor de trabalhadores que provavelmente mais tenha sofrido com o desemprego seja exatamente aquele ligado ao capital financeiro. No Brasil, em 1996 já havia uma redução de 40% dos postos de trabalho neste setor se comparada com os dados de 1989⁵⁵. As mudanças estruturais promovidas pelo Programa de Estímulo a Reestruturação - PROER, em 1995, e o programa de

⁵⁵ Fonte DIEESE, { HYPERLINK "<http://www.dieese.org.br>" } acessado em 16 de junho de 2006.

privatização da rede bancária⁵⁶ contribuíram para acentuar ainda mais a diminuição do quadro de pessoal.

De acordo com pesquisa realizada pelo DIEESE⁵⁷ a utilização intensiva e extensiva da informática nos bancos possibilitou alterações no trabalho bancário, assim como na sua forma de administração, entre estas podemos citar: a eliminação da duplicação de tarefas, a simplificação de procedimentos internos e a reorganização funcional, privilegiando a flexibilização de jornada, de remuneração e de função, com ampliação das tarefas executadas pelos bancários; a substituição dos cargos de escriturários e chefias intermediárias por serviços automatizados; um controle mais objetivo da mão-de-obra, eliminando chefias intermediárias e liberando a gerência da função de administrar a rotina.

Somou-se a estas uma política de recursos humanos mais agressiva, que busca “motivar” o trabalhador para o objetivo da empresa, seja através de incentivo financeiro ou pela transferência a ele da gerência da rotina do seu dia-a-dia, agregando função e status ao posto de trabalho. Entre as estratégias mais utilizadas destaca-se a introdução de grupos (times) de trabalho, que possibilita um maior controle individual (e coletivo) do funcionário.

Todas estas medidas, de reorganização e gestão do trabalho no setor bancário, foram acompanhadas pela transferência de boa parte das funções anteriormente exercidas por bancários para os próprios clientes através terminais de atendimento automático. Segundo dados da Febraban enquanto o atendimento tradicional permaneceu estabilizado – nos

⁵⁶ A privatização de grande parte dos Bancos Estatais começou em 97. Em 2004, doze Bancos Estaduais já haviam sido privatizados, o total arrecadado foi R\$ 11.668,15 milhões, são eles Banco de Estado do Maranhão , Banco do Estado do Amazonas , Banco do Estado de Goiás , Banco do Estado da Paraíba , Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Paraná, Banco do Estado da Bahia, Banco do Estado de Pernambuco, Banco do Estado de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro e Banco Meridional do Brasil. Para mais informações ver { HYPERLINK "http://www.bcb.gov.br " } - Supervisão e Saneamento.

⁵⁷ Ver em artigo Reestruturação Produtiva Reduz Emprego em Bancos, na seção Estudos e Pesquisas no site { HYPERLINK "http://www.dieese.org.br" }

últimos cinco anos o total de agências bancárias e postos tradicionais praticamente não variou – os postos eletrônicos apresentaram um crescimento de 76,6%, no mesmo período.

	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Número de agências	17.515	17.260	16.829	17.049	16.841	16.396
Postos tradicionais (1)	9.527	9.837	10.045	10.140	10.241	9.495
Postos eletrônicos	27.405	25.595	24.367	22.428	16.748	14.453
Correspondentes (2)	69.546	46.035	36.474	35.511	18.653	13.731
Total de dependências	123.993	98.727	87.715	82.128	62.483	54.075

(1) Inclui postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário (PAB) postos de atendimento cooperativo (PCO), postos de atendimento ao microcrédito (PAM), postos avançados de crédito rural (Pacre), de arrecadação e pagamentos (PAP), de compra de ouro (PCO) e unidades administrativas.

Fonte: Febraban e Bacen

É óbvio que este tipo de reorganização não se limitou ao setor bancário. Guardadas as especificidades de cada setor econômico elas foram implementadas com maior ou menor intensidade em todos eles. Optamos por apresentar mais detalhadamente as transformações ocorridas na reorganização do trabalho deste setor da economia posto que é este o setor que tem dado a dinâmica da economia nas duas últimas décadas e pelo lucro exorbitante que este tem obtido, inclusive por adotar essas formas de organização do trabalho.

Outro aspecto relevante quanto à questão do trabalho sob a forma contemporânea de exploração do capital em nosso país é a dimensão que toma o trabalho informal – sem nenhum tipo de contrato – estimado em torno de 60% da População Economicamente Ativa (Oliveira, 2005,114). Este tipo de ocupação cresce sem ter proteção social e trabalhista. Muitas vezes estão subordinadas ao processo de concentração de renda, como no caso das ocupações servis (emprego doméstico, jardinagem, motorista

particular, personal training, guias de cães etc). Para Oliveira (2005:114) *os altos índices de desemprego e a informalidade destronaram as categorias organizadas no trabalho formal da centralidade política*. Para ele estes elementos criaram, inclusive, *uma nova classe que o léxico político da esquerda e da ciência social não é capaz sequer de nomear (IDEM)*.

Segundo nosso ponto de vista, não é a “formalidade” dada pelo contrato de trabalho que caracteriza a classe ou centralidade política de uma fração de classe, mas o tipo de trabalho realizado, ou seja, se o produto do seu trabalho é ou não mercadoria (material ou imaterial). Pois é na produção de mercadoria que se realiza a extração de mais valia (absoluta e relativa) e, portanto, se materializa a forma específica da exploração capitalista. E a forma específica de exploração capitalista, produtora de mercadoria, não pode se realizar sem a propriedade privada dos meios de produção, o que caracteriza a posição da classe em si. A forma que assume o questionamento da centralidade política das categorias com contrato formal de trabalho seja por razões numéricas (quantidade de trabalhadores) ou por negatividade (não ter emprego ou não ter contrato formal de trabalho) desconsidera, segundo nosso ponto de vista, o essencial do trabalho que dá a centralidade política para uma fração de classe – participar do processo de produção de mercadoria vendendo força de trabalho.

Embora discordemos que haja a formação de uma nova classe - posto que esses trabalhadores mantêm a mesma posição relativa à propriedade dos meios de produção, ou seja, a condição de proprietário da força de trabalho que o capital necessita comprar para por em movimento os meios de produção, circulação e troca de mercadorias (e o trabalhador necessita vende-la para sobrevivência da prole), mantendo, portanto, o que a determina como classe em si - é inegável que diminuição relativa dos trabalhadores

formais, as formas atuais de organização dos processos de trabalho que espalha ou invés de concentrar os produtores de mercadoria em um só lugar e as fantasmagóricas e “formas exóticas” dos novos tipos de trabalho tem conseqüências - ainda não identificadas totalmente e incompreendidas em toda sua complexidade - na sua movimentação e organização para o enfrentamento contra o capital, e conseqüentemente em sua auto identificação enquanto classe, quer dizer, em sua constituição em classe para si.

A posição econômica é sim condição necessária para a constituição da classe, mas não suficiente para a constituição da classe para si. O reconhecimento da posição econômica-material da classe em si é condição para o desenvolvimento da possibilidade da classe alcançar a consciência para si, e, dentro desta classe é o setor que produz mercadoria que tem a centralidade política.

O trabalho de Iasi (2006) “As Metamorfoses da Consciência de Classe – O PT entre a Negação e o Consentimento” aborda a problemática da constituição da classe trabalhadora sob a perspectiva de ciclos de luta contra o capital e acomodação a este. Segundo este autor geralmente

...a classe é confundida com a posição econômica da classe. A classe é determinada por vários vetores em que a posição econômica é apenas uma. [...], para Marx, a classe se forma no processo de luta contra outra classe. Na medida em que o capital afirma a necessidade de se manter as relações sociais de produção, se levanta contra ele e se forma contra ele, um conjunto, um bloco histórico capaz de apresentar um outro projeto de sociedade e uma outra alternativa societária. Isso que se levanta contra o capital é uma classe e se forma enquanto classe.

[...] não existe uma ontologia da classe. [...] A classe é uma coisa em movimento e o movimento guiado pela maldição da dialética, uma coisa que pode se transformar em outra. Então quando se afirma que é do SER da classe se acomodar é que ela pode perder a

paciência um tempo, dar umas piruetas, mas, ao final, vai fazer o que? Vai se acomodar.

[...] esse é um ciclo que só se reproduz dessa forma enquanto a classe não superar as condições materiais de seu próprio estranhamento.[...] enquanto ela não superar o capital. Enquanto ela não superar a ordem do capital, ela acaba se acomodando à ordem que inicialmente ela queria negar. (IASI, 2007, 25-27)

Assim o que estamos vivenciando é um “ciclo de acomodação” da classe ao capital, o que dificulta sua identificação e auto-identificação como classe. No Brasil, esta “acomodação” foi produzida a partir da conjunção de diferentes fatores que levaram à derrota da classe trabalhadora, constituída pelo ascenso que durou toda a década de 1980. Do ponto de vista econômico a estabilidade financeira conseguida pelo Plano Real, os altos índices de desemprego, a reestruturação produtiva com suas novas formas de organização e gerenciamento dos processos de trabalho e a recessão econômica cumpriram seu papel na produção do profundo refluxo da movimentação e organização autônoma da classe trabalhadora.

No que diz respeito, especificamente, ao refluxo do movimento sindical devemos acrescentar aos elementos acima a maior heterogeneidade de interesses trabalhistas provocada pela segmentação da classe trabalhadora. Os trabalhadores formais das grandes empresas passaram a ter maior interesse no acompanhamento da produtividade, na fiscalização das metas de produção e vendas, pois destes dependem a ampliação dos ganhos salariais através da participação nos lucros e a própria manutenção no emprego. Os trabalhadores sem contrato formal de trabalho tendem a preocupar-se mais com a oportunidade de acesso no trabalho formal. Os desempregados querem uma oportunidade de obter alguma forma de renda, por isto estão dispostos a

fazer qualquer tipo de trabalho, se submetendo à condições brutais de trabalho e salário (POCHMANN, 2005, 166).

As reivindicações grevistas que na década de 1980 tinham tido um caráter “ofensivo” diante do lucro capitalista (aumento de salário, diminuição da jornada, ampliação de direitos trabalhistas e sociais, até com a perspectiva de universalização) passaram a ter um sentido muito mais defensivo, inclusive com a constante ameaça de perda e contenção desses direitos. A Pesquisa Sindical 1992 – 2001, do IBGE, apresenta como os principais motivos de greve a manutenção dos direitos adquiridos (27%), não cumprimento de acordo (24%), abertura de negociações (22%), outro motivos (6%) e apenas 21% para a ampliação de direitos⁵⁸.

A partir de 1993 o movimento sindical registrou uma grande diminuição no número de greves e grevistas

Evolução das Greves

Ano	Greves	Grevistas
1993	644	3.117.982
1994	1.043	2.542.311
1995	1.056	2.283.114
1996	1.242	2.482.528
1997	633	808.495
1998	536	1.241.080
1999	507	1.301.656
2000	526	3.819.586
2001	420	847.639
2002	304	1.217.865

⁵⁸ Pesquisa Sindical, IBGE. In { HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br" } acessado em 26/07/2006.

2003	340	1.949.747
2004	302	1.291.332
2005	200	2.026.680

Fonte: SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves) - DIEESE

Entre 1990 e 1992 a redução foi de 70%. Após a queda de Collor notou-se um fortalecimento do número de greves, que retomaram os índices de meados da década de 1980. A partir de 1995, novamente, a movimentação grevista voltou a cair. É importante lembrar que em 1995 ocorreu a greve nacional dos petroleiros demonstrando a possibilidade de abertura de um novo ciclo de movimentação sindical, da mesma forma que a greve da Scania de São Bernardo do Campo em 1978 havia demonstrado. Nesta ocasião o governo federal, Fernando Henrique Cardoso, não poupou esforços para impor uma forte derrota ao setor do sindicalismo cutista mais combativo: o exército ocupou as refinarias, aplicou multas impagáveis ao sindicato dos petroleiros, fez uma grande campanha na mídia contra a greve, etc.

A reestruturação produtiva mudou significativamente os processos de organização do trabalho e com isto o perfil da classe trabalhadora, embora se conserve nos marcos das relações capitalistas.

A classe [trabalhadora] esta pulverizada espacialmente, produtivamente. Por que? Porque os novos métodos de produção permitem isso. Ele descentalizou, ele quebrou a fábrica fordista e taylorista que pela linha de montagem exigia a concorrência física dos processos em determinados espaços.[...] Na verdade amplifica e a potencializa em seus aspectos positivos, mas vai se transformar na célula, no trabalho em equipe e vai transformar isso num processo acentuado de eliminar qualquer possibilidade do trabalho não se dar de forma produtiva. Todos os elementos que entrarem no processo de trabalho terão que entrar de produzindo valor.(IASI, 2007, 27)

Esta pulverização espacial produtiva, da classe trabalhadora, se materializa pelos processos de terceirização, pelo *just in time* e pela flexibilização do trabalho através da desregulamentação das relações de trabalho e da precarização.

As especificidades que assume o trabalho na atual fase de acumulação do capital dificultam ainda mais a percepção da relação de exploração contida nesse trabalho. Diferentemente da fase taylorista/fordista de acumulação que aglutinava em um mesmo local um grande número de trabalhadores, com um mesmo tipo de contrato de trabalho e um conjunto de direitos regulados pelo Estado, o que facilitava identificar quem era o patrão (física ou juridicamente) que o explorava e, portanto, contra quem dirigir sua luta, em muitas das atuais formas de trabalho esta percepção está muito dificultada, pois, devido a flexibilização, a precarização e as novas formas de trabalho “aparentemente” esta figura “desapareceu”. Quem corporifica o patrão que encarna da exploração do vendedor de badulaques dos sinais de trânsito? O dono da fábrica desses produtos? O comerciante que vendeu a mercadoria? O intermediário que monopoliza o ponto e distribui a mercadoria para crianças, adolescentes e adultos venderem? Acabou a relação de exploração para os milhares de “cooperativados” que prestam serviço para o Estado? E os camelos? Isto para não falar dos serviços “top de linha” prestados pelos técnicos precarizados em diferentes áreas da computação e da internet. Pertenceriam eles a grande “classe média” que o presidente Lula deseja que nos transformemos? Não pertenceriam mais esses segmentos ao processo de valorização do capital? Como se materializam estas relações de exploração? A percepção das dimensões da extração de mais valia absoluta e relativa contida nesses tipos de trabalho estão muito mais difíceis

de serem percebidas pelos trabalhadores envolvidos nesses processos de trabalho e apreendidas pelos estudiosos.

Soma-se a estas questões o fato dos setores produtivos da classe ainda não terem se mobilizado de conjunto contra o capital, pelas razões que enunciamos acima, e em consequência não terem encontrado uma forma organizativa própria e apropriada para enfrentar esta fase da acumulação capitalista e temos aí o caldo de cultura (materialidade) para elaborações teóricas/políticas do tipo: fim das classes sociais, fim da história, fim do trabalho, novas classes, centralidade dos novos movimentos sociais, etc.

A este conjunto de transformações na base econômica e à nova correlação de forças entre as classes correspondeu, também, um conjunto de mudanças na superestrutura. Novas estratégias de intervenção na luta de classes passaram a ser utilizadas pela burguesia. Entre estas mereceram nossa atenção a revalorização do conceito de cidadania, a difusão de uma certa concepção de sociedade civil e sua conformação através do estímulo a um tipo determinado de participação política e de formação de novos tipos de aparelhos privados de hegemonia e, por fim, a tensão entre Estado e sociedade civil.

Entre as estratégias burguesas neoliberais para a obtenção do consentimento da classe trabalhadora na implantação de seu projeto está a difusão de uma visão de mundo cujos valores retomam os princípios econômicos e políticos do liberalismo clássico para tentar apagar a dimensão coletiva da ação humana representada pelos movimentos sociais e, desse modo, depositar na responsabilidade individual toda e qualquer possibilidade de sucesso, fracasso ou solução para os problemas individuais ou sociais.

Por um lado, um sentimento de lassidão profunda se apodera aos poucos da dimensão coletiva da humanidade, tornando transparente, imperceptível, até mesmo impossível considerar que esta dimensão social das relações entre os homens ainda exista, ou que em algum passado distante, possa ter dirigido os objetivos e as ações dos indivíduos.

Por outro lado, um reforço, um aperto, uma tensão na responsabilidade do indivíduo com a sua própria existência. A exigência de uma competição pela própria sobrevivência, para tornar-se mais possível que o outro. Mais competente, mais apto, cada vez mais desigual. Uma desigualdade natural. Um individualismo exacerbado que justifica a relativização de todas as dimensões da vida que busca apagar de nossa memória os aspectos sociais de nossa existência. Enfim, um pensamento único e eternalizado no momento presente. (MELO, 2004,30)

No que diz respeito ao desemprego essa responsabilização individual tem como proposta um conjunto de idéias e políticas que vai desde a competitividade, o desenvolvimento de competências e habilidades através educação escolar, a empregabilidade, a qualificação e requalificação profissional até o empreendedorismo e estratégias para geração de emprego e renda.

A competitividade nada mais é do que uma luta real de vida e de morte entre os empresários pela conquista de seu espaço no mercado, esta luta define quem sobrevive, quem será absorvido e quem desaparecerá. Por isto, as empresas exigem a flexibilização das relações trabalhistas, *o modelo de contratação coletiva que trata das profissões, seus atributos, papéis e qualificações, com níveis salariais e formas de ascensão passa a ser duramente criticado pelo capital*(LÚCIO, 1999, 30), pois constituem-se em obstáculos para o aumento da produtividade.

A idéia e função de uma profissão construída por um sólido processo de formação e longa prática, que definia uma forma de ser de uma categoria profissional -

ser torneiro mecânico, ser caixa de banco etc - transforma-se num anacronismo para uma produção que precisa adequar-se cada vez mais rapidamente às exigências dos consumidores e a competição encarniçada entre os empresários. Esta idéia de profissão deve ser abandonada. O trabalhador passa ser considerado a partir de um conjunto de habilidades que o indivíduo é capaz de efetuar e que o faz competente para realizar um trabalho que poderá não mais existir em muito pouco tempo. *Cada trabalhador é único e é nessa situação, de trabalhador individualizado, que negocia sua relação de trabalho, em função de sua competência (idem)*. A capacidade individual de ser e manter-se competente é que lhe garante a possibilidade de ser empregável ou ter empregabilidade. É nesse contexto que as práticas de qualificação e requalificação profissional ganham visibilidade. O conceito de formação profissional construída por políticas e investimentos de médio e longo prazo, que tem como decorrência uma carreira profissional, é abandonado. Em seu lugar entraram as idéias e políticas de qualificação e requalificação profissional, em “cursinhos” de curta duração que têm como objetivo, na maioria das vezes não atingido, tornar o indivíduo competente para desempenhar uma função e assim tornar-se empregável.

Em comum a todas essas idéias: a característica central de que cada indivíduo é responsável pela própria sobrevivência.

Essas idéias se articulam com o desenvolvimento econômico como filhotes de primeira ou segunda geração da teoria do capital humano

A idéia-chave [da teoria do capital humano] é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um

determinado volume de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção (FRIGOTTO, 1996, 83)

A difusão dessa dimensão do discurso e política neoliberal, à exaustão, através dos meios de comunicação, da incorporação dessas idéias nas reformas educacionais, da liberação de fundos públicos para atividades com essa perspectiva encontraram nos altos índices de desemprego ou no medo de perder o emprego a materialidade necessária que possibilitou impregnar todos os espaços da vida social com esses valores e atividades, conquistando, assim, o status de senso comum.

A ação independente da classe trabalhadora, as formas de organização daí derivadas e a possibilidade de auto-identificação enquanto classe foi e permanece sendo forte e sistematicamente atacada, já que o objetivo é diminuir e de preferência eliminar os “momentos anormais” em que a classe se movimenta orgânica e autonomamente em relação ao seu antagonista - a classe dominante.

A concentração de esforços para apagar da memória recente dos trabalhadores brasileiros a perspectiva classista de suas mobilizações envolve estratégias que alteram a denominação dos empregados ou trabalhadores para colaboradores, retomam a teoria do capital humano, reprimem ou desqualificam as formas de luta e os sujeitos coletivos anticapitalistas, revalorizam e dão ampla difusão à idéia da cidadania, supostamente, como forma e conteúdo mais avançados e modernos de participação política dos indivíduos e de organização da sociedade do que os conflitos provocados pelos movimentos sociais, mobilizações e greves.

Tudo se faz em nome da cidadania. O governo Fernando Henrique Cardoso tinha o programa “Criança Cidadã”. O governo Lula tem o projeto Juventude Cidadã. Sergio Cabral inaugurou o Rio Criança Cidadã. O Mc Donald’s faz campanha pela cidadania, assim como a Rede Globo: “Cidadania, a gente tem por aqui”. O governo de São Paulo tem a Secretaria dos Negócios Jurídicos e de Defesa da Cidadania. A Central Única dos Trabalhadores transformou-se em CUT Cidadã. O Sindicato dos Bancários de São Paulo fez a campanha Sindicato-Cidadão em parceria com o Banco de Boston. Ir a escola é cidadania. Direito à saúde é cidadania. Conseguir emprego é cidadania. Edegar Cid Ferreira, empresário paulista, escreve na Folha de São Paulo de 11/02/1998 artigo intitulado “Repartir para Ganhar” onde considera ser *A empresa [...] a mais importante manifestação gregária humana para garantir a liberdade de empreender, sendo, como é, o lugar privilegiado em que se dá o batismo da cidadania. É nela que o homem vira de fato, cidadão. Até por isso, a empresa é a célula-mãe do capitalismo; seu valor econômico está na essência do regime.* O campo democrático-popular constrói a Frente Pela Cidadania. Podemos, ainda, citar a articulação das políticas educacionais com a cidadania. O artigo 2º. da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 apresenta enquanto uma das finalidades da educação o preparo do educando para *o exercício de sua cidadania*, antes mesmo da qualificação para o trabalho. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução (MEC/SEF, 1998) iniciam pelos itens: Educação e Cidadania – Uma Questão Mundial e Educação e Cidadania – Uma Questão Brasileira. A estes exemplos somam-se uma infinidade de projetos, programas e propostas que se colocam como objetivo central o desenvolvimento, conquista ou resgate da cidadania.

Mas qual é o significado de cidadania? A apresentação deste conceito nos PCNs de História é simbólica

O significado que a sociedade brasileira atual tem de cidadania não é a mesma que tinham os atenienses da época de Péricles, nem é o mesmo que tinham os revolucionários franceses de 1789 e nem é semelhante às práticas da população norte-americana de hoje.[...] Pelo fato do conceito ser incerto e impreciso, isto é, pode assumir `significados` diferentes, como os que já foram construídos no passado e aqueles que serão provenientes de novas experiências futuras.... (MEC/SEF 1998, 11, grifo nosso)

Esta apresentação concentra-se na negação da utilidade dos significados de cidadania na Grécia Antiga, na Revolução Francesa e nos EEUU para o Brasil. Mas qual é a afirmação do significado de cidadania na sociedade brasileira contemporânea? Por que este conceito é tão valorizado sob a égide do neoliberalismo? Por que ele tem essa infinidade de significados?

É interessante notar que, exatamente por ser um conceito incerto, impreciso e se prestar a muitos significados tem a possibilidade de ser utilizado em todo tipo de discurso por qualquer um: do empresário ao sindicato, da iniciativa privada aos setores públicos, pela direita e pela esquerda etc sem que estes tenham necessariamente acordo sobre o que estão pregando.

Não temos a intenção, neste trabalho, de fazer uma longa digressão na revisão histórica do conceito de cidadania na Grécia ou nos teóricos clássicos do liberalismo como Locke e Adam Smith ou na Revolução Francesa. Entretanto, julgamos necessário problematizar a refuncionalização desse conceito a partir da conjuntura do final do século passado, posto que defendemos que sua revalorização tem, em nosso país, a finalidade última de opor-se à ação coletiva da classe trabalhadora, aos seus ideais, ao tipo de organização e ao nível de consciência de classe alcançado, através de suas lutas,

na década de 1980. Para isto tomaremos como referência alguns dos elementos essenciais do liberalismo clássico, da Revolução Francesa e da concepção de cidadania em Marshal, que julgamos serem necessários para apreender, segundo nosso ponto de vista, o sentido da revalorização do conceito de cidadania a partir da década de 1990.

Para a burguesia foi fundamental colocar a figura do cidadão no centro da sociedade capitalista. A cidadania foi uma idéia revolucionária na luta contra o feudalismo. Sintetizava em uma só palavra o fim das distinções de sangue e títulos e dos privilégios decorrentes destes, usufruídos pela nobreza e pelo clero durante a Idade Média. *O homem burguês constrói uma nova sociabilidade apoiada nos valores mundanos, intrascendentes, palpáveis, dos quais resultam ações sociais reais* (Melo,2004,37). Para a burguesia a conquista da cidadania era ao mesmo tempo um objetivo revolucionário contra o antigo regime e um limite necessário para assegurar a sua dominação na estrutura social capitalista.

Tanto o liberalismo político de John Locke quanto o liberalismo econômico de Adam Smith colocam o indivíduo no centro da ação (política e econômica). Em ambos a liberdade do indivíduo é natural e necessária, seja para preservar o direito natural a propriedade (vida, liberdade, bens) seja para encontrar a recompensa no mercado.

O liberalismo político articula liberdade e propriedade a partir do primado dos indivíduos e da igualdade natural entre eles.

O homem, nascendo,[...] com direito à perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem por natureza o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é a vida, a liberdade e os bens.. (LOCKE, 1991, 199) .

Como parte da visão liberal, à qual Locke deu grande importância, deveria haver uma lei, ou seja, um sistema jurídico que legitimasse esta sociedade e cujas resoluções fossem cumpridas obrigatoriamente por todos e na qual primasse a figura da igualdade jurídica entre os cidadãos: todos são iguais perante a lei.

[...] O objetivo grande e principal, [...] da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade. Para este fim falta uma lei estabelecida firmada, conhecida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens. (Locke, 1991, 199) .

É a liberdade natural que confere ao indivíduo o poder de preservar a propriedade e a principal finalidade da lei, que retira o homem do seu primitivo estado natural, é garantir uma sociedade que o preserve enquanto proprietário.

Na concepção do liberalismo político, embora todos os homens tivessem o direito natural à liberdade, de onde emana o poder de preservar a propriedade, e fossem iguais perante a lei, somente àqueles cidadãos com um determinado tipo de rendimento ou bens estava assegurada a participação política da condução da sociedade, circunscrita no voto censitário. Dessa forma, o liberalismo político ao mesmo tempo em que eleva e iguala todos indivíduos da sociedade capitalista à condição de cidadão assegura a direção política desta mesma sociedade àqueles que detém uma determinada forma de propriedade ou riqueza, ou seja, a burguesia.

O liberalismo econômico também se funda nos conceitos de indivíduo e de liberdade – o individualismo liberal. A liberdade do indivíduo realizar seus interesses no mercado.

Os empreendimentos dos indivíduos compõem o sistema econômico e social que Smith chama de mercado. Em outras palavras: o mercado e, em consequência, todo o sistema social, seria formado por uma miríade complexa de relações entre interesses e realizações individuais. O mercado por não ter uma regulação interna, estaria isento de assumir ou proteger quais quer destas ações particulares e assim, permitiria que os indivíduos agissem livremente, de acordo com mérito de seus empreendimentos, estando livre de qualquer dirigismo, centralismo ou tirania de uns contra os outros na sociedade.(Mello, 2004, 37)

De acordo com Smith, uma das principais condições para o livre desenvolvimento do capitalismo era impedir qualquer organização de classe. Cabia a cada cidadão como indivíduo buscar sua melhor recompensa no mercado.

as pessoas da mesma profissão raramente se reúnem, mesmo que seja para momentos alegres e divertidos, mas as conversações terminam em uma conspiração contra o público, ou em algum incitamento para aumentar preços. Efetivamente, é impossível evitar tais reuniões, por meio de leis que possam ser cumpridas e se coadunem com o espírito de liberdade e justiça. Todavia, embora a lei não possa impedir as pessoas da mesma ocupação de se reunirem às vezes, nada deve fazer no sentido de facilitar tais reuniões e muito menos torna-las necessárias (SMITH, 1978,199)

Para Adam Smith a associação de classe era nefasta, pois atentaria contra a liberdade individual, criaria obstáculos para a iniciativa privada e impediria a livre concorrência. A livre concorrência no mercado seria a forma em que a realidade se ajustaria por si mesma e que o natural se imporia sem nenhuma interferência. Era

contrário a qualquer associação, especialmente a dos trabalhadores, pois segundo sua concepção, isto aumentaria artificialmente o poder dos trabalhadores exigirem melhores salários.

...muitas vezes, porém, os trabalhadores reagem a tais conluios⁵⁹ com suas associações defensivas, por vezes, sem serem provocados, os trabalhadores combinam entre si elevar o preço de seu trabalho. Seus pretextos usuais são, às vezes, os altos preços dos mantimentos, por vezes, reclamam contra os altos lucros que os patrões auferem do trabalho deles. No intuito de resolver com rapidez o impasse, os trabalhadores sempre têm o recurso ao mais ruidoso clamor, e às vezes à violência mais atroz.(SMITH, 1978, 140)

Para prevenir qualquer forma de interferência no mercado, o Estado deveria tomar providências impedindo, por exemplo, a associação dos trabalhadores. A lei contra a vadiagem, a perseguição aos ludistas e aos sindicatos na Inglaterra durante o século XIX são exemplos dessas providências.

Assim para os teóricos do liberalismo clássico os direitos individuais teriam sua máxima expressão na liberdade individual e ilimitada, igual para todas as partes, de fazer contratos de trabalho de acordo com o que dispusesse o mercado. Os trabalhadores poderiam vender “livremente” sua força de trabalho, assim como os burgueses teriam a liberdade de compra-la, ou não, ao preço que o mercado estivesse disposto a pagar. Evidentemente essa liberdade e igualdade são apenas aparentes, como demonstraram Marx e Engels.

A Revolução Francesa teve influência do liberalismo inglês. Nesta a questão da cidadania pode ser observada tanto no lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade como

⁵⁹ Práticas dos burgueses para tramar a baixa dos salários

na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A burguesia se apoia na idéia de cidadania para direcioná-la contra a nobreza e o clero franceses.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reconhece como direitos naturais e imprescindíveis a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade. Assegura também a igualdade na esfera jurídica: todos os homens são iguais por natureza e diante da lei. Neste manifesto a liberdade é apresentada tendo por princípio a natureza, por regra a justiça, por salvaguarda a lei. A segurança é *a proteção concedida pela sociedade a cada um de seus membros para a conservação da sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades*. Já o direito a propriedade é compreendido como *aquele que pertence a todo cidadão de gozar e dispor à vontade de seus bens, rendas, fruto do seu trabalho e de sua indústria*.

Entretanto, já no desenrolar dessa revolução a burguesia buscou colocar limites na distribuição do poder, da liberdade e da riqueza.

A 1ª. Constituição pós revolução, efetivamente aboliu os títulos e os privilégios jurídicos da nobreza e o uso de brasões, liquidou as propriedades do clero[...]essas mudanças dão a dimensão da revolução que destruiu a ordem feudal. Assegurou a igualdade formal de todos os cidadãos[...]. Mas na mesma constituição, apareceram as limitações que a burguesia impunha à nova ordem devido a seus interesses de nova classe privilegiada: logo tratou de definir cidadãos ativos e passivos. Os primeiros tinham direito a votar e ser votado. Os segundos, de acordo a um critério de rendimento, não poderiam fazê-lo. Assim, a primeira constituição introduzia o voto, mas sob o critério censitário.(WELMOWICKI, 1999, 15)

Da mesma forma que a Inglaterra, a Revolução Francesa limitou a liberdade, mas não de todos os cidadãos. Limitou a liberdade apenas daqueles cidadãos que realizam no

mercado o interesse de vender força de trabalho. A limitação da liberdade individual dos cidadãos passivos se concretizou através da proibição da organização corporativa dos trabalhadores.

Logo no começo da tormenta revolucionária, a burguesia francesa teve a audácia de abolir o direito de associação dos trabalhadores, que acabara de ser conquistado. Com o decreto de 14 de junho de 1791, declarou toda coligação dos trabalhadores um atentado à liberdade e à 'declaração dos direitos do homem'. A ser punido com a multa de 500 francos e a privação dos direitos de cidadania por 1 ano.⁶⁰ (MANFRED, apud WELMOWICKI, 1999, 17)

A base fundante comum dessas concepções é o reconhecimento dos *direitos naturais*, que por serem anteriores a organização do poder civil deveriam ser reconhecidos e protegidos por este poder. Esta é a essência da crítica de Marx, em a Questão Judaica, aos Direitos do Homem e do Cidadão

nenhum dos supostos direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem enquanto membro da sociedade civil, que dizer, enquanto indivíduo separado da comunidade, confinado em si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. O Homem esta longe de ser considerado nos direitos do homem, como ser genérico, pelo contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema que é externo ao individuo, como limitação de sua independência original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a partir, a preservação de sua propriedade e de suas pessoas egoístas (MARX, 1973,58).

Entretanto, a concepção de cidadania que mais se popularizou surgiu logo após a 2ª. Guerra Mundial, formulada por T. H. Marshal no estudo que apreende a construção

⁶⁰ A Lei Le Chapelier manteve-se inalterada por 70 anos.

da cidadania na Inglaterra. Para este autor a cidadania compreenderia três categorias diferentes de direitos fundamentais: os direitos civis, surgidos no século XVIII, vinculados à liberdade de expressão, de reunião, de organização, de ir e vir, igualdade perante a lei etc; os direitos políticos, que surgiram no século XIX, relacionados ao direito de votar e ser votado nas eleições; e os direitos sociais, que se estabeleceram no século XX, estreitamente ligados ao acesso de bens comuns (materiais ou simbólicos) por exemplo saúde, educação, amparo ao desemprego etc. Esse ideal de cidadania seria plasmado no Estado de Bem Estar Social da social democracia. Ao garantir direitos civis, políticos e sociais para todos assegura que todos cidadãos possam participar plenamente da vida comum da sociedade, ou seja, a partir do estabelecimento de cidadania - uma igualdade básica conferida pela garantia dos direitos civis, políticos e econômicos - seria possível competir em uma sociedade desigual constituída pelas classes sociais. A contrapartida dos direitos da cidadania é um conjunto de deveres do cidadão para com esta sociedade. Esta concepção carrega em si, na perspectiva do capital, a potencialidade dos trabalhadores renunciarem à luta na medida que se sintam contemplados em alguns direitos, mas também trás a possibilidade de acomodação, o “perigo” dos cidadãos abrirem mão da participação plena na vida comum da sociedade.

A partir desta brevíssima discussão pretendemos apontar alguns nexos entre o neoliberalismo e a revalorização da cidadania. O neoliberalismo retoma os princípios do liberalismo clássico a partir da crítica ao intervencionismo estatal na economia, nas formas de Estado de Bem Estar Social e Social Liberalismo no campo capitalista e ao socialismo. Reapresenta o mercado como a única forma eficiente de organização da sociedade, por isto é necessário liberar o capital de todas as formas de regulação impostas pelo modelo de acumulação anterior. Concomitantemente, recupera a idéia da

necessidade de reestabelecer liberdade (natural) dos indivíduos para a competir neste espaço. Esta “liberdade para competir” no mercado só pode ser mantida se os indivíduos acreditarem que estão participando em condições de igualdade. Nesse sentido nada mais igual que uma sociedade formada por indivíduos genéricos: os cidadãos, e, não por grupos sociais que tem interesses antagônicos neste mesmo mercado, e por isto necessitam de organizações classistas para defendê-los.

Assim, não é estranho que o neoliberalismo também atribua à associação dos trabalhadores, especialmente às organizações operárias, um poder de pressão parasitário ao Estado e nefasto ao bom e natural funcionamento do mercado e, por decorrência, da sociedade

Na área econômica, um problema importante surge a respeito do conflito entre a liberdade de se associar e a liberdade de competir [...] Talvez o problema específico mais importante nesse caso, diga respeito à associação de trabalhadores, onde o problema da liberdade de associar-se e da liberdade de competir apresenta-se de modo mais agudo. (FRIEDMAN, apud WELMOWICKI 1999, 18)

Como já vimos anteriormente, sob o neoliberalismo a redução do Estado implica em uma redução de direitos, especialmente de direitos sociais, por isto são realizadas as reformas da previdência, trabalhista, no campo da saúde e da educação etc. Estes passam a ser oferecidos como mercadoria para uma parcela da população que pode consumi-los e como política focalizada para as populações mais pobres. Isto tem implicações na constituição da cidadania enquanto um conjunto de direitos e deveres. Ao mesmo tempo em que são reduzidos os direitos há um reforço no chamado à participação, que tem por

função o romper com acomodação dos cidadãos e assim superar o “perigo” dos cidadãos abrirem mão da participação plena individual na vida comum da sociedade.

A revalorização do conceito de cidadania no contexto do neoliberalismo o coloca como se fosse uma fórmula mágica, uma nova (e única) possibilidade de construção de uma sociedade mais feliz, sem as gritantes diferenças sociais da atualidade, e que poderia ser alcançada sem convulsões nem grandes transformações ainda que fosse mantida a ordem capitalista. E qual seria, concretamente, o caminho para a construção dessa sociedade mais feliz? Cada sujeito, naturalmente livre e igual na diversidade, cumprindo um conjunto de deveres e “gozando” de um punhado de direitos (que na maioria das vezes não passa de expectativa desses direitos) contribuiria nos âmbitos social, político e econômico para a “transformação social”, ou seja, se responsabilizaria individualmente pela funcionalização da sociedade capitalista. É exatamente este o conteúdo de cidadania no senso comum: cada um, individualmente, faz a sua parte, como bem ilustra a patética, mas, simbólica metáfora do pobre e solitário beija-flor carregando em seu biquinho uma gotinha de água para apagar o incêndio de uma floresta.

A atual acepção de cidadania, ao mesmo tempo, que enaltece a liberdade e igualdade natural dos homens para a competitividade, a empregabilidade, o empreendedorismo e a responsabilidade de cada um consigo mesmo e com esta sociedade, passa a difundir e valorizar as diferenças naturais entre os indivíduos e os grupos culturais entre os grupos: igualdade na diversidade. Todas as diferenças são bem vindas: cor, necessidade especiais, sexualidade, credo, etnia etc. Todas as diferenças podem e devem ser reconhecidas, aceitas e protegidas. Estimula-se inclusive sua organização.

Desde de que permaneçam como minoria e não se toque na questão da diferença de classe.

A explicitação do conflito e do antagonismo de interesses entre as classes fundamentais do capitalismo está sendo encoberta pela difusão de uma visão de mundo onde tudo funcionaria por meio de um consenso permanente entre os indivíduos livres, iguais e competitivos – enfim cidadãos. A construção deste consenso reclama a participação política individual, ativa e constante dos cidadãos, principalmente no que concerne a solução dos graves problemas advindos da atual configuração do capital: destruição ambiental, miséria, violência, desemprego etc.

No início do capitalismo a cidadania limitava a participação política aos cidadão com propriedade e um determinado rendimento – voto censitário. Progressivamente o direito ao voto foi sendo estendido a todos os cidadãos – com ou sem propriedade, homens e mulheres, adultos e adolescentes ampliando um aspecto do que Gramsci chama de socialização da participação política.

No atual contexto a idéia de cidadania incorpora uma participação política mais ativa e cotidiana do que a episódica participação nas eleições. Inclui um chamado a um tipo específico de participação, que vai atuar principalmente sobre os efeitos perversos da atual configuração do capital. Os cidadãos atuam política e socialmente dando assistência social para os setores mais pobres da população, “protegendo” o meio ambiente da degradação provocada pelos atuais padrões capitalistas de produção e consumo, muitas vezes associando estas duas dimensões, “resgatando” culturas em vias de extinção oprimidas pela industrial cultural, educando aqueles que foram e são impedidos pela miséria de freqüentar as escolas etc, assumindo responsabilidades anteriormente atribuídas ao Estado.

Atuam junto àqueles que pertencem ao campo da denominada, retoricamente, exclusão social, para os quais a cidadania é algo a ser “resgatado”. A construção e difusão da idéia de exclusão social têm por objetivo mascarar e ocultar que esse imenso contingente marginalizados do sistema capitalista está incluído socialmente. Porém, a marginalização é a forma perversa de pertencimento social que está reservada para uma grande parcela da humanidade na atual fase da acumulação. Não estão fora da sociedade, estão sim fora do mercado de trabalho, fora dos direitos à alimentação, educação, saúde, moradia, transporte, cultura, lazer e etc, fora dos padrões desejáveis de consumo, fora da rede de proteção do Estado. Rede esta que é constrangida ao mínimo pelo projeto neoliberal, tanto para “sanear” as finanças do Estado com objetivo de garantir os ganhos do capital financeiro, como para abrir espaços para o “mercado atuar”. Mercado este que exige total liberdade para intensificar a exploração da força de trabalho, como já discutimos anteriormente.

A revalorização e ampliação do conceito de cidadania cumprem, ainda, segundo nosso ponto de vista, o objetivo importantíssimo de dar a aparência de que todos esses cidadãos participam igual e ativamente da condução da sociedade, já que votam e fazem cotidianamente a sua parte de trabalho social/assistencial. O que não deixa de ser parcialmente verdade, pois esses indivíduos executam as tarefas que o projeto neoliberal reserva para o cidadão comum. O projeto societário a ser executado já está de antemão decidido e não deve ser questionado. Portanto esta participação acontece dentro dos limites estritos da ordem capitalista neoliberal. Os intelectuais orgânicos do capital neoliberal elaboraram, difundem e organizam a sociedade de acordo com a visão de mundo que atenda aos seus interesses, e, recrutam, através do convencimento, os cidadãos para participarem de sua execução.

O exercício dessa “cidadania ativa” na rede de assistência e filantropia aos “socialmente excluídos”, de “proteção” e preservação ao meio ambiente, de “afirmação” das minorias aumentou significativamente a organização de novos tipos de aparelhos de hegemonia. É óbvio que isto não equivale dizer que os tradicionais aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, partidos e associação de moradores, OAB, ABI etc das décadas de 1970 e 1980) deixaram de existir, ou mesmo que seus sujeitos coletivos não tenham sido contaminados ou cooptados por esta visão de mundo. Aqui, no entanto, queremos destacar a magnitude do fenômeno de novas organizações e suas implicações na conformação da sociabilidade almejada pelo neoliberalismo.

A origem desses novos tipos de aparelhos privados de hegemonia, no Brasil, está ligada aos organismos que no período da ditadura militar se constituíram em Centros de Pesquisa ou de Educação Popular, para fugir do controle dos órgãos de repressão. Suas atividades eram dirigidas para os sindicatos, as associações de moradores, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, as organizações políticas clandestinas. Ficaram popularmente conhecidos como Organizações Não Governamentais – ONGs. Tinham um viés de esquerda, muitas delas foram fundadas por militantes ao retornarem do exílio.

Em pesquisa realizada em 1986, se autodefiniriam como organizações não governamentais aquelas sem caráter representativo (diferindo, portanto de associações de moradores ou sindicatos), que não integrassem grandes instituições (empresas, igrejas, universidades ou partidos). Do ponto de vista de seu discurso, elas se apresentavam majoritariamente como “estando a `serviço` de camadas da população `oprimida`, dentro de perspectivas de `transformação social` (Fernandes & Landim, 1986:47). Já então havia 1.041 ONGs, atingindo 24 unidades da federação e 213 cidades.(FONTES, 2006, 222)

No contexto neoliberal essas novas organizações assumiram grande destaque, ocupando em boa parte o espaço dos tradicionais organismos da classe trabalhadora (sindicatos, partido, associação de moradores) e do próprio Estado. Caracterizadas por uma enorme diversidade quanto às formas de organização, aos meios e fins a que se propõem, compondo um universo multifacetado, atuam *não por relações de classe, por vínculo comunitário ou pelo sistema de representação, mas pela prestação de serviços, pela informação, pela articulação e o monitoramento de políticas públicas* (Semeraro, mimeo, 2001).

Para se ter uma idéia do que significou a proliferação desse tipo de organização nas duas últimas décadas basta verificar que em 1996 já eram 105 mil e em 2002 haviam chegado à incrível marca de 276 mil no Brasil, e, a cada dia surgiam mais oito, numa estimativa baseada apenas nas que entraram com pedidos de parcerias com governos ou benefícios tributários, segundo pesquisa intitulada *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*, realizada conjuntamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada - IPEA, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas -GIFE.

A pesquisa identifica essa dinâmica como parte do processo de alargamento da participação política, dos movimentos sociais e do associativismo. Reivindica *a importância da organização espontânea e autônoma da sociedade civil em grupos, movimentos e organizações sem fins lucrativos para a efetivação da democracia, promoção do desenvolvimento e da cidadania* (idem). Utiliza os argumentos de Putnam para qualificar os efeitos internos (sobre o indivíduo) e externos (sobre a sociedade) do associativismo

No âmbito interno, as associações inculcem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...] Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões.

No âmbito externo, a 'articulação de interesses' e a 'agregação de interesse' como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias. [...] De acordo com essa tese, uma densa rede de associações secundária promove a colaboração social. (IDEM)

Foram consideradas como Fundações Privadas ou Associações Sem Fins Lucrativos, por esta pesquisa, as organizações que reuniam 5 critérios simultaneamente: privadas - não integrantes, portanto, do aparelho de estado; sem fins lucrativos – não distribuem eventuais excedentes; institucionalizadas – legalmente constituídas; auto-administradas – capazes de gerenciar suas próprias atividades; e voluntárias – livremente decidida por *cidadãs e cidadãos que se reúnem livremente em torno de objetivos coletivos comuns* (idem). No caso brasileiro estes critérios correspondem a três tipos de figuras jurídicas: associações, fundações e organizações religiosas. Foram excluídas, por não responder simultaneamente aos 5 critérios, embora sejam entidades sem fins lucrativos: os cartórios, Sistema S, condomínios de edifícios, unidades executoras (caixas escolares, conselhos escolares associações de pais e mestres, círculos de mestres e similares), comissão de conciliação prévia, entidade de mediação e arbitragem, partido político, sindicato, fundações ou associações domiciliadas no exterior.

As áreas de atuação e quantidade dessas organizações (associações, fundações e organizações religiosas) forneceram a seguinte classificação: Habitação (322), Saúde

(3.798), Cultura e Recreação (37.539), Educação e Pesquisa (17.493), Assistência Social (32.249), Religião (70.446), Associações Patronais e Profissionais (44.581), Meio Ambiente (1.591), Desenvolvimento e Defesa dos Direitos Humanos (45.161), Outras (22.715).

Aproximadamente um quarto dessas entidades dedica-se às atividades religiosas: cultivam crenças e administram serviços religiosos. São ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras. Aqui não estão incluídas instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e têm personalidade jurídica, como por exemplo: colégios, hospitais católicos, entidades de assistência social. Seguramente, podemos concluir que a influência da religião sobre a cultura é bem mais ampla.

Sem desprezar o aumento significativo das organizações religiosas evangélicas no Brasil nos últimos anos, é importante salientar a mudança de estratégia da igreja católica, que durante as décadas de 1970 e 1980 colocou grande parte das CEBs, ligadas à Teologia da Libertação, ao lado dos movimentos sociais. Na década de 1990 a igreja católica passa dirigir suas atividades para a evangelização,

apontando para o redirecionamento da ação católica, posto que uma das originalidades principais do conceito de “evangelização” consiste precisamente no fato de que, mantendo sua presença junto às classes subalternas em inúmeras e variadas ações – sem abrir mão, mas, ao contrário, valorizando como elemento ideológico central a necessidade de ratificação da mensagem católica, promovendo discursos/práticas responsáveis, nessas mesmas ações, pela ênfase em um visão de mundo defensora da fraternidade, do bem-comum, do estímulo ao sentido de doação entre os homens – o sujeito político coletivo católico acaba por contribuir decisivamente para um novo modelo de sociedade.(NEVES, 2005,106)

Entre 1996 e 2002 a quantidade de organizações que atuam nas áreas do meio ambiente e defesa dos direitos humanos mais do que quadruplicaram⁶¹. Estes dados podem estar indicando pontos de tensão da atual fase de acumulação capitalista como, por exemplo, a impossibilidade de exploração dos recursos naturais para de manutenção dos atuais níveis de produção e consumo e a incapacidade do capitalismo neoliberal aprofundar a exploração da classe trabalhadora sem atentar, direta ou indiretamente, contra os direitos humanos. Isto não equivale dizer que estas ONGs sejam política e ideologicamente anticapitalistas, ou seja, que irão até as últimas conseqüências na preservação do meio ambiente e dos direitos humanos, entretanto, podem atenuar os conflitos gerados por tais contradições no modo de produção capitalista. Também é possível afirmar que uma grande soma de recursos financeiros públicos estão sendo direcionados para estas áreas de atuação.

As associações patronais aumentaram de 13 mil para 45 mil no mesmo período, com destaque para as associações de produtores rurais que saíram de 4 mil para 25 mil. O aumento do número de associações patronais é uma estratégia ligada a questão da responsabilidade social e ecológica das empresas para a obtenção de certificação de qualidade, necessária para competir no mercado internacional globalizado. *As empresas socialmente ativas promovem sua imagem junto aos consumidores, melhoram o relacionamento com as comunidades vizinhas e percebem ganhos de produtividade de seus trabalhadores (Peliano, apud Neves, 2005, 90).* Ao mesmo tempo vão, também, dar sua contribuição para a conformação da nova cultura, por isto

os segmentos da classe trabalhadora brasileira que se mantêm empregados,[...]vêm sendo convidados, juntamente com seus

⁶¹ idem

patrões, harmonicamente a realizar diretamente junto à sociedade civil os denominados “programas de responsabilidade social”, doando aos projetos sociais da empresa horas de seu trabalho. O trabalhador contemporâneo vai paulatinamente abdicando de sua função militante e transmutando-se em voluntário colaborador, que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos e das condições de trabalho.

Sua indignação frente ao aumento da miséria, do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do achatamento da massa salarial não o encaminha para o sindicato ou ao partido político, mas à porta do setor de pessoal da empresa, em um gesto que pode assegurar sua manutenção no posto de trabalho, ou mesmo garantir sua progressão funcional e, ao mesmo tempo, melhorar a situação da empresa no *ranking* nacional e internacional (NEVES 2005, 90).

O número de empregados nessas organizações cresceu 48%, de 1 milhão em 1996 para 1,5 milhão em 2002. Correspondendo a 5,5 % do total de empregados do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, embora seja um crescimento significativo é proporcionalmente menor que o aumento do número de entidades (157%). As hipóteses levantadas para tal fato são (i) *redução relativa da contratação devida à diminuição da abrangência dos serviços prestados*; (ii) *precarização das relações de trabalho por meio de contratações “informais”*; ou ainda, (iii) *aumento do trabalho voluntário* (idem) Em média a remuneração desses trabalhadores é de 4,5 salários mínimos, ligeiramente superior à média salarial dos trabalhadores de todas as outras organizações do CEMPRE, que era de 4,3 salários mínimo (idem).

Muitas outras questões poderiam ser extraídas a partir dessa pesquisa. Optamos por concentrar nossa atenção nos aspectos acima apenas para apresentar um panorama geral da quantidade de organizações, da variedade quanto às atividades que exercem, da articulação entre os interesses materiais da burguesia e a conformação da nova cultura, da importância da religião -em especial a da igreja católica - nesse processo, e, por último

do mercado de trabalho que se abre nesse campo. Nosso objetivo é indicar que o processo de construção da hegemonia, hoje, está muito mais amplo do que duas décadas atrás, isto dificulta, significativamente, a construção de um projeto contra-hegemônico. É a isto que Gramsci se refere ao falar das sociedade de tipo ocidental, ou processo de complexificação das relações da relações dentro da sociedade civil e desta com o Estado.

Essa forma de organização não governamental tem como característica comum um tipo de associação que não passa pelos interesses de classe. Por isto, em sua imensa maioria, são aparelhos privados de hegemonia e sujeitos coletivos inofensivos ao capital, ao contrário, constituem-se como tentáculos da hegemonia burguesa neoliberal para o conjunto da sociedade. Não estamos com isto querendo dizer que as organizações que reúnem indivíduos de uma mesma classe social (proletariado, burguesia ou classe média) serão automaticamente organizações anticapitalistas ou que é impossível encontrar uma organização não governamental anticapitalista. Estamos identificando a dinâmica desses novos aparelhos privados de hegemonia e seus sujeitos coletivos.

Com o objetivo de reafirmar a magnitude do fenômeno de crescimento de tais organizações, da complexificação da sociedade civil e ajustarmos o foco para o nosso tema de pesquisa, vamos nos deter, agora, na análise da evolução da organização sindical brasileira a partir da década de 1990. Nosso intuito foi comparar a dinâmica de crescimento desses dois tipos de aparelhos privados de hegemonia, verificar como a perspectiva de sociabilidade neoliberal se ajusta a este tipo específico de associação classista e, assim, colabora na conformação dos sujeitos na sociedade neoliberal. Para

este fim nos apoiamos na Pesquisa Sindical – Evolução e Estrutura dos Sindicatos no Decênio 1992-2001, do IBGE⁶².

De acordo com essa pesquisa a tendência de aumento do número total de sindicatos (de trabalhadores e patronais) do período anterior (1988-1992), que refletia o ascenso do movimento sindical dos trabalhadores e as suas vitórias na Constituição de 1988, se manteve, porém com uma taxa de crescimento médio anual inferior. Esta taxa no período de 1988-1992 foi de 5,3% e no período de 1992-2001 foi de 4,0%. Em 1988 havia um total de 9.120 sindicatos, no ano de 1992 eram 11.193 e em 2001 esse número chegou a 15.961, um crescimento de aproximadamente 75% da quantidade total de sindicatos em 14 anos. É bom lembrar que num período de 6 anos (1996 a 2002) o número total dessas ONGs (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos) cresceu 157%, e, se tomarmos como referência o número de ONGs em 1986, que era 1.041, o percentual de crescimento ultrapassa 2.600%. É claro que se pode argumentar que estas duas dinâmicas não são comparáveis, posto que a associação sindical tem limite na estrutura econômica, enquanto que a formação de associações voluntárias é infinitamente mais flexível gerando uma possibilidade muito superior de associações. O que, sim, podemos afirmar é que a quantidade relativa de cada uma na soma total dessas organizações se alterou nos últimos 20 anos, e isto tem influência na e da conformação da sociabilidade neoliberal, na conformação e uma nova cultura, especialmente no que concerne a capacidade de auto-identificação da classe trabalhadora, ou seja, tem influência no desenvolvimento da consciência de classe para si.

O crescimento de sindicatos de trabalhadores responde por 78% do aumento total de sindicatos, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 4,5% ao ano. Sendo as

⁶² In { [HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br"](http://www.ibge.gov.br) } acessada em 15/12/2006

categorias de servidores públicos e trabalhadores na agricultura responsáveis por 58% desse crescimento. O que confere aos servidores públicos a segunda maior posição em termos de número de entidades: 694 sindicatos de servidores públicos, ficando atrás somente dos trabalhadores em agricultura que possuem 2.976 sindicatos. Esta dinâmica de crescimento dos sindicatos de servidores públicos está diretamente associada ao direito de sindicalização dos servidores públicos conquistado na Constituição de 1988, mas também reflete o setor da classe trabalhadora que pode se movimentar no âmbito sindical com mais liberdade, em função da estabilidade de emprego. O sindicato é a forma organizativa que o movimento de reivindicação das questões trabalhistas assume, uma categoria que se movimenta mais tem mais “necessidade” de organização, ao mesmo tempo que a organização pode ajudar a fortalecer a movimentação dos trabalhadores. Embora não devamos descartar a constituição burocrática de sindicatos.

A evolução do crescimento dos sindicatos patronais ocorreu a uma taxa média anual de 2,8%, com grandes diferenças na dinâmica de cada setor, tendo 3.581 sindicatos em 1992 e 4.607 em 2002 (idem).

Houve também a continuidade da tendência de maior crescimento dos sindicatos urbanos sobre os rurais, sua participação passou de 60% para 64% do total de sindicatos. E como contra partida uma diminuição na participação relativa do número de sindicatos rurais caindo ininterruptamente: em 1988 eram 48% do total, em 1992 foi para 40% e em 2001 este número era 36%. Os sindicatos de trabalhadores rurais apresentaram a seguinte queda: em 1988 representavam 30% do total de sindicatos de trabalhadores, em 1992 foi para 27% e finalmente em 2001 eram 25%. Os sindicatos patronais rurais tiveram uma regressão ainda mais acentuada: 18%, 14% e 11% nos mesmos anos.

Paralelamente houve um expressivo aumento das ONGs empresariais rurais, de 4 mil em 1998 para 25 mil em 2002, como registramos anteriormente.

Quantidade de sindicato (absoluta e relativa) segundo tipo de sindicato

Tipo de Sindicato	Quantidade Absoluta (no.) / Quantidade Relativa (%)					
	1988	1989	1990	1991	1992	2001
Total de Sindicato	9.120/100	9.833/100	10.075/100	10075/100	11.193/100	15.961/100
Urbano	4.697/52	5.354/54	5.673/56	6.260/58	6.695/60	10.263/64
Empregadores	1.464/16	1;532/16	1.565/16	1.705/26	1.751/16	2.758/27
Empregados	2.547/28	3.108/32	3.367/33	3.547/33	3.838/34	6.070/38
Trabalhadores Autônomos	80/1	78/1	93/1	102/1	138/1	585/4
Agentes Autônomos	264/3	277/3	282/3	292/3	308/3	62/0
Profissionais Liberais	342/4	359/4	366/4	376/4	379/3	483/3
Rurais	4.423/48	4.479/46	4.402/44	4.445/42	4.498/40	5.698/36
Empregadores	1.676/18	1.627/17	1.553/15	1;540/14	1.522/14	1.787/11
Empregados	2.747/30	2.852/29	2.849/28	2.905/27	2.976/27	3.911/25

Fonte: Pesquisa Sindical 1988/2001, IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de População e Indicadores Sociais

Quanto à taxa de sindicalização dos trabalhadores, a referida pesquisa ressalva as dificuldades para a construção de indicadores confiáveis⁶³ uma vez que utiliza dados estimados pelos sindicatos, devendo, portanto, os dados apresentados serem tomados como tendência. Assinala que a taxa de sindicalização pouco variou entre 1992 e 2001, sendo que em relação à população economicamente ativa se manteve em 23%, e em relação às pessoas ocupadas subiu de 24% em 1992 para 26% em 2001.

É importante lembrar a mudança de critério da composição da PEA (ocupados + desocupados), um número considerável de trabalhadores que estão desempregados e não tomaram nenhuma atitude para procurar emprego durante o último mês de desemprego deixaram de fazer parte da população economicamente ativa, portanto, a manutenção da taxa de sindicalização na PEA indica uma ligeira queda nesta taxa se fosse mantido o critério de cálculo da PEA de 1992.

Com aumento do número de sindicatos de trabalhadores deste período era de se esperar um aumento da taxa de sindicalização. A comparação entre o crescimento do número de sindicatos e a manutenção da taxa de sindicalização pode sugerir tanto um aumento do número de sindicatos pouco representativos e burocratizados quanto uma baixa compensação do número de sindicalizados demitidos.

Esta pesquisa revela também que, apesar de todo ascenso sindical da década de 1980 e do discurso contra o assistencialismo do campo cutista, o perfil do sindicalismo brasileiro permanece inalterado, ou seja, assistencialista. Entre os sindicatos dos trabalhadores 78% oferecem algum tipo de serviço ou atividade neste âmbito. Os quatro principais serviços ou atividades assistenciais prestados pelos sindicatos de

⁶³ O indicador para medir a taxa de sindicalização foi construído a partir do cotejamento das informações obtidas do Senso, da Pesquisa Nacional em Domicílio - PNAD e diretamente com os sindicatos através da Pesquisa Sindical.

trabalhadores urbanos são: em primeiro lugar a assistência jurídica (77% dos sindicatos de trabalhadores urbanos possuem este tipo de serviço), depois convênio médico (45%), seguido de convênio odontológico (42%) e por último um grupo que abrange educação e formação sindical e atividades esportivas, culturais e sociais (39%). Apenas 24% dos sindicatos de trabalhadores rurais oferecem esse tipo de atividade na seguinte ordem de importância: jurídico (52%), educação e formação sindical (31%), convênios médicos e serviços odontológicos (24%) e atividades esportivas, culturais e sociais (22%).

Entre as atividades assistências mereceram nossa atenção especial às destinadas à educação e a formação sindical. No campo das atividades de educação as de qualificação e requalificação profissional - *destinadas a aquisição de conhecimento indispensáveis para o exercício de uma profissão e/ou reinício de uma outra qualificação*, segundo a Pesquisa Sindical – os cursos oferecidos são: curso básico de informática, idiomas, cursos ligados a agricultura e pecuária e educação regular. Sendo que a educação regular é oferecida em 18% dos sindicatos patronais (13% dos sindicatos rurais e 5% dos urbanos) e 10 % dos sindicatos de trabalhadores (6% dos sindicatos de trabalhadores urbanos, e 4% dos rurais).

Neste campo podemos verificar a contribuição do sindicalismo ao reforço da perspectiva neoliberal da empregabilidade. Embora não seja uma novidade os sindicatos oferecerem serviços do âmbito da educação, podemos afirmar que na atual conjuntura, ao assumir a responsabilidade pela qualificação e requalificação profissional e, também, pela educação regular de trabalhadores reforça a idéia de que o desemprego é essencialmente resultado da baixa escolaridade e saída para o desemprego é mais escolarização e menos mobilização e luta, uma saída mais individual e menos coletiva. Esse tipo de atividade desenvolvida pelos sindicatos tem recebido grandes somas dos

recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, disponibilizados pelo governo federal desde meados da década de 1990⁶⁴.

A concepção assistencialista do sindicalismo brasileiro tem terreno fértil para se desenvolver no período de neoliberalismo, em termos de idéias, ideais e também de financiamento. Neoliberalismo e assistencialismo sindical reforçam-se mutuamente, e, diminuem para os trabalhadores os espaços para um movimento sindical classista.

O neoliberalismo retoma os princípios do liberalismo clássico e com eles reedita a essência do seu ideal de homem: no âmbito econômico reabilita a liberdade do mercado e chama a participação livre, equânime, competitiva e empreendedora do cidadão nesse mercado. No âmbito político/social/cultural revaloriza e ressignifica a cidadania e estimula seu exercício no âmbito de uma certa concepção de sociedade civil⁶⁵.

Uma certa sociedade civil concebida enquanto um espaço asséptico privilegiado para corrigir tanto a ineficiência do Estado quanto controlar a voracidade do mercado, um espaço livre dos constrangimentos do Estado e do mercado. Ou em uma versão mais ao paladar de alguns setores da esquerda, uma sociedade civil popular, homogênea, sem contradições de classe, onde todas as organizações estariam imbuídas na busca do bem-comum. Esta é a concepção de sociedade civil apresentada pela Terceira Via - um projeto político elaborado a partir das críticas aos efeitos negativos do neoliberalismo

⁶⁴ Ver ANEXO IX

⁶⁵ Referimo-nos a uma certa concepção de sociedade civil para ressaltar as diferentes conotações que historicamente e conjuntamente este conceito tem assumido. Aqui nos limitaremos a confrontar a concepção gramsciana e a versão de sociedade civil que a Terceira Via tem utilizado. Os trabalhos de Neves (2005): *A sociedade Civil como Espaço Estratégico de Difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia* e Fontes (2006) *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas Sociais e Luta Teórica na Década de 1980* discutem historicamente esse conceito, confrontam as diferentes concepções de sociedade civil em disputa no contexto neoliberal e analisam-na no Brasil. Também foram utilizados como referência teórica para este trabalho.

(exacerbação do mercado) e às insuficiências da social-democracia europeia (burocratismo do Estado), que se propõe criar uma “nova hegemonia” sem alterar as relações de produção capitalista. Note-se que a crítica ao Estado é apenas quanto ao seu gigantismo, a lentidão, ao burocratismo, e não quanto ao seu caráter classista. Em nosso país, depois de um breve período de implantação de um neoliberalismo mais ortodoxo, com Collor, é a vertente neoliberal privilegiada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

O primeiro governo Fernando Henrique Cardoso teve como uma de suas metas a reorganização das relações entre o Estado e a sociedade. Esta reorganização passou pelas reformas do Estado, entre os objetivos dessa reforma estavam

[...] aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade[...] Caberá, em primeiro lugar, criar novos canais de participação e controle público, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje o aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a multiplicação de espaços de negociação de conflitos, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de parceria [...] entre o estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a co-reponsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma. (CARDOSO, apud NEVES 2005,93, grifo nosso)

Em avaliação do seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso, afirma que incentivou com atos, recursos e palavras, como nunca antes se fez em âmbito nacional, o desejo de participação latente ou manifesto de mulheres e homens, jovens e idosos, das mais diferentes condições sociais (Cardoso, apud Neves, 2005, 94). Os dados empíricos da pesquisa *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*, supracitada, são reveladores e confirmam a avaliação de Cardoso. Para seu segundo mandato a proposta foi “radicalizar a democracia”, abrindo espaços para a participação coletiva na construção da “sociedade de bem-estar”(idem) apoiado na convicção de que *o fortalecimento da sociedade civil, mediante o envolvimento espontâneo das pessoas em atividades cívicas e coletivas as mais diversificadas, [...] é um instrumento simplesmente insubstituível (ibdem).*

As experiências com os *espaços de negociação de conflitos, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público* (idem), já haviam sido parcialmente iniciadas durante o governo de Itamar com as Câmaras Setoriais, no governo FHC estas foram desativadas. Entretanto uma série de Conselhos Tripartites, envolvendo representantes de entidades dos trabalhadores, dos patrões e do governo, passou a ser organizado como espaço de prevenção de conflitos, numa dinâmica de construção do consenso ativo.

O primeiro mandato do governo Lula manteve essa mesma perspectiva

A parceria, continuou a ser o eixo norteador da relação entre o Estado e a sociedade civil, voltada predominantemente para a prestação de serviços sociais às populações “excluídas” e também para aumentar a auto-estima dos cidadãos discriminados da sociedade brasileira, “com a ajuda de milhares de organizações que fazem parte do chamado “terceiro setor” e dos investimentos

sociais das empresas socialmente responsáveis” (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, 41) (NEVES, 2005, 96)

Esta elaboração político/teórica e organização de uma sociedade civil empenhada no bem comum, sem contradições de classe, onde todos cidadãos podem e devem exercer sua responsabilidade política e social, homogênea, espaço da nova cidadania ativa contribui, de forma decisiva, para a hegemonia do capital. Pois consegue canalizar boa parte das insatisfações - da classe trabalhadora, dos setores explorados e oprimidos e de setores da classe média - com os subprodutos perversos do neoliberalismo para o trabalho voluntário de caráter filantrópico, assistencial, paliativo e efêmero. Além disso, o número de empregados assalariados desse setor, não esqueçamos, é 5,5% do número total de empregos do Cadastro Central das Empresas com uma média salarial ligeiramente superior ao demais trabalhadores. Um setor nada desprezível de trabalhadores passa a ter interesses materiais nessa “sociedade civil”.

Na concepção gramsciana a sociedade civil refere-se a uma superestrutura da sociedade capitalista, parte do Estado Ampliado (sociedade política + sociedade civil), onde as classes sociais organizam as vontades coletivas por meio dos aparelhos privados de hegemonia e dos sujeitos coletivos. Neste âmbito as classes sociais e suas frações se organizam e disputam a hegemonia da sociedade, através de projetos políticos que representam os interesses, táticos e estratégicos, de cada segmento. É o espaço da persuasão, onde as frações de classes procuram obter o mais amplo consentimento da sociedade em geral, através do convencimento, para a implantação de seu projeto.

Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da ‘produção social’, da organização das vontades

coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de ‘formas de ser’ adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a esse terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia) (FONTES, 2006, 211)

Para Gramsci a sociedade civil tem dupla articulação: com a estrutura e com o âmbito da sociedade política na superestrutura. É a partir da estrutura que se produzem os interesses que serão organizados e representados na superestrutura da sociedade civil. *Não há isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção*(idem, 212).

Na relação entre sociedade civil e sociedade política há uma tensão permanente, nos dois sentidos: da sociedade civil para a sociedade política e vice-versa. Os diferentes interesses e projetos representados na sociedade civil disputam a hegemonia entre si, direcionam para a sociedade política suas demandas na expectativa dirigir os mecanismos de coerção, próprios da sociedade política, para a realização de seu projeto. No sentido inverso, sociedade política exerce a coerção através do Legislativo, do Judiciário, do Executivo e da Forças Armadas (sempre que necessário) para regulamentar e organizar a sociedade civil e a sociedade em geral, principalmente, mas não exclusivamente, a partir dos interesses do bloco no poder. É a dinâmica da luta de classes que vai definir o sentido da resultante na relação entre sociedade civil e sociedade política e sociedade civil e estrutura.

É através do conceito gramsciano de Estado Ampliado, que inclui, como já vimos, a sociedade civil, que podemos compreender melhor o grau de mistificação da

sociedade civil da Terceira Via e seus efeitos na organização independente dos trabalhadores.

O que estamos vivenciando no âmbito da sociedade civil em termos do expressivo aumento, quantitativo e qualitativo, de novos aparelhos privados de hegemonia e de um determinado tipo de sujeito coletivo nada mais é do que uma resposta positiva ao “estímulo” proveniente do Estado. Essas novas instituições articulam às necessidades materiais da atual configuração do capital, principalmente do capital financeiro, à conformação da sociabilidade (técnica, cognitiva, cultural) que contemple os interesses do bloco de poder.

Este fenômeno não se limita ao aumento quantitativo de organismos da sociedade civil, o problema para a classe trabalhadora se coloca principalmente quando verificamos que os sujeitos coletivos destes aparelhos reproduzem a visão de mundo hegemônica. Estão financiados pelo Estado e em parceria com este prestando serviços de assistência, de controle público etc, quer dizer, executando o projeto do bloco no poder.

Vimos que para Gramsci os mecanismos de dominação provenientes do Estado são de coerção. Como então se realiza esta coerção no sentido da conformação de um determinado perfil político/ideológico de sociedade civil? Principalmente através da liberação de recursos públicos para financiamento. A parceria com o Estado para a prestação de serviços assistencial aos “excluídos”, a preservação do meio ambiente, o resgate de culturas não hegemônicas, a organização das minorias, a vigilância dos direitos humanos etc envolve liberação de recursos públicos a partir de projetos que se coadunem com a perspectiva de sociabilidade do bloco no poder.

Convém ressaltar a diferença entre o discurso das ONGs da década de 1980 e as atuais. No início *se apresentavam majoritariamente como “estando à ‘serviço’ de camadas da população ‘oprimida’, dentro de perspectivas de ‘transformação social’* (Fernandes & Landim, apud Fontes, 2006,222). Hoje o discurso está centrado no resgate da cidadania e da auto-estima dos setores excluídos, portanto um discurso de inclusão no projeto social posto. Essas organizações são “constrangidas” financeiramente a apresentar projetos que “resgatem a cidadania” e a auto-estima dos “excluídos” e conformem um cidadão aos moldes do ideal de homem do projeto neoliberal. Nesse sentido, apenas formalmente essas instituições são não governamentais. Podem ser assim denominadas somente porque não fazem parte oficialmente da aparelhagem estatal, embora em sua imensa maioria executem, direta ou indiretamente, serviços consoantes os interesses do bloco no poder instalado nessa aparelhagem estatal.

No âmbito da relação entre a estrutura e a sociedade civil merece destaque o aumento significativo do número de fundações das empresas que se arvoram serem social e ecologicamente responsáveis. O lado mais evidente de suas ações visa a certificação dos seus negócios para a competição no mercado internacional, entretanto, há um outro aspecto nada desprezível que diz respeito à sua contribuição para a conformação da atual sociabilidade. Seja “estimulando” o “trabalho voluntário” entre seus empregados, seja atendendo os excluídos.

Há ainda um aspecto pouco explorado até aqui, mas que para efeito da discussão que estamos nos propondo é de fundamental importância. A primeira proposta de governo de FHC, não se limita a estimular a criação de novos canais de participação, ela também propõe dinamizar os já existentes. Quando o governo propõe dinamizar os

canais de participação já existentes ele está dizendo que deseja dar a dinâmica, deseja interferir no rumo desses canais de participação. É bom lembrar que o principal canal de participação da classe trabalhadora da década de 1980 foi o sindicato. Para este setor da sociedade civil os governos FHC e Lula liberaram, por exemplo, grandes somas de recursos do Fundo de Amparo dos Trabalhadores para a qualificação e requalificação dos trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego, ou seja, para a conformação técnica, cognitiva e social de trabalhadores “competentes”.

Esta nova modalidade de relação entre o Estado e as organizações representativas dos interesses de classe são identificadas enquanto um novo tipo de corporativismo – o neocorporativismo⁶⁶. Se o corporativismo colocou os sindicatos sob o controle do Estado pela via da coerção. O neocorporativismo coloca-os como executores de suas políticas pela via da persuasão.

Neste contexto as empresas passaram a assumir responsabilidades com os socialmente desvalidos e com o meio ambiente e as ONGs e sindicatos, muitas vezes identificados como esquerda, vão ocupar-se com serviços e atividades de qualificação e requalificação da força de trabalho e com a conformação cultural dos socialmente excluídos pelo capital socialmente responsável. Constituindo-se no que Fontes identifica como de uma esquerda para o capital e uma direita para o social⁶⁷.

⁶⁶ Neocorporativismo seria um processo específico pelo qual as organizações monopólicas, representativas de interesses funcionais, estabelecem com as agências estatais intercâmbios políticos relativo aos resultados da política pública e que outorga a essas organizações um papel que combina a representação de interesses com a implementação de políticas, através da delegação de ‘self-enforcement’ (ou poder de autoregulação). (Cawson, apud Labra, 1999;156)

⁶⁷ Expressão utilizada por Virginia Fontes no Seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo, comemorativo aos 20 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, em maio de 2006.

Não se trata, pois, como afirmou Fernando Henrique Cardoso, *da comunidade organizada estabelecer suas prioridades, nem* tão pouco do fortalecimento da sociedade civil a partir *do envolvimento espontâneo das pessoas em atividades cívicas e coletivas as mais diversificadas*. Trata-se da execução de uma política de Estado fortemente dirigida para *criar novos canais de participação e dar a dinâmica para os antigos a partir da parceria com o Estado*, na imensa maioria das vezes a partir dos interesses materiais da classe dominante e hegemônica.

Aqui estamos defendendo que no período anterior a Collor os trabalhadores brasileiros em movimento, como e enquanto classe, produziram uma correlação de forças que se expressou na organização de aparelhos privados de hegemonia e sujeitos coletivos comprometidos com interesses específicos de sua classe, e, partir desses conseguiram ocupar um espaço político na sociedade civil capaz de pressionar o Estado a assimilar, ainda que parcialmente, as suas demandas, se traduzindo na ampliação de direitos (políticos, civis e sociais). No contexto do neoliberalismo a derrota do movimento da classe trabalhadora, sua fragmentação através dos novos processos de trabalho e da flexibilização das relações trabalhistas, os altos índices de desemprego e de trabalho informal, a assimilação de uma visão de mundo centrada na eficiência do mercado e no exercício da cidadania, possibilitaram ao Estado intervir decididamente na reorganização da sociedade civil estimulando a formação de uma infinidade de aparelhos privados de hegemonia e de sujeitos coletivos encarregados de construir a sociabilidade neoliberal.

É dentro deste contexto que a opção que vinha se desenhando no interior da CUT, de um perfil mais identificado com a social democracia se consolidou. A relação com Estado, governo e padrões foi progressivamente sendo alterada, de uma postura de

independência para uma de colaboração. De uma de postura reivindicativa para uma propositiva, que privilegia a ocupação e participação dos espaços institucionais do Estado e das empresas, abandonando a luta anticapitalista. A partir da década de 90 a estratégia da contribuição para a construção da sociedade socialista foi colocada num horizonte inatingível, a nova estratégia passou a ser a luta pela cidadania, limitada aos marcos da cidadania possível nos limites do capital. Discussão que abordamos no próximo item.

3.2 A Central Única dos Trabalhadores frente às reformas estruturais e às estratégias para obtenção do consenso do projeto neoliberal

A forte movimentação sindical da classe trabalhadora nos anos finais da década de 1970 e posteriormente durante toda a década de 1980 permitiu que finalmente se superasse o isolamento dos sindicatos e fosse produzido um salto qualitativo na forma organizativa dessas lutas, por meio da fundação das centrais sindicais, permitindo uma representação mais ampla dos trabalhadores, como já apontamos no capítulo 2. Entretanto as diferenças político-ideológicas e a tendência a fragmentação da classe trabalhadora nos anos 1990 apagaram completamente da memória idéia original de aglutinar em uma única central as organizações sindicais e populares dos trabalhadores. A fragmentação se sobrepôs à unificação.

Expressando a tendência de diversificação dos aparelhos privados de hegemonia, na década 1990 já haviam sido fundadas 7 Centrais Sindicais: a Central Única dos Trabalhadores CUT fundada em 1983, Confederação Geral dos

Trabalhadores – CGT de 1986, Central Geral dos Trabalhadores – CGT de 1989, Força Sindical – FS de 1992, União Sindical Independente –USI, Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT de 1995 e Social Democracia Sindical – SDS de 1997.

Somente em 8 de maio 2006, através da medida provisória 293 e como parte da reforma sindical, o presidente Lula e o Ministro do Trabalho Luiz Marinho (ex-presidente da CUT) dão legalidade à representação das Centrais Sindicais, conferindo-lhes, em seu Artigo 1º., as atribuições e prerrogativas de

I exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Com uma inequívoca intenção de deslocar o poder de negociação dos sindicatos para as centrais sindicais.

De acordo com a Pesquisa Sindical, em 2001 apenas 38% (4.304) do total de sindicatos de trabalhadores (11.354) estavam filiados às centrais sindicais, mas considerando-se que houve um aumento expressivo no número total de sindicatos entre 1992 e 2001 conclui-se que as centrais sindicais fortaleceram-se muito. As regiões com maior número de sindicatos filiados são Nordeste (33%) e Sudeste (31%) seguidas da região Sul (18%), Norte (10%) e Centro-Oeste (9%).

A CUT é a central sindical com maior número de sindicatos filiados: 66%, seguida da Força Sindical com 19% dos sindicatos, e, todas as demais representavam os 15% restantes. No período a que se referente à Pesquisa Sindical a CUT diminuiu proporcionalmente o número de sindicatos urbanos filiados (57%

em 1992 e 52% em 2001) e aumentou o de sindicatos rurais (38% em 1992 e 45% em 2001). Seus dois maiores grupos de sindicatos por categorias profissionais são de trabalhadores na agricultura (45%) e os de trabalhadores na indústria (16%). Também reúne a maior quantidade de sindicatos de grande porte⁶⁸ segundo o número de associados. Esses dados são representativos da importância da Central Única dos Trabalhadores no movimento sindical brasileiro.

Certamente mais importante do que a apreensão do crescimento quantitativo da representação desta Central é a compreensão de sua trajetória política nos anos da hegemonia neoliberal. Optamos não fazer a discussão da relação da CUT com as reformas estruturais e as estratégias neoliberais de obtenção de consenso por meio um recorte temporal centrado exclusivamente na eleição de Collor, quando efetivamente o neoliberalismo começa a ser implantado como um projeto orgânico da burguesia brasileira. Nossa escolha recaiu sobre a combinação deste processo com a realização dos congressos nacionais da CUT, pois, segundo nossa percepção a alteração da trajetória política desta Central inicia-se antes dessa eleição, mais precisamente no período que sucede o II CONCUR em 1986, quando a Articulação Sindical constitui-se como tendência. A derrota de Lula em 89 e, conseqüentemente, a eleição de Collor forneceu as bases materiais que permitiu um salto qualitativo da acomodação da Central Única dos Trabalhadores aos limites impostos pelo capital em uma democracia que atenda os interesses da burguesia neoliberal. Este salto qualitativo foi consolidado, segundo nosso ponto de vista, tanto nos métodos de condução quanto nas resoluções do IV CONCUR realizado em 1991. Este critério atende, também, nosso desejo de concentrar a discussão no período em que a versão

⁶⁸ São considerados sindicatos de grande porte aqueles com mais de 1000 associados

neoliberal da Terceira Via é adotada como estratégia privilegiada em nosso país, o que corresponde aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Por essas razões retomamos sinteticamente os elementos essenciais relativos à CUT, apresentados no capítulo anterior, para dar continuidade à discussão referente ao tipo de relação que a CUT estabelece com o neoliberalismo. São eles:

- Consolidação da Articulação Sindical como corrente majoritária e hegemônica, apesar da disputa constante com as demais correntes.
- Ataque à democracia interna - limitação de participação das bases e das oposições sindicais nos Congressos Nacionais, as alterações estatutárias foram o primeiro e fundamental passo para a construção da hegemonia interna da corrente majoritária.
- Aceleração do processo de burocratização - exercício do controle burocrático das instâncias, indo desde a utilização do Planejamento Estratégico como forma de submeter todas as instâncias da Central e os Sindicatos ao projeto da Articulação Sindical até as fraudes, as manobras, desrespeito ao resultado da votação que garantia vitória da proporcionalidade qualificada proposta pela minoria no IV CONCUR.
- Abandono da perspectiva do socialismo - definição de um projeto próprio de desenvolvimento econômico capitalista como eixo da estratégia cutista para o período posterior ao IV CONCUR. Do início até meados da década de 1980 havia uma tensão das correntes de esquerda, a influência movimento de

massas e a indefinição da burguesia quando ao modelo econômico a perseguir que conseguia pressionar a CUT a assumir o socialismo como estratégia, estes elementos produziam como resultante um deslocamento político/ideológico mais à esquerda nas propostas políticas, no plano de ação e nas táticas. Na década de 1990 a derrota do ascenso do movimento dos trabalhadores, a implantação do neoliberalismo, os altos índices de desemprego, a reestruturação produtiva, a estabilidade econômica produzida pelo Plano Real, a derrocada dos países de socialismo real, o controle burocrático da Articulação sobre a Central dão sustentação para a explicitação de uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda contra neoliberalismo, ambos nos marcos do capital.

- Substituição de uma postura de enfrentamento com o capital para uma postura de disputa de sua direção – sintetizada na formulação de uma atuação propositiva. Abandona seu caráter reivindicativo e de luta, e assume uma postura de parceria sob as bases do tripartismo, dentro da ordem capitalista.

A partir do IV CONCURT, em 1991, a Central Única dos Trabalhadores, passa a propor, sem romper com a ordem capitalista, um novo projeto para sociedade brasileira que envolve novas propostas para os âmbitos econômico, político, social e ideológico.

No âmbito econômico, progressivamente, elabora um projeto que tem como metas o desenvolvimento sustentável - com estímulo à economia solidária na forma de cooperativas, associações, escambo etc - a distribuição de renda, a inclusão social e, ainda, a inserção soberana na nova divisão internacional do trabalho.

Quais seriam, de acordo com as resoluções congressuais, as classes ou frações interessadas na elaboração e implantação de um projeto econômico com essas características? Estas seriam realizadas num leque político mais amplo do que a classe trabalhadora, setores de classe média e frações da burguesia brasileira comprometidos com a democracia e com o desenvolvimento nacional comporiam, juntamente com os trabalhadores, o campo denominado democrático-popular.

A implantação desse projeto seria pela via eleitoral e através da administração do Estado promoveria seu plano de desenvolvimento. Razão pela qual apoiou ativamente as candidaturas de Lula em todas eleições presidenciais: 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Entretanto a via eleitoral não se resume ao ato de votar, nem tão pouco ao período imediatamente anterior às eleições. A realização deste projeto supõe a disputa de hegemonia, ou seja, a disputa pela direção da sociedade, num complexo processo de persuasão dos sujeitos (individuais e coletivos) para obter consentimento para a implantação desse projeto.

Quais são os caminhos apontados para essa disputa de hegemonia? Como já assinalamos anteriormente, a CUT abandonou sua concepção e prática de confronto com o capital, fase que passou a ser considerada como um sindicalismo reativo/negativo/reivindicativo impróprio para a fase neoliberal. A tática privilegiada para a disputa de hegemonia, sob o neoliberalismo, passou a ser a participação afirmativa/propositiva em espaços tripartites. Esta tática consiste, por

um lado, na elaboração e apresentação de propostas, especialmente para o campo das políticas públicas e sociais, possíveis de ser assumidas pelo capitalismo. Por outro lado, esta disputa se dá, também, através do controle e fiscalização do Estado principalmente na aplicação das políticas públicas e sociais. Nessa perspectiva o próprio Estado passou a ser o espaço privilegiado de disputa de hegemonia, pois a experiência da constituição das câmaras setoriais teve vida curta. Por esta razão a CUT passa a integrar uma série de Conselhos – consultivos ou deliberativos já no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com estas propostas também se articula, uma outra dimensão do projeto cutista, a meta da cidadania, que passaria tanto pela conservação dos direitos, especialmente os sociais, conquistados e garantidos na Constituição de 88, sob a mira das políticas, como, também, pela formulação de novas propostas.

Entretanto, essas propostas devem estar dentro das possibilidades do capital, seu conteúdo e as formas de pressão não podem “assustar” os patrões e o governo, por isso também não consegue atender os interesses imediatos dos trabalhadores. São sempre propostas rebaixadas às possibilidades do capital. Por esta razão reivindicações históricas como salário mínimo do Dieese, o controle dos trabalhadores sobre a reforma agrária etc foram progressivamente sendo abandonadas, até caírem no esquecimento das velhas gerações de trabalhadores e nem sequer serem apresentadas às novas.

A mudança de estratégia (objetivo) implicou numa mudança de tática (meios para atingir o objetivo). De início a força das correntes mais à esquerda pressionaram para que a estratégia do socialismo fosse assumida formalmente pela CUT e a tática da mobilização sindical e unificação da classe trabalhadora, para a universalização

dos direitos e para a luta política, foi um recurso muito utilizado. Este processo aglutinou frações da classe trabalhadora no sentido de um movimento orgânico e autônomo em oposição aos patrões e ao governo, chegando a quatro greves gerais nos anos 80.

Durante a fase do sindicalismo “negativo-reativo” da CUT, na década de 80, quatro greves gerais foram organizadas e dirigidas pela Central com a participação da Articulação Sindical: julho de 1983, ainda no regime militar, contra o decreto que alterava a política salarial, em dezembro de 1986 contra o Plano Cruzado II, em agosto de 1987 pelo não pagamento da dívida externa, por reforma agrária sob controle dos trabalhadores, por 40 horas semanais e estabilidade no emprego e em março de 1989 contra o Plano Verão. Se considerarmos que durante toda década de 1980 a burguesia não conseguiu impor seus planos econômicos e que o número de greves e grevistas não parou de crescer, podemos dizer que estas greves cumpriram seu papel. Entretanto, mais do que cumprir um papel importante com relação às reivindicações econômicas elas foram vitoriosas porque permitiram a conformação, ainda que embrionária e limitada, de uma consciência de classe para os trabalhadores.

Na década de 90 a pressão interna das correntes de esquerda para a superação da sociedade capitalista já estava bastante controlada, a recessão e o desemprego eram crescentes, a visão de mundo e de homem neoliberal (ortodoxa e da Terceira Via) muito disseminadas. Neste contexto a disputa de um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda pode ser apresentado claramente como a nova estratégia da CUT e os meios para atingir o novo fim deveriam prescindir da incomoda e imprevisível mobilização da classe trabalhadora. Os dirigentes especializados em

propostas políticas de abrangência nacional se encarregariam de elaborar tais propostas, difundi-las junto à classe, representar os trabalhadores e convencer o governo e os patrões nos organismos tripartites.

Na versão do sindicalismo “afirmativo-propositivo”, da década de 1990, a mobilização e a greve geral não podem ser os instrumentos privilegiados, não podem ser utilizados como tática de pressão contra o governo e os patrões, agora parceiros de mesa de negociação. Mesmo assim, duas greves gerais foram chamadas pela CUT, apesar da Articulação Sindical e sem a participação desta: em maio de 1991 e em julho de 1996.

A resposta da classe trabalhadora a essas duas greves foi muito desigual em todo país. Setores menos pressionados pelo desemprego e/ou onde a direção cutista organizou a greve os trabalhadores responderam melhor, as regiões e sindicatos onde os trabalhadores estavam muito pressionados pelo desemprego e as direções cutistas não aderiram e/ou abertamente falaram contra greve esta não aconteceu. Convém registrar que importantes categorias de sindicatos dirigidos pela Articulação Sindical foram profundamente afetadas pela reestruturação produtiva, pela recessão e pelo baixo crescimento econômico, são exemplos as categorias de bancários e de metalúrgicos das montadoras automobilísticas.

Há, pois, uma relação dialética entre a postura da direção e o entusiasmo das categorias para lutar. No caso das categorias dirigidas pela Articulação Sindical há uma retroalimentação, em ambos sentidos, para o imobilismo: a categoria não pressiona a direção para a mobilização e a direção pressiona a categoria para o imobilismo. O que poderia ter sido um momento importante para a retomada da luta

contra o neoliberalismo, serviu exatamente para o oposto, desmoralizar e desmobilizar quem tinha lutado.

A tática “adequada” para o sindicalismo afirmativo-propositivo é a negociação. É a participação e pactuação em fóruns tripartites, como foram as participações no “Entendimento Nacional” de Collor em 1990, nas câmaras setoriais e na “negociação ampla” de Itamar em 1993/94, a participação na reforma da previdência de FHC em 1996, nos Conselhos do governo FHC e mais recentemente nos do governo Lula.

Até os atos e as mobilizações mudam de forma e de conteúdo. Frações da burguesia, insatisfeitas com aspectos específicos e pontuais do projeto neoliberal, passaram a ser consideradas como aliadas de luta durante o governo FHC. Foi assim nos acordos das câmaras setoriais automotivas, com a vigília com os empresários pela ética na política e etc. Não mais a mobilização autônoma e independente da classe trabalhadora para lutar por suas reivindicações e a criar possibilidade de romper com o capitalismo. A luta agora é pela implantação de um projeto de crescimento econômico com distribuição de renda. Projeto este que se apóia e compromete-se com frações burguesas, supostamente interessadas na soberania nacional.

A CUT do período neoliberal é assim apresentada por Boito JR

Abandonada a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental. Esse participacionismo é ativo. A CUT não o concebe como uma presença consultiva ou defensiva de seus delegados nos fóruns tripartites que reúnem empresários, sindicalistas e representantes governamentais em âmbito nacional ou setorial. Ela pretende apresentar propostas próprias para os temas discutidos em tais fóruns e fazer essas propostas – daí a expressão “sindicalismo propositivo”. O participacionismo ativo passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é,

que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites, pelos empresários e pelos governos neoliberais. O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessem tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo. (BOITO JR, 1999, 144)

A crítica à burguesia deixa de ter o conteúdo do antagonismo de classe, deixa de ser a incompatibilidade de interesses materiais entre patrões e trabalhadores. A nova correlação de forças na sociedade e no interior da CUT possibilita que as críticas fiquem limitadas em termos da incapacidade das elites em implantar um projeto capitalista “inclusivo” ou de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Segundo essa visão, *as elites que sempre dirigiram o país foram incapazes historicamente de desenvolver um projeto nacional que incluísse os trabalhadores e a maioria da população* (CUT, 1994, 11). Esta crítica é apresentada na discussão acerca da posição da CUT diante das eleições presidenciais de 1994. O outro lado desta moeda, é o apoio à candidatura que seria capaz de desenvolver esse projeto nacional inclusivo – a frente democrática popular. E mais, no caso de vitória desta frente a CUT deveria fazer a sua parte

Diante da crise do país, diante do neoliberalismo impõe-se o fortalecimento de uma frente democrática e popular que assegure a vitória popular nas eleições e também a governabilidade, o poder político e as condições para a implantação do programa de transformações do país, considerando as aspirações dos trabalhadores.

O país enfrenta graves e profundos problemas que não dependem apenas da vontade do governo federal para sua solução. [...] A CUT e o movimento sindical devem assumir sua parcela de responsabilidade, contribuindo na promoção das reformas estruturais necessária e na defesa de um projeto democrático e popular (IDEM).

O que efetivamente vem ocorrendo nos governos Lula.

Três anos mais tarde, nas resoluções do VI CONCURTO, realizado em São Paulo em 1997, a crítica fundamental era a forma subordinada que governo FHC e burguesia se inseriam no contexto da globalização e do neoliberalismo, caracterizada como “*resistência*” *subalterna das elites ao neoliberalismo* (CUT, 1997, 15,16)

a burguesia nacional tem somente colocado alguns condicionantes para se ajustar à nova ordem econômica, por meio da transferência dos prejuízos para o Estado e/ou da criação de mecanismos compensatórios para enfrentar a concorrência externa.

[...]

É preciso sublinhar, portanto, que o Plano Real não é mais um simples programa de estabilização de preços, mas um plano econômico que alia a estabilização a uma inserção subordinada da economia à globalização...

[...]

A submissão das elites à globalização reduziu drasticamente as oportunidades para que o parque produtivo fosse capaz de promover estratégias ativas de reestruturação e modernização com geração de emprego (IDEM, 1997, 15-19).

A resistência propositiva e disputa de hegemonia (idem,33) à política neoliberal, de uma forma não subordinada, se materializa na elaboração de um projeto alternativo que deve apontar a *perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda* (idem, 20). Este deve ser construído dentro do campo democrático e popular, hoje, finalmente, representado pelo governo Lula. Desta percepção depreende-se que a inserção subordinada do Brasil à nova divisão internacional do trabalho é uma questão meramente de “vontade” da “elite” . E, acreditam, sinceramente, que um novo bloco no poder (o deles), com vontade de não ser subordinado e submisso é suficiente para inserir o país na

divisão internacional do trabalho numa outra posição. Por isto, quando o espetáculo do crescimento prometido não acontecesse e quando as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento de 2007 são criticadas, Lula recomenda que é necessário ser otimista. Nesta perspectiva o tipo de inserção na divisão internacional do trabalho é uma questão volitiva e não objetiva de um sistema que sob o neoliberalismo tem exacerbado a tendência à concentração e centralização do capital e o distanciamento entre os países centrais e periféricos.

No governo Lula a adaptação da CUT dá um salto qualitativo. Esta atua como “parte integrante”, cedendo inclusive, no momento de crise desse governo, o seu presidente nacional para ser Ministro do Trabalho, defendendo a reforma da previdência, organizando a reforma sindical e não apoiando a greve dos servidores públicos federais no governo Lula, mas educadamente desejando BOA SORTE⁶⁹ para aqueles que estavam lutando.

Se a estratégia da CUT frente aos governos considerados de esquerda era

de apoiar as políticas que correspondam aos compromissos assumidos no processo eleitoral e resistir e lutar contra as políticas que não respeitem o projeto compartilhado.

[...]

[...]A decisão sobre as políticas governamentais [num governo de esquerda] deverá, então, considerar uma análise de cada política, de cada medida e as condições da luta de classes em cada momento com a compreensão mais ampla do processo histórico e das disputas centrais que definirão o rumo desse governo e do país (CUT, 2003,.10-15)

Com o governo Lula, a CUT passa a vislumbrar a possibilidade de superação do modelo econômico neoliberal, através da implantação do seu projeto de

⁶⁹ Episódio da greve dos servidores públicos 2004 em que o representante da CUT na assembléia da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense - ADUFF comunica que a CUT era contra essa greve e não a apoiaria, mas desejava Boa Sorte.

desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e inclusão social e a inserção internacional soberana. Assim, 8º. CONCURT avalia

A vitória de Lula abre um novo e promissor período na história política brasileira. [...] A estratégia de atuação no governo Lula, ..., não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores.

[...] Compreender que se abriu um novo momento na disputa de hegemonia com a burguesia e o imperialismo é essencial para não se perder em discussões menores.

[...]

A construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo implica a democratização da vida social e política, com o fortalecimento e criação de espaços de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas e Fóruns. Esses espaços possibilitam a explicitação de conflitos e da disputa com as elites dos setores da indústria, do comércio, do sistema financeiro, da agricultura, enfim, elites que historicamente resistiram à busca de um espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência.

[...] A participação e a representação de vários setores da sociedade em torno de uma mesa de negociações representarão mais um espaço para demonstrarmos que o ônus da crise sempre recai sobre os trabalhadores e o povo. (CUT, 2003, 10-15)

A CUT que em 2002 se empenhou na vitória do campo democrático popular, que, também, tem um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, com uma proposta de inserção no mercado internacional de forma não subordinada, agora deve empenhar-se para que o governo Lula implemente esse projeto, pois

Um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa dos direitos civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômico e socialmente pode possibilitar a democratização da sociedade e do Estado, combatendo o autoritarismo, os privilégios, o clientelismo e a corrupção. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato a extensão da cidadania a todos os brasileiros (sic CUT, 2003, 12)

Sem querer entrar na discussão de que não há referência à defesa dos direitos sociais, nem tampouco entrar na berlinda da transparência, do autoritarismo, do clientelismo e da corrupção, é sintomático a atual concepção cutista referir-se a “contrato social” e “mobilização cívica” para “inclusão” dos marginalizados na cidadania. É profundamente emblemático do grau de adaptação à ideologia neoliberal.

Ao mesmo tempo em que se firmou a tática da construção de um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, o sindicalismo afirmativo-propositivo, no V CONCUR, realizado em maio de 1994 em São Paulo, intensificou entre suas reivindicações a luta pela cidadania. Este Congresso votou concentrar a luta, para combater a fome e miséria, *no eixo da questão emprego/salário/cidadania* (CUT, 1994, 10). Mas não é qualquer cidadania, é a cidadania plena. Pois *o neoliberalismo busca impedir o surgimento da cidadania plena* (CUT, 1994,8). Assim um dos elos das estratégias da CUT para a ligar

o horizonte socialista e a nossa ação imediata são as reformas estruturais (econômicas, sociais e políticas) que a Central propõe. Essas reformas buscam resgatar o direito a cidadania pelas maiorias e sentar as bases para a nova sociedade: a conquista da soberania nacional, a reforma agrária, a democratização política, o controle social da economia, a universalização do direito à educação, seguridade social, moradia, emprego, o fim da oligopolização dos meios de comunicação (CUT, 1999,14, grifo nosso)

Como já vimos anteriormente, o “novo” liberalismo reapresenta a ideologia da cidadania para a realização da topologia ideal onde todos os homens livres, proprietários e competitivos são iguais: o mercado. Local onde estes indivíduos podem, agora, comprar e vender, inclusive, os antigos direitos agora convertidos em mercadorias para serem consumidas.

A CUT “radicaliza” esta idéia e propõe cidadania plena, sem qualificar o que venha a ser esta cidadania plena. Supomos que uma cidadania somente possa ser plena no sentido da igualdade política, social e econômica entre todos os homens. Esta igualdade só pode ser alcançada pelo fim das classes sociais, isto pressupõe ou a superação das relações de produção capitalista ou uma mistificação dessa igualdade através da negação do antagonismo de interesses entre as classes, da negação dos interesses classistas nesta sociedade e pela responsabilização individual pela própria existência (econômica e social).

Esta radicalização da cidadania na CUT inclui uma *proposta para uma política de cidadania* (CUT, 1997,42) que parte da caracterização de que o neoliberalismo atenta contra a cidadania na medida que reduz a rede de proteção do Estado, converte os direitos sociais em mercadorias e diminui a oferta de empregos, para chegar a conclusão que

É impossível falarmos de democracia se esses direitos sociais e fundamentais não estiverem garantidos a todos os segmentos sociais. Não podemos construir uma sociedade cidadã sem que haja um desenvolvimento econômico sustentável, subordinado aos interesses sociais.

[...] Acostumamos a enxergar o Estado como o único agente responsável pela definição e execução dessas políticas. Na perspectiva de um embate mais ideológico, Estado e mercado sempre surgiram como únicas alternativas de viabilização do bem estar social. No entanto, a dinâmica atual tem nos mostrado que outros atores sociais podem e devem contribuir nas definições, implementações, controle e eficácia das políticas públicas

[...]

A CUT deverá intensificar e priorizar sua luta por políticas sociais públicas [...] e nós trabalhadores e sociedade civil deveremos ter um controle de gestão e participação cada vez maior (IDEM, 43)

Do V CONCUR em diante todas as estratégias da CUT estarão sempre articuladas com a busca da cidadania. Organiza-se a Frente Social pela Cidadania, para

construir uma política de alianças com outros setores de sociedade de caráter mais permanente, no enfrentamento à política neoliberal, um sucesso dessa articulação com outros setores é a reforma construída com empresários sobre a política tributária (CUT, 1997²⁷). As políticas para emprego, geração de renda, educação, qualificação profissional, reforma agrária, mulher, negros, desenvolvimento sustentável, política agrícola, trabalho infantil etc tudo estará a serviço da busca dessa cidadania plena. A partir do VII CONCURT a própria central passa intitular-se CUT cidadã⁷⁰. Cidadania sempre procurada em companhia dos setores burgueses democráticos no espaço de sociedade civil, pois não é só o Estado ou o mercado que devem ser os responsáveis pela execução das políticas que conduzam à cidadania, bem aos moldes da sociedade civil da Terceira Via.

A proposta de *resgatar o direito à cidadania pelas maiorias*, induz uma falsa compreensão de que em algum momento da história a maioria já teve o direito à cidadania, ainda que não fosse plena. Essas assimilações revelam a ilusão de que um capitalismo industrial com um Estado de Bem Estar Social não iriam *impedir o surgimento da cidadania plena*, inclusive e principalmente para os países periféricos como o nosso.

A lógica implícita neste tipo de “disputa de hegemonia” é de assimilação da visão de mundo difundida pelo neoliberalismo da Terceira Via, acrescida do método afirmativo/propositivo que garante a desorganização da classe. Como se a melhor forma de combater o projeto político/ideológico hegemônico fosse assimilá-lo,

⁷⁰ A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolvendo-se a partir das resoluções do IV e V CONCURTs, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva para o neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores do “setor formal” da economia aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. (CUT, 2000, 21)

ressignificá-lo e/ou “radicalizá-lo” e difundi-lo para a classe, juntamente com setores burgueses democráticos interessados na soberania nacional. Um exemplo desta metodologia é a proposta de Reestruturação Produtiva com Desenvolvimento Econômico e Social (1994)

Devemos disputar as idéias de “qualidade e produtividade” partindo de uma perspectiva da qualidade de vida e trabalho para as maiorias e da distribuição dos frutos do aumento da eficiência do trabalho para o conjunto dos assalariados e da massa de excluídos (CUT, 1994, 16, grifo nosso)

ou ainda,

No que se refere à questão industrial, o principal objetivo deve ser o estímulo conjunto e articulado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à modernização produtiva, compatibilizando as necessidades da reestruturação em novas bases com uma significativa redução das desigualdades regionais e de renda. Com isso, busca-se a incorporação dos trabalhadores e da massa de excluídos à condição plena de produtores, consumidores e cidadãos.

Para isso é preciso elevar os níveis de produtividade, mas com base nos investimentos, principalmente públicos [...] e, principalmente, estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial – a exemplo do que hoje esta pautado nas experiências das Câmaras Setoriais, do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), do programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Conselho Nacional de Informática (Conin) (CUT, 1994, 16 e 17, grifos nossos)

Não há crítica ao fato da elevação da produtividade ser uma necessidade intrínseca ao capital, não há questionamento de que o aumento da produtividade implica em um aumento relativo do tempo de trabalho excedente, especialmente pela redução do tempo de trabalho necessário, nem tão pouco que as mudanças recentes no

processo de trabalho tem como objetivo esta diminuição do tempo de trabalho necessário, ou seja, o aumento da extração de mais-valia-relativa. Esse tipo de disputa poderia ser, ironicamente, sintetizada na seguinte conclusão: os trabalhadores só têm a ganhar com o aumento a exploração.

A produtividade é uma necessidade da burguesia e do capital. À classe trabalhadora interessa discutir o planejamento da produção e do padrão de consumo sob a ótica das necessidades humanas e possibilidades da natureza. Isto quando se tem a perspectiva de superar a exploração do homem e da natureza por uma pequena fração dos homens. Segundo nosso ponto de vista, é nesta perspectiva que reside a possibilidade de que toda a humanidade possa ter acesso aos bens necessários para a sua sobrevivência, bens que garantam tanto a sobrevivência material (animal) do homem quanto a superação *da ignorância, de embrutecimento e de degradação moral*⁷¹ e cultural a que estamos submetidos pelo capital. É somente a partir da inversão do ângulo da discussão que podemos realmente disputar a hegemonia a partir de um projeto contra-hegemônico.

A burguesia propõe qualidade e produtividade, crescimento econômico sustentável, participação nos fóruns tripartites, responsabilidade social, cidadania, inclusão social etc. A CUT não pode assumir uma postura negativa/reactiva. O método é assimilar a proposta, acrescentar um adjetivo que lhe de uma aparente radicalidade e assumi-la como política da CUT.

São propostas que pretendem girar para trás a roda da história, num eterno círculo vicioso que só aprofunda a miséria humana e a barbárie, seja ela econômica, moral, ética, cultural, corporal etc. O neoliberalismo propõe o retorno dos princípios

⁷¹ MARX E ENGELS, socialismo Utopico

políticos e econômicos do liberalismo clássico para recriar um “novo” do período de “capitalismo concorrencial”, aquele que gerou a crise dos anos 30 e duas guerras mundiais. A Terceira Via refina política e ideologicamente este projeto, critica o Estado e o mercado e apresenta a sociedade civil enquanto arena para buscar do bem comum e, junto com isto, ressuscita a figura do cidadão em oposição às classes sociais e a luta pela cidadania em substituição à luta pelo socialismo. A CUT assume essa perspectiva e propõe reeditar os mesmos mecanismos utilizados para solucionar a crise dos anos 1930, que segundo o neoliberalismo levou à crise dos anos 1970, para enfrentar os efeitos mais do que perversos do neoliberalismo na década de 1990, com a “vantagem” da classe trabalhadora não precisar se mobilizar fazendo revoluções, greves, mobilizações etc, como fora no período que antecedeu o Estado de Bem Estar Social e a divisão do mundo entre países socialista e capitalistas. Tudo será negociado nos organismos tripartites.

É bem verdade que em nenhum Congresso o horizonte de uma sociedade socialista foi abandonado. Tão pouco se deixou de aprovar resoluções que falassem da importância da luta de classes e da necessidade da mobilização sindical. Entretanto, também é verdade, que o socialismo ficou relegado ao inatingível horizonte e a participação dos dirigentes nos espaços tripartites ocupou-os muito mais do que a mobilização da classe, que ademais esta não está na sua melhor “forma” para lutar. O salto qualitativo no grau de adaptação da CUT às estratégias neoliberais, durante o governo Lula, tem levado uma série de sindicatos se desfilarem da Central Única dos Trabalhadores.

Diante desta nova fase da Central Única dos Trabalhadores quais foram as propostas da Política Nacional Formação? Como ficou a formação de seus dirigentes? Como

qualificar os dirigentes para os novos desafios da estratégia de um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, da tática afirmativa/propositiva, da participação nos organismos tripartites e da atuação na “sociedade civil”? Foram estas questões que moveram as reflexões do próximo item.

3.3 Qual é a PNF para enfrentar o neoliberalismo?

Desde o princípio a Política Nacional de Formação tem como referência para suas atividades as Resoluções dos Congressos. Tão profundas modificações na estratégia e tática geral da CUT não poderiam estar dissociadas de profundas modificações políticas e organizativas na PNF. O Plano Nacional de Formação de 1993, já reflete a incorporação da estratégia definida no IV CONCUR e chama a atenção para a necessidade de enfrentar *os desafios que estão colocados para a consolidação definitiva da CUT como instrumento estratégico de defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da cidadania* (CUT, 1993b, 2).

O programa que mais coerentemente sistematizou a passagem do sindicalismo reativo/reivindicativo para o afirmativo/propositivo foi o CEPS - Concepção, Estrutura e Prática Sindical pois, como já dissemos anteriormente e o próprio nome revela, tratava de questões vinculadas aos princípios da concepção cutista, às diretrizes políticas e à estrutura sindical. Na PNF de 1994 a introdução deste programa é assim apresentada

foi através das lutas e mobilizações contra as políticas de arrocho salarial e desemprego nos anos 80 que a CUT conquistou a confiabilidade de outros sujeitos sociais, constituindo-se em uma das principais forças no embate contra projetos conservadores no campo sindical e institucional. No entanto, as práticas reativas e

reivindicativas que representaram um avanço na estratégia da Central nos anos 80 não são mais suficientes para o embate contra os representantes do capital nos anos 90.

[...]

é nesse contexto que se encontram os desafios para a implantação de um projeto sindical que extrapole a cultura economicista da ação sindical vigente, apontando para uma prática que combine ações mobilizadoras nos campos sindical e institucional, tendo como um de seus principais eixos o pleno direito do exercício da cidadania.

[...]

o enfrentamento efetivo destas questões passa pela formulação de uma estratégia sindical que favoreça uma linha de atuação afirmativa e propositiva, tanto no âmbito das relações capital e trabalho, como no das relações entre Estado e sociedade civil. (CUT, 1994 b, 15-16).

Por ocasião do V CONCUR, depois de estar à frente da Secretaria de Formação por três gestões seguidas, Jorge Lorenzetti foi substituído por Mônica Valente, psicóloga e funcionária pública do Governo do Estado de São Paulo.

Os debates promovidos desde o final de 1993 no 7º. Enafor até no 9º. Encontro Nacional da Formação, em dezembro de 1994, subsidiaram a elaboração de uma nova estratégia formativa para a Política Nacional de Formação, que se adequasse às mudanças que estavam ocorrendo nas estratégias gerais da CUT.

A organização da PNF em programas passou por um processo de críticas que identificava o isolamento dos programas como um obstáculo para uma formação integrada, unificada e descentralizada. Segundo Veras

os programas, ao serem concebidos como planos de formação diferenciados; ao serem estruturados com dinâmicas próprias de funcionamento, submetidos a uma coordenação e uma estratégia de implantação próprias; e tendo se tornado o principal elemento estruturante dos planos de atividades (inicialmente concebidos como dos agentes); provocou situações de estagnação das atividades formativas nos vários níveis (VERAS. S/d, apud CUT, 1997a, 187).

O 8º. Enafor apresentou as seguintes críticas à estruturação das atividades na forma de programas:

- ter priorizado o enfoque a partir dos temas e não dos públicos a serem atingidos,
- dificuldades de trabalhar os programas nacionais nos diversos âmbitos da estrutura sindical cutista,
- dificuldade de integrar formação e organização do cotidiano,
- ausência de instrumentos adequados para detectar as demandas de formação do sindicalismo cutista,
- dificuldade de integração dos programas para uma formação mais global, politêmica (CUT, 1995, 29)

As propostas concebidas para superação destes problemas foram a organização de Núcleos Temáticos e a necessidade de inverter a lógica da estratégia anterior de oferecer um programa para um público alvo. A partir de então *os planos foram elaborados num processo de mediação entre os sujeitos políticos da estrutura cutista (CUTs estaduais, estrutura vertical, sindicatos) e os agentes da Política Nacional de Formação (Escolas, programas, SEFs, SNF, etc) (idem)* Dessa forma pretendem articular as demandas desses sujeitos com a capacidade da PNF de respondê-las.

Núcleos Temáticos - NT foram concebidos como espaços de pesquisa, estudo, de recriação do saber, de reflexão e capacitação críticas que propõem potencializar a especialização temática e aprofundar o conhecimento

se organizam a partir de eixos temáticos-problemáticos relacionados com o projeto da CUT e sua Política Nacional de Formação. Se definem por recorte de temas (em torno dos quais orbitam, por afinidade, vários sub-itens) que de algum modo se constituem, para os sujeitos políticos da CUT e da PNF, como questões, problemas, nós críticos, enfim com desafios suscitados no próprio cotidiano da prática sindical cutista (Idem, 37)

e tem por finalidade

- sistematizar e aprofundar conteúdos através de pesquisas, debates, reflexões, com vistas a capacitação e assessoria à organização e ação sindical da CUT;
- contribuir na elaboração e implantação da estratégia formativa dos diversos sujeitos políticos constitutivos da CUT (sindicatos, instâncias horizontais e verticais), sem, no entanto, substituí-los nessa formulação estratégica;
- subsidiar o desenvolvimento (elaboração, execução e avaliação) das atividades formativas propostas pelos sujeitos políticos cutistas e executadas pelos agentes da PNF

Do ponto de vista organizativo, a implantação dessa nova estratégia da PNF, exigiu a construção de uma Rede Nacional de Formação. Esta foi formada pelos Coletivos de Formação regionais, estaduais e micro-regionais, pelas Secretarias Estaduais de Formação, pela Secretarias Nacionais de Formação da Estrutura Vertical e pelas Escolas. Sendo que as SEFs assumiram, nessa rede, a função de fazer a interlocução entre a PNF em seus estados e os sindicatos e as Escolas sindicais deveriam se consolidar enquanto espaços de articulação, elaboração e sistematização da PNF e de fortalecimento da própria rede.

Em 1995, os Núcleos Temáticos – NT se estruturam em torno dos seguintes eixos-temáticos

- Gestão Sindical;
- Educação do Trabalhador;
- Transformações no mundo do trabalho;
- Organização sindical cutista e OLT;
- Sistema democrático de relações e trabalho/negociação coletiva;
- Integração econômica internacional e regional (Mercosul);
- Sindicato, Estado e sociedade;

- Relações sociais de gênero

Para que não passe despercebido, é importante salientar que os Núcleos Temáticos não são espaços de execução de atividades formativas, como bem afirmou o Relatório da 1ª. Reunião das Coordenações dos Núcleos Temáticos: *os núcleos temáticos são fundamentalmente, espaços de estudo, elaboração, pesquisa e sistematização do conhecimento e não de execução de atividades formativas* (CUT, 1995, 46 grifo nosso)

Como se articulariam a estratégia afirmativa/propositiva do novo período da CUT e essas novas estratégias da Política Nacional de Formação? Os Núcleos Temáticos deveriam se constituir como espaços potenciais para a construção de propostas, na medida em que seriam fundamentalmente espaços de estudo, pesquisa e elaboração. Ao mesmo tempo se estimulava a participação e parceria dos sujeitos políticos da CUT na PNF, delegando aos sindicatos, estruturas verticais e CUTs Estaduais a iniciativa da demanda de formação. A rede nacional de formação funcionaria como o veículo de difusão das elaborações dos NT juntos aos sujeitos políticos.

A combinação da criação dos Núcleos Temáticos com a inversão da origem da demanda de formação - são os sujeitos políticos da CUT que solicitam para os agentes da formação as atividades - reforçou uma tendência que já vinha se desenhando no interior da CUT desde de 1987, que é uma maior pressão das questões e temas cotidianos imediatos e uma atrofia dos temas e questões mais estratégicas, históricas, ou seja, o reforço de uma formação que Tumolo (1999) identifica como *instrumental*. Além do mais, a nova estratégia tende a gerar mais fragmentação no processo de formação posto que sujeitos políticos diferentes, de regiões diferentes, com composição política diferentes tendem a apresentar

demandas diferentes. O que em si não se constitui um problema, ao contrário poderia ser uma virtude. Entretanto uma política desse porte exigiria uma grande equipe com forte consolidação e experiência em pesquisa, além de coesão política nos NT para poder responder a essas demandas e, principalmente, construir uma identidade político-ideológica para a PNF.

A relação de atividades da PNF de 1996 apenas no âmbito nacional apresentou 14 diferentes temas:

- Debates da Proposta Sindicato Orgânico
- Organização Sindical dos Servidores Públicos e Sindicato Orgânico
- Flexibilização da Legislação Trabalhista
- Formação de Formadores – Saúde, Trabalho e Meio Ambiente
- Formação de Conselheiros da CUT na Área de Seguridade Social
- Discriminação Racial
- Finanças da CUT
- Autogestão
- Formação Básica em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente
- Reestruturação Produtiva
- Rede Unitrabalho
- A Política Internacional da CUT e a Globalização
- Políticas de Formação Profissional

- Avaliação e Planejamento da Formação em Saúde Trabalho e Meio Ambiente

Esta diversificação de atividades se reproduziu também nas demandas dos sujeitos políticos regionais (ANEXO VIII). Um olhar mais atento poderá verificar que grande parte das demandas foram as atividades dos programas da PNF anterior a mudança de estratégia. Produzindo, na realidade, um plano híbrido, no meio do caminho entre a antiga e a nova estratégia de formação.

Nesse mesmo período junto às Estruturas Verticais iniciaram-se projetos de pesquisa e formação sindical, programas de capacitação de dirigentes, além da formação profissional. Entre os projetos de pesquisa estavam: 1. Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos anos 90, iniciado em 1996, financiado pela CUT e Financiadora Nacional de Estudos e Pesquisa –FINEP, *esta pesquisa envolve[u] a montagem de banco de dados, elaboração de diagnósticos analíticos gerais e setoriais e a formulação de propostas alternativas*(CUT, 1996,17); 2. Ação e Organização Sindical e Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural. Também iniciado em 1996, este projeto envolveu *as Escolas Sindicais da CUT em atividades de pesquisa e formação, e uma rede de ONGs [Icco, FNV, LO-TCO e Solidariedad (CUT,1998,19)] conveniadas para atividades de pesquisa* (idem, 18), foi coordenado pela CUT e CONTAG, tendo por objetivos *contribuir para a inserção da CUT no meio rural, para a contínua e necessária democratização e fortalecimento das organizações sindicais rurais e, por fim, para aumento da capacidade de influência dos trabalhadores rurais na transformação da atual realidade agrícola e agrária brasileira* (IBIDEM).

Da mesma época é o Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores – PCDA, desenvolvido juntamente com a CGT, Força Sindical e Dieese, as principais fontes financiadoras foram o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Trabalho, secundariamente o movimento sindical (através de uma taxa cobrada de cada participante)

tem como objetivo principal a preparação do Movimento Sindical para uma intervenção qualificada no processo de reestruturação produtiva. Desde 1996 ele se constituiu num dos projetos estratégicos do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, que se desenvolve no âmbito do governo federal (CUT, 1998, 21)

Por ocasião do VI CONCURT, em 1997, Altemir Tortelli oriundo do setor de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul substituiu Mônica Valente na direção da Secretaria Nacional de Formação.

O PNF de 1998 teve como eixos temáticos norteadores das estratégias formativas: Trabalho, Educação e Desenvolvimento. Este incluiu, além dos projetos já citados, o Projeto Saúde no Trabalho, desenvolvido pela SNF e o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador⁷² tendo como público alvo dirigentes, cipeiros e trabalhadores cutistas, visando potencializar sua intervenção *nos locais de trabalho e em todos os fóruns e negociações sobre saúde, segurança e meio ambiente* (CUT, 1998,25)

Entretanto o projeto mais “inovador” da PNF de 1998 foi o Projeto Formação Integral, resultado de um convênio da CUT com o Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Formação – SEFOR. Seu objetivo foi o *desenvolvimento de*

⁷² Órgão de assessoria técnica e política da CUT para a área da saúde, condições de trabalho e meio ambiente. Foi criado a partir de um convênio de cooperação entre a CUT e a Confederazione Generale Del Lavoro – CGIL da Itália.

*metodologias para a educação profissional no Brasil (CUT, 1998,26)*⁷³. Foi financiado com recursos do FAT, R\$ 3 milhões para 1999, e coordenado pela SNF e pela Rede de Formação da CUT. Constituído de três programas distintos, que se pretendiam articulados entre si. Um programa destinou-se *a articular as ações e projetos desenvolvidos pelas estruturas verticais e horizontais da CUT no campo da requalificação profissional, articulados a uma política pública de empregos*. Outro programa – Formação de Formadores – teve por objetivo formar mil formadores para Formação Profissional em todo país. E o terceiro programa – Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego cuja meta foi formar dois mil conselheiros.

O objetivo da CUT com este projeto foi

- participar e contribuir com o debate sobre a constituição de um sistema público de emprego e de formação profissional, vinculado ao sistema público de Educação;
- partindo das experiências desenvolvidas no âmbito da CUT contribuir para a formulação de propostas de formação profissional e de alternativas de geração de emprego e renda;
- articular as ações sindicais no campo da formação profissional, orientando a atuação dos cutistas frente às políticas e iniciativas públicas e frente aos projetos de requalificação profissional desenvolvidas pelas estruturas verticais e horizontais

Foi este projeto que abriu as portas para o financiamento das atividades de formação da SNF através dos recursos do FAT.

Este plano também apresentou três iniciativas de cooperação e intercâmbio da PNF com organismos internacionais para aquele ano: 1. Escola Temática-Metodológica (EMT/ORIT) – uma tentativa de institucionalizar uma estratégia de

⁷³ Neste trabalho não nos dedicamos ao estudo dessas novas metodologias, entretanto consideramos esta questão como um possível desdobramento desta pesquisa.

formação sindical da CIOSL/ORIT (Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores) no Continente Americano, com a participação de Centrais Sindicais do Cone Sul (afiliadas ou não a CIOSL), da Região Andina, da América Central e da América do Norte. O objetivo foi fortalecer e consolidar o Encontro Continental de Formação Sindical - espaço de formulação e definição de políticas e os Coletivos Regionais e Coletivos Nacionais de Formação – responsáveis pela implementação e avaliação do plano de formação no âmbito regional e nacional, respectivamente. A CUT *tem se colocado como importante referencial para os debates sobre estratégia formativa na ETM (CUT, 1998,31)*, participa da Coordenação da Escola e em Núcleos Temáticos. 2. AFL-CIO – central sindical americana com a qual a CUT busca desenvolver iniciativas de cooperação desde 1997, com o objetivo de *estabelecer uma política permanente e qualificada de intercâmbio de cooperação na área da formação sindical(idem)*. 3. DGB – em cooperação com o ILDES/FES e as Academias Lutheranas Alemãs promoveu, em 1998, atividade de intercâmbio entre Brasil, África do Sul e Alemanha sobre “Globalização e Formação Sindical”, *com visitas em fábricas, comissões de fábricas e escolas sindicais em diferentes cidades alemãs e Encontro de Nacional de grupos de solidariedade (idem)*.

Passados os quatro primeiros anos do início da nova estratégia, o documento Avaliação e Prioridades da Política Nacional de Formação da CUT para 98 (CUT, 1998, 55-61) apresenta um denso quadro das dificuldades de implantação da “nova” estratégia de formação. Entre as dificuldades destaca que

A PNF tem atingido uma grande faixa de dirigentes, assessores e militantes de nível intermediário. Porém não tem conseguido envolver, de modo mais efetivo, os militantes e ativistas de base, de um lado, e os dirigentes e assessores que atuam nas entidades e instâncias nacionais da CUT de outro.

De outro modo, a PNF carece de uma inserção mais abrangente, melhor articulada e elaborada, tanto no sentido de uma formação que atenda aos dirigentes nacionais – que acompanhe/contribua com o debate estratégico da Central, como no sentido de uma formação mais próxima da base – nem por isso menos estratégica, e que contribua com o revigoramento da base de sustentação da proposta sindical cutista.(CUT, 1998, 56)

Esta avaliação indica que a estratégia pensada para superar as dificuldades de envolver diversos níveis da estrutura sindical cutista nos processos formativos não reverteu a dinâmica de concentrar a formação na faixa intermediária dos dirigentes. Tampouco os NT conseguiram se estruturar e cumprir seus objetivos, posto que segundo o mesmo documento os NTs Nacionais

apesar de estarem demonstrando o quanto podem ser importantes para a reflexão, sistematização e socialização de acúmulos em temas estratégicos para a Central e PNF, ainda não conseguiram adquirir uma dinâmica de funcionamento mais estável. Não se encontram consolidados como parte integrante do projeto da Rede Nacional de Formação. Em certos casos, a atuação dos NT cria ambigüidade de funções com espaços de outras Políticas da Central, mesmo havendo uma definição de que o trabalho do NT está centrado na perspectiva da formação. Por outro lado, algumas experiências que estão ocorrendo em outros espaços vêm cumprindo em certa medida funções previstas para os NTs, como por exemplo a experiência da CNM do processo formativo em reestruturação produtiva, que atualmente envolve 3 escolas da Rede.

[...] há necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a estratégia de constituição dos NTs, não se limitando a uma revisão dos recortes temáticos. (CUT, 1998, 56)

A avaliação sobre a Rede Nacional de Formação assinala um *processo diferenciado de construção desta Rede nas regiões, bem como uma crescente distância entre as escolas(idem,57)*, isto é atribuído às especificidades regionais, ao resultado de investimentos diferenciado por parte da CUT/SNF, a falta de uma política de solidariedade (especialmente entre as Escolas). Foi constatado também um desenvolvimento diferenciado dos Coletivos de Formação, com uma sugestão de

que estes deveriam ser avaliados *de modo mais detido(idem)*. O destaque positivo é para iniciativa de constituição do Coletivo Nacional de Formação dos Ramos, possivelmente por que os Projetos Nacionais, realizados junto às Estruturas Verticais, favoreceram esta constituição.

Além destas dificuldades a avaliação indica que o sucesso dessa Rede

depende da capacidade de articulação por parte do núcleo nacional da PNF. Fica cada vez mais evidente que alguém precisa desempenhar o papel de “liga” nesse processo, ajudando a integrar uma Rede que, por princípio, se pretende descentralizada.

[...] vem crescendo a discrepância entre o volume e complexidade das atribuições da SNF e sua real capacidade de cumprir um papel central na gestão nacional da PNF, bem como no atendimento das demandas formativas das direções nacionais da CUT e das estruturas verticais (tendo em conta o reduzido tamanho de sua equipe)

[...] Conafor e Enafor, não tem conseguido garantir um maior compromisso e envolvimento dos agentes da Rede, particularmente das Escolas com a gestão nacional da PNF.(idem)

O documento de avaliação considera que entre os avanços mais importantes esta a própria construção da Rede de Formação, onde *o processo de formação de formadores tem sido fundamental(idem, 58)*, a efetiva descentralização das práticas, a prática sistemática da formação, a produção de recursos pedagógicos, a razoável articulação com outras políticas, auto-sustenção das atividades estaduais e micro-regionais, a dinamização da Rede onde os NT se estruturam, o envolvimento das SEFs e o cumprimento do calendário

Quanto ao financiamento da PNF apresenta que apesar da diversificação de experiências de auto-sustentação esta é insuficiente, tem debilidade gerencial, ainda não estabeleceu uma prática solidária mútua entre os agentes da Rede, as ações e estruturas nacionais e regionais ainda dependem de recursos externos e indica que o *acesso a recursos públicos vem se colocando como uma alternativa, mas ao mesmo*

tempo coloca problemas políticos a serem melhor equacionados (não há ainda uma política nacionalmente articulada de utilização desses recursos, em particular do FAT)(idem, 59).

De conjunto esta avaliação leva a conclusão de uma certa crise com a nova estratégia.

Essas avaliações foram a base para a definição da PNF de 1998, mas, também, se prestaram para realizar um “ajuste” nas estratégias da Política Nacional de Formação, apresentado no documento Diretrizes e Estratégia da Política Nacional de Formação 1999/2000⁷⁴ (CUT, 1999), produzido pelo 13º. ENAFOR, realizado em dezembro de 1998 na cidade de Natal, cuja pauta foi

- Modelo de desenvolvimento, reformas trabalhista e sindicalismo;
- Educação, qualificação profissional e o papel dos sindicatos;
- Estratégias da CUT para o próximo período;
- Avaliação da Política de Formação em 98 nas Regiões;
- Estratégia formativa: objetivos e eixos temáticos para 99/2000
- Núcleos Temáticos Nacionais
- Projetos na PNF
- Agentes e públicos da formação;
- Organização, gestão e financiamento da PNF. (CUT, 1999, 4/5)

Uma análise atenta, apenas, da organização da pauta, já, permite apreender os elos entre a caracterização da conjuntura, as políticas gerais da CUT e da PNF. Podem ser assim resumidos, seguindo os argumentos e seqüência apresentada no próprio documento de síntese do Encontro: aprofundamento da exclusão social, resultante do processo de reestruturação produtiva e da implantação do “Estado-mínimo” →

⁷⁴ A partir de 1999 periodicidade das PNFs foram mudadas inicialmente para 2 anos e posteriormente de 3 anos. O que correspondeu a uma PNF para o biênio 1999/2000 e outra para o triênio 2001/2003.

desemprego, trabalho temporário e informalidade ganham mais ênfase na agenda sindical → futuro da sociedade do trabalho incerto e crise paradigmática do sindicalismo contemporâneo, em sua relação com as novas formas de organização dos trabalhadores, com o Estado, com a sociedade, com a disputa de hegemonia e a construção de alternativas aos ideários neoliberais vigentes → em contraposição às políticas neoliberais e para a inclusão social, a construção de alternativas no campo da geração de emprego, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, oriundas da economia solidária: cooperativas, associações e autogestão de empresas, entre outras → nesse contexto o debate sobre o papel da educação torna-se relevante → importância das experiências realizadas pela CUT no âmbito da qualificação e requalificação profissional pelas reflexões da experiência em si, do papel do movimento sindical cutista nesta experiência e pela possibilidade da integração entre a educação integral dos trabalhadores e a ação sindical (CUT, 1998 7-9).

Coincidentemente propostas muito próximas das políticas do neoliberalismo que, apoiadas numa reedição da teoria do capital humano, criaram o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR durante o governo FHC e a liberaram vultuosos recursos do FAT para a qualificação profissional e para a intermediação de empregos, inclusive para a CUT.

A proposta da SNF foi inserir a discussão da formação sindical desenvolvida pela CUT no âmbito mais amplo da educação

A Formação deve ser recolocada (situada) no campo da Educação. Ou seja, é preciso reconhecer a Formação da PNF como práticas sociais de Educação que, embora específicas, estão contidas na problemática maior deste campo. Afinal, não é a toa que os problemas colocados para a formação (guardadas as devida dimensões) são os mesmos sobre os quais se debruçam aqueles que discutem a Educação

Brasileira (atendimento a quais demandas, formação de educadores, diversidade regional, financiamento, educação e desenvolvimento, só para citar alguns) (CUT,1999,11)

Não é identificada nenhuma diferença entre *aqueles que discutem a Educação Brasileira*, nem entre progressistas e conservadores, ou neoliberais e esquerda, muito menos entre burguesia e trabalhadores, afinal também os educadores e educandos são todos cidadãos. Nesse aspecto a discussão reflete por um lado o grau de isolamento dos setores preocupados com a transformação radical da sociedade e por outro a gigantesca onda de cooptação dos educadores para a visão de mundo, muito difundida, de que “Educação é Tudo”, é, ao mesmo tempo, a raiz de todos os problemas sociais e a única possibilidade de solucioná-los.

Quanto aos Projetos em desenvolvimento no âmbito da PNF, as diretrizes, apontam para necessidade de *diferenciar qualitativamente cada Projeto, na medida em que possuem estratégia, objetivos, públicos e produtos próprios, logo com impactos diferentes na Rede*(idem, 15). Sendo o Projeto Integral considerado o mais articulado com a PNF, com grande impacto tanto na estratégia formativa quanto na gestão da rede. O desenvolvimento de projetos favoreceu a parceria com outras entidades como: Unitrabalho, DIEESE e CESIT. Mas, alerta para a necessidade critérios para a seleção e aprovação de novos Projetos.

Quanto ao NTs propõe a manutenção dos 8 Núcleos Nacionais para se fazer uma avaliação mais profunda e viabilizar os ajustes necessários após o biênio 1999/2000. No que diz respeito à Rede de Formação constata *que parte significativa dos investimentos no âmbito nacional tem sido dado às Escolas, em detrimento da SEFs, [...] em função disso, as Escolas têm cumprido o papel de formular políticas para a PNF, enquanto as SEFs continuam com um papel de “agenciadores” do*

Plano de Formação. Sendo por isso necessário pensar mecanismos de fortalecimento dos diversos agentes e repensar sua representação.

Sobre o financiamento das PNF mantém-se o quadro de dependência de financiamento externo, seja da cooperação internacional ou dos projetos nacionais, assim com se mantém a preocupação e recomendações para superá-la.

No 13º. ENAFOR, também, foi concebida a Conferência da PNF com um *espaço de aprofundamento temático, de interlocução com outros atores sociais que desenvolvam experiências no campo da educação, particularmente da educação popular junto a jovens de adultos* (CUT,1998, 26), assim como é definida a data de sua primeira realização entre os dias 16 a 19 de novembro de 1999.

O corte de verbas do Fat para o Planfor/99, assim como a necessidade de firmar um único convênio entre a CUT e o MTE/Sefor (CUT, 1999 a, 173) levou à integração de 7 programas⁷⁵ no Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil, por esta razão o Plano Nacional de Formação de 1999 apresenta somente dois Projetos Nacionais, aquele e a continuidade do Programa de Formação Integral.

No âmbito nacional o Plano Nacional de Formação foi organizado a partir de quatro eixos temáticos: Desenvolvimento e Democracia, Trabalho e Projeto Sindical, Educação e Trabalho e Gestão da Política Nacional de Formação, os três primeiros eixos procuram, a partir de suas especificidades, contribuir com a elaboração de propostas para um projeto de

⁷⁵ 1. Programa Integração – SNF, 2. Programa Integrar – CNM, 3. Programa Integral, 4. Programa Nacional de Formação Profissional para Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 5. Programa Regional Sul – Escola Sul, 6. Programa Regional Vento Norte – Escola Chico Mendes e 7. Programa Regional Nordeste –Escola Nordeste

desenvolvimento solidário e sustentável [ou] de desenvolvimento econômicos e social [...] que garanta a democratização das relações de trabalho, a geração de emprego e maior distribuição de renda, tendo em vista o fortalecimento da cidadania e da democracia[...], tendo como horizonte a superação do quadro atual de exclusão social.(CUT, 1999 a,15-19)

Para se ter uma idéia do que significou a mudança de estratégia da PNF deste período e o acesso aos recursos do FAT, apenas, para o ano de 1999, somente no âmbito nacional, foram previstas 37 diferentes atividades (Seminários, oficinas, reuniões, visitas a Escolas, cursos) entre estas a organização da 1ª. Conferência Nacional de Formação, além do acompanhamento dos Projetos Nacionais e do intercâmbio e cooperação internacionais. A publicação do Plano Nacional de Formação de 1999 tem 175 páginas, destinadas a apresentação dos Planos Regionais e Nacional de Formação e às atividades dos NTs.

A 1ª. Conferência Nacional de Formação foi realizada em novembro de 1999 em Belo Horizonte seu tema foi “A Educação do Trabalhador na Construção da Cidadania”, teve como objetivo refletir sobre os desafios colocados para a CUT *diante das transformações no mundo do trabalho e na redefinição do papel do Estado. Mais que isto, precisamos refletir sobre o papel da Formação da CUT diante da discussão sobre Educação mais geral e Formação Profissional (CUT, 1999 b,5).*

Esta Conferência foi precedida da retomada da publicação da revista da Secretaria Nacional de Formação - Forma e Conteúdo, paralisada desde 1994. Foram publicadas, em outubro de 1999, a revista no. 7 e uma Edição Especial, ambas dedicadas à preparação da Conferência.

A Edição Especial intitulada “Quem Luta Também Educa” se destina especialmente a apresentar os programas desenvolvidos pela CUT, no âmbito da qualificação profissional

Os programas de qualificação profissional da CUT – Integração, Integrar, Integral, Regionais Sul, Nordeste Norte e CONTAG – atribuem importância estratégica à assimilação de conhecimentos pelos trabalhadores, pelo que isso pode significar para a conquista e a preservação de emprego num momento de mudanças na estrutura produtiva, e para a promoção de sua cidadania. Mas a visão da CUT é que a formação e a qualificação profissional não podem, sozinhas, resolver o problema do desemprego. Sua contribuição pode ser muito grande, no entanto, desde que ambas sejam implementadas paralelamente a um processo de retomada do desenvolvimento econômico (CUT, 1999 c,3)

Esta linha política mais geral orienta, também, a entrevista dada por Vicentinho à Revista, que argumenta, quando questionado sobre importância da qualificação profissional para ajudar na solução do desemprego,

A qualificação profissional é cada vez mais importante e atual no Brasil de hoje. Embora não devamos nos iludir, por que sem uma luta nacional pelo emprego, que a CUT tem tentado desenvolver, não chegaremos a lugar nenhum. Se a política econômica não for mudada, não vai haver emprego para as pessoas. Por isso, não podemos descarregar todas as nossas energias, toda nossa expectativa, apenas na qualificação profissional, pois ela pode ajudar, mas sozinha não vai resolver o problema. Há uma orientação para nossos formadores para que, na atividade de qualificação, eles invistam também na formação da cidadania e no conhecimento do nosso país. Essas noções de cidadania devem ser construídas para que as pessoas tenham de fato compreensão sobre a conjuntura político-econômica em que vivemos (idem, 6).

Quanto à diferença entre a proposta de qualificação da CUT e as das outras centrais, Vicentinho, apresenta as novas metodologias, *mais adequadas para os trabalhadores[...] É por isso que nossos programas [...]procuram ir além do*

treinamento. Nosso objetivo é aumentar a escolaridade do trabalhador, a exemplo do que já fazemos com o Programa Integrar, desenvolvido pelos metalúrgicos da CUT.(idem). É a mesma opinião do secretário nacional de formação, Altemir Tortelli, acrescida do argumento de que a CUT não pretende substituir o sistema regular de ensino, mas apresentar à sociedade propostas alternativas ao modelo existente, que possibilitem a disputa na sociedade para a educação que os trabalhadores reivindicam (idem, 17), nesse mesmo sentido, a 9ª. Plenária Nacional da CUT, em agosto de 1999, posicionou-se que a formação profissional tem que estar integrada à educação básica de qualidade [...]com a formação permanente dos profissionais da educação, seu reconhecimento social e remuneração digna (CUT, 2002, 79).

A justificativa central, desses dirigentes, para desenvolvimento dos programas de qualificação e requalificação profissional é o desenvolvimento de novas metodologias, porém, objetivamente, ao assumir a responsabilidade pela escolarização e certificação, a exemplo do que faz o programa Integrar, a CUT substitui parcialmente o sistema regular, e envolve-se com ilusão difundida de que estes pequenos cursos de qualificação e requalificação podem garantir a empregabilidade. Logo muito dificilmente podem fazer disputa de hegemonia.

Mas o ponto simbólico da entrevista do então presidente nacional da CUT, Vicentinho, era a estratégia pessoal para que todos os seus filhos se formassem: *chegamos [a família] a um acordo entre todos nós. A partir de agora, vamos retirar 20% dos nossos salários, por mês, e fazer uma poupança para que tenhamos condições de pagar os estudos de todos nós(idem, 9).* Em nenhum momento da entrevista o então presidente nacional da CUT, que na ocasião cursava o primeiro

ano da Faculdade de Direito numa instituição privada em São Bernardo do Campo fazendo, inclusive, propaganda da mesma na TV, refere-se a luta pela Educação Pública e Gratuita.

O então secretário nacional de formação, Altemir Tortelli, assina, na edição especial da Forma & Conteúdo, o artigo intitulado O Caminho para a Modernidade, que inicia por uma indignada pergunta:

Será que o Brasil vai chegar ao Século XXI e nossas autoridades vão continuar sem entender que um país como o nosso só pode sonhar com a modernidade caso faça uma opção inequívoca em favor do desenvolvimento econômico sustentado, da valorização do trabalho e do combate implacável à pobreza?

[...] as autoridades continuam tentando apresentar a integração subordinada do Brasil ao mercado mundial como o único caminho possível nesta conjuntura, mesmo depois do fracasso generalizado deste modelo pelo mundo (IDEM, 1999 c,11, grifo nosso)

Se para as Resoluções dos CONCUTs a inserção subordinada das “elites” na divisão internacional do trabalho é uma questão volitiva, para Tortelli a “opção” econômica das “autoridades” é uma questão cognitiva, e não um limite objetivo da nova divisão internacional do trabalho que só pode ser superado com uma forte mobilização dos maiores interessados na superação dessa ordem – a classe trabalhadora. O abandono dos conceitos de classes sociais e luta de classes para análise da realidade e da independência de classes para a ação política impedem a explicitação do antagonismo de interesses entre estas e como consequência a mobilização trabalhadores, mas isto deve não ser um grande problema para aqueles que colocam como sonho a chegada a modernidade.

Entretanto, segundo Tortelli, a discussão sobre a necessidade de mudança de rumo na economia não deve obscurecer as alterações do perfil da economia e do emprego

no Brasil e no mundo, provocadas, principalmente, pela introdução de novas tecnologias, que exigem trabalhadores mais qualificados. Por isso, argumenta, além da qualificação já realizada pela Central, era necessário que a CUT fosse a principal estimuladora do debate para a construção de um novo modelo nacional de formação.

Nosso desafio é dar conta não só dos caminhos pedagógicos mais adequados para o momento histórico que estamos atravessando, mas também da forma de gestão das escolas técnicas oficiais e dos demais sistemas existentes, como o SENAI, na indústria, o SENAC, no comércio, e o SENAR, na agricultura. Precisamos construir um novo sistema público de emprego, que abranja qualificação profissional e todos os demais aspectos relacionados com a problemática do desemprego no Brasil (idem).

Está afirmação é feita exatamente no momento em que a CUT acabará de inaugurar sua primeira Central de Trabalho e Renda em Santo André para intermediação de emprego, em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo André, com os empresários da Região do ABC paulista, com os sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, Bancários e Costureiras do ABC e o financiamento do FAT.

Mas *o caminho para a modernidade* inclui também, ao lado da continuidade da qualificação profissional e da luta pelo emprego e pela retomada do crescimento econômico, da inserção não subordinada na divisão internacional do trabalho, o debate sobre a economia solidária, que

Trata-se de uma alternativa ao emprego convencional em expansão em vários países do mundo, onde conta com forte apoio do Estado. De forma individual ou coletiva o trabalhador produz seu próprio emprego, através de sistemas cooperativos de crédito, de produção, mão-de-obra e outras modalidades. [...] [que] além de gerar emprego e renda, [podem] aumentar o controle sobre o seu próprio trabalho (idem,).

Analisar estas experiências isoladamente das relações globais de produção capitalistas induz a equívocos sobre a possibilidade de alternativas de trabalhos “menos” ou não capitalistas. Pelo andar da carruagem, não deve tardar muito para que a CUT venha defender o empreendedorismo.

O sétimo número da revista Forma & Conteúdo, também dedicada à preparação da 1ª Conferência Nacional de Formação, é composta de artigos e entrevistas de maior densidade teórica e política, nestes busca-se estabelecer os nexos entre educação e formação profissional, cultura, projeto sindical rural e, também, apresentar pontos de tensões decorrentes das mudanças do mundo do trabalho, da estratégia geral da CUT e da Formação. A análise desses artigos constitui um interessante material para apreender as controvérsias quanto ao projeto de formação e a concepção de disputa de hegemonia que está posta no interior da CUT e da formação sindical.

Para o secretário nacional de formação, Tortelli,

Neste último período, no âmbito da formação da CUT, estamos enfrentando o impacto de varias questões importantes que são mais amplas que simplesmente pensar a Formação de Dirigentes Sindicais interna da CUT. Assim precisamos discutir propostas de projetos que ampliem o foco da Formação, não restringindo apenas à formação sindical.

[...]

Vamos, efetivamente, ser uma central que pense globalmente a questão da educação ou vamos continuar sendo uma central sindical que pensa formação sindical para os seus dirigentes e faz aliança com outros atores que pensam a Formação básica, a Formação Profissional?(CUT, 1999 c, 27)

Questionado, então, sobre a diferença de objetivos entre o Congresso Nacional de Educação - CONED e a Conferência, Tortelli, destaca o fato desta não

pretender debater um conjunto de políticas de educação para o Brasil como um todo, para a sociedade brasileira, o recorte da Conferência seria a Educação da classe trabalhadora, com um eixo central da formação profissional (idem).

Se o CONED não se apresenta, na opinião do secretário, como um fórum privilegiado para a discussão da educação para classe trabalhadora, porque não fazer essa discussão no âmbito Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação – CNTE, instância alias da própria estrutura da CUT, ao invés de dirigir todos os esforços para a SNF?

No artigo A formação Sindical da CUT Entre os Dilemas de um Novo Tempo, assinado pelo coordenador da secretaria nacional de formação, Marinho da Conceição, encontramos os principais argumentos para justificar a prestação deste serviço pela CUT. Este apresenta as transformações do capitalismo no final do século XX, o esgotamento do modelo de substituição de importações no Brasil, o aumento das desigualdades econômicas e sociais brasileiras, a reestruturação da empresas e a mudança de mentalidade dos empresários no que tange ao processo de gestão da mão de obra (pois para *conquistar novos padrões de qualidade e produtividade, seria preciso flexibilizar as relações contando, agora com a cooperação dos trabalhadores (idem, 8)*)- como os elementos de um processo de reorientação na organização industrial que

representam mais do que a emergência embrionária de novas relações [...] se verificaria [a] crescente generalização e formação de um novo paradigma que, em contraposição ao “ultrapassado sistema de produção em massa”, estaria havendo o nascimento de um novo trabalhador completo, precursor do fim da divisão do trabalho ou uma verdadeira “revolução nos processo de trabalho” (MATTOSO apud CONCEIÇÃO, 1999, 8)

Todos esses elementos acrescidos das políticas neoliberais, segundo o artigo, *impuseram uma nova agenda ao movimento sindical brasileiro*, onde ganham relevância as questões macroeconômicas e sociais, que demandam respostas prementes e eficientes da Central não só para a sua própria base *mas também como importante voz interlocutora dos setores excluídos da sociedade* (idem). Tudo isto, segundo Conceição, traz desafios para a Política Nacional de Formação e tem gerado muitas controvérsias sobre a identidade entre o projeto da Central e a PNF e *quanto a eficácia nas respostas às demandas imediatas e estratégicas da CUT*(idem).

Considera que estas controvérsias indicam que é necessário socializar as experiências desenvolvidas, pois, segundo ele, não há dúvidas entre a identidade da formação e da Central. Argumento com o qual concordamos: a estratégia da CUT mudou e a Formação acompanhou esta mudança, estão completamente coadunadas.

A percepção, do coordenador, sobre os limites da ação da PNF estabelece uma relação dialética entre os limites organizativos da CUT e os da Formação, como a origem da demanda de formação deve ser dos sujeitos políticos da CUT, se esta tem limites organizativos certamente isto se impõe limites para a ação da formação.

Se não há Organização nos Locais de Trabalho, é evidente que a ação formativa não atinge os trabalhadores de base; se não se avança no processo de construção dos ramos, não transcende o campo das resoluções que constitui uma das referências da ação formativa; se há crise financeira nas entidades haverá limites na ação e abrangência da formação.

[...] quando fizemos o caminho de volta [alteração na origem da demanda de formação] nos deparamos com sujeitos políticos - Sindicatos, CUTs Estaduais, Ramos – passando por crises de representação, de papel e na sua constituição. [...] Em que

medida a “reestruturação da PNF” absorveu esta realidade e, que respostas estamos dando, enquanto formação, para os limites identificados naquele processo e seus desdobramentos? (CUT, 1999 c,9)

O problema mais significativo, segundo nossa concepção, diz respeito à eficácia dessas ações formativas para as necessidades dos trabalhadores e não para a CUT como se refere o autor. O artigo vai buscar na relação entre Trabalho e Educação os argumentos para justificar e validar as ações de qualificação e requalificação profissional, segundo ele na

CUT, ainda que de forma genérica, a educação desde seus primeiros momentos, é um elemento concebido como fundamental no processo de disputa de hegemonia na sociedade. No que diz respeito a ação da Central no campo da educação, esta caracterizou-se por implantar sua política de formação sindical, e ao mesmo tempo levantar a bandeira da defesa da educação pública e universal, como direito social e inalienável da cidadania. [.entretanto] o engajamento de outros setores, que não os próprios da educação..., vai dar-se de forma mais ampla a partir do desenvolvimento de projeto de formação profissional (idem, 10).

É interessante notar como, Conceição, analisa o passado da CUT utilizando conceitos que somente na década de 90 passariam a fazer parte do arcabouço político ideológico da CUT, e com isto, reinterpreta a história, ainda que crie a salvaguarda por meio da expressão “de forma genérica” . As idéias de disputa de hegemonia e da conquista de cidadania entraram nas discussões e resoluções da Central, somente, a partir do IV CONCUR, nos três congressos anteriores conceito de hegemonia foi utilizado apenas três vezes, nos três casos para referir-se à hegemonia da classe dominante, e, cidadania não foi utilizada uma única vez até 1992. No período inicial da CUT falava-se em luta de classes enquanto um enfrentamento direto entre estas na forma de “guerra de movimento” sem a

mediação dos mecanismos de hegemonia ou da “guerra de posição”, afinal ainda estávamos saindo da ditadura. Tampouco, falava-se em conquista ou resgate de cidadania o objetivo era a contribuição da luta direta para a construção do socialismo.

O desenvolvimento de projetos de formação profissional recebeu críticas fundamentalmente a partir dos seguintes argumentos: tratar-se meramente da disputa dos recursos do FAT, sem uma estratégia claramente definida e/ou tratar-se de um desvio ideológico da PNF e neste caso afetaria, ainda, a histórica defesa da escola pública.

Para, Conceição, além das posições dos puristas que criticam a realização desta atividade, existem

aqueles que afirmam, que riscos há (afinal viver é um risco), porém se o que se quer é fazer frente às investidas do Capital (que hegemonizou no Brasil a Formação Profissional através do “Sistema S”, com recursos público) e fazer de fato disputa de hegemonia, devemos desenvolver uma ação que articule: a) Desenvolvimento de experiências a partir do acúmulo metodológico obtido na prática educativa da Formação cutista; b) A luta pela democratização dos “Sistema S”; c) A luta em defesa educação básica, d) A constituição de um Sistema Público de Emprego; e) A constituição de políticas que fomentem novas formas de organização do trabalho e da produção, na perspectiva de avançarmos na ampliação das possibilidades de geração de emprego e renda, articuladas à formulação de novas bases de desenvolvimento.(idem,11)

Conclui, então, que este conjunto de medidas compõe a estratégia que possibilita a CUT

se credenciar para a disputa de hegemonia, nos debates sobre o modelo de desenvolvimento e potencialidades e limites das educação. Na superação da situação do avanço tecnológico e de subdesenvolvimento, não apenas na perspectiva do trabalho, mas

também, como possibilidades de fortalecer a cidadania ativa dos sujeitos. Com efeito, no caso de uma hegemonia vitoriosa, uma classe faz avançar o conjunto da sociedade. Sua “atração” sobre as classe aliadas (e mesmo inimigas) não é *passiva* e sim *ativa* (Buci-Glucksmann). (idem)

Os argumentos utilizados por Conceição induzem a compreensão de que toda vitória de uma hegemonia faz avançar o conjunto da sociedade, o que não é verdade pois o neoliberalismo foi e continua sendo a vitória de uma hegemonia, nem por isso fez avançar o conjunto da sociedade, ao contrário fez avançar cada vez mais a concentração e centralização do capital e expandir a miséria, o desemprego, a violência, a degradação moral e cultural etc.

Mas, o que é verdadeiramente intrigante é a concepção de disputa de hegemonia sempre por dentro da ordem, pois todas as alternativas políticas propostas para atingir essa “nova hegemonia”, ou são concebidas pelo próprio neoliberalismo, especialmente o da Terceira Via, ou são incorporadas sem necessidade de confronto, como são os casos da qualificação e requalificação profissional, a formação de um novo sistema público de empregos, as novas experiência de geração de emprego e renda, o controle sobre gestão etc.

Este caminho não conduz a uma nova hegemonia, conduz simplesmente à “ajustes” na hegemonia existente. Uma hegemonia verdadeiramente nova só pode ser construída a partir de um projeto contra-hegemônico, do confronto de visões de mundo que explicitem os antagonismos de classes e apontem o caminho para a sua superação, e portanto deve ir contra a estrutura da ordem estabelecida.

A da 1ª. Conferencia Nacional de Formação daria então visibilidade para o debate da formação sindical cutista enquanto prática educativa. Esta contou com 717 participantes e representantes de 12 diferentes países, foi organizada a partir de

dois temas centrais apresentados em Conferências: 1. O papel da Educação Sindical na disputa de hegemonia e 2. Os Novos Desafios da Educação do Trabalhador. Essas conferências foram seguidas de 21 oficinas que tinham por objetivo socializar experiências que estavam sendo desenvolvidas no campo da educação sindical, principalmente, mas não apenas, pela CUT. Também ocorrem 18 seminários, definidos como espaços de reflexão sobre questões específicas da Política Nacional de Formação e do debate da articulação entre educação e formação profissional. Apenas uma das oficinas foi dedicada a formação de dirigentes sindicais, socializando *experiências de Formação de Dirigentes desenvolvidas no âmbito da CUT e das Universidades* e, também, um único seminário: Formação de Dirigentes: novos desafios, espaços, motivações e expectativas, tendo como objetivo *refletir sobre as novas dimensões do processo de Formação dos dirigentes, e possibilidades que se apresentam para a ampliação deste trabalho frente aos impactos na agenda e prática sindicais decorrentes das mudanças em curso nos âmbitos do mundo do trabalho, do Estado e da Sociedade*(CUT, 1999b). A discussão central, de fato, girou em torno da educação trabalhador com diversas articulações: formação profissional, educação de jovens e adultos, formação de formadores, educação dos trabalhadores rurais, educação à distância, as questões de gênero e raça na educação dos trabalhadores, experiências internacionais de formação profissional, etc.

Durante os anos de 1998, 1999 e 2000 os recursos transferidos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT para a CUT para a qualificação profissional foram R\$ 3 milhões, R\$ 21 milhões e R\$ 35 milhões respectivamente. Além desses valores a CUT recebeu em 1999 e 2000 do FAT, para intermediação de emprego, R\$ 1.064.601,00 e R\$1.430.914,00, respectivamente. Da mesma fonte recebeu para

apoio operacional de pagamento do seguro desemprego em 1999 R\$ 1.064.601,00 e em 2000 R\$ 2.152.452,00. A soma de todos esses repasses totalizou R\$ 64.712.568,00. Desses valores estão excluídos os repasses para Confederação Nacional Metalúrgica – CNM da CUT. (ver ANEXOS IX e X)

Os três programas de âmbito nacional (Integrar, Integração e Desenvolvimento Sustentável) mais os seis programas regionais (Vento Norte, Rosa de Mandacaru, Semear, Terra Solidária, Hotelaria e Turismo e Programa Centro-Oeste de Formação) computaram 40.500 inscrições em 1999 e mais de 290.000 no ano 2000. (CUT, 2000, 20)

A formação profissional desenvolvida pela CUT, pela polêmica interna que gerou, pelo volume de recursos mobilizados e pela abrangência, merece ser analisada mais profundamente.

Embora vários sindicatos filiados à CUT se dedicassem à formação profissional, herança da estrutura assistencialista do sindicalismo oficial (razão pela qual este tipo de atividade até então havia sido questionada e rejeita no interior da Central) está não se envolveu diretamente com este tipo de atividade até 1996⁷⁶. Esta questão era discutida com o objetivo de elaborar propostas de formação

⁷⁶ O Trabalho de Tumolo (1998) apresenta o percurso da polêmica que reverteu a posição acima apresentada. Esta inicia-se em 1992 com os documentos Diretrizes para uma política de formação profissional, elaborado pela Comissão de Educação, e Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT, elaborado por Sebastião Lopes Neto e Carmem Sylvia Vidigal Moraes, passando pelo V CONCUR em 1994, pela 7ª. Plenária Nacional realizada em 1995 quando é aprovada a resolução sobre *Propostas relativas à organização dos cursos de formação e reciclagem profissional (Convênios com SINE, utilizando recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador)* até o 12º. ENAFOR em novembro de 1997. Ano em que a CUT, inspirada no Projeto Integrar desenvolvido pela Confederação Nacional Metalúrgica – CNM da CUT que associa formação profissional e a certificação de ensino fundamental, firma convênio com Ministério do Trabalho/CODEFAT para execução do projeto *Formação Integral*.

profissional, associada a uma política de intervenção junto às instituições que a realizam.

A resolução que abriu a possibilidade do convênio com o Ministério do Trabalho/CODEFAT para a execução do projeto Formação Integral, depois de identificar de milhões de desempregados e marginalizados, estrutura-se na argumentação que

o atendimento aos desempregados deve estar na base de qualquer política de emprego, e não deve estar restrito ao pagamento do seguro-desemprego, mas obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador voltar a trabalhar de forma digna (CUT, 1995 apud TUMOLO, 1998, 141, grifo nosso)

A lógica implícita nesse argumento é que a causa do desemprego é, em última instância, a desqualificação profissional, por isso a requalificação profissional passa a ser um serviço fundamental para os desempregados voltarem a *trabalhar de forma digna*, por este motivo a CUT decide credenciar-se, em 1998, junto ao Ministério do Trabalho para prestar esse serviço e mais tarde, também, para intermediação de empregos.

Sem ter a pretensão de esgotar essa discussão queremos abordar esta questão a partir de três pontos: 1. A crença segundo a qual a causa do desemprego é a desqualificação profissional, 2. a disputa dos recursos públicos, e 3. o papel dos sindicatos na formação profissional.

Iniciamos por precisar o que significa um trabalhador qualificado. É um conceito construído ao longo da história do capitalismo que, toma como critério o perfil de trabalhador necessário para colocar em movimento os instrumentos de produção das empresas. Dessa forma, seria possível supor que um trabalhador

qualificado fosse aquele capaz de realizar um trabalho complexo, implicando numa certa formação teórica (capacidade de planejar o seu trabalho e prever o resultado) e prática (habilidade manual para realizá-lo).

Entretanto, sob o capitalismo, com a incorporação da ciência no processo produtivo, cada vez mais o trabalho complexo transforma-se em trabalho simples. O desenvolvimento de tarefas complexas que dependia da habilidade manual e intelectual do trabalhador vai sendo substituído por máquinas. Quanto mais complexa a máquina menos habilidade o operário necessita para operá-la, pois esta incorpora uma quantidade cada vez maior de movimentos e decisões que antes eram realizadas pelo operário. É a tendência geral do capitalismo, assinalada por Marx, de substituição do trabalho vivo (a força de trabalho humano) pelo trabalho morto (das máquinas). Esta tendência é determinada pela necessidade de aumentar a produtividade, ou seja, incorporando menos trabalho humano na produção de mercadoria e aumentando o volume da produção é possível torná-la mais barata e competitiva.

O resultado dessa tendência é formar um pólo, cada vez menor, da produção onde o trabalho torna-se mais complexo – desenvolvimento e criação de novas tecnologias e máquinas – e um outro, numericamente muito superior, onde o trabalho se torna muito mais simples e subsumido pelo capital. A atual divisão internacional do trabalho concentra o primeiro pólo nos países centrais, e, para a força de trabalho dos países periféricos, como o nosso, está reservado o trabalho simples, como já discutimos anteriormente.

No contexto da reestruturação produtiva brasileira não existe uma política para a formação profissional, no sentido de uma especialização dos trabalhadores

para realização de tarefas complexas. O que existe para o capital instalado no Brasil é uma batalha pela produtividade, que necessita cada vez menos de trabalhadores com alto grau de especialização. Haja vista a última reforma do ensino técnico. Tão pouco a educação básica cumpre o papel de uma formação do trabalhador para as tarefas complexas, esta limita-se cada vez mais a desenvolver “habilidades” básicas de leitura, escrita e aritmética para tornar o trabalhador competente para realizar um trabalho simples.

Retomemos, agora, a discussão sobre a mistificação do desemprego como decorrência da desqualificação profissional. Como já discutimos anteriormente, as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e a opção dos governos neoliberais brasileiros por manter a estabilidade da moeda a qualquer preço são as causas do alto índice de desemprego. Para esta situação crítica de grandes parcelas da classe trabalhadora o governo e a classe dominante, apoiados nos princípios da ideologia liberal, difundem uma visão de mundo, com grande apoio da mídia, em que o desemprego aparece como decorrência da desqualificação profissional e, por isso, se faz necessário um amplo programa de qualificação profissional, de modo que cada trabalhador esteja preparado para competir no mercado de trabalho por um emprego, por isto o governo Fernando Henrique Cardoso criou o PLANFOR.

Dessa forma, primeiro o governo e a classe dominante responsabilizam o próprio trabalhador por estar desempregado ou sob risco de perder o emprego. Depois, tentam vender a ilusão de que, com mais qualificação, fica mais fácil garantir emprego. A crença segundo a qual a requalificação profissional e a educação são formas eficazes de combater o desemprego implica na ilusão de que estas poderão criar os postos de trabalho fechados pelo capital. Embora seja verdade

que, nessas condições, o capital pode se dar o luxo de elevar cada vez mais a exigência de educação e qualificação profissional para a seleção da força de trabalho.

Quanto a disputa dos recursos públicos a questão coloca em termos de por que? Como? e para que disputá-los? O afã de negociar as verbas para projetos de qualificação profissional levou a perda de referências importantes. As disputas desses recursos, que poderiam sim servir para a publicização dos conflitos entre trabalho e capital, ou, como forma de mobilização dos desempregados para definir o destino desses recursos, ficaram limitadas às disputas de gabinetes – reuniões de homens de negócios brigando por fatias, ou migalhas, do bolo.

O volume de recursos mobilizados transformou a formação profissional em atividade prioritária da Central, ainda que se negue, já que esta atividade passou a ocupar grande parte do tempo e esforços militantes para realizá-la. Também de reforçou uma tendência já apontada no Relatório de Avaliação Externa da CUT⁷⁷ de profissionalização dos formadores (CUT, 1997,148), ou seja, a criação de um mercado de trabalho para “militantes” da formação.

⁷⁷ No início de 1994 a Secretaria Nacional de Formação, ainda sob a direção de Jorge Lorenzetti, respondendo à necessidade e decisão dos *parceiros internacionais da CUT de uma apreciação dos resultados da cooperação desenvolvida no campo da Formação Sindical e ao desejo da Central de prestar contas, publicamente, da atividades formativas realizadas* (CUT,1997, 21), submeteu a Política Nacional de Formação a um processo de avaliação externa. Esta avaliação foi realizada pela comissão de avaliação composta por Rogério Valle – professor adjunto do programa de Engenharia de Produção da Coppe-UFRJ, por Isaura Belloni – assessora legislativa na Câmara Federal e integrante da Unitrabalho e Fritz Wils, professor associado do Instituto de Estudos Sociais de Haya na Holanda. Tiveram como consultores Luiz Eduardo Wanderlei – professor titular da PUC, professor associado da USP e assessor *ad hoc* do CNPq e da Fapesp, Silvia Manfredi – professora-pesquisadora do Cedes e do Cesit, ambos na Unicamp. Além destes foi construída uma comissão interlocutora com o objetivo *de definir os parâmetros e supervisionar o processo de avaliação, definir recursos e cronograma e também receber, analisar e debater os resultados em primeira mão (idem, 15)*, sua composição foi a seguinte: Franco Patrignanin – Iscos-Cils (Itália), Gerar Zwestsloot Icco (Holanda), Gerlof van Rheenen – FNV (Holanda); Dieter Eich – DGB (Alemanha), Cláudio Nascimento – Inca (Brasil); Jorge Lorenzetti, Mônica Valente e Jeter Gomes – CUT (Brasil).

Além disso, ainda que não fosse apresentado explicitamente, existiu nessa questão um mecanismo gerador de dependência financeira. Nas discussões e resoluções do congresso de fundação da CUT, encontramos a preocupação de que “toda dependência financeira gera dependência política”. Como decorrência dessa preocupação foi proposta uma campanha contra o imposto sindical, porque este era um dos símbolos do atrelamento dos sindicatos ao Estado, que ao serem financiados por este imposto deixavam de depender do financiamento direto dos trabalhadores, o que alimentava o distanciamento entre o sindicato e os trabalhadores, além de criar uma dependência do Estado. Guardadas as devidas proporções, com os recursos do FAT ocorreu algo muito semelhante. Para receber financiamento a CUT se adaptou às propostas do PLANFOR. Posteriormente, na passagem do governo FHC, quando houve redução desses recursos, para o presidente Lula, que extinguiu o PLANFOR, todos os projetos de formação profissional da CUT acabaram abruptamente, sem encerrar sequer as turmas que haviam iniciado a formação profissional. Propagando uma grande crise em todos os sujeitos da rede de formação: Escolas, SEFs, SNFs, Coletivos de Formação, Núcleos Temáticos etc.

As Resoluções do 8º. CONCUR, realizado em 2003, apresentaram uma autocrítica da quanto a utilização desses recursos; *a utilização dos recursos do FAT originou um processo de reiteração de dependência, principalmente política, de diferentes entidades em relação aos recursos do Estado, inclusive na CUT, transformando alguns de seus sindicatos em meras “escolas profissionais”* (CUT, 2003, 38)

O 14º. ENAFOR foi realizado em abril de 2001 na cidade de Cajamar-SP. As resoluções desse encontro, apresentadas no documento Política Nacional de

Formação da CUT - Diretrizes e Estratégias para o período de 2001/2003, apontou como avanços da PNF ter potencializado *uma série de ações rumo às transformações sociais e políticas condizentes com a tarefa histórica da CUT. Os projetos [...] e atividades foram capazes de ampliar a oferta de formação para dirigentes e para outros públicos [...] e temas emergentes na agenda do sindicalismo[...] foram incorporados. (CUT, 2001,7)*. Por outro lado foi registrada como insuficiência a falta de parâmetro de diagnóstico e avaliações para verificar o impacto dessas ações, além da necessidade de criar espaços permanentes de reflexão de temas relativos à Educação, e a importância de reafirmar os princípios, os objetivos e os conceitos utilizados na Rede, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Profissional, pois eles se *inserem na disputa de hegemonia contrapondo-se àqueles utilizados no PLANFOR*.

Assinalava, ainda, que o impacto dos debates sobre Sistema Público de Empregos, a luta pela democratização do sistema S, a atuação da CUT nos Conselhos Tripartites, a formação profissional, além de outras demandas causaram grande pressão sobre os agentes formadores (Escolas, SEFs, Departamento de Formação de Ramos e sindicatos), nesse sentido era necessário uma intervenção que impedisse a dispersão e desvinculação em relação às estratégias nacionais de formação e organização. Na realidade esta dispersão foi provocada por uma combinação de diferentes fatores: a descentralização da PNF, a facilidade de acesso aos recursos públicos para financiamento das atividades de formação, em especial a qualificação profissional e as próprias estratégias gerais da CUT.

A avaliação dos NTs girou em torno da incapacidade de autofinanciamento e indefinição quanto ao seu papel, a maioria nem sequer chegou a uma implantação

consistente. Ademais, objetivamente, estes enfrentaram a concorrência com os agentes responsáveis pela execução da PNF e com os novos Projetos, particularmente no campo da qualificação profissional, perante esta avaliação foi definida a extinção dos mesmos.(CUT, 2001, 43)

Diante disto o 14º. ENAFOR definiu uma nova experiência de ação formativa nacionalmente articulada: *oficinas nacionais previstas no plano de trabalho da SNF, nas quais esta[va] prevista a participação de educadores e dirigentes à frente dos processos formativos em todos os âmbitos e agentes da Rede (idem)*. Essas oficinas têm como objetivo estratégico fazer avançar o processo de estudos, reflexões, sistematização, avaliação e produção de materiais.

Depois de um período de profunda descentralização da PNF, em uma conjuntura que oferece inúmeras possibilidades de experiências e, principalmente, facilidade financiamento público dessas atividades, buscou-se novamente algum grau de articulação da PNF que possibilitasse o fortalecimento da sua identidade política e metodológica, ou seja, minimizar o processo de desidentificação da formação cutista.

A nova agenda sindical, a diversidade de experiências no campo da formação sindical cutista (educação, qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, formação de conselheiros, disputa do Sistema Público de Empregos etc), a amplitude dessas atividades, recolocam, para a PNF, a relevância da formação de dirigentes

a formação de dirigentes adquire novos contornos. Além das demandas por conteúdos referentes à concepção e prática sindical, cabe ainda contribuir para qualificar a ação sindical, atuando também sobre a própria formação daqueles dirigentes que

desconhecem a PNF e por isso pouco investem na formação de quadros.

[...] a dinâmica da ação sindical impõe a formação a necessidade de pautar temas com agilidade suficiente para contribuir concretamente com a lutas imediatas.(idem, 10)

Refletindo o otimismo com o acesso aos recursos públicos para o financiamento da PNF, aquele encontro definiu um ambicioso projeto para formação de dirigentes que tinha como meta formar em *3 anos (2001-2003), mediante ações desenvolvidas no âmbito da Rede, 131 mil dirigentes em todos os níveis de organização da CUT, sendo 100 mil dirigentes de Base (sindicatos), 30 mil dirigentes e lideranças intermediárias (Ramos e CUTs Estaduais) e 1000 dirigentes de “ponta” (Ramos e CUT Nacional) (CUT, 2001, 19).*

Entretanto, em função da redução dos recursos do FAT a partir de 2001 no governo FHC, da redefinição de alocação dos recursos públicos no governo Lula, e, da diminuição do financiamento proveniente da cooperação internacional⁷⁸ este projeto foi abandonado.

A II Conferência da Política Nacional de Formação da CUT realizou-se em duas etapas, uma virtual em agosto de 2000 e a segunda, presencial, foi realizada em agosto de 2002 em Belo Horizonte, intitulada “Sindicalismos e Educação Integral: Perspectivas das Experiências em construção na Sociedade”. Este evento retoma e aprofunda a linha de discussão da I Conferência. A questão central continua sendo o debate sobre a educação dos trabalhadores em suas várias articulações. Três conferências magnas organizaram os temas dos seminários, foram elas: 1. Estado, Sociedade e Cultura: o papel dos sindicatos e da educação na construção da contra-

⁷⁸ Com o final da Guerra Fria e a hegemonia mundial do neoliberalismo, o fluxo de recursos da cooperação internacional para o movimento sindical, especialmente para projetos de formação sindical, diminuiu em volume e foi redirecionado para os países do antigo bloco socialista (CUT, 2000, 9)

hegemonia; 2. Mundos do Trabalho e Educação dos Trabalhadores: contextos, desafios e perspectivas e 3. Trabalho, Desenvolvimento, Educação e Sindicalismo: condicionantes para a construção de um Projeto sob a ótica dos trabalhadores. Ao todo, foram realizados 18 seminários, e, embora o 14º. ENAFOR indicasse a prioridade da formação de dirigentes apenas um seminário discutiu o tema: A formação de dirigentes frente às exigências decorrentes das mudanças nas relações de trabalho e dos novos desafios para a organização sindical.

As Diretrizes da Política Nacional de Formação para o período de 2003 a 2006, em pleno governo Lula, reivindicam a importância do fortalecimento da PNF, colocando-se como uma das prioridades da CUT para intensificar a luta e as mobilizações por uma nova sociedade.

Isto implica que os trabalhadores e trabalhadoras que constroem a CUT estejam inseridos em distintos espaços, públicos e privados, realizando uma intervenção propositiva qualificada, que se desdobre em ações concretas na sociedade, na política e na cultura. O objetivo maior da Política Nacional de Formação é aquele que aponta para a consolidação do projeto político e sindical da CUT em todas as dimensões (CUT, 2003, 100).

Caracterizando que novo cenário seria marcado pela maior explicitação das contradições entre trabalho e capital, pelas lutas contra a exclusão social, a opressão e as guerras, novamente, reafirmam a necessidade de redefinição da formação de dirigentes e de sua centralidade no tocante às ações a serem desenvolvidas na PNF em todos os âmbitos.

Para a CUT o caráter das reformas em pauta governo Lula representariam

A intensificação das disputas com aqueles setores que historicamente se opuseram à suas concepções e práticas [...] . A Central desempenhará um importante papel nessa disputa, para

impedir que as reformas e políticas governamentais, incluindo aquelas que dizem respeito às relações de trabalho e organização sindical, tenham um caráter regressivo, de perdas e retrocessos sobre os direitos dos trabalhadores. Além disso, teremos um papel de extrema relevância na definição dos novos marcos da relação entre governo e sociedade civil.

[...] Nesse sentido a Política Nacional de Formação deve[ria] intensificar sua ação na Formação Sindical, particularmente dos (as) dirigentes [...] que atuam nas estruturas sindicais, nos locais de trabalho e na gestão de políticas públicas. (CUT, 2003, 101).

Para tanto seria necessário buscar uma maior articulação junto às Secretarias de Política e Organização Sindical e de Relações Internacionais e intensificar as ações com as Estruturas Verticais.

Neste trabalho, não foi nosso objetivo analisar a participação dos representantes da CUT nos fóruns e Conselhos que contribuem com a definição das diretrizes e caráter das reformas sob o governo Lula. Entretanto, estes espaços se constituem num campo importante de análise para apreender concretamente a relação entre as políticas gerais da CUT, a formação dos dirigentes, as propostas apresentadas e a síntese obtida, especialmente no que se refere às reformas trabalhista e sindical, que em certa medida estão sendo realizadas em doses homeopáticas.

Em 2006 a Secretaria Nacional de Formação da CUT desenvolvia apenas dois projetos nacionais: Todas as Letras e Projeto Juventude Cidadã, ambos destinados a jovens. O Projeto Juventude Cidadã criado no início do primeiro mandato do governo Lula pelo Ministério do Trabalho e Emprego que, segundo o atual secretário de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, Remígio Todeschini, ex-secretário de Políticas Sociais da CUT, seus cursos dão

oportunidade ao jovem de aprender um ofício e conseguir uma profissão. Os alunos podem optar por formação técnica em áreas como administração, cultura, construção, esporte, pesca, turismo e vestuário.

O governo federal treina jovens de baixa renda e com escolaridade incompleta de ensino médio para dar um empurrão, uma alavanca, para que esse jovem com essa qualificação de 400 horas possa aprender um ofício e uma profissão⁷⁹

O projeto Todas as Letras, faz parte do programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, com financiamento da Petrobrás e da Unesco, se propôs alfabetizar 80 mil jovens e adultos, numa primeira etapa. A proposta é alfabetizar e certificar num período de 8 meses.

As resoluções do 9º. CONCURT, realizado em 2006, reafirmam a importância da Política de Formação para fortalecer as estratégias da CUT. Nos três anos que antecederam este Congresso, avalia o documento, conseguiu-se atingir 4000 dirigentes com atividade da formação sindical, para o período de 2006 – 2009 propõe como meta *no mínimo quadruplicar este número [...] já que o cenário político aponta um quadro de grandes lutas e mobilizações, onde a disputa ideológica do projeto de nação e de desenvolvimento exigirá de nossa parte uma atuação firme, qualificada e classista* (CUT, 2006, 53).

Pela enésima vez apresenta *como tarefa urgente a definição de uma política permanente de financiamento da Política Nacional de Formação, visando a superação da dependência financeira externa*(idem). A esta necessidade agrega um importante dado de análise que deve redirecionar os investimentos políticos e financeiros para a juventude

o processo profundo de renovação dos quadros dirigentes nas instâncias da Central e a forte demanda por formação político-

⁷⁹ Disponível em: { HYPERLINK "http://www.cut.org.br/publique" } . Acesso em 17 de janeiro de 2007.

sindical, decorrente da necessidade de compreensão do projeto estratégico da CUT e de novas demandas e espaços de atuação no cotidiano das negociações, tanto com o empresariado quanto com os governos.

[...] é necessário intensificar o investimento no segmento juvenil, não apenas para formar novos quadros de dirigentes, mas para socializar com a juventude os princípios e a história da CUT, bem como contribuir para potencializar a organização no local de trabalho. (IDEM)

A necessidade de formação-sindical, para os novos quadros, é apresentada a partir das necessidades dos novos espaços de negociação com o empresariado e os governos e de compreensão do projeto político-sindical da CUT.

Esta camada de novos quadros não chega mais aos sindicatos e por decorrência à CUT através dos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora, não partem da experiência de uma movimentação junto com a classe e, provavelmente, terão uma formação que desenvolva habilidades para os tornem competentes em negociações.

Assim, por capricho da história, as novas gerações de sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores estão privadas, pela acomodação da classe, do exercício de direção do movimento, e, muito provavelmente estarão privadas, pelo atual projeto cutista e pela perspectiva de formação posta, da compreensão das *forças ativas da sociedade [que] atuam exatamente como forças da natureza: de modo cego violento e destruidor. E, enquanto resistirmos obstinadamente a compreender sua natureza e seu caráter – e a essa compreensão se opõem o modo capitalista de produção e seus defensores – essas forças atuarão apesar de nós, e nos dominarão* (MARX, 1975, 56)

Vinte e quatro anos depois da fundação da CUT, dez anos após ter priorizado fortemente outras atividades formativas em detrimento da formação dos

dirigentes, ainda com dependência do financiamento externo para as atividades de formação, com uma estratégia de disputa de hegemonia, quase que exclusivamente, por dentro da aparelhagem estatal, diante da absorção de uma grande camada dos velhos dirigentes cutista pelo Estado nos governos petistas, numa conjuntura em que a classe trabalhadora está pulverizada e politicamente acomodada ao projeto neoliberal, com baixíssima movimentação grevista, a PNF volta a propor algum grau de prioridade à formação de novas camadas de dirigentes.

O aprofundamento das contradições capitalistas sob a hegemonia neoliberal, demonstrado na mais perversas formas de barbárie no atual momento histórico: desemprego, miséria, violência, destruição ambiental, embrutecimento humano, guerras de rapina, degradação ético-moral etc, a trajetória da CUT nesses 24 anos de existência, o percurso da PNF, nossas preocupações com a possibilidade do movimento sindical contribuir com a construção da urgente e indispensável sociedade socialista e o tipo de formação necessária para que os dirigentes sindicais possam atuar nesse campo foram as bases das nossas preocupações neste trabalho e dão os limites para as poucas e breves considerações finais que apresentamos a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Greve de placa

Os trabalhadores brasileiros deveriam mandar botar uma placa de bronze na entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Diria o seguinte:

“Sendo presidente deste sindicato o metalúrgico José Feijó, às 21h30 de terça-feira, 30 de agosto de 2006, horas depois da dispensa de 1.800 operários da Volkswagen, a porta deste sindicato estava fechada. Se alguém quisesse saber das novidades, era informado pelo guardião das duas fechaduras da portaria que deveria voltar no dia seguinte.

Era presidente da República o excelentíssimo senhor Luiz Inácio Lula da Silva, operário metalúrgico de 1959 a 1972 e presidente deste sindicato de 1975 a 1980.

Era ministro do Trabalho o excelentíssimo senhor Luiz Marinho, operário da Volkswagen desde 1978, que presidiu este sindicato de 1997 a 2003.

São Bernardo, 173º. ano da independência, 116º. da República, 3º. do governo petista”

(Elio Gaspari, O Globo, 3/09/2006)

Nestas breves considerações procuramos delinear o caminho e as pedras do caminho que, ao nosso ver, levaram a subordinação e assimilação da Política Nacional de Formação às diretrizes de sociabilidade neoliberais e alguns dos

desafios que estão colocados para o movimento sindical e para a classe trabalhadora na perspectiva de superar as relações de produção capitalistas e a sociabilidade dela decorrente.

Depois dos longos anos de ditadura militar no Brasil, que desarticulou a movimentação da classe trabalhadora e os setores da sociedade civil que a ela se opuseram, os anos finais da década de 1970 e toda a década de 1980 representaram um período de movimento de unificação da classe trabalhadora, de confronto com o capital e com o regime político. Este movimento de unificação foi conformado, principalmente, a partir do movimento sindical, embora, também, tenham tido forte presença os movimentos populares.

Foram “épocas anormais” em que frações da classe trabalhadora se movimentaram como um conjunto orgânico e em suas ações se manifestou, ainda que embrionariamente, portanto de forma descontínua e ocasional, a concepção de mundo dessa classe. Épocas anormais porque setores da classe trabalhadora deixaram de seguir, temporariamente, a concepção de mundo da classe dominante, conforme assinala Gramsci⁸⁰.

Para se ter uma idéia do que significou este esforço da classe trabalhadora, nas primeiras iniciativas pensadas para a organização deste movimento de unificação estava a construção de um único aparelho privado de hegemonia que deveria centralizar os movimentos sindicais e populares: a Central Única dos Trabalhadores. Entretanto, a força deste ascenso não foi suficiente para que esta idéia inicial de uma central que reunisse os movimentos populares e sindicais conseguisse firmar-se.

⁸⁰ Gramsci, 2001,97

A CUT foi, então, a forma organizativa que tomou o movimento sindical da classe trabalhadora iniciado no final dos anos de 1970. É importante reafirmar que esta foi a mais bem sucedida iniciativa de centralização sindical que até então a classe trabalhadora brasileira conseguiu construir.

Dessa movimentação sindical da classe se destaca uma nova camada de dirigentes que substituiu os antigos sindicalistas vinculados à ditadura militar. Esta nova camada de dirigentes é, ao mesmo tempo, expressão do movimento e uma necessidade de sua organização, pois, como já discutimos anteriormente, *uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é sem organizadores e dirigentes* (Gramsci, 2001:104). Esses novos sindicalistas, *surgidos diretamente das massas*⁸¹, carregaram a potencialidade de se tornarem uma elite *de intelectuais de um novo tipo*⁸². Expressaram a possibilidade da superação da filosofia ingênua e espontânea das massas. E enquanto a classe permaneceu lutando essa nova camada de dirigentes manteve-se contaminada pela embrionária concepção de mundo da classe trabalhadora, e por isso não pode deixar de referir-se a um projeto de sociedade radicalmente oposto ao capitalismo – o socialismo.

Mas, para cada tentativa de unificação da classe trabalhadora corresponde um esforço da classe dominante para sua desagregação, como já vimos anteriormente. O conteúdo e a forma de ação da classe trabalhadora brasileira na luta de classes da década de 1980 exigiu muitas contra-ofensivas da classe dominante, até, finalmente, obter o êxito de derrotar este ascenso. O êxito de acomodar, novamente, a classe trabalhadora aos interesses da classe dominante. O êxito de recuperar as *”épocas normais”*, *ou seja, quando a conduta [da classe subordinada] não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada*.

Ironicamente, a derrota desse movimento foi, em grande parte, obtida pelo mesmo mecanismo democrático pelo qual milhões de trabalhadores se mobilizaram para conquistar: eleições diretas para presidente.

O período após a eleição presidencial de 1989 foi de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, marcada pela globalização da economia, pela hegemonia das políticas neoliberais e por um salto qualitativo na ciência e tecnologia. Enquanto, nesta etapa das relações capitalistas de produção, o

⁸¹ Gramsci 2001, 110

⁸² idem

movimento do capital foi de exacerbação da aglutinação (concentração e centralização), materializado nos gigantescos conglomerados transnacionais, a dinâmica da classe trabalhadora foi de fragmentação e dispersão, de diversificação de interesses e de representações e de “acomodação” à nova ordem. Assim, embora a movimentação sindical dos trabalhadores brasileiros seja extremamente reduzida, hoje, no Brasil temos nada menos do que sete centrais sindicais oficialmente constituídas. A própria CUT viveu, ao longo desses anos, processos de fragmentação que se expressaram tanto nos rearranjos entre as tendências quanto na desfiliação de diversos sindicatos, após a eleição de Lula.

Desde seu início a CUT foi composta por diferentes sujeitos coletivos – as tendências - que possuíam um único forte consenso: o desejo de substituir as antigas direções a partir da crítica à estrutura sindical oficial. Embora a luta contra a estrutura sindical oficial fosse comum a todos esses sujeitos coletivos, os sindicatos que compuseram a Central Única dos Trabalhadores pertenciam todos a essa mesma estrutura, fato que se conserva até hoje. Entretanto foram ocupados novos sujeitos coletivos, que procuraram imprimir, de acordo com a visão de mundo de cada um, projetos que buscavam se diferenciar da ideologia e prática sindical anteriores, marcada pela conciliação de classe, pelo corporativismo e assistencialismo.

Desde a fundação da CUT esses diferentes sujeitos coletivos disputaram internamente a ideologia, as políticas, as táticas sindicais e o projeto estratégico para a CUT. A construção da hegemonia da corrente majoritária – Articulação Sindical – no interior da Central foi um lento e trabalhoso processo que durou alguns anos, envolveu diferentes táticas e estratégias, arranjos, rearranjos e rupturas até se consolidar como uma maioria confortável no início dos anos 1990. Com exceção de

um breve período em que a própria CUT, a SNF e a PNF eram, ainda, muito incipientes a responsabilidade da Política Nacional de Formação esteve sob a orientação dessa corrente.

Embora a luta de classes durante toda década de 1980 fornecesse elementos para a formulação e disputa de um projeto contra-hegemônico de sociedade, que se distinguisse pelo vértice do projeto societário da classe dominante, após o retorno às épocas normais no início da década de 1990, da acomodação da classe trabalhadora à rotina e à sociabilidade do capitalismo neoliberal e da hegemonia da Articulação Sindical no interior da Central a nova estratégia da CUT passou a ser o desenvolvimento econômico sustentável com distribuição de renda que possibilitasse a inclusão social e a garantia da cidadania.

Este é um projeto construído a partir da caracterização de que o capitalismo no Brasil, ainda, não se desenvolveu completamente, mas poderá fazê-lo caso tenha um bloco no poder que dirija este processo. É um projeto filiado à perspectiva econômica desenvolvimentista. Esta estratégia é apresentada como parte do caminho que um dia levará ao socialismo, indicando, objetivamente, uma concepção etapista da construção do socialismo, embora as resoluções dos CONCURTs a neguem.

A dinâmica do sistema capitalista em sua mais recente configuração tem confirmado exemplarmente, segundo nossa perspectiva de análise, a irreversibilidade do capitalismo tardio dos países periféricos, como o nosso. Portanto a impossibilidade de concreção do projeto econômico-político proposto pela CUT. O que nos leva a afirmar que dentro dos limites do capital não é possível a existência real e concreta de um projeto contra-hegemônico.

O método (afirmativo/propositivo) utilizado para disputar a hegemonia deste projeto se constituiu na formulação de propostas possíveis de serem atendidas pelo capital e na pactuação com o governo e os patrões nos organismos tripartites: privados ou estatais, principalmente nos últimos. Nesta concepção a disputa de hegemonia se realiza a partir das possibilidades do capital, prioritariamente por dentro da aparelhagem estatal e junto à classe dominante e não a partir dos interesses da classe trabalhadora e junto com esta no âmbito da sociedade civil. A disputa da direção intelectual e moral da sociedade pela classe trabalhadora para um projeto societário que supere a divisão de classes não pode ser realizada sem a organização autônoma e independente da classe.

Assim a CUT passou de uma postura de oposição ao sistema capitalista para uma oposição a configuração neoliberal do capital, e, como o método escolhido para disputa de hegemonia reclama propostas possíveis para o capital, progressivamente, a CUT foi se acomodando aos limites do neoliberalismo, que, neste momento, é a forma possível de sobrevivência do atual sistema.

As estratégias de sociabilidade neoliberal tiveram que ser trabalhadas arduamente no Brasil, para apagar da consciência e da memória dos trabalhadores a sua auto-identificação enquanto classe. Foi necessário elaborar, divulgar e organizar uma visão de mundo em que as classes sociais e os conflitos decorrentes de seus antagonismos desaparecessem. Uma sociedade que transpira neutralidade: os patrões e trabalhadores se transformam em cidadãos sem classes, a sociedade civil se transforma na esfera neutra onde todos os cidadãos buscam o bem comum, a febre de participação não se vincula aos interesses de classe etc. Essas são estratégias da sociabilidade neoliberal da Terceira Via, forma privilegiada do

neoliberalismo no Brasil. E, foram assimiladas pela Central Única dos Trabalhadores: luta pela cidadania, qualificação profissional para a empregabilidade, participacionismo etc

Talvez com exceção de um breve período em que a própria CUT era muito incipiente e que a classe trabalhadora lutava aguerridamente, a Política Nacional de Formação em nenhum momento se colocou como tarefa a formação de dirigentes na perspectiva de intelectuais orgânicos para classe trabalhadora, desperdiçando, segundo nosso ponto de vista, a potencialidade contida na nova camada de dirigentes.

Os programas apresentados na primeira fase da PNF – 1987 a 1994 - foram marcados por uma formação que buscou instrumentalizar aquela nova camada de dirigentes, ainda pressionada pela movimentação sindical dos trabalhadores, para o exercício da função de negociação com os patrões, para a estruturação da CUT em suas diferentes instâncias, para a administração do aparato sindical oficial, para a compreensão das mudanças no processo de trabalho decorrente das novas tecnologias e da automação etc a partir da concepção e prática sindical elaborada pela Central. Durante todo esse período o único programa de caráter teórico-político crítico: Economia Política Básica, que poderia ter contribuído para a compreensão das determinações históricas que constituem as classes, de modo a permitir que os trabalhadores direcionassem conscientemente suas lutas, nunca realizou um único curso. A prioridade indiscutível era preparar os novos dirigentes para o exercício estrito da negociação das reivindicações imediatas com os patrões e para a administração da estrutura sindical. Uma formação instrumental não permite que se tenha solidez na crítica ao capital. Uma política de formação que não supere

o limite do senso comum que não aprofunde a formação teórica crítica não contribui para a formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

A segunda fase da PNF, de 1995 em diante, ocorre já em um momento de derrota da classe trabalhadora e de profundo retrocesso da movimentação sindical, de aceitação e acomodação dos trabalhadores à sociabilidade neoliberal, de esvaziamento dos sindicatos, com uma CUT – Cidadã preocupada principalmente em fazer propostas conciliatórias de políticas públicas nos organismos tripartites, com o objetivo de alcançar a *cidadania plena*. Somada a essas questões, a tática de disputa de hegemonia por dentro da aparelhagem estatal para a implantação de um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda mudou a função do dirigente sindical cutista e as diretrizes para a formação deste dirigente. A função prioritária do dirigente não é junto à classe, não é a organização para a mobilização autônoma e independente dos trabalhadores. Os dirigentes sindicais passaram a assumir a função de elaborar propostas e representar os trabalhadores nos Conselhos, nos Fóruns e Comissões Tripartites. Foi neste contexto que foram constituídos os Núcleos Temáticos de estudo, pesquisa e elaboração como parte da Política Nacional de Formação.

Entretanto, o salto qualitativo da subsunção das atividades de formação à sociabilidade neoliberal se dá através captação de recursos para financiamento da PNF, seja ele proveniente dos organismos internacionais ou do acesso aos recursos públicos. A influência dos financiadores internacionais das atividades de formação nos rumos da própria CUT e da PNF merece ser melhor investigada, pois, como já afirmamos anteriormente, os sujeitos políticos dessas cooperações internacionais já estavam mergulhados na sociabilidade neoliberal há pelo menos uma década antes

de nós, as condições dessas cooperações precisam ser criticamente analisadas. Não descartamos, inclusive, a hipótese de que a cooperação internacional tenha sido a porta de entrada para a adaptação da CUT aos limites do capitalismo neoliberal.

Entretanto, em termos de adaptação, nada se compara ao acesso aos fundos públicos para financiamento das atividades PNF. Isto inverteu as diretrizes e a prioridade da formação. Com a justificativa de investigar e desenvolver uma nova metodologia para formação profissional, a PNF se adaptou a ideologia da empregabilidade, é bem verdade que o fez com ressalvas, mas isto não altera a essência do fato. A dinâmica da PNF foi dada pela lógica a que devem se submeter todos os interessados na obtenção dos recursos. A educação do trabalhador passou a ocupar o centro da cena da PNF em detrimento da formação de dirigentes. Deste de 2002 existe a proposta de inverter esta dinâmica, por enquanto sem sucesso.

A CUT está capturada pelos limites do neoliberalismo. É hoje uma casca vazia, principalmente, porque o movimento de que ela foi a forma organizativa deixou de existir e seus dirigentes sucumbiram à derrota da classe. O quanto a Articulação Sindical contribuiu para que este movimento deixasse de existir é uma discussão relevante, mas nem de longe esta direção sindical teve o poder de derrotar sozinha a classe. A adaptação desses dirigentes é parte da derrota da classe. Esses dirigentes também foram derrotados, por mais que eles acreditem e se esforcem para implantar o seu “novo” projeto de sociedade.

Neste trabalho enunciamos brevemente a influência do PT sobre a CUT, especialmente a partir da abordagem da conformação da Articulação Sindical. Na atual conjuntura, no segundo mandato presidencial do PT, um estudo crítico desta relação tem enorme relevância, primeiro por que a CUT reivindica o Governo Lula

e o seu projeto de sociedade como seus, o que implicou em resoluções congressuais, posicionamento diante das reformas governamentais e de fatos da luta de classes bastante consoantes aos interesses desse governo, ferindo o princípio de autonomia da CUT frente aos governos. Mas, também, porque a Central Única dos Trabalhadores cedeu um razoável número de dirigentes para o primeiro e segundo escalão desse governo, para citar poucos exemplos temos o Luis Marinho - Ministro do Trabalho, ex-presidente da CUT, o secretário de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego Remígio Todeschini ex-secretário de Políticas Sociais da CUT e ex-tesoureiro nacional da CUT, Delubio Soares ex-tesoureiro nacional da CUT, Jorge Lorenzetti, ex secretário nacional de formação etc. O que significa para a CUT negociar com seu ex-presidente agora Seria importante investigar mais detalhadamente até que ponto houve uma inversão de representação da CUT: ao invés desta representar os trabalhadores diante do governo esta passa a representar o governo diante dos trabalhadores. Assim como, seria importante confrontar a formação proposta e realizada para os dirigentes do PT com a proposta de formação dos dirigentes da CUT.

A criação de uma nova camada de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora é uma necessidade dessa classe e será decorrência da retomada da luta dos trabalhadores e de sua constituição em classe para si. Fomos derrotados na tentativa realizada na década de 1980. Ao que tudo indica temos pela frente um longo período de hegemonia da sociabilidade neoliberal. Um período, para aqueles que trabalham cotidianamente pela construção do socialismo, em que a compreensão da realidade será o grande desafio. Um período de isolamento político, ideológico e teórico dos setores radicalmente crítico ao capital. Enquanto isso,

devemos, como sugere Perry Anderson (2000, 197), nos orientar na luta política contra o neoliberalismo por três lições dadas pelo próprio neoliberalismo:

Não ter medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo.

Não transigir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios.

Não aceitar nenhuma instituição estabelecida com imutável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. et alii. *Caminhos da modernização empresarial no Brasil*, Projeto Modernização empresarial e emprego no Brasil. Documento de Trabalho no. 2. FINEP, out. de 1994.

ANDERSON, Perry. Balanço do *Neoliberalismo*. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Org. SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro*. In: *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (Org) São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *A CUT entre o Classismo e a Social Democracia*. In: *Para Onde Vai a CUT?* GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião (org). São Paulo: Scritta, 1993.

ARTBRASIL *Revista Semestral da Articulação Sindical*. Ano I – No. 1. São Paulo, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Volume 1. 7a. edição. Brasília: Unb, 1995.

BOITO JR, Armando. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In *Crítica Marxista*, no. 3. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____*Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

_____*Sindicalismo brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

_____*O Sindicalismo na Política Brasileira.* Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BORON, Atílio *Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo II.* Petrópolis: Vozes, 2000.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998).* Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 2005

CONCEIÇÃO Martinho da. *A Formação Sindical da CUT Entre os Dilemas de um Novo Tempo. In Forma & Conteúdo no. 7, CUT, São Paulo, 1999*

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal.*São Paulo. Ciências Humanas, 1980.

EXECUTIVA DA ARTICULAÇÃO SINDICAL. *Articulação Sindical. Construído a CUT.* São Paulo: BANGRAF, 1993

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virginia *A sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas Sociais e Luta Teórica na Década de 1980. In Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.* Org LIMA, Júlio César França e NEVES, Lucia Maria Wanderley. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real.* São Paulo, Cortez, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 32^a. Edição. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 2005.

_____*O Capitalismo Global.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____ *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Sindicatos y consejos (I) in Escritos Políticos (1917-1933)* México. Siglo Veintiuno, 1997

_____ *Sindicatos y consejos (II) in Escritos Políticos (1917-1933)* México. Siglo Veintiuno, 1997

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 1. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 2. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 5. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 3. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 a.

GIANNOTTI, Vito *Collor a CUT e a PIZZA*. São Paulo: Scritta, 1993

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT – Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____ *Cut Ontem e Hoje – o que mudou das origens ao IV CONCURTO*. São Paulo: Vozes, 1991.

_____ *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta, 1993.

HARVEY, D *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004

IBGE, IPEA, ABONG e GIPE. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*. { HYPERLINK "<http://www.abong.org.br>" } acessado em 2/12/2006

_____ *Pesquisa Sindical*. { HYPERLINK "<http://www.ibge.gov.br>" } acessado em 20/12/2006

IASI, Mauro Luis *As Metamorfoses da Consciência de Classe – O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

_____ *Trabalho, lutas e movimento organizados da classe*. Conferência apresentada no Seminário Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora. Niterói, ADUFF, 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. In *Obras Escolhida*. Lisboa: Edições Avante, 1997

_____ *Os revolucionários devem atuar nos sindicatos reacionários? In O Trabalho do Partido entre as Massas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LIMA, Kátia Regina de Souza, MARTINS, André Silva. *Pressupostos, Princípios e Estratégias*. In: *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégia para Educar o Consenso*. São Paulo: Xamã, 2005

LIMA, Maria do Socorro de Abreu. *O sindicalismo rural em Pernambuco e o Golpe de 64*. Observatório Social do Nordeste. Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – FUNDAJ. Disponível em { HYPERLINK "<http://www.nead.org.br>" }. Acesso em 25/10/2006

LOCKE, John. *Formas de governo*. In *Weffort*, Francisco. (org) *Clássicos da Política*. São Paulo. Ática, 1991.

LÚCIO, Clemente Ganz. *Gato por Lebre*. In *Quem Luta Também Educa*, São Paulo, CUT, 1999.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975

_____*Manifesto Comunista. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, s/d.*

_____*Manifesto Comunista, São Paulo: Paz e Terra, 1996.*

_____*O Capital. Livro 1, volume 2, 6ª.edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.*

_____*“Instructions for delegates to Geneve Congress” in Fernbach, David org. “The First International and After” Londres, Tenguin Book (em associação com New Letf Review), 1974. Tradução Nicholas Davies.*

_____*Miséria da Filosofia. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1965.*

_____*A questão judaica, in Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1973*

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1975.*

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica. São Paulo: Loyola, 1986.*

_____*Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras, 1996.*

_____*A Política Nacional de Formação da CUT. In Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT. São Paulo: Xamã, 1997.*

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2002*

MATTOSO, J e POCHMANN, M *Reestruturação ou Desestruturação Produtiva no Brasil. Campinas:Cesit, IE/Unicamp, 1997*

MELO, Adriana Almeida Sales. *A Mundialização da Educação. Consolidação do Projeto Neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.*

MONTANÕ, Carlos. *Terceiro Setor e a Questão Social. Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Estatal. São Paulo: Cortez, 2002.*

MORA, Eliane Arenas. *Disputa de Projetos e as Políticas para Formação de Dirigentes da CUT. Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói: UFF, 2000*

NETO, Sebastião Lopes; GIANNOTTI, Vito. *Para Onde Vai a Cut?* São Paulo: Scritta, 1993

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégia para Educar o Consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

_____. *A Sociedade Civil como Espaço Estratégico de Difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia. In: A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégia para Educar o Consenso.* São Paulo: Xamã, 2005

_____. *Brasil Ano 2000: Uma Nova Divisão de Trabalho na Educação.* Rio de Janeiro: Papéis e Cópias de Botafogo, 1997.

_____. *Educação e Políticas no Brasil de Hoje.* São Paulo: Cortez, 1994.

NORONHA, Eduardo. *A Explosão das Greves na Década de 80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita.* 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O Elo Perdido. Classe e identidade de classe.* São Paulo. Editora Brasiliense, 1987

_____. *Há vias Abertas para a América Latina? In Nova Hegemonia Mundial – Alternativas de mudança e movimentos sociais.* Compilado por Atílio Boron. São Paulo, CLACSO, 2005.

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar: introdução crítica.* 11ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

PAULANI, Leda Maria. *O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua Dinâmica e Seus Impasses. In: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.* Org. LIMA, Julio César França e NEVES, Lucia Wanderley. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ, 2006
PEREIRA, Tadeu Pereira. *Educação e Formação Política: um estudo Histórico-Analítico e Institucional da Fundação Nativo da Natividade.* Dissertação de Mestrado apresentada na

Faculdade de Educação de Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1999.

POCHMANN, Marcio. *Economia Brasileira Hoje: Seus Principais Problemas. In: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Org. LIMA, Julio César França e NEVES, Lucia Wanderley. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ, 2006

_____. *Desafios Atuais do Sindicalismo Brasileiro. In: Sindicato y Nuevos Movimientos Sociales en América Latina*. TOLEDO, Enrique de La Garza. Buenos Aires, CLACSO, 2005

POMAR, Walter. *Formação Política: um passo essencial in Teoria e Debate*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1990.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1977

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

SEMERARO, Giovanni. *Tornar-se Dirigente: o Projeto de Gramsci no Mundo Globalizado*. Mimeo: Texto apresentado em mesa redonda do Seminário Internacional “Ler Gramsci – Ler a Realidade”, realizado no Rio de Janeiro de 19 a 23 de setembro de 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT)*. *Revista Espaço Acadêmico*. no.22. 2003. { HYPERLINK "<http://www.espacoacademico.com.br>" }, acessado em 10 de agosto de 2006

SINGER, Paula *Crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

SMITH, Adam *A Riqueza das Nações, vol I*. São Paulo. Abril Cultural 1978.

TROTSKY, Leon *Escritos sobre Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1978.

TUMOLO, Paulo Sergio. *A Política de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores Diante do Novo Padrão de Acumulação de Capital*. Tese de doutoramento em Educação. São Paulo: PUC, 1998

_____ *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.

VINHAS, Mauricio. *Estudos sobre o proletariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WELMOWICKI, Jose. *O movimento operário da década de 80: Construção da Cidadania ou Afirmação de Classe?* Tese de Mestrado UNICAMP. Campinas :mimeo, 1999.

ZANETTI, Lorenzo *O novo sindicalismo brasileiro: Características, impasses e desafio*. Rio de Janeiro: FASE, 1995

DOCUMENTOS

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

- I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1984.
- Resoluções do 1º. Congresso. São Paulo 1984 a
- Estatutos 1984 b
- Caderno de Formação 0. São Paulo, 1985
- Resoluções do 2º. Congresso. São Paulo 1986
- Estatutos 1986 a
- Plano Trabalho da Secretaria Nacional de Formação 1987, 1988 a, 1989.
- Resoluções do III CONCUR. São Paulo, 1988
- Resoluções do IV CONCUR, São Paulo, 1991
- 5º. Congresso Nacional da CUT, São Paulo 1994
- 6º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – Resoluções e Registros, 1997.
- 7º. CONCUR – Emprego Salário, Direitos Sociais e Democracia – 7º. Congresso Nacional da CUT – Resoluções e Imagens. Serra Negra, 2000.
- Resoluções do 8º. Congresso Nacional da CUT, In CUT 20 anos – 1983 – 2003. Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT. 2003 CD – ROM.
- Resoluções do 9º. CONCUR, 2006. Disponível em <<http://www.cut.org.br>> Acesso em 18 fevereiro de 2007.
- Estatutos 1989
- Avaliação externa da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo: Xamã, 1997a.
- Forma & Conteúdo nº. 1, 1990 a
- Forma & Conteúdo nº. 2, 1990 b
- Forma & Conteúdo nº. 3, 1990 c
- Forma & Conteúdo nº. 4, 1991 d
- Forma & Conteúdo nº. 5, 1993 a
- Forma & Conteúdo nº. 6, 1994 a
- Forma & Conteúdo nº. 7, 1999 b
- Forma & Conteúdo Edição Especial, 1999 c
- Forma & Conteúdo nº 10, 2000

- Forma & Conteúdo nº 11, 2002
- CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM.
- Plano Nacional de Formação, 1993 b
- Plano Nacional de Formação 1994 b
- Plano Nacional de Formação 1995
- Plano Nacional de Formação, 1996.
- Plano Nacional de Formação 1997 b
- Plano Nacional de Formação 1998
- Diretrizes e Estratégia da Política Nacional de Formação 1999/2000, 1999
- Plano Nacional de Formação 1999/2000, 1999 a
- Política Nacional de Formação – Diretrizes e Estratégia para o Período de 2001/2003, 2001.
- Programação da 1ª Conferência da Política Nacional de Formação, 1999 b.
- Plano Nacional de Formação 2001/2003

ANEXOS

ANEXO I
 RESULTADO DA ELEIÇÃO DE DIREÇÃO NACIONAL DA CUT
 Do II ao V CONCURTO

I I CONCURTO

Chapa	Correntes e Tendências	Votos
1	Grupo de Lula, Independentes, O Trabalho e Posadistas	59,9%
2	Cut pela Base, DS, PRC, Causa Operária, Momsp e outros	28,9%
3	Convergência Socialista e MCR	11,07%

III CONCURTO

Chapa	Correntes e Tendências	Votos
1. CUT é para Lutar	Convergência Socialista, PLP, o Trabalho e PCBR	16,20%
2. Por uma CUT Classista, de Massa, Democrática, de luta e Pela Base	Articulação Sindical e Força Socialista, ex-MCR	60,57%
3. Construir a CUT pela Base	CUT pela Base e integrantes da tese em defesa dos povos da floresta	23,16%

IV CONCURTO

Chapa	Correntes e Tendências	Votos
1. Avançar, consolidar e Vencer	Articulação Sindical, Nova Esquerda, Vertente Socialista (ambas ex- CpB)	52,15%
2	CUT pela Base, Convergência Socialista, O Trabalho, PLP	47,84%

V CONCURTO

CHAPA ÚNICA

Resultado da Composição da Executiva Nacional

Correntes e Tendências	efetivo/suplente
Articulação Sindical, Unidade Sindical (PPS)	14/4
CUT pela Base – Fórum do Interior, DS	2/2
Corrente Sindical Classista (PC do B)	4efetivos

PSTU – Convergência Socialista, PLP e outros	2/2
O trabalho, MTM, Forças Socialista	1 efetivo

ANEXO II
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA ENTRE O I e III CONCURSOS QUANTO
AO NÚMERO DE DELEGADOS

I CONCURSO

Estatuto (CUT, 1984, 187)

Artigo 27: Congresso Nacional

1. Participantes

a) Do Congresso Nacional participam trabalhadores dos Sindicatos e entidades profissionais com base dentro do território nacional, de acordo com os seguintes critérios de proporção e desde que realizem assembleia amplamente convocada:

Número de Trabalhadores	Delegados de diretoria	Delegados de Base
Até 2.000	2	3
de 2.000 a 10.000	3	5
de 10.000 a 30.000	4	8
de 30.000 a 100.000	5	12
de 100.000 a 200.000	6	16
Mais de 200.000	7	20

II CONCURSO

Estatuto (CUT, 1886,58)

Artigo 27: Congresso Nacional

1. Participantes

a) Do Congresso Nacional da CUT participam trabalhadores delegados:

- das entidades filiadas à CUT em dia com suas obrigações
- das oposições sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas pela CUT Estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela;
- das entidades não filiadas à CUT

b) Os delegados das entidades filiadas à CUT, das oposições sindicais e entidades não filiadas à CUT, com base no território nacional, serão eleitos em assembleias amplamente convocada e dentro dos seguintes critérios numéricos:

Número de Trabalhadores	Delegados de diretoria	Delegados de Base
Até 2.000	2	3
de 2.000 a 10.000	3	5
de 10.000 a 30.000	4	8
de 30.000 a 100.000	5	12
de 100.000 a 200.000	6	16
Mais de 200.000	7	20

III CONCURSO

Estatutos (CUT, 1988, 45)

Participação das bases

Participação nos Congressos da CUT, em todos os níveis, os delegados nas entidades sindicais filiadas e das oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas. O número de delegados por entidade sindical será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados.

Para as oposições serão respeitados os seguintes critérios:

- oposições que concorreram à última eleição do sindicato elegerão um número de delegados proporcional ao número de votos obtidos no último escrutínio.
- as oposições que não concorreram à última eleição do sindicato elegerão delegados em número nunca superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT.

- as oposições que participaram de eleições sindicais julgadas não democráticas escolherão delegados segundo critérios estabelecidos pela CUT estadual.

Eleição de delegados. Para os congressos regionais e estaduais serão eleitos delegados nas instâncias máximas de cada entidade sindical, assembleia ou congresso, sem distinção entre diretoria e base.

Para o Congresso Nacional os delegados serão eleitos nos congressos estaduais segundo a proporção de um delegado para cada 2.000 trabalhadores sindicalizados, observando-se o critério de proporcionalidade entre as chapas concorrentes.

ANEXO III
RELAÇÃO DE QUESTÕES QUE NORTEARAM O 1º. ENCONTRO
NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE FORMAÇÃO

1. *É possível se pensar, hoje, em uma PNF?*
 - a) *Pressupostos e objetivos: Qual a finalidade desta política, a que necessidades ela procura responder e que resultados pretende chegar?*
 - b) *Caráter: De que tipo de formação está se falando, qual a filosofia geral deste trabalho, a quem pretende atingir e que tipo de metodologia é mais adequada?*
 - c) *Condições: O que é necessário para viabilizar esta política?*
2. *Qual a relação entre o trabalho de formação e as atividades gerais da CUT (mobilização, organização, planos de lutas, congressos etc)*
3. *Qual o papel das SEFs? E o papel da SNF?(apud, Tumolo, 1998:145)*

ANEXO IV

PRINCÍPIOS PARA UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA CUT – 1987

1. O estatuto e as resoluções dos congressos da CUT são o referencial permanente e maior das atividades de formação da CUT

2. A concepção classista da sociedade e a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora serão o eixo central ou pano de fundo de toda a programação de formação da CUT.

3. A formação da CUT buscará, permanentemente, a dotação de conhecimentos teóricos e práticos como ferramentas fundamentais para os trabalhadores pensarem a realidade em que vivem de forma crítica e implementarem as lutas específicas por melhores condições de vida e trabalho combinada com o projeto político de transformação da sociedade capitalista.

4. A reflexão sobre a história da luta de classes no mundo deve ser a principal fonte de saber para o entendimento da realidade e as perspectivas futuras da luta dos trabalhadores. Desta forma, o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo devem ser preocupações permanentes da formação na CUT.

5. A formação deve desenvolver o respeito às decisões coletivas, à combatividade e à importância da organização para o alcance dos objetivos da classe trabalhadora.

6. A formação da CUT buscará a capacidade dos trabalhadores para o processo da luta de classes em todos os níveis, particularmente para a necessidade de consolidação e avanço do sindicalismo classista, democrático e de luta representado pela CUT. Assim, deve aprofundar a reflexão sobre os prejuízos que o sindicalismo fascista, de conciliação e colaboração de classe, trouxe e traz para a organização independente dos trabalhadores e a necessidade de implantação da liberdade e autonomia sindical.

7. A formação da CUT deve capacitar os dirigentes para uma administração sindical que coloque em prática esta concepção, onde se privilegia a organização de base, a participação democrática e se implementa a luta pelos interesses imediatos combinada com as lutas pelos interesses históricos dos trabalhadores, assegurando a autonomia dos sindicatos e da Central em relação ao governo e aos partidos políticos.

8. A formação da CUT deve dotar os dirigentes sindicais do instrumento de análise necessário ao entendimento das mudanças de conjuntura e da evolução do capitalismo, de modo a permitir a ação adequada que cada situação exige na dinâmica da luta de classe.

9. A metodologia de formação da CUT deve ser tratada como elemento essencial do processo de formação. A metodologia de formação, para os trabalhadores, parte do princípio que a teoria nasce da prática (atual e acumulada ao longo da história das lutas, a nível nacional e internacional), devendo ser usada, portanto, como ferramenta de análise. A metodologia deve se orientar por uma linha onde os participantes são sujeitos do processo, desenvolvendo o raciocínio, permitindo o aprendizado coletivo das experiências e envolvendo o “processo de criação e recriação do conhecimento”(a prática resulta numa teoria que é aplicada a uma nova prática). Com esta visão, superamos a concepção que afirma que somente a prática e a luta são instrumentos de formação, bem como a que procura passar a idéia de que basta a teoria e a adequação da prática e da realidade à teoria estabelecida. A formação deve colocar a perspectiva de eliminar a separação entre os que planejam e os que executam.

10. A formação deve ser encarada como atividade permanente na vida de um militante, exigindo uma postura constante de indagação crítica, tomada de posições, ação e avaliação. Assim, a CUT, os sindicatos e as associações devem encarar a formação integrada e combinada com todas as demais ações. (CUT: 1990, 4)

ANEXO V

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO
(1987 - 1993)**

{ EMBED Visio.Drawing.11 }

ANEXO VI

QUADRO DAS ATIVIDADES DA PNF⁸³ (1987 – 1993)

⁸³ Estão relacionadas apenas as atividades constantes nos planos Nacionais de Formação

Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de partic.	Duração(dia)	Partic x Dia
---------------	------------	-----	----------------------	---------------	--------------	--------------

1987

Atividades para dirigentes	Seminário Nacional Concepção e Prática Sindical	01	SNF/INCA/FASE/CEDI	57	02	114
	Seminário Nacional Exper. Org. Sindical Italiana	01	SNF	40	03	120
	Cursos Regionais para Dirigentes	05	SNF	116	02 a 03	296
	Curso Nacional para Dirigentes (Nível I)	08	SNF/INCA	126	07	882
	Curso Nacional para Dirigentes (Nível II)	01	SNF/INCA	10	08	80
Política Nacional de Formação	Seminários Regionais sobre PNF	04	SNF/SEFs	70	02	140
	Seminários Estaduais sobre PNF	09	SNF/SEFs	205	01 a 02	345
Monitores/Metodologia	Seminário sobre metodologia	01	SNF/SEF-BA	27	02	54
	Curso de Formação de Monitores	01	SNF/INCA	21	10	210
Totais		31		672		2241

1988

CEPS	Curso para Dirigentes (Nível I)	06	SNF/INCA	112	08	896
	Seminários Estaduais de CEPS	20	SNF/SEFs	817	02	1634
	Seminários de CEPS para Direção Nacional	02	SNF	28	02	56
Comunicação e Expressão	Curso de Comunicação e Expressão	01	SNF/Reconstrução	25	06	150
	Curso sobre Técnicas de Visualização	01	SNF/ILDES	32	02	64
Metodologia de Formação Sindical	Curso de Formação de Monitores	02	SNF/INCA	39	08	312
	Seminários sobre Metodologia	03	SNF/SEFs (PR,DR,RS)	81	02	162
Totais		34		1134		3274

1989

CEPS	Cursos de CEPS	06	SNF/INCA	142	08	1136
	Cursos Formas de luta e Organ. Dos Trab.	03	SNF/INCA	85	08	680
	Curso de Economia Política	01	CESIT-UNICAMP	08	04	323
	Seminários Resoluções 3º Concut/OLT	10	SNF/SEFs	340	02	680
	Seminário Resoluções 3º Concut	01	SNF/ SEF-RO	126	01	126
PASC	Seminário sobre Planejamento e Adm. Sindical	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	30	03	90
Mulher Trabalhadora	Seminários Questão da Mulher Trabalhadora	05	SNF/CNQMT	113	02	226
Formação Rural	Seminários sobre Sindicalismo Rural	02	SNF/DNTR	119	03	90

Comunicação Sindical	Curso de Comunicação e Expressão	01	SNF/Reconstrução	18	05	90
Negociação	Seminários sobre Técnicas de Negociação	01	SNF/ILDES	17	02	34
Metodologia de Formação Sindical	Cursos de Formação de Monitores	02	SNF/INCA	50	07	350
	Curso de Formação de Formadores(2 etapas)	01	SNF/INCA	6/7	10/10	130
	Curso de Formação de Monitores(3 etapas)	01	SNF/EQUIP	24	5 / 5 / 5	360
	Seminários sobre Metodologia	01	SNF/INCA/FASE/CEDI	56	05	280
Apoio às SEFs	Semin. Estaduais sobre política de Formação	05	SFN/SEFs	112	01	112
Totais		41		1250		4683

1990

CEPS	Cursos de CEPS Nível I	06	SNF/INCA	191	06	1146
	Curso de matemática Sindical	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	23	05	115
	Seminário Internacional Contrato Coletivo	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	35	03	105
	Curso de CEPS - Nordeste(3 etapas)	01	SNF/EQUIP	32/19/15	5 / 5 / 5	330
	Curso de CEPS – Nordeste (Centralizado)	01	SNF/EQUIP	22	05	110
	Seminário Contrato Coletivo – Nordeste	01	SNF/SPS/EQUIP	25	04	100
	Semi. Org. dos Trab.Serv.Pub – Nordeste	01	SNF/EQUIP	35	03	105
	Seminário Org. dos Trab.Serv.Publ.Federal	01	SNF/SPS/SPSo	28	03	84
	Seminários Organização no Local de Trabalho	11	SNF/SEFs	430	02	860
PASC	Curso de Planejamento	02	SNF/Esc. 7 de Outubro	56	05	280
	Semin. Bases Planejamento e Adm. No Campo	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	37	04	148
	Curso Administração Financeira	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	27	05	135
Direção Nacional	Semin. As Transformações Internac. E os Trab.	01	SNF/SRI/DESEP	67	04	268
	Seminário Sindicalismo Intern. e Desafios da CUT	01	SNF/SRI/DESEP	97	04	388
Automação e Novas Tecnologias	Semin. Planejamento de novas tecnologias	01	SNF/DNM	62	02	124
	Seminário Internac. sobre Novas Tecnologias	01	SNF/DNM	121	05	605
Comunicação Social	Semin. Bases para Política de Counc. Da CUT	01	SNF/SID	77	03	231
Mulher Trabalhadora	Curso Questão da Mulher Trabalhadora	01	SNF/CNQMT	30	06	180
Recursos Humanos e Metodologia de Formação	Curso de Formação de Formadores Nível I	02	SNF/INCA	40	10	400
	Curso de FF Nível II (3 etapas)	01	SNF/INCA	25 / 24 / 18	7 / 7 / 7	469
	Curso de FF – Nordeste (3 etapas) Descentralizado	01	SNF/EQUIP	26 / 29 / 30	6 / 6 / 6	510
	Curso de FF- Nordeste (3 etapas) Descentralizado	01	SNF/EQUIP	26 / 27 / 30	6 / 6 / 9	588
	Seminário Ex-Participante FF- Nordeste	01	SNF/EQUIP	05	10	50
	Curso de FF- Nordeste (3 etapas) Centralizado	01	SNF/EQUIP	28 / 25 / 30	6 / 6 / 6	498
Apoio às SEFs e Escolas	Encontros Estaduais de Formação	04	SNF/SEFs/EQUIP	53	02	106
	Encontro das SEFs do Nordeste	01	SNF/SEFs/EQUIP	50	04	200

	Seminário Estadual de Formação	01	SEF-MG	22	04	88
	Seminário Metodolista	01	Escola Norte	38	01	38
	Seminário Planejamento Sistemas de Formação	01	SNF	12	04	48
	Seminário Concepção Prática Sindical	01	SEF-AL	42	02	84
Totais		51		2035		8445

1991

CEPS	Curso de CEPS Nível I	03	SNF/INCA	90	06	540
	Cursos de CEPS (3 etapas)	03	SNF/EQUIP	303	05	1515
	Seminário sobre Estrutura Sindical no Campo	01	SNF/EQUIP	27	04	108
	Cursos CEPS no Pará	02	SNF/Escola Norte	42	04	168
	Cursos CEPS no Pará	08	SNF/Escola Norte	153	05	765
Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de Partic.	Duração(dias)	Partic. X Dias
CEPS	Cursos CEPS no Pará	08	SNF/Escola Norte	153	05	765
	Curso CEPS no Pará	01	SNF/Escola Norte	07	06	42
	Cursos CEPS Região Sul	02	SNF/Escola Sul	25 / 27	7 / 6	337
Negociação e Contratação Coletiva	Curso Matemática Sindical	01	SNF/ Esc. 7 de Outubro	35	05	175
	Semin. Cont. Coletivo e Bases Prog. Nac. NCC	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	36	02	72
	Semin. Nac. Neg. Coletiva e Org. Sind. No Brasil	01	SNF	51	02	105
PASC	Curso sobre Método ZOPP de Planejamento	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	28	04	112
	Cursos de Planejamento- I	03	SNF/Esc. 7 de Outubro	74	05	370
	Curso de Planejamento – I para Rurais	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	21	06	126
	Curso Administração Financeira	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	27	06	162
	Curso de Planejamento – II	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	25	05	125
Processos de trabalho e Organização Sindical de base	Seminário Bases para Um Programa PT-OSB	01	SNF/INCA	48	03	144
	Seminário OLT	01	SNF/EQUIP	16	04	64
	Seminário OLT – São Paulo	01	SNF/SEF-SP	63	02	126
	Seminário OLT – Paraíba	01	SNF/SEF-PB	46	02	92
Direção Nacional	Seminário Balanço Pol. Organizativo da CUT	01	SNF/INCA	31	02	62
	Seminário Conjuntura Regional Sul	01	SNF/Escola Sul	48	03	144
Mulher Trabalhadora	Seminário Crise Econômica e Cotidiano Feminino	01	SNF/EQUIP	26	04	104
Questão Rural	Seminário Nacional Reforma Agrária	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	89	03	267
	Seminário Negociação Coletiva para Canavieiros	01	SNF/EQUIP	26	03	78
Comunicação e Expressão	Seminário Comunicação Sindical e Formação	01	SNF	20	01	20
Recursos Humanos e Metodologia de Formação	Curso FF Nível I	01	SNF/INCA	26	10	260
	Curso FF Nível II (3 etapas)	01	SNF/INCA	21 / 21 / 20	7 / 7 / 7	441
	Seminário sobre Telecurso – CEPS	01	SNF/INCA	35	03	105

	Curso Metodologia p/ Educadores – NE (2 etapas)	01	SNF/EQUIP	27 / 22	6 / 6	294
Recursos Humanos e Metodologia de Formação	Curso Met.a Novos Educadores - NE (2 etapas)	01	SNF/EQUIP	19 / 20	5 / 5	195
	Seminário Metodologia de Visualização	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	35	03	105
	Curso de FF – Pará (2 etapas)	01	SNF/ Escola Norte	18 / 12	7 / 6	322
	Curso de FF – Pará (2 etapas)	01	SNF/Escola Norte	28 / 22	7 / 6	204
	Curso FF região Sul (3 etapas)	01	SNF/Escola Sul	31 / 26 / 18	6 / 5 / 5	406
	Curso Formadores em CEPS – Sul	02	SNF/Escola Sul	18 / 14	10 / 10	320
	Seminário Metodologia de Visualização	01	SNF/ Escola Sul	14	03	42
Apoio às SEFs e Escolas	Curso para Secretários Estaduais de Formação	01	SNF	35	05	175
	Seminários Regionais Formação Sind. Rural	05	SNF/SEFs	93	02 e 03	221
	Seminários de Planejamento	03	SNF/SEFs (RS, RJ, BA)	89	02 e 03	210
Cooperação e Intercambio	Conferencia Internac.Relações e Direitos Sindicais	01	CUT/COSATU/CGIL	21	03	63
	Seminário Conjuntura Inter. Rumos e Desafios	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	46	03	138
Totais		63		2116		9321
Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de Partic.	Duração(dias)	Partic. X Dias

1992

CEPS	Cursos de CEPS Nível I	02	SNF/INCA	20 / 24	6 / 6	264
	Seminário CEPS para Formadores São Paulo	01	SNF/INCA/SEF-SP	18	05	90
	Seminário Nacional do Programa – CEPS	01	SNF/ Coord. Nac. do Prog.	18	03	54
	Cursos Descentralizados para Nordeste	03	SNF/EQUIP	24 / 29 / 24	5 / 4 / 5	356
	Seminários Estaduais Formação na Ação	02	SNF/EQUIP	25 / 17	3 / 2	109
	Cursos Região Metropolitana Belém	02	SNF/Escola Norte	13 / 26	5 / 5	195
	Curso para Região Sul	01	SNF/Escola Sul	21	05	105
Negociação Coletiva	Curso Neg. Col. Canavieiros Sudeste e C. Oeste	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	10	04	40
	Seminário Nacional Bases do Programa	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	37	03	111
PASC	Curso Método de Planejamento Sindical	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	20	05	100
	Reunião Regionalização do Programa	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	31	02	62
	Cursos Planejamento Nível I	06	SNF/Esc. 7 de Outubro	146	05 e 06	796
	Seminário Nacional Bases para Gestão Sindical	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	45	02	90
PT-OSB	Seminário Bases do Programa	01	SNF/INCA	33	02	66
	Oficina de Experiências de OLT em São Paulo	01	SNF/INCA	11	02	22
	Seminários de Sensibilização OLT	02	SNF/EQUIP	16 / 22	3 / 3	114
	Oficina Troca de Experiências em OLT	01	SNF/Escola Norte	25	02	50
	Seminários Sensibilização em OLT	03	SNF/ Escola Sul	42 / 30 / 35	2 / 2 / 4	284
Formação das Direções	Seminários Política Relações Internacionais da CUT	06	SNF/SRI/Escolas/SEFS	169	01 e 02	283

	Seminários Organização Vertical da CUT	06	SNF/Escolas/SEFS	189	01 e 02	342
	Seminário Rel. Intern.e Org. Vert. da CUT (Norte – II)	01	SNF/Escolas Norte/SEFs	70	02	140
	Curso de Economia e Sindicalismo (4 etapas)	01	SNF/INCA/CESIT	26/ 18 / 6 / 11	5 / 5 / 5 / 5	305
	Semin. Nac. Partic. Mulheres na Direção da CUT	01	SNF/CNMT	38	01	38
	Semin. Nac. Org. Vert. No Serviço Público	01	SNF/SPS	43	01	43
	Semin. Nac. Estrutura Vertical da CUT	01	SNF	15	01	15
	Semin. Reforma Constitucional e os Trab.	01	SNF/SPS	107	02	214
Relações Sociais entre Homens e Mulheres	Seminário Questão da Mulher Trabalhadora	01	SNF/CNMT	11	02	22
	Seminário Neg. Coletiva para Mulheres	01	SNF/CNMT/Esc. 7 de Outubro	23	03	69
Recursos Humanos e Metodologia de Formação	Curso de FF Nível – I	01	SNF/INCA	13	10	130
	Curso de FF – I sobre Telecurso CEPS	01	SNF/INCA	20	05	100
	Curso de FF Nível – II (3 etapas)	01	SNF/INCA	21 / 17 / 14	7 / 6 / 7	347
	Seminário Nacional do Programa	01	SNF/Coord. Do Prog.	15	02	30
	Curso Centralizado Formadores – NE (3 etapas)	01	SNF/EQUIP	28/ 23/ 16/	6/ 4/ 5	340
	Cursos Descentralizados Educ. Iniciais – NE	03	SNF/EQUIP	37/ 42 / 52	04 e 05	632
	Curso de FF Nível – II – Norte (2 etapas)	01	SNF/Escola Norte	07 / 16	03	69
	Curso de FF p/ iniciantes – RS (2 etapas)	01	SNF/Escola Sul	14 / 10	05 / 04	110
	Curso de FF p/ Ini.–SC (3etapas)	01	SNF/Escola Sul	32 / 22 / 17	3 / 6 / 5	313
Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de Partic.	Duração(dias)	Partic. X Dias
Recur. Humanos e Metod. de Formação	Curso/ Encontro Formadores Atuantes – Sul	01	SNF/Escola Sul	20	05	100
Cooperação e Intercâmbio	Simpósio Internacional Sindicatos e Transf. Estruturais	01	SNF/SRI/CLACSO/ISC OS	115	04	460
	Semin. Int. Sindicato e Transformações Estruturais	01	SNF/SRI/CLACSO/ISC OS	40	02	80
	Encontro Intern. Secret. Formação do Cone Sul	01	CUT/ORIT	26	04	104
	Seminário Nacional de Memória e História Oral	01	SNF	47	01	47
Totais		67		2152		7247

1993

CEPS	Cursos O que é a CUT Nível – II	02	SNF/Escola Sul	10 / 07	5 / 5	85
	Curso de Especialização Formadores CEPS (2 etapas)	01	SNF/Escola São Paulo	19 / 09	5 / 5	140
	Seminário Desafios do Sindicalismo Brasileiro	01	SNF/Escola Sul	18	05	90
	Seminário Desafios do Sindicalismo Brasileiro	01	SNF/Escola Sindical São Paulo	22	05	110
	Seminário Intercâmbio e Avaliação CEPS – NE	01	SNF/CONEFOR	09	02	18
	Seminário Reforma Constitucional e Est. Sind.	01	SNF/Escola Sind. São Paulo	35	03	105
	Seminário Nacional do Programa	01	SNF/Coor. Prog	14	02	28
Negociação Coletiva	Curso Neg. Coletiva para Mulheres (2etapas)	01	SNF/Esc. 7 de Outubro/RSHM	20 / 18	5 / 5	190
	Cursos Regionais Projeto CUT e Cont. Col.Trab.	04	SNF/Escolas	19 / 24 / 42 / 18	5 / 5 / 5 / 5	515

PASC	Curso Planejamento Sindical Baixo Amazonas	01	SNF/Escola Norte	13	04	52
	Cursos Regionais de Planejamento – II	02	SNF/CONEFOR/Escola Sul	8 / 18	5 / 5	130
	Encontro Nacional Formadores/Monitores Planejamento	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	34	05	170
	Seminário Poder Ética e Democracia – Sul	01	SNF/Escola Sul	33	03	99
PT – OLT	Seminário Est. Sensibilização OLT	01	SNF/SEF- PI	43	04	172
	Cursos Regionais Especialização Formadores OLT	03	SNF/Escolas	12 / 18 / 24	4 / 5 / 4	234
	Seminário Modelo Japonês de Produção e Qualidade	01	SNF/DIEESE/Esc.SP/S EEB-SP	23	02	46
	Seminário Experiência em OLT	01	SNF/ Esc. 7 de Outubro	14	03	42
	Seminário CUT e OLT	01	SNF	22	05	110
	Encontro Nacional de OLT	01	SNF/Coor. Prog.	45	04	180
Direções	Sem.Reg.Proposta CUT Sist.Dem.Rel.de Trab.	02	SNF/Escolas (Norte e Sul)	10 / 24	2 / 1	44
	Sem.Reg. Revisão Const.e Cotas Mul.Dir. CUT	05	SNF/Escolas	10 / 24 / 15 / 8 / 18	2 / 2 / 2 / 2 / 4	186
	Curso Economia Brasileira e Sindicalismo (4 etapas)	01	SNF/INCA/CESIT/Esc. SP	28 / 26 / 27 / 14	5 / 5 / 5 / 5	475
	Sem. Transf. Estrut. e Pol. Desenv. NE	01	SNF/CONEFOR/EQUI P	30	04	120
	Smin. Papel da CUT no Combate ao Racismo	01	SNF/CNCDR	102	04	408
	Curso FF sobre Mercosul (2 etapas)	01	SNF/Escola Sul	31 / 28	5 / 4	267
	Curso sobre Mercosul	03	SNF/Escola Sul	32 / 19 / 19	4 / 3 / 4	261
Rel.Soc. entre Homens e Mulheres	Curso Metod. Visualização na Formação	01	SNF/ILDES/CNMT	18	03	54
Formação Para Trabalhadores Rurais	Curso Org. e Ação Sind. no Campo	01	SNF/DNTR/Esc. SP	97	05	185
	Semin. Nacional Gênero e Classe	01	SNF/DNTR	35	06	210
	Cursos Regionais Desen. E Coop/Gênero e Classe	02	SNF/DNTR/Escolas	30 / 28	4 / 4	232
	Curso Dirigentes Rurais (2 etapas)	01	SNF/DNTR/Esc. Sul	30 / 24	5 / 5	270
Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de Partic.	Duração(dias)	Partic. X Dias
Formação Para Trabalhadores Rurais	Curso Dirigentes Rurais (2 etapas)	01	SNF/DNTR/Esc. Sul	24 / 28	5 / 5	260
	Curso Comerc. E Gerenc. Agrícola	01	SNF/DNTR/Esc. Norte	34	05	170
	Seminário Nac. Mercado de Trab. No Campo	01	SNF/DNTR/Esc. 7 de Outubro	57	02	114
	Semin. Bases Prog. Rural Centro – Oeste	01	SNF/DNTR/Esc. C.Oeste	36	03	108
	Semin. Estaduais Ref. Agrária (MT, TO, RO)	03	SNF/DNTR/DETRs	40 / 20 / 36	2 / 2 / 2	192
Recursos Humanos e Metodologia de Formação	Curso FF	01	SNF/Escola Sul	10	04	40
	Curso FF (2 etapas)	01	SNF/ Escola Sul	13 / 17	5 / 5	150
	Curso FF (4 etapas)	01	SNF/Esc. SP	29 / 30 / 24 / 22	7 / 6 / 6 / 6	659
	Seminário Concepção Metod. De Form. Sindical	01	SNF/Esc. SP	47	03	141
	Semin. Nac. A integralidade no Processo Formativo	01	SNF/Escola Sul	36	03	108
	Curso FF (5 etapas)	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	32/34/30/29/28	5/ 5/ 5/ 5/ 4	737
	Semin. Nac. Sociedade Cultura e Sindicato	01	SNF/Esc. 7 de Outubro	40	03	120

	Cursos Forma.Educ. Veteranos (Centralizado)	01	SNF/CONEFOR/EQUI P	23	04	92
	Curso Form. Educ. Descentralizado	02	SNF/CONEFOR/EQUI P	16 / 27	5 / 5	215
	Seminário Intercâmbio e Avaliação entre Educadores	01	SNF/CONEFOR/EQUI P	26	04	104
	Curso FF Nível – II (2 etapas)	01	SNF/Escola Norte	20 / 16	5 / 5	180
	Curso Metodologia de Formação Cutista	01	SNF/Escola Norte	21	02	42
Cooperação e Intercâmbio	Seminários As Universidades e o Mov. Sind.	02	SNF	18 / 21	1 / 1	39
	Debate Sindicato no Leste Europeu	01	SNF/Escola Sul	17	01	17
	Semin. Troca de Exp. Metod. Centrais Sind. Cone Sul	01	SNF/Escola Sul	18	02	36
Mem. E Documentação	Seminário Nac. Bases para Política de Mem. e Doc.	01	SNF	53	03	159
Totais		71		2230		8911

EIXO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

1992	Apoio Planejamento CUTs Est. (SC, MG, DF, RO, PB, PE, CE, PR, SP, RJ)	10	SFN/CUTs Estaduais		41	
	Apoio Planejamento Estrut. Verticais da CUT	01	SNF/DNTR		04	
	Reuniões do CONAFOR	02	SNF		06	
	Reuniões dos Coordenadores Nac. dos Prog.	02	SNF		03	
	Reunião Administradores de Escolas	01	SNF		01	
	Reunião Coletivo Estadual de Formação	01	SNF/SEF-SP		01	
	Encontro Estadual de Formação CUT-SP	01	SNF/SEF-SP		03	
	Encontro Nacional de Formação	01	SNF		04	
	Apoio Planejamento Executiva e Dir. Nacional CUT	01	SNF/SG/Prog. PASC		11	
Totais		20			74	
1993	Reuniões do Conafor	02	SNF		05	
	Reuniões Coordenadores Nacionais de Programas	01	SNF		01	
	Reunião Conselho Político Esc. Centro-Oeste	01	SNF/Esc. C. Oeste		01	
	Semin. Implantação Escola C. Oeste	04	SNF/Esc. C. Oeste		08	
	Encontro Estadual de Formação de Goiás	01	SNF/SEF-GO		03	
Eixo/Programa	Atividades	Qtd	Entidades Promotoras	Nº de Partic.	Duração(dias)	Partic. X Dias
1993	Reunião Escola Sul	01	SNF/Escola Sul		01	
	Reunião Escola Sul com SEFs da Região	01	SNF/Escola Sul		02	
	Encontro Estadual de Formação São Paulo	01	SNF/SEF-SP		02	
	Reunião do Conselho Consultivo da Esc. 7 de Outubro	01	SNF/ Esc. 7 de Outubro		01	
	Reunião com SEF Pará	01	SNF/SEF-PA		01	
	Reuniões CONEFOR	03	SNF/CONEFOR		06	
Totais		17			31	

ANEXO VII

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO DE 1993

Classista e de massas – a Formação da CUT busca capacitar os trabalhadores para a organização e ação sindical necessárias às conquistas dos seus objetivos. Atua, portanto, no sentido de despertar nos mesmos a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir amplos setores das massas trabalhadoras priorizando aqueles que estejam de alguma forma organizados e buscando abranger os que ainda não estejam.

Resoluções são a referência – as atividades da Formação têm nas resoluções das instâncias da Central a sua referência. As decisões democráticas dos trabalhadores devem, portanto, ser analisadas, debatidas e confrontadas com a ação efetiva do sindicalismo cutista de forma crítica, buscando contribuir na implementação das deliberações e na superação dos conflitos entre concepção e prática.

Democrática, pluralista e unitária - para cumprir o princípio anterior, a Formação deve ser um espaço que estimule a reflexão e o debate das mais diversas correntes de opinião presentes no interior do movimento sindical cutista. Para isto deve criar as condições necessárias para que as distintas concepções aflorem, se conheçam, se confrontem e busque dentro da diversidade os elementos de unidade, os pontos comuns necessários para a ação unificada e fortalecedora.

Unificada e descentralizada – a formação cutista deve ter uma política unificada quanto aos seus objetivos, concepção, prioridades e estratégias de implantação. Deve, no entanto, ser descentralizada quanto à sua elaboração, permitindo a participação democrática de todas as entidades da estrutura cutista, e também quanto à sua implementação, levando em conta as especificidades de cada região e de cada realidade.

Metodologia coerente com o projeto – A CUT busca melhoria das condições de vida e trabalho através da ação consciente e organizada da classe trabalhadora. Isso só é possível num processo onde os trabalhadores são sujeitos das transformações sociais, dotados de capacidade crítica para analisar, propor e agir. Desse modo, a Formação deve estimular este processo trabalhando com uma metodologia coerente com o projeto da Central. Uma metodologia que faça da experiência o ponto de partida para as reflexões teóricas; que incentive o desenvolvimento do potencial de cada um e onde a construção

coletiva do conhecimento seja um processo de síntese das capacidades individuais. Que seja um movimento permanente de criação e recriação do saber realizado através da reflexão guiada por objetivos comuns.

Integralidade do ser humano - o trabalhador é um ser com múltiplas dimensões que compõem sua integralidade. Não é apenas um ser que trabalha ou milita no movimento sindical: é um ser social que estabelece outras tantas relações sociais e nelas experimenta as mais diversas sensações e emoções. As atividades de Formação devem levar em conta todas essas dimensões e tratar os trabalhadores em sua integralidade, incorporando suas diversas formas de manifestação e percepção da realidade.

Instrumento de reflexão crítica e de libertação – a Formação tem como objetivo ser um instrumento que contribua na luta pela transformação da sociedade. Deve contribuir para que os trabalhadores possam ter uma visão crítica do mundo e das relações sociais. Para construir um mundo melhor é preciso que ela seja um objeto de libertação, tornando o trabalhador sujeito da história, capaz de pensar por si só e de agir coletivamente com convicção e consistência em seus propósitos.

Contra as discriminações - a Formação cutista deve ser um instrumento objetivo de luta por mudanças nos comportamentos e valores culturais que signifiquem a exclusão de setores da sociedade através de discriminações raciais, sexuais, religiosos, de gênero, etc. Deve incentivar e valorizar a integração, a solidariedade entre todos os trabalhadores e a luta pela igualdade de direitos e pelo respeito a todo ser humano sem distinção.

Dimensões: ideológica, política e técnica – com o objetivo de capacitar trabalhadores para transformar a realidade através de sua ação consciente e organizada, a Formação deve levar em conta esses três aspectos do conhecimento. O trabalhador deve, além de ter capacidade de perceber a realidade de forma crítica e elaborar propostas para sua transformação, ser capaz de transformá-la. Para isso, além de ter consciência do que deseja fazer, deve ter a capacidade de saber fazer e, portanto, adquirir conhecimentos técnicos necessários à operacionalização de suas decisões políticas que emanam de sua concepção ideológica.

Formação é processo - formação é um processo contínuo e, portanto, todos estamos sempre “em formação”. Ninguém deve se considerar formado em definitivo. A vida é um eterno aprender e devemos sempre estar abertos para o novo e permeáveis ao conhecimento e à experiência acumulada pelo outro. E como o aprendizado é um processo,

a Formação deve levar em conta os limites, as potencialidades e as relações individuais e coletivas que cada um tem com sua realidade objetiva, respeitando as etapas necessárias para compreensão de idéias mais complexas e de raciocínios mais abstratos.

Permanente, planejada e sistematizada - as atividades de formação, nas entidades cutistas, devem ter caráter permanente para garantir a continuidade do processo de aprendizado. Não devem ser apenas esporádicas, episódicas. Devem englobar as principais demandas da realidade de cada entidade e para isso exigem um planejamento prévio e cuidadoso, para não ficar ao sabor do espontaneísmo e do improvisado. Posteriormente as mesmas devem ser sistematizadas para contribuir no processo de reflexão sobre a organização e a luta sindical e potencializar a capacidade educativa de nossas ações.

Indelegável – A Política Nacional de Formação deve estar subordinada ao projeto político-sindical da CUT. Portanto a sua definição é de responsabilidade das entidades fóruns e instâncias da Central.

Relação com entidades de apoio - De acordo com os princípios anteriores, a CUT buscará apoio das diversas entidades que possam contribuir na elaboração e implantação de sua Política Nacional de Formação. Realizará convênios, projetos de cooperação, atividades conjuntas e trocas de experiências sempre buscando uma maior inserção na sociedade como um todo e o fortalecimento de seu projeto de libertação dos trabalhadores.

ANEXO VIII
RELAÇÃO DE ATIVIDADES DA PNF EM 1996

Atividade	Data	Local	Vagas	Público	Inscrições	Realização Colaboração
Seminários Regionais Debate da Proposta Sindicato Orgânico	28 e 29/2	Belo Horizonte-MG	60	Dirigentes	SEFs RJ, MG e ES e Escola	SNO/SNF Escola 7 de Outubro
	16 a 18/5	Belém PA	30	Dirigentes	SEFs-PA e AP e Escola	SNO/SNF Escola Norte
	15 a 17/7	Florianópolis SC	60	Dirigentes	SEFs e Escolas da Região	SNO/SNF Escola Sul
	29 a 31/7	Cajamar SP	50	Dirigentes	SEF SP e Escola	SNO/SNF Escola São Paulo
	A definir	A definir	A definir	Dirigentes da CUT	SEFs AC e RO e Escola	SNO/SNF Escola Norte 2
	Final de maio	Brasília DF	40	Dirigentes do Setor Público	SEFs e Escola da Região	SNO/SNF Escola C. Oeste
Seminário Nacional Flexibilização da Legislação Trabalhista SDTR	20 e 21/5	São Paulo	40	Dirigentes das Instâncias Nacionais da CUT	CUT Nacional e CAL – eventos	SRI/SPS SNF/CJ NT/SDRT OIT/Actrav
Curso Nacional Formação de Formadores – Saúde Trabalho Meio Ambiente	27 a 31/5	Belo Horizonte MG	30	Assessores e Dirigentes da área	SEFs	INST SPSO SNF
Seminários Regionais Formação de Conselheiros da CUT na Área de Seguridade Social	A definir	A definir	30	Conselheiros Mun/Est/Nac da CUT	SEFs e Escolas da Região	SPSO/SNF Conf. Nac. Seg. Social
	25 a 27/6	Florianópolis	30	Conselheiros Mun/Est/Nac da CUT	SEFs e Escola da Região	SPSO/SNF Conf. Nac. Seg. Social
	7 a 9/6	Belém PA	30	Conselheiros Mun/Est/Nac da CUT	SEFs PA e AP e Escola	SPSO/SNF Conf. Nac. Seg. Social
	3 a 5/6	A definir	30	Conselheiros Mun/Est/Nac da CUT	SEFs AC e RO e Escolas	SPSO/SNF Conf. Nac. Seg. Social
Seminário sobre Discriminação Racial	14 e 15/6	São Paulo SP	40	Comissão Nacional Contra Discriminação Racial	CUT Nac. CAL – Eventos	SPSO/Coord. Comissão SNF
Seminário Nacional Finanças da CUT	20 e 21/6	São Paulo	A definir	Tesoureiros CUT/Estr. Vertical e Escolas	CUT Nac. CAL – Eventos	Tesouraria Nacional SNF
Seminário Nacional Autogestão	21/23/6	São Paulo	50	Dirigentes Assessores Formadores	SEFs	SPS/SNO SNFs e NT-Gestão e TMT
Cursos Regionais Formação Básica em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente	1 a 5/7	A definir	30	Dirigentes Assessores Cipeiros Com. Fábrica	SEFs da região e Escola	INST/SPSO SNF/ Escola Norte 1
	8 a 12/7	Fortaleza CE	30	Dirigentes Assessores Cipeiros Com. Fábrica	SEFs da região	INST/SPSO SNF/CONEFOR
	15 a 19/7	Brasília DF	30	Dirigentes Assessores Cipeiros Com. Fábrica	SEFs da região e Escola	INST/SPSO SNF Escola C. Oeste
	22 a 26/7	Florianópolis SC	30	Dirigentes Assessores Cipeiros Com. Fábrica	SEFs da região e Escola	NST/SPSO SNF/ Escola Sul
	29/7 a 2/8	Belo Horizonte	30	Dirigentes Assessores Cipeiros Com. Fábrica	SEFs da região e Escola	NST/SPSO SNF/ Escola 7 de Outubro

Atividade	Data	Local	Vagas	Público	Inscrições	Realização Colaboração
Seminário Nacional Reestruturação Produtiva	15 e 16/7	São Paulo	40	Direção Nacional da CUT	CUT Nac. CAL – eventos	SPS/SNF NT-TMT GT-RP e Escola São Paulo
Seminário Nacional Rede Unitrabalho	8 e 9/8	São Paulo SP	A definir	Dirigentes das Estruturas horiz/vertical NTs Nacionais	CUT Nac. CAL – eventos	SNF
Seminário: A Política Internacional da CUT e a Globalização	19 e 28/8	São Paulo SP	40	Presidentes e Secretários Rel. Internacionais CUT/Estr. Vert.	CUT Nac. CAL – eventos	SRI/SNF NT – Int. Reg Ildes
Seminário Internacional Políticas de Formação Profissional	Setembro 96	São Paulo SP	50	Dirigentes Formadores Representantes no Sine	CUT Nac. CAL – eventos	SRI/SPS/SNF Esc. São Paulo NT – Ed. Trab.
Seminário: Avaliação e Planejamento da Formação em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente	25 a 27/11	São Paulo SP	30	Participantes Curso FF em Saúde, Trab. e meio Ambiente	CUT Nac. CAL - eventos	INST SPSO SNF/ NT – Ed. Trabalho

ANEXO IX

RECURSOS DO FAT TRANSFERIDOS ÀS CENTRAIS SINDICAIS E AOS SINDICATOS DE TRABALHADORES PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

R\$ 1,00

CENTRAL SINDICAL	1998 (A)	1999 (B)	PREVISTO 2000 (C)	TOTAL (A+B+C)
CUT	3.000.000,00	21.000.000,00	35.000.000,00	59.000.000,00
CGT/CT	6.000.000,00	8.000.000,00	10.000.000,00	24.000.000,0
CONTAG	2.000.000,00			2.000.000,00
FORÇA SINDICAL	12.000.000,00	17.000.000,00	25.000.000,00	54.000.000,00
CONFEDERAÇÃO NACIONAL METALURGICOS CNM – CUT	5.000.000,00			5.000.000,00
SINDICATO MERALÚRGICOS DE SÃO PAULO	9.999.802,41	13.000.000,00	13.000.000,00	35.999.802,41
SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL – SDS	1.500.000,00	6.400.000,00	12.000.000,00	19.900.000,00
TOTAL	39.499.802,41	65.400.000,00	95.000.000,00	199.899.802,41

Fonte: Ministério Trabalho – Sumário Executivo CODEFAT – Abril 2000

ANEXO X

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

LHADORES PARA

R\$ 1,00

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)